



# REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

## MINUTA DE LEI DO SISTEMA VIÁRIO



**MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA – SP**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL**

**Coordenador**

Edson Aquiles Sanches – Eng. Agrimensor e Civil

**Secretário**

Renato Guerra Franchi – Eng. Civil e Segurança do Trabalho

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

Sec. de Plan. - Alexandre Malachias Cardoso  
Chefe do Set. de Obras e Cad. - Rafaela Mello Veneroso  
Arquiteto - Arquiteto César Antônio Silvestrini

**SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS**

Eng. Civil - Paulo Henrique Sanches  
Eng. Haroldo - Haroldo Pinto de Campos  
Eng. Civil - Antônio Augusto Gavazza  
Eng. Agrimensor - Aurélio Palavéri Zamaro

**SERV. DE ÁGUA E ESG. DE PIRASSUNUNGA**

Camila Aldrigueti Rosim  
Marcus César Sardinha Valsechi

**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**

Ricardo Dal Bello Biancon

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

Eduardo Del Nero  
Tiago Alberto Freitas Varise Governo

**SEC. MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS**

Deise Armelinda Lozano

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Carlos Roberto Bertin

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Sara Zero dos Santos

**APAE**

Moacyr Fonseca Júnior

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA**

Maria Salete Jiquilin Carvalho

**CREA**

Luiz Henrique Barbirato

**FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

Major Aviador Leonardo Ribeiro Fernandes Maia

**13º R.C. MEC.**

Maj. Felipe Daniel Paiotti

**USP**

Fabício Ribeiro dos Santos Godoi

**POLICIA AMBIENTAL**

1ºTen. PM Ivo Fabiano Moraes

**POLICIA CIVIL**

Arlei Antonio Baldin

**CORPO DE BOMBEIROS**

1ºTen. Pm André Giuliano Risso Bovolon

**POLICIA MILITAR**

1º Ten. PM Daniel Fernando Lançonni

**CAU**

Atanagildo da Silva Junior

**AREA**

Antônio Ricardo Hypólito

**ASSOC. DO COM. E IND. DE PIRASSUNUNGA**

Celso Luiz Pedrazini dos Santos

**OAB**

Dr Tamiris Gonçalves Fausto – OAB

**CONSEG**

Fúlvio Vinícius de Lima Nóbrega

**SINDINCATO**

Pedro Aparecido Tonetti



---

---

## **SUMÁRIO**

### **CAPÍTULO I**

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 1º)

#### Seção I

Dos objetivos (Art. 2º ao 4º)

#### Seção II

Das definições (Art. 5º)

### **CAPÍTULO II**

DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS (Art. 6º ao 8º)

### **CAPÍTULO III**

DAS DIMENSÕES DAS VIAS (Art. 9º ao 11)

### **CAPÍTULO IV**

DAS VIAS RURAIS (Art. 12 ao 15)

### **CAPÍTULO V**

DO VOLUME DE TRÁFEGO (Art. 16)

### **CAPÍTULO VI**

DA SINALIZAÇÃO (Art. 17)

### **CAPÍTULO VII**

DO SISTEMA CICLOVIÁRIO (Art. 18 ao 21)

### **CAPÍTULO VIII**

DA ARBORIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS (Art. 22 ao 26)

### **CAPÍTULO IX**

DAS DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO (Art. 27 ao 29)

### **CAPÍTULO X**

DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS (Art. 30 ao 33)

### **CAPÍTULO XI**

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 34 ao 43)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2021

LEI COMPLEMENTAR Nº...../....., DE .... DE ..... DE .....

Institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências.

O Poder Legislativo de Pirassununga, Estado de São Paulo, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º.** A presente Lei destina-se a hierarquizar, ordenar, dimensionar e disciplinar a implantação do Sistema Viário do Município de Pirassununga, assegurando a observância das normas relativas à matéria e zelando pelos interesses comuns do Município no que diz respeito ao seu pleno desenvolvimento.

**Seção I**  
**Dos objetivos**

**Art. 2º.** Objetivos gerais para disciplinar o Sistema Viário:

- I. Assegurar a circulação e o transporte urbano de modo a atender a população;
- II. Estabelecer condições para que as vias de circulação possam desempenhar suas funções e dar vazão adequada ao respectivo tráfego;
- III. Estabelecer um sistema de vias de circulação adequado ao tráfego e a locomoção dos usuários;
- IV. Assegurar a continuidade do arruamento existente nos novos parcelamentos do solo no Município;
- V. Implantar um sistema de ciclovias, como alternativa de locomoção e lazer;
- VI. Proporcionar segurança e conforto ao tráfego de pedestres e ciclistas;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



VII. Complementar as diretrizes de uso e ocupação do solo no ordenamento funcional e territorial do Município.

**Art. 3º.** Todo e qualquer arruamento no Município deverá ser previamente aprovado pela Administração Municipal, nos termos aqui previstos e na Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos.

**Parágrafo único.** Os projetos de médio e grande porte que envolvam construção de novos eixos viários, pontes, duplicação de vias ou de reestruturação viária, deverão elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental e impacto de vizinhança.

**Art. 4º.** Os novos loteamentos deverão respeitar o conteúdo desta Lei, bem como os traçados pré existentes.

**Seção II**  
**Das definições**

**Art. 5º.** Para efeito de aplicação desta lei, são adotadas as seguintes definições:

- I. Acostamento – é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando permitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta; proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para serem estacionados fora da trajetória dos demais veículos; permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego;
- II. Alinhamento – é a linha divisória entre o terreno e o logradouro público;
- III. Arruamento – conjunto de ruas públicas destinadas à circulação viária e acesso aos lotes;
- IV. Caixa carroçável ou de rolamento – é a faixa de via destinada a circulação de veículos, excluídos os passeios, os canteiros centrais e o acostamento;
- V. Caixa de via – distância, definida em projeto, entre os dois alinhamentos prediais em oposição;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



- VI. Calçada ou passeio – é a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres, segregada e em nível diferente à via, dotada quando possível, de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;
- VII. Calçadão – é a parte do logradouro público, destinada ao pedestre e equipada de forma a impedir o estacionamento e o trânsito de veículos;
- VIII. Canteiro central – é o espaço compreendido entre os bordos internos das pistas de rolamento, objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;
- IX. Canteiro lateral – é o espaço compreendido entre os bordos externos das pistas expressas e o bordo interno da pista coletora objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente.
- X. Ciclovia – pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;
- XI. Estacionamento – espaço público ou privado destinado a guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;
- XII. Faixa de domínio de vias – é a área que compreende a largura ou caixa da via acrescida da área “non aedificandi”;
- XIII. Faixa de estacionamento – parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o estacionamento de veículos;
- XIV. Logradouro público – É o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo, etc.)
- XV. Meio-fio – linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento ou do acostamento;
- XVI. Pista de rolamento – parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o tráfego de veículos;
- XVII. Seção normal da via – largura total ideal da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;
- XVIII. Seção reduzida da via – largura total mínima exigida da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



- XIX. Sistema Viário – conjunto de vias principais de circulação do Município, com hierarquia superior às de tráfego local;
- XX. Sinalização Horizontal – constituída por elementos aplicados no pavimento das vias públicas;
- XXI. Sinalização Vertical – representada por painéis e placas implantadas ao longo das vias públicas;
- XXII. Sinalização de trânsito – conjunto dos elementos de comunicação visual adotados nas vias públicas para informação, orientação e advertência aos seus usuários;
- XXIII. Tráfego leve – fluxo inferior a 50 (cinquenta) veículos por dia em uma direção;
- XXIV. Tráfego médio – fluxo compreendido entre 50 e 400 (cinquenta a quatrocentos) veículos por dia em uma direção;
- XXV. Tráfego pesado – fluxo superior a 400 (quatrocentos) veículos por dia em uma direção;
- XXVI. Via de circulação – é o espaço organizado para a circulação de veículos, motorizados ou não, pedestres e animais, compreendendo a pista de rolamento, o passeio, o acostamento e canteiro central;
- XXVII. Via pública – área de terra, de propriedade pública e uso comum, destinada a vias de circulação e espaços livres.

**CAPÍTULO II**  
**DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS**

**Art. 6º.** Considera-se sistema viário básico do município de Pirassununga o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas.

**Art. 7º.** As vias de circulação urbana no Município, conforme suas funções e características físicas, classificam-se em:

- I. Via estruturante;
- II. Via arterial;
- III. Via coletora; e
- IV. Via local.





**Art. 8º.** Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias:

- I. Via estruturante: Via destinada ao tráfego de passagem e ligação entre extremos da área urbana. Possui a característica de orientar o desenvolvimento urbano e conectar regiões distintas da cidade. Destinada sem restrições ao tráfego geral e de transporte de carga.
- II. Via arterial: Via que deve receber destaque, em termos de tratamento da paisagem urbana – mobiliário urbano, iluminação pública, arborização, sinalização, em função de que concentra as edificações de maior importância da cidade, também tem como função possibilitar o acesso à cidade e fazer a ligação de seus extremos. Essas vias desempenham a função do eixo principal de ligação no sítio urbano, e desenvolvem tráfego contínuo devido ao tipo de uso predominantemente comercial e de serviços ao longo dos trechos principais das avenidas;
- III. Via coletora: Via cuja função é coletar e distribuir o tráfego local e de passagem, fazendo a ligação entre bairros, formando um sistema interligado na malha urbana; e
- IV. Via local: Vias responsáveis por fazer a ligação das coletoras até o seu destino final, apresentando tráfego de baixa velocidade e promovendo a distribuição do tráfego local.

### **CAPÍTULO III DAS DIMENSÕES DAS VIAS**

**Art. 9º.** O sistema viário obedecerá aos padrões de urbanização e aos requisitos estabelecidos pelo Município quanto à:

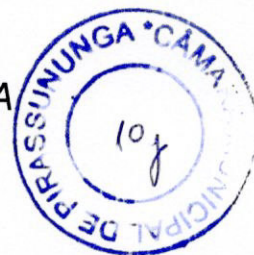
- I. Definição das dimensões mínimas das caixas de vias;
- II. Definição das dimensões mínimas das pistas de rolamento;
- III. Definição das dimensões mínimas dos passeios;
- IV. Definição das dimensões mínimas das ciclovias.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Art. 1º.** Todas as vias abertas à circulação de veículos, com o pavimento e passeios definitivos já implantados, permanecem com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto de urbanização específico uma nova configuração geométrica.

**Art. 2º.** As vias a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

**I. Via estruturante:**

- a) Caixa de via: 29,00m (vinte e nove metros);
- b) Pista de rolamento: 10,00m (doze metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 4,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 6,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou Ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central;
- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**I. Via arterial:**

- a) Caixa de via: 25,00m (vinte e cinco metros);
- b) Pista de rolamento: 10,00m (dez metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 4,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central ou em uma das faixas de estacionamento;
- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**I. Via coletora:**

- a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**I. Via local:**

- a) Caixa de via: 15,00m (treze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**§ 1º.** Deverão ser previstas rampas de acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais nos passeis dos logradouros urbanos, conforme NBR 9050 e suas alterações, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**§ 2º.** As rampas máximas serão aceitas em trechos de via cujo comprimento não exceda 150,00m (cento e cinquenta metros).

**§ 3º.** As vias classificadas como arteriais e coletoras estão representadas no mapa do Anexo I e na especificadas na tabela do Anexo V desta Lei.





#### CAPÍTULO IV DAS VIAS RURAIS

**Art. 12º.** As vias de circulação rural no Município, conforme suas funções e características físicas classificam-se em:

- I. Via regional; e
- II. Via rural.

**Art. 13º.** Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias rurais:

- I. Via regional: via que possui a função de conduzir, de forma expressa, o tráfego com origem e/ou destino fora do território do Município, ou seja, rodovias.
- II. Via rural: são as demais vias que compõem o sistema viário rural e tem a função de levar o tráfego de veículos das propriedades rurais até as vias regionais ou urbanas;

**Art. 14º.** As vias rurais a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

- I. Via regional:
  - a) Seguir definições para rodovias conforme o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER;
- I. Via rural:
  - a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
  - b) Pista de Rolamento: mínimo de 9,00m (nove metros);
  - c) Faixa de Manutenção: 3,00m (três metros) de cada lado da via;
  - d) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
  - e) Rampa máxima: 20% (vinte e cinco por cento).

**Parágrafo Único.** Fica sob responsabilidade do município a manutenção e abertura de vias na área rural.



**Art. 15º.** Todas as vias rurais deverão possuir faixa de domínio conforme determinações do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, definido pela Lei Federal nº 9503/97.

## **CAPÍTULO V DO VOLUME DE TRÁFEGO**

**Art. 16º.** Os projetos de pavimentação das vias de circulação do Município, conforme estabelecido no Art. 11 desta Lei classificam-se quanto ao volume de tráfego em:

I. Classe 1 – Tráfego pesado, compreendendo:

- a) Vias estruturantes;
- b) Vias arteriais.

I. Classe 2 – Tráfego médio, compreendendo:

- a) Vias coletoras.

I. Classe 3 – Tráfego leve, compreendendo:

- a) Vias locais.

## **CAPÍTULO VI DA SINALIZAÇÃO**

**Art. 17º.** A sinalização das vias públicas é de responsabilidade do Município, como estabelece o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, aprovado pela Lei Federal nº 9503/97.

**§1º.** Toda e qualquer via pavimentada no Município deverá receber sinalização de trânsito, segundo as exigências da legislação pertinente em vigor.

**§2º.** A sinalização horizontal das vias pavimentadas nos novos parcelamentos do solo será executada às expensas dos respectivos parceladores, a partir de projeto previamente aprovado pelo órgão municipal responsável.





**§3º.** O sentido de tráfego das vias será definido individualmente, dependendo do volume de tráfego.

## CAPÍTULO VII DO SISTEMA CICLOVIÁRIO

**Art. 18º.** O Sistema Cicloviário é composto do conjunto de ciclovias e ciclofaixas, bem como da sinalização específica, dos estacionamentos e bicicletários necessários à criação de uma infra-estrutura segura para circulação de bicicletas.

**Art. 19º.** São as seguintes as definições dos componentes do Sistema Cicloviário:

- I. Ciclovias: Via destinada ao tráfego exclusivo de bicicletas, separada fisicamente da circulação geral de veículos, com as seguintes características:
  - a) largura mínima: 3,00m (três metros) para pista bidirecional;
  - b) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;
  - c) declividade longitudinal máxima: 5% (cinco por cento);
  - d) declividade transversal máxima: 2% (dois por cento) e mínima: 1% (um por cento);
  - e) raio mínimo de curvatura: 3,00m (três metros).
- I. Ciclofaixa: via destinada ao tráfego preferencial de bicicletas, separada do tráfego geral de veículos, através de sinalização visual com as seguintes características:
  - a) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;
  - b) as características de declividade obedecem às características das vias onde estiver implantada;
  - c) raio mínimo de curvatura: 3,00 metros.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



- I. Estacionamentos: Dispositivos com capacidade para estacionar até 10 bicicletas, por um curto espaço de tempo, instalado em locais de fluxo de pessoas;
- II. Bicicletários: estacionamentos com alta capacidade de vagas, cercados, localizados junto a grandes polos geradores de tráfego, praças, parques, vias públicas, supermercados, universidades, shopping centers, indústrias, escolas, locais de transbordo de viagens do sistema de transporte coletivo urbano, etc.

**Parágrafo Único.** Quando da impossibilidade da aplicação do disposto nos incisos I ao IV, ficará a cargo da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo analisar e definir a solução.

**Art. 20º.** Todas as áreas de abrangência das ciclovias, que consequentemente criam limites, declividades e barreiras físicas e naturais, deverão receber tratamento específico à sinalização, interseções, arborização, iluminação pública e estacionamentos.

**Art. 21º.** As obras e atividades constantes do Sistema Cicloviário serão viabilizadas a partir das diretrizes e dotações apontadas no Plano de Mobilidade Urbana do Município de Pirassununga.

**CAPÍTULO VIII**  
**DA ARBORIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS**

**Art. 22º.** Compete ao Município a elaboração dos projetos e, em colaboração com seus munícipes, a execução e conservação da arborização e ajardinamento dos logradouros públicos.

**§1º.** Os passeios das vias, e, lotes residenciais, mediante licença do Município, poderão ser arborizados pelos proprietários das edificações fronteiras, às suas expensas, obedecidas as exigências legais.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**§2º.** Caberá ao órgão competente do Município decidir sobre a espécie vegetal que mais convenha a cada caso, bem como sobre o espaçamento entre as árvores.

**Art. 23º.** É atribuição exclusiva do Município, podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores de arborização pública.

**§1º.** Quando se tornar absolutamente imprescindível, poderá ser solicitada pelo interessado a remoção ou o sacrifício de árvores, mediante o pagamento das despesas relativas ao corte e ao replantio.

**§2º.** A solicitação a que se refere o parágrafo anterior deverá ser acompanhada de justificativa, que será criteriosamente analisada pelo órgão competente do Município.

**§3º.** A fim de não ser desfigurada a arborização do logradouro, tais remoções importarão no imediato plantio da mesma ou de novas árvores, em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

**§4º.** Por cortar ou sacrificar a arborização pública será aplicada ao responsável uma multa de 05 (cinco) a 20 (vinte) valores de referência ou unidades fiscais, por árvore, conforme o caso e a juízo da autoridade municipal competente.

**Art. 24º.** São proibidas quaisquer obras, serviços ou atividades em logradouros públicos que venham a prejudicar a vegetação existente.

**Art. 25º.** Os tapumes e andaimes das construções deverão ser providos de proteção de arborização sempre que isso for exigido pelo órgão municipal competente.

**Art. 26º.** Nas árvores das vias públicas não poderão ser amarrados ou fixados fios, nem colocados anúncios, cartazes ou publicações de qualquer espécie.





## **CAPÍTULO IX**

### **DAS DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO**

**Art. 27º.** Ficam definidas como diretrizes para intervenções no Sistema Viário:

- I. Promover obras de paisagismo e revitalização urbana do Sistema Viário;
- II. Estabelecer incentivos para tratamento paisagístico nos passeios por proprietários;
- III. Proceder a iluminação adequada, observando a hierarquia viária;
- IV. Elaborar programa de obras com definição de propriedades; e
- V. Criar programas de sinalização urbana, bem como realizar a sua manutenção.

**Art. 28º.** Ao DEMUTRAN - Departamento Municipal de Trânsito, além das demais atribuições relativas ao planejamento e controle do sistema viário, trânsito e transportes, caberá:

- I. Propor melhorias no sistema viário urbano, através de estudo técnico;
- II. Propor abertura ou prolongamento de vias, para melhor escoamento do tráfego, especialmente nas Zona de Consolidação e Zonas de Expansão Urbana 1, 2 e 3, através de estudo técnico;
- III. Propor soluções para os cruzamentos com grande fluxo de tráfego e em locais onde hajam conflitos, através de estudo técnico;
- IV. Estabelecer limites de velocidade, peso e dimensões, para cada via, respeitados os limites máximos previstos no regulamento do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei Federal nº 9.503/1997, através de estudo técnico;
- V. Fixar áreas de estacionamento de veículos;
- VI. Determinar restrições de uso das vias ou parte delas, mediante fixação de locais, horário e períodos destinados ao estacionamento, embarque ou desembarque de passageiros e de carga e descarga, através de estudo técnico;
- VII. Permitir estacionamentos especiais, devidamente justificáveis;





- VIII. Disciplinar a colocação de ondulações transversais no sentido de circulação dos veículos, em vias de trânsito local, bem como nas proximidades de escolas ou outros estabelecimentos, através de estudo técnico;
- IX. O estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga, de produtos perigosos ou não, e para veículos turísticos e de fretamento, devidamente justificáveis;
- X. A criação de terminal para veículos que fazem o transporte de pessoas intraurbano e intramunicipal, ônibus, vans, caminhonetes, táxis e moto táxis.

**Parágrafo Único.** A implantação de atividades afins e correlatas às referidas no *caput* do artigo serão realizadas em conjunto com a Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

**Art. 29º.** Nos terrenos lindeiros às vias que constituem o sistema rodoviário Federal, Estadual e Municipal, será obrigatório a reserva de uma faixa de 20,00m (vinte metros), para a implantação de uma via local margeando a Rodovia.

## CAPÍTULO X DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS

**Art. 30º.** A implantação das vias deve ser adequada às condições locais do meio físico, em especial quanto à otimização das obras de terraplanagem necessárias à abertura das vias e implantação das edificações.

**Art. 31º.** As vias deverão acompanhar as curvas de nível do terreno e evitar a transposição de linhas de drenagem natural ou córrego.

**Art. 32º.** Deve ser evitada a remoção de vegetação e a implantação de obras de terraplenagem junto aos córregos e linhas de drenagem natural.



**Parágrafo Único.** Entende-se por linhas de drenagem natural as feições topográficas em que ocorre uma concentração de fluxo das águas pluviais, independentemente de o fluxo possuir caráter permanente ou não.

**Art. 33º.** Os novos loteamentos deverão observar o traçado das vias projetadas, conforme mapa do sistema viário anexo à parte integrante desta Lei.

## **CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 34º.** O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática o conteúdo desta Lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço habitado.

**Art. 35º.** A abertura de qualquer via ou logradouro público dependerá de aprovação prévia da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

**Art. 36º.** Qualquer arruamento a ser implantado deve articular-se com as vias adjacentes oficiais assegurando a continuidade do Sistema Viário do Município.

**Art. 37º.** A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, inclusive as do sistema viário principal, deverão obedecer às diretrizes básicas de arruamento e são de inteira responsabilidade do loteador, sem custos para o Município.

**Art. 38º.** As vias sem saída não poderão ultrapassar 100,00 m (cem metros) de comprimento.

**Art. 39º.** As modificações que por ventura vierem a ser feitas no sistema viário básico deverão considerar o zoneamento de uso e ocupação do solo vigente na área ou zona.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Art. 40º.** Após a aprovação desta Lei, não será permitida a abertura de vias de dimensões inferiores a 15,00m (quinze metros) da caixa de via.

**Art. 41º.** Os casos omissos na presente Lei, serão estudados e julgados pela Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo, aplicando-se Leis, Decretos e Regulamentos Especiais.

**Art. 42º.** São partes integrantes e complementares desta Lei os seguintes anexos:

- I. Anexo I – Mapa de Hierarquia do Sistema Viário Urbano;
- II. Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano;
- III. Anexo III – Croquis das Diretrizes Viárias do Sistema Viário Urbano;
- IV. Anexo IV – Classificação das Vias Arteriais e Coletoras;

**Art. 43º.** Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação oficial, revogando as demais disposições em contrário.

Pirassununga, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Ao Plenário para leitura no expediente e encaminhamento às Comissões Permanentes para parecer, com cópia aos Vereadores.

Pirassununga, 15 de 09 de 2021.

Luciana Batista  
Presidente

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga, 20 de 09 de 2021

Presidente

A Comissão de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga, 20 de 09 de 2021

Presidente

A Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social, para dar parecer.

Sala de Sessões, 20 de 09 de 2021

(Presidente)

A Comissão Permanente de Agricultura, Meio Ambiente e do Bem Estar Animal, para dar parecer.

Sala das Sessões, 20 de 09 de 2021

Presidente

A Comissão Permanente de Participação Legislativa para dar parecer.

Sala das Sessões, 20 de 09 de 2021

Presidente

A Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Portadoras de Doenças Raras, para dar Parecer.

Sala das Sessões, 20 de 09 de 2021

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para dar parecer.

Sala das Sessões, 20 de 09 de 2021

Presidente

A Comissão de Finanças, Orçamento e Lavoros para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga, 20 de 09 de 2021

Presidente

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, para dar parecer

Sala das Sessões, 20 de 09 de 2021

(Presidente)

Fica prejudicada a aprovação do projeto de Lei Complementar nº 07/2021, em razão do atraso em 1ª e 2ª discussões do mesmo aditiva ao referido projeto

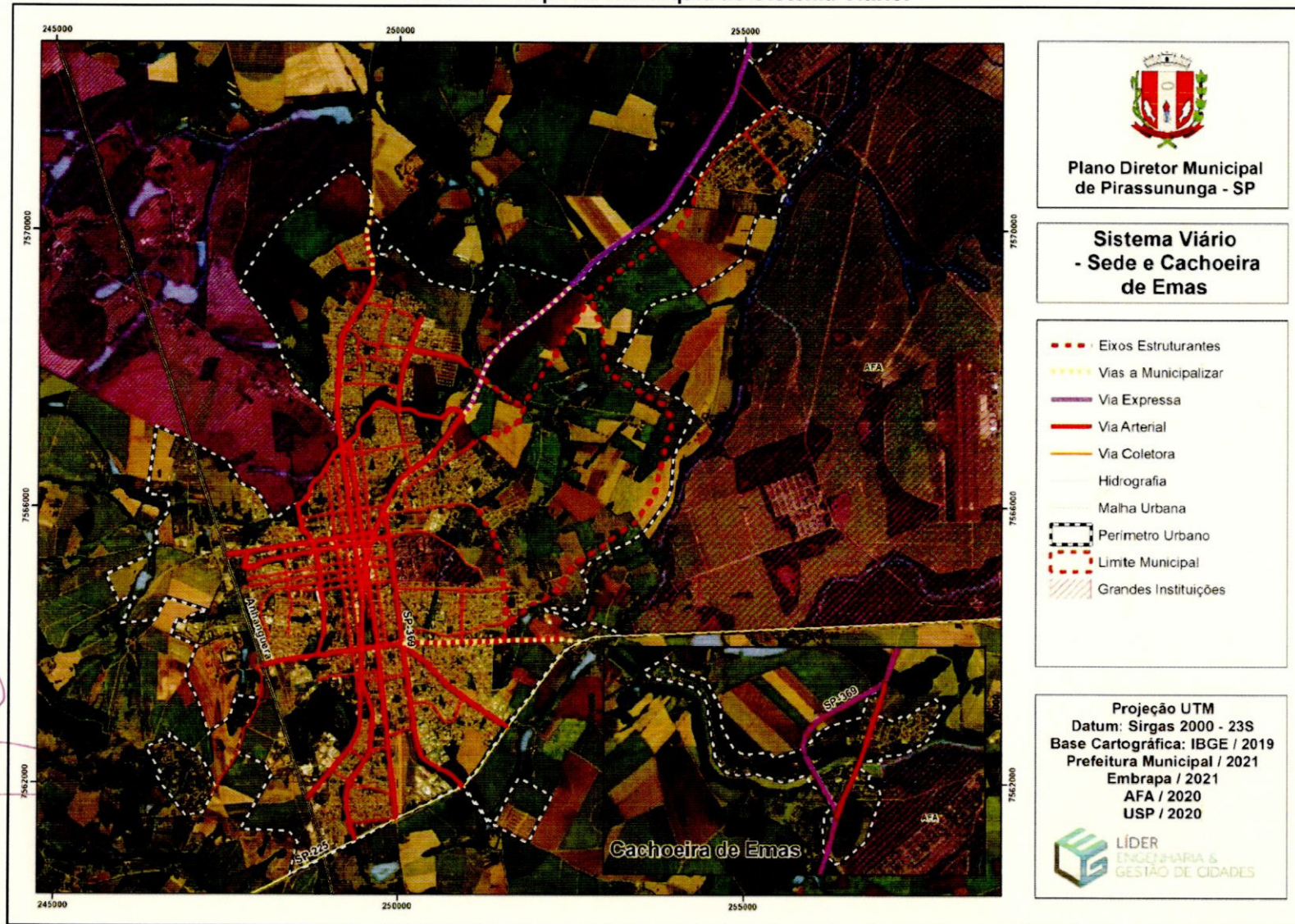
Sala das Sessões, 17 de Janeiro de 2022





PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo I – Mapa de Hierarquia do Sistema Viário.







PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano e Rural.

Categorias das vias	Seção normal da via (m)	Pista de rolamento (m)	Faixas de estacionamento (m)	Faixa de manutenção	Passeio (m)	Canteiro central (m)	Inclinação mínima <sup>(1)</sup> (%)	Rampa máxima <sup>(2)</sup> (%)
Vias Regionais	Parâmetros definidos pelo DER							
Vias Rurais	15,00	Mínimo 9,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	-	0,5	20
Expressa	27,00	12,00	-	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
Arteriais	25,00	10,00	(E) 2,50 (D) 2,50	-	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
Coletoras	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25
Local	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25

(1) Da seção transversal tipo.

(2) Rampas aceitáveis em trecho de via cujo comprimento não exceda 150 m (cento e cinquenta metros).

(D) Direita.

(E) Esquerda.



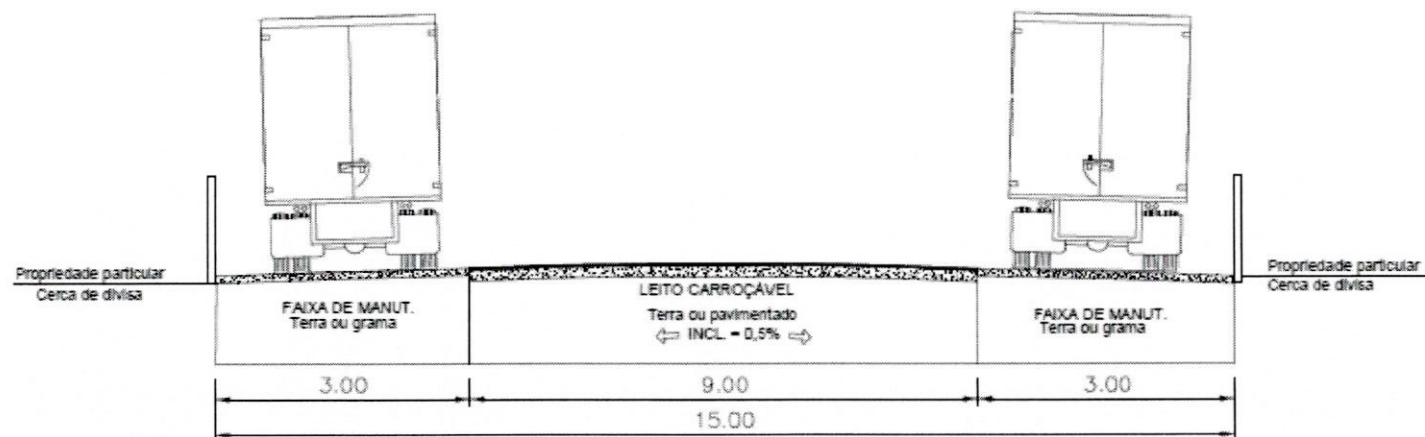




PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croquis das Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano.

Croqui I – VIAS RURAIS

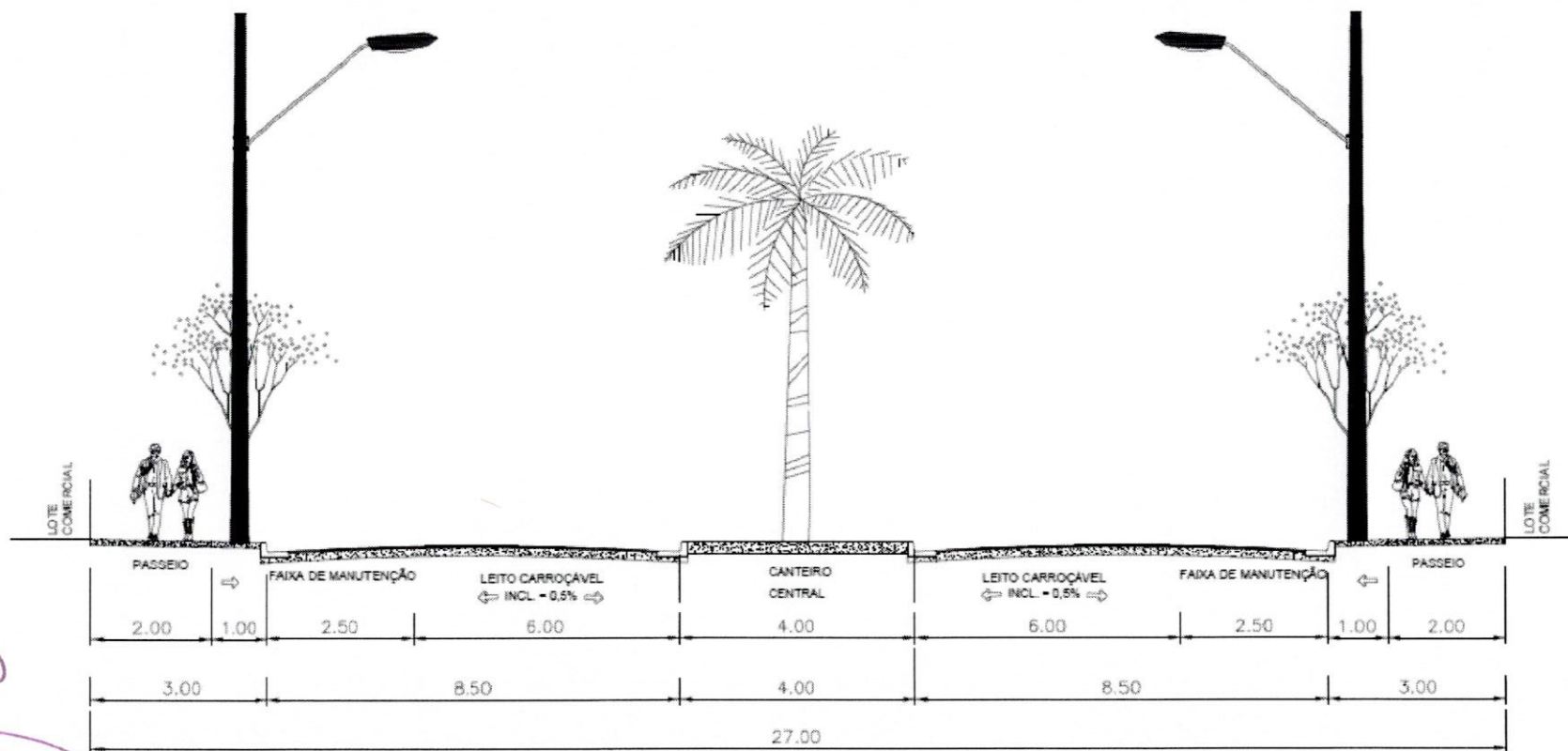


**VIAS RURAIS**  
SEM ESCALA



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croqui II – VIA EXPRESSA



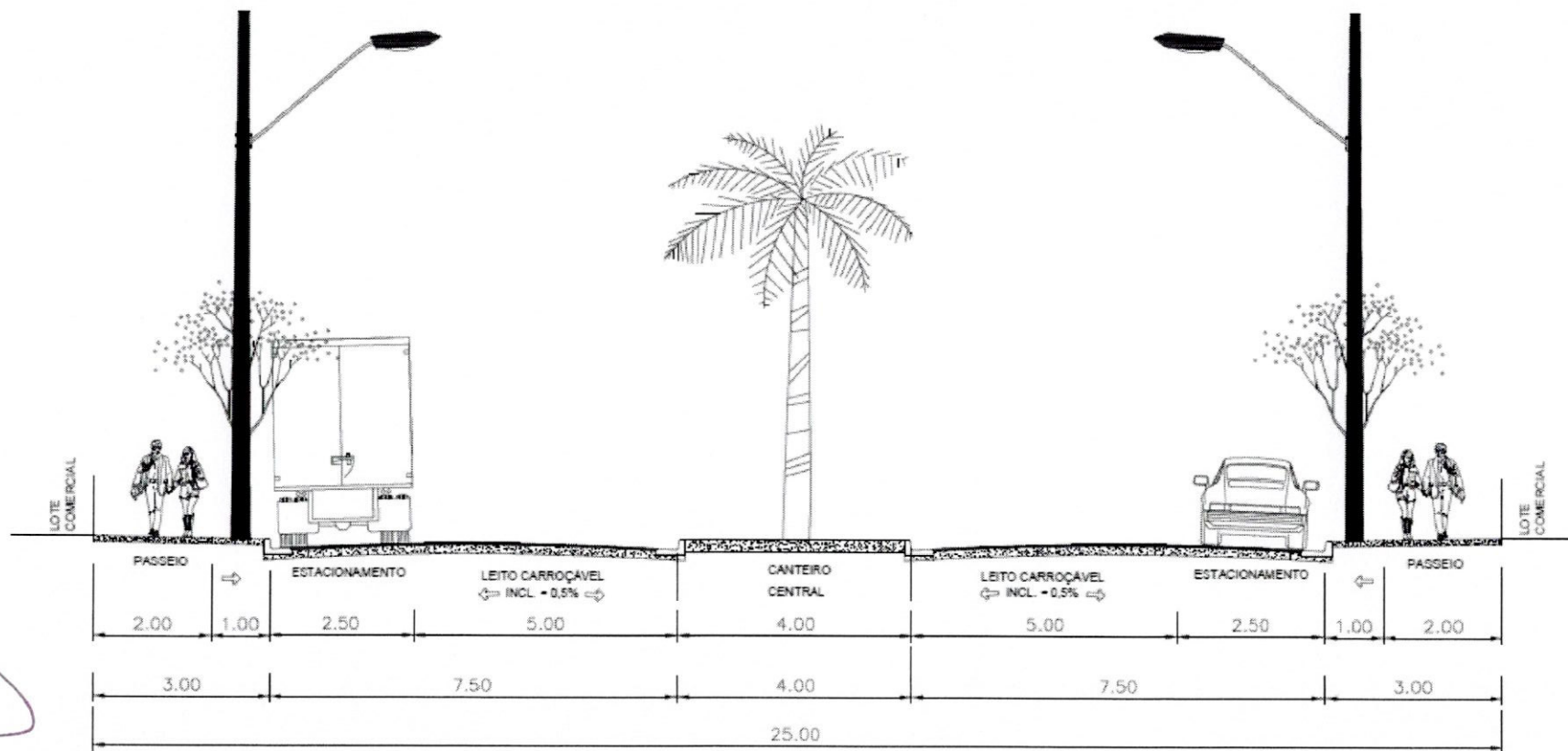
VIA EXPRESSA  
SEM ESCALA





PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croqui III – VIA ARTERIAL

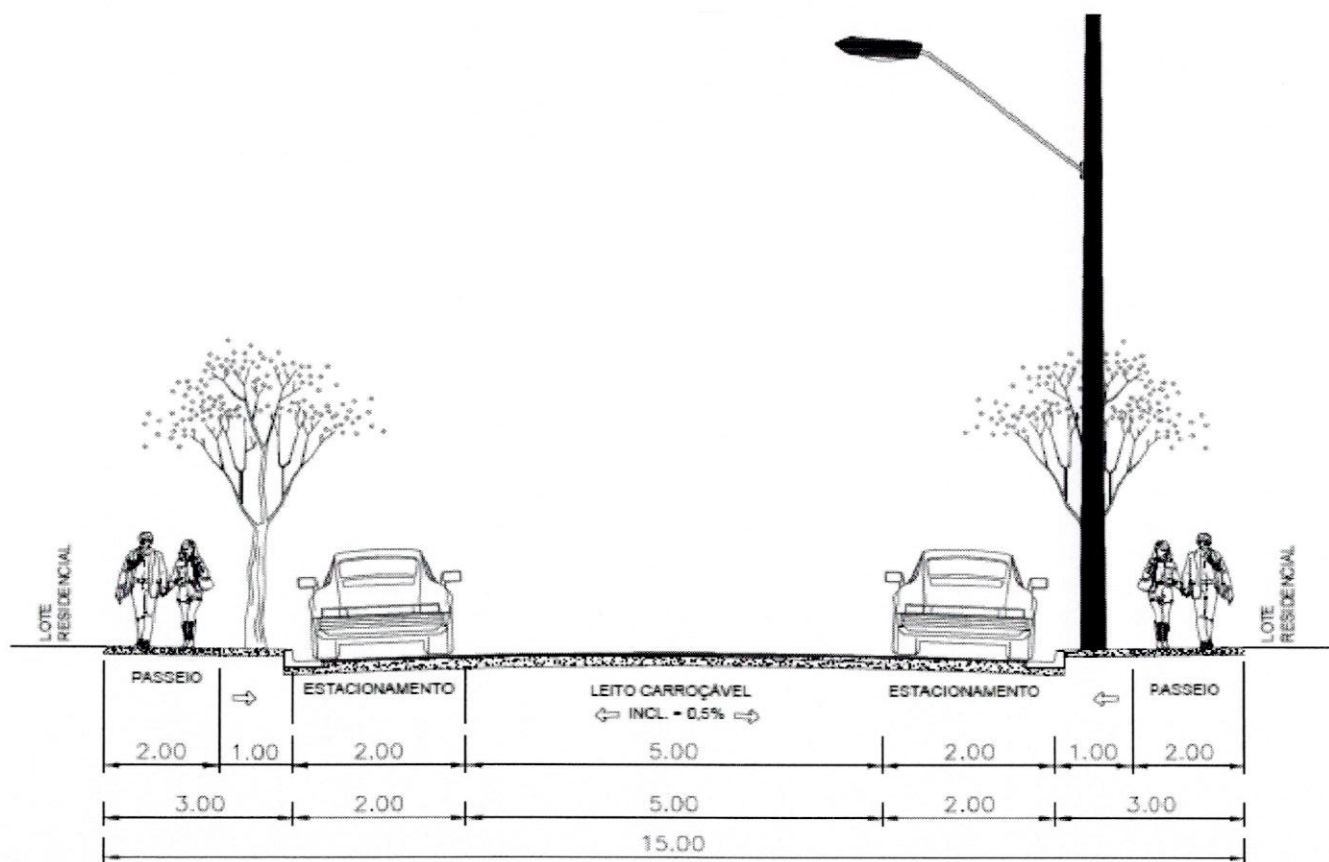


VIA ARTERIAL  
SEM ESCALA



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croqui IV – VIA COLETORA



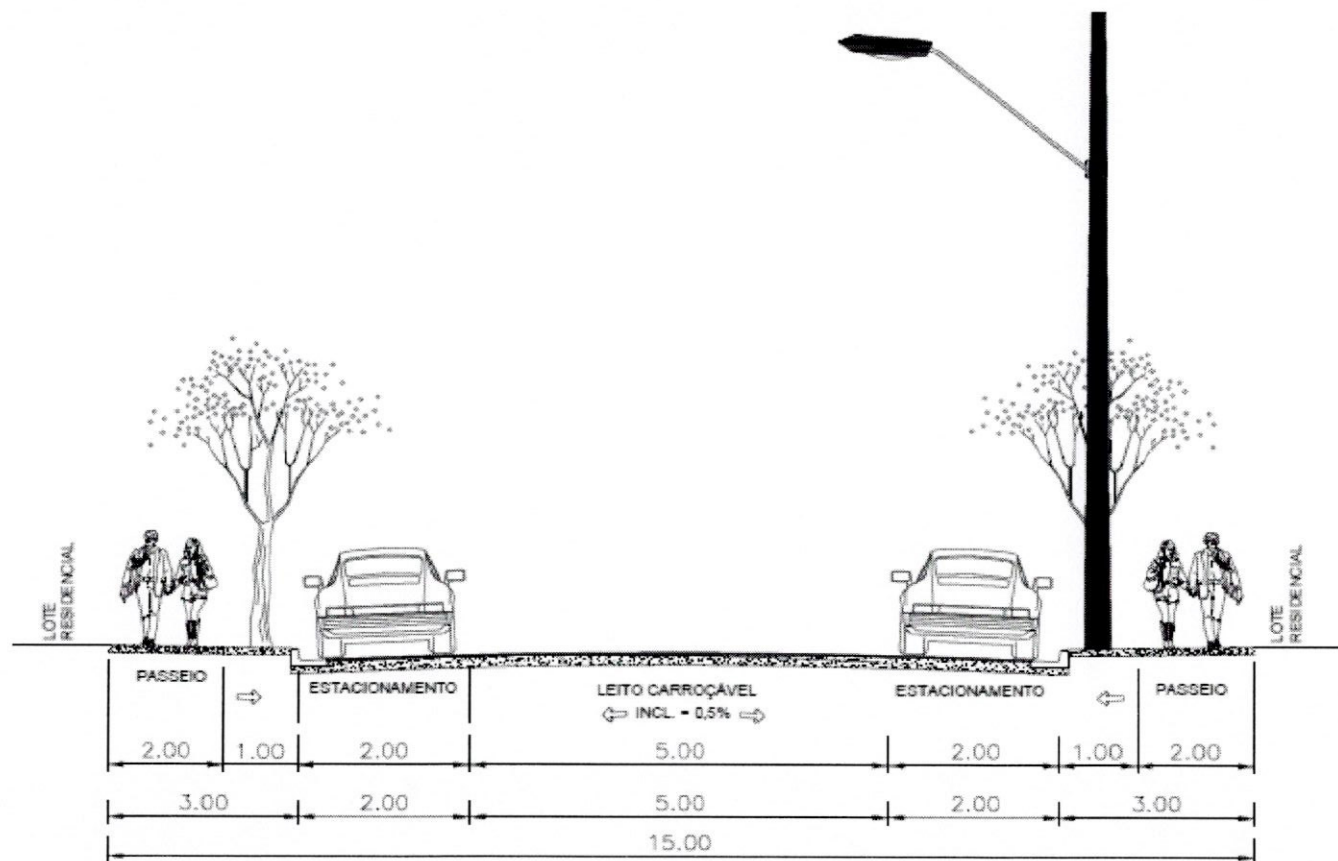
VIA COLETORA  
SEM ESCALA





PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croqui V – VIA LOCAL



VIA LOCAL  
SEM ESCALA

**Anexo IV – Classificação das Vias Arteriais e Coletoras.**



Categoria	Nome da Via
Arterial	Avenida América do Sul (a partida da Avenida Maria José Bruno Trevisan sentido SP-201)
	Avenida Ângelo Brunno
	Avenida Antônio Joaquim Mendes
	Avenida Marginal
	Avenida Maria José Bruno Trevisan
	Avenida Newton Prado
	Avenida Padre Antônio Vann Ess
	Avenida Painguás
	Avenida Prudente de Moraes
	Rodoanel Anel Viário
	Rua Antônio de Souza Mourão
	Rua Duque de Caxias
	Rua Felipe Boler Júnior
	Rua Gemano Dix
	Rua General Osório
	Rua José Bonifácio
	Rua Martimiano dos Santos
	Rua Seis de Agosto
	Rua Siqueira Campos
	Rua Luís Tesch
Coletora	Avenida Flores
	Rua Santos Dumont
	Avenida Engenheiro Josias de Oliveira
	Rua Alan Kardec
	Avenida Presidente Médice
	Rua Lourenço Batel
	Rua Luiz Fernando Andrielli
	Rua Américo Agio
	Rua Antenor Pereira
	Rua Arcindo Lebeis
	Rua Anthero Boller de Souza
	Rua Coronel Franco
	Rua Quinze de Novembro
	Estrada Bom Retiro



	Rua Constituição
	Avenida Doutor Ivo Xavier Ferreira
	Rua Santo Antônio
	Rua Francisco Caruso
	Rua Elizabete Aparecida Galeni
	Rua Vinte e Um
	Rua Capitão Vasconi
	Rua Joaquim Cristóvão



<b>Categoria</b>	<b>Nome da Via</b>
Coletora	Rua José Parise
	Rua Manoel Leme Franco
	Rua Alzira Silveira Pinheiro
	Rua Joaquim Procópio de Araújo
	Rua Bom Jesus
	Rua Sete de Setembro
	Rua Visconde do Rio Branco
	Rua Amador Bueno
	Avenida Ten. Olímpio Guiguer
	Avenida José Pozzi
	Avenida Ataliba Penteado



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**“ JUSTIFICATIVA ”**

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Excelentíssimos Senhores Vereadores:

Embasam o encaminhamento da propositura, arrazoados do Secretário Municipal de Planejamento bem como do Procurador Geral do Município, cujos termos acatamos integralmente e que ficam fazendo parte integrante da presente justificativa.

Dada a clareza com que o Projeto segue redigido e o alcance que reveste a matéria, desde já contamos com o beneplácito dos nobres Edis que constituem o Egrégio Legislativo em acolher, analisar e aprovar a presente proposta.

Pirassununga, 2 de setembro de 2021.

**DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN**  
Prefeito Municipal





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**



À Procuradoria do Município

**Justificativa**

Como representante da Comissão do Plano Diretor, encaminho as minutas das Leis, Plano Diretor, Código de Obras, Parcelamento do Solo, Sistema Viário, Zoneamento Uso e Ocupação do Solo e Perímetro Urbano, na qual foram elaboradas pela empresa Líder Engenharia juntamente com a Comissão.

Este Trabalho cumpri determinação do Ministério Público no qual o município de Pirassununga elaborou seu último Plano Diretor em 2006, bem como outras normas do ordenamento urbanístico local, com o propósito de atender as diretrizes estabelecidas no Estatuto das Cidades, e em acordo com a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 182 e 183 que tratam de competências jurídico-políticas aplicadas ao planejamento urbano.

Soma-se a isso o disposto no Estatuto da Cidade em seu artigo 40, parágrafo 3º, que determina a revisão do Plano Diretor pelos municípios em período não superior a 10 (dez) anos.

Informo também, como representante da Comissão do Plano Diretor, que o Código de Posturas, será encaminhado posteriormente a aprovação das minutas, e revisão pelos Fiscais, para não haver divergências dos assuntos em tela, podendo assim, propiciar um trabalho com qualidade e eficiência aos munícipes que aguardam por estas leis, que estão travando o crescimento ordenável desta cidade.

Informo também que após a Aprovação destas, poderemos conforme Lei 14.000 de 29 de Maio de 2020, dar andamento no Plano de Mobilidade Urbana e posteriormente a Licitação do Transporte Público.

Pirassununga, 01 de Setembro de 2021

Alexandre Malachias Cardoso  
Secretario Municipal de Planejamento

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Protocolo nº 1978/2006

AO GABINETE

Considerando o Pedido da Secretaria de Planejamento de folhas retro, para análise e manifestações desta Procuradoria quanto as minutas das Leis acostadas no presente caderno administrativo, tenho a me manifestar:

Considerando que as audiências públicas e reuniões temáticas realizadas pela Comissão Especial de Organização do Plano Diretor, deram ampla divulgação e participação popular e democrática a toda população que, opinou, teceu considerações e dúvidas que paulatinamente foram elucidadas e tratadas nas Minutas das Leis anexo.

Considerando a eminente necessidade de regulamentarmos nosso Plano Diretor e demais Legislações que por ele são contempladas, buscando inclusive o atendimento de determinação judicial no sentido de regulamentar procedimentos administrativos abrangidos pelo referido Plano.

Considerando o acima exposto, verifico o total atendimento dos preceitos e diretrizes estabelecidos no Estatuto das



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

*Estado de São Paulo*

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



Cidades na busca da implantação e regulamentação do Plano Diretor em nosso Município.

Desta forma, acompanhando as manifestações técnicas dos 32 (trinta e dois) membros da Comissão Especial e Empresa Contrata, assim não vislumbro óbices ao envio do presente material para análise junto a Câmara de Vereador na forma regimental necessária para tanto.

Em sendo homologado remeta-se os autos a Secretaria de Administração para providências de praxe.

*Sub Sensura.*

Pirassununga, 01 de setembro de 2021.

\_\_\_\_\_  
Tiago Alberto Freitas Varisi  
Procurador Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

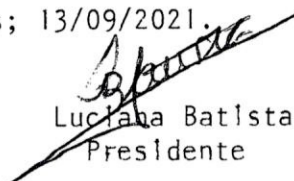


Ofício nº 105/2021

Tendo em vista tratar-se de 06 (seis) projetos de lei complementar, promova-se o desmembramento para formalização do processo legislativo com cópia do Of. nº 105/2021, numerando-se os projetos de lei como de estilo. Após, ao Jurídico para parecer.

Pirass; 13/09/2021. Pirassununga, 2 de setembro de 2021.

Senhora Presidente

  
Luciana Batista  
Presidente

Encaminhamos para apreciação dos nobres Edis que constituem esse Egrégio Legislativo, a **Revisão do Plano Diretor Municipal**, compreendendo os inclusos projetos de lei complementares, a saber:

- a) dispõe sobre o Plano Diretor Municipal do Município de Pirassununga e dá outras providências;
- b) delimita o Perímetro Urbano do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências;
- c) dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Pirassununga/SP e dá outras providências;
- d) institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências;
- e) dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências;
- f) dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Atenciosamente,

  
**DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN**  
Prefeito Municipal

Excelentíssima Vereadora

LUCIANA BATISTA

Câmara Municipal de Pirassununga

Nesta.



Assunto **Projeto de Lei para parecer**  
De Câmara Pirassununga <legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br>  
Para Diogo Cano <diogo.cano@camarapirassununga.sp.gov.br>  
Data 2021-09-13 16:33



- PLC\_05\_2021.pdf(~7,2 MB)
- PLC\_06\_2021-01-29.pdf(~6,3 MB)
- PLC\_06\_2021-30-58.pdf(~5,3 MB)
- PLC\_07\_2021.pdf(~6,0 MB)

Prezado Senhor

Diogo Cano Montebelo,

Analista Legislativo Advogado,

De ordem da Excelentíssima Senhora Vereadora Luciana Batista, Presidente da Câmara Municipal de Pirassununga, e atendendo ao artigo 74 do Regimento Interno desta Casa, a Secretaria Geral encaminha a Vossa Senhoria, para parecer do advogado no prazo de 05 (cinco) dias, os seguintes projetos:

- **Projeto de Lei Complementar nº 05/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que delimita o Perímetro Urbano do Município de Pirassununga e dá outras providências;

- **Projeto de Lei Complementar nº 06/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências (parte 1 e 2); e

- **Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências.

Atenciosamente,

--

Jéssica Godoy

Analista Legislativo - Secretaria  
Câmara Municipal de Pirassununga



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: câmara@lancernet.com.br

Site: www.embras.com/cmpirassununga/



## PARECER JURÍDICO

**REFERÊNCIA: PROJTO DE LEI COMPLEMENTAR nº 07/2021**

**AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL**

**EMENTA: PROJETO DE LEI REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – Institui a Lei de Sitema Viário do Município de Pirassununga-SP e da outras providências.**

### I. RELATÓRIO

*Ab initio*, impende salientar que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica Legislativa não substitui o parecer das Comissões especializadas, porquanto estas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Trata-se de projeto de lei que compõe a revisão do plano diretor do Município de Pirassununga, dispondo sobre a lei de zoneamento, uso e ocupação do solo.

É o sucinto relatório. Passo a análise dos fundamentos jurídicos.

### II. FUNDAMENTAÇÃO

Em aprofundada análise a questão aprestada, trata-se de revisão do plano diretor, em atendimento ao Art. 40, §3º da lei 10.257 de 10 de julho de 2001, (Estatuto das

04160-Câmara Pirassununga-14/09/2021-16:35:47E00F42561050 1



A secretaria para juntada no Projeto de Lei e encaminhamento de cópia aos Vereadores, observando os trâmites regimentais.

Pirassununga, 15 / 09 / 2021.

  
Luciana Batista  
Presidente





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: câmara@lancernet.com.br

Site: www.embras.com/cmpirassununga/



Cidades) que dispõe expressamente a necessidade de que as cidades revisem o seu plano diretor de 10 (dez) em 10 (dez) anos. Note:

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

Note que a legislação supramencionada vem para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, depreende-se do §1º do artigo 182, bem como pode se verificar também no artigo 41 da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que a lei que assevera acerca do plano diretor é obrigatório em cidades com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes, que é o caso do Município de Pirassununga. Sendo assim a Lei que trata acerca da questão é obrigatória, conforme amplamente mencionado em ordenamento pátrio.

Cumpre-nos salientar ainda, os Artigos da Lei Orgânica Municipal que tratam acerca da questão, o artigo 25, XI diz que compete a Câmara Municipal, a aprovação do plano diretor. Dentro ainda do mesmo dispositivo legal, tem o artigo 31, §1º, I que dispõe sobre o Sistema viário ser apresentada na forma de Lei Complementar, requisito cumprido no caso em tela, note que lei que aborda esta questão é requisito material do Plano diretor Constante no art, 42-B, III do Estatuto das cidades.

Cumpre salientar que foram realizadas inúmeras audiências públicas para dar publicidade a discussão acerca da elaboração do plano diretor, cumprindo assim requisito presente no artigo 40, §4º, I da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001.

0410-Câmara Pirassununga-14/09/2021-16:35:47ENF42561030 2





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: câmara@lancernet.com.br

Site: [www.embras.com/cmpirassununga/](http://www.embras.com/cmpirassununga/)



Além dos pressupostos formais a lei que trata acerca do plano diretor possui inúmeros pressupostos materiais, nota-se o art. 42, 42-A e 42-B do Estatuto das Cidades. Pressupostos materiais amplamente preenchidos pelo projeto de Lei apresentado e demais projetos que integram a revisão do plano diretor.

### III. CONCLUSÃO

Diante de todo exposto pelo cumprimento de todos os requisitos jurídicos formais e materiais, esta assessoria Jurídica opina favoravelmente ao prosseguimento do projeto de lei em análise no presente parecer.

Pirassununga, 14 de setembro de 2021.



**Diogo Cano Montebelo**  
**Analista Legislativo – Advogado**  
**OAB/SP nº 336.440**



Assunto **Documento "PARECER ADVOGADO PROJETOS DE LEI" - A IntraNet Câmara de Pirassununga - SP gerou um alerta de "Inclusão" de DOCUMENTO(S)**

De IntraNet Câmara de Pirassununga  
<intranet@camarapirassununga.sp.gov.br>

Para <notificacoes\_vereadores@camarapirassununga.sp.gov.br>

Data 2021-09-15 15:23

Prioridade Normal

## Informacoes da Leitura e Recebimento do Documento:

**Data:** 2021-09-15 **Hora:** 15:23:40  
**Nome:** Secretaria Geral **Usuario:** secretaria  
**E-mail:** secretariageral@camarapirassununga.sp.gov.br **IP Exec.:** 192.168.0.243

## Informacao do Documento

**Titulo:** PARECER ADVOGADO PROJETOS DE LEI

Senhores (as) Vereadores (as),

Atendendo ao Regimento Interno, encaminho em anexo, cópia do(s) seguinte(s) Projeto(s), acompanhado do(s) PARECERES JURÍDICOS emitido(s) pelo Advogado da Câmara, para conhecimento e trâmites regimentais:

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2021

**Descricao:** AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL

EMENTA: INSTITUI A LEI DE SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA/SP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Atenciosamente,

Luciana Batista

Presidente

**Nome:** PPLC\_07.pdf **Tipo/Formato:** application/pdf **Extensao:** pdf **Tamanho:** 13168815

AVISO LEGAL(BR)- Esta mensagem e destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem e dirigida, podendo conter informacao confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se voce nao for destinatario desta mensagem, desde ja fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informacao contida nesta mensagem, por ser ilegal tal ato. Caso voce tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este e-mail, promovendo, desde logo, a eliminacao de seu conteudo em sua base de dados, registros ou sistema de controle.

Voce recebeu essas notificacao/comunicado automatica do SITE IntraNet Câmara de Pirassununga - SP gerado pela ocorrencia descrita acima.




**COMUNICADO**

Em atenção ao artigo 37 da Constituição Federal, a Câmara Municipal de Pirassununga comunica que recebeu no dia 02 de setembro de 2021, os seguintes Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal:

- Projeto de Lei Complementar nº 04/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 05/2021, de autoria do Prefeito, que delimita o Perímetro Urbano do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 06/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, de autoria do Prefeito, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 08/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 09/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Os Projetos de Lei Complementar encontram-se à disposição da População no sítio da Câmara Municipal: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br), nos termos do artigo 152 do Regimento Interno para conhecimento da Revisão do Plano Diretor Municipal.

Pirassununga, 22 de setembro de 2021.

  
**Luciana Batista**  
**Presidente**





CÂMARA MUNICIPAL DE  
PIRASSUNUNGA



Pesquise sobre o que você precisa no site

Menu Principal



## Wellington pede que agendamento de consultas por telefone seja retomado r USF da Vila Santa Fé

Vereador pediu ainda revitalização do Centro Comunitário de Cachoeira de Emas

0000

### Comunicados

+

Comunicamos o recebimento de Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal - (PLC nºs: 04, 05, 06, 07, 08 e 09/2021)

Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal nºs: (04, 05, 06, 07, 08 e 09/2021)

Projeto de Lei nº 89/2021 | Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período 2022 a 2025

Projeto de Lei Complementar nº 03/2021 - Altera a redação do artigo 22, inciso II da Lei Complementar 157, de 27 de março de 2016.

### Convites

+



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PIRASSUNUNGA**

Pesquise sobre o que você precisa no site

Menu Principal

## Comunicamos o recebimento de Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal - (PLC n°s: 04, 05, 06, 07, 08 e 09/2021)

**CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

### **COMUNICADO**

Em atenção ao artigo 37 da Constituição Federal, a Câmara Municipal de Pirassununga comunica que recebeu no dia 02 de setembro de 2021, os seguintes Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal:

- Projeto de Lei Complementar nº 04/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 05/2021, de autoria do Prefeito, que delimita o Perímetro Urbano do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 06/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, de autoria do Prefeito, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 08/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 09/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo: revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Os Projetos de Lei Complementar encontram-se à disposição da População no sítio da Câmara Municipal:

[www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br), nos termos do artigo 152 do Regimento Interno para conhecimento da Revisão do Plano Diretor Municipal.

Pirassununga, 22 de setembro de 2021.

Luciana Batista





CÂMARA MUNICIPAL DE  
PIRASSUNUNGA



Pesquise sobre o que você precisa no site

Menu Principal



## Paulinho pede a Executivo compra de equipamentos e insumos para profissão de saúde

Vereador solicitou ainda reforma do campo de futebol do Jardim das Laranjeiras

Imprimir

## Comunicados

+

Comunicamos o recebimento de Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal - (PLC n°s: 04, 05, 06, 07, 08 e 09/2021)

Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal n°s: (04, 05, 06, 07, 08 e 09/2021)

Projeto de Lei n° 89/2021 | Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período 2022 a 2025

Projeto de Lei Complementar n° 03/2021 - Altera a redação do artigo 22, inciso II da Lei Complementar 157, de 27 de março de 2016.

## Convites

+



CÂMARA MUNICIPAL DE  
PIRASSUNUNGA[Menu Principal](#)

## Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal n°s: (04, 05, 06, 07, 08 e 09/2021)

### COMUNICADO À POPULAÇÃO

Em atenção ao artigo 37 da Constituição Federal e § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica, a Câmara Municipal de Pirassununga comunica que recebeu, e publica os seguintes Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal, abaixo descritos. Nos termos do artigo 152 do Regimento Interno, a tramitação dos referidos projetos poderá iniciar após 20 (vinte) dias da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga.

- Projeto de Lei Complementar nº 04/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 05/2021, de autoria do Prefeito, que delimita o Perímetro Urbano do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 06/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, de autoria do Prefeito, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 08/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 09/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Pirassununga, 22 de setembro de 2021.

Luciana Batista

Presidente



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)

Site: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



## COMUNICADO À POPULAÇÃO

Em atenção ao artigo 37 da Constituição Federal e § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica, a Câmara Municipal de Pirassununga comunica que recebeu, e publica os seguintes Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal, abaixo descritos. Nos termos do artigo 152 do Regimento Interno, a tramitação dos referidos projetos poderá iniciar após 20 (vinte) dias da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga.

- Projeto de Lei Complementar nº 04/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 05/2021, de autoria do Prefeito, que delimita o Perímetro Urbano do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 06/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, de autoria do Prefeito, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 08/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 09/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Pirassununga, 22 de setembro de 2021.

  
**Luciana Batista**  
Presidente





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Caixa Postal: 89 – Fone: (19) 3561.2811

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



Ofício nº 01532/21-SG

Pirassununga, 22 de setembro de 2021.

Senhor Secretário,

De ordem da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Pirassununga Vereadora Luciana Batista, encaminho a Vossa Senhoria em anexo, por meio de mídia eletrônica devido ao tamanho do arquivo (110.128 KB) os documentos abaixo especificados, solicitando o obséquio da publicação na edição imediata do Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga para fins de publicidade e transparência da matéria, bem como, cumprimento do artigo 37 da Constituição Federal e eventual contagem de prazo no processo legislativo.

1. Comunicado (Projetos de Lei Complementar disponíveis no sítio da Câmara Municipal);
2. Comunicado à População (Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal);
3. Projeto de Lei Complementar nº 04/2021 (dispõe sobre o Plano Diretor Municipal do Município de Pirassununga e dá outras providências);
4. Projeto de Lei Complementar nº 05/2021 (delimita o Perímetro Urbano do Município de Pirassununga e dá outras providências);
5. Projeto de Lei Complementar nº 06/2021 (dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências);
6. Projeto de Lei Complementar nº 07/2021 (institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências);
7. Projeto de Lei Complementar nº 08/2021 (dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências);
8. Projeto de Lei Complementar nº 09/2021 (dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências).

Certa da atenção ao que o assunto requer, agradeço e apresento a Vossa Senhoria os cordiais votos de elevada estima e consideração.

Adriana Aparecida Merenciano  
Diretora Geral da Secretaria

Ilustríssimo Senhor  
**DR. EDGAR SAGGIORATTO**  
Secretário Municipal de Governo  
Prefeitura Municipal de  
Pirassununga-SP

*Recebi*  
Pirassununga, 22/09/2021  
*Adriana Barros*  
Adriana de Sousa Barros  
Escriturária



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **JUNTADA**

Neste ato procedo a juntada da publicação do Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga, edição nº 98 (Edição Complementar), de 23 de setembro de 2021, do **Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que “**institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**”, a qual por mim foi lida e conferida para contagem de prazo, conforme § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica do Município, observado que não consta o cabeçalho do Diário Oficial Eletrônico do Município em todo o arquivo publicado.

Pirassununga, 07 de outubro de 2021.

  
**Jéssica Pereira de Godoy**  
**Analista Legislativo Secretaria**



Pirassununga, 23 de setembro de 2021 | Ano 08 | Nº 098 (Edição Complementar)

**ATOS OFICIAIS**  
**PODER LEGISLATIVO**

**Câmara Municipal**

**CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**


**COMUNICADO**

Em atenção ao artigo 37 da Constituição Federal, a Câmara Municipal de Pirassununga comunica que recebeu no dia 02 de setembro de 2021, os seguintes Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal:

- Projeto de Lei Complementar nº 04/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 05/2021, de autoria do Prefeito, que delimita o Perímetro Urbano do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 06/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, de autoria do Prefeito, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 08/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 09/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Os Projetos de Lei Complementar encontram-se à disposição da População no sítio da Câmara Municipal: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br), nos termos do artigo 152 do Regimento Interno para conhecimento da Revisão do Plano Diretor Municipal.

Pirassununga, 22 de setembro de 2021.

  
**Luciana Batista**  
Presidente





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)

Site: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

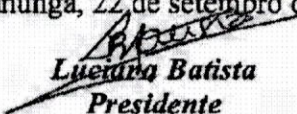


## COMUNICADO À POPULAÇÃO

Em atenção ao artigo 37 da Constituição Federal e § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica, a Câmara Municipal de Pirassununga comunica que recebeu, e publica os seguintes Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal, abaixo descritos. Nos termos do artigo 152 do Regimento Interno, a tramitação dos referidos projetos poderá iniciar após 20 (vinte) dias da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga.

- Projeto de Lei Complementar nº 04/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 05/2021, de autoria do Prefeito, que delimita o Perímetro Urbano do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 06/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, de autoria do Prefeito, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 08/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- Projeto de Lei Complementar nº 09/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Pirassununga, 22 de setembro de 2021.

  
**Luana Batista**  
Presidente





# REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

## MINUTA DE LEI DO SISTEMA VIÁRIO



**MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA – SP**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL**

**Coordenador**

Edson Aquiles Sanches – Eng. Agrimensor e Civil

**Secretário**

Renato Guerra Franchi – Eng. Civil e Segurança do Trabalho

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

Sec. de Plan. - Alexandre Malachias Cardoso  
Chefe do Set. de Obras e Cad. - Rafaela Mello Veneroso  
Arquiteto - Arquiteto César Antônio Siivestrini

**SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS**

Eng. Civil - Paulo Henrique Sanches  
Eng. Haroldo - Haroldo Pinto de Campos  
Eng. Civil - Antônio Augusto Gavazza  
Eng. Agrimensor - Aurélio Paivavéri Zamaro

**SERV. DE ÁGUA E ESG. DE PIRASSUNUNGA**

Camila Aldrigueti Rosim  
Marcus César Sardinha Valsechi

**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**

Ricardo Dal Belio Biancon

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

Eduardo Del Nero  
Tiago Alberto Freitas Varise Governo

**SEC. MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS**

Deise Armelinda Lozano

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Carlos Roberto Bertin

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Sara Zero dos Santos

**APAE**

Moacyr Fonseca Júnior

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA**

Maria Salete Jiquilin Carvalho

**CREA**

Luiz Henrique Barbirato

**FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

Major Aviador Leonardo Ribeiro Fernandes Mala

**13º R.C. MEC.**

Maj. Felipe Daniel Palotti

**USP**

Fabício Ribeiro dos Santos Godoi

**POLICIA AMBIENTAL**

1º Ten. PM Ivo Fabiano Mcrais

**POLICIA CIVIL**

Arlei Antonio Baldin

**CORPO DE BOMBEIROS**

1º Ten. Pm André Giuliano Rizzo Bovolcn

**POLICIA MILITAR**

1º Ten. PM Daniel Fernando Lançoni

**CAU**

Atanagildo da Silva Junior

**AREA**

Antônio Ricardo Hypólito

**ASSOC. DO COM. E IND. DE PIRASSUNUNGA**

Celso Luiz Pedrazini dos Santos

**OAB**

Dr Tamiis Gonçalves Fausto – OAB

**CONSEG**

Fúlvio Vinícius de Lima Nóbrega

**SINDICATO**

Pedro Aparecido Tonetti





## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO I**

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 1º)

Seção I

Dos objetivos (Art. 2º ao 4º)

Seção II

Das definições (Art. 5º)

### **CAPÍTULO II**

DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS (Art. 6º ao 8º)

### **CAPÍTULO III**

DAS DIMENSÕES DAS VIAS (Art. 9º ao 11)

### **CAPÍTULO IV**

DAS VIAS RURAIS (Art. 12 ao 15)

### **CAPÍTULO V**

DO VOLUME DE TRÁFEGO (Art. 16)

### **CAPÍTULO VI**

DA SINALIZAÇÃO (Art. 17)

### **CAPÍTULO VII**

DO SISTEMA CICLOVIÁRIO (Art. 18 ao 21)

### **CAPÍTULO VIII**

DA ARBORIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS (Art. 22 ao 26)

### **CAPÍTULO IX**

DAS DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO (Art. 27 ao 29)

### **CAPÍTULO X**

DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS (Art. 30 ao 33)

### **CAPÍTULO XI**

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 34 ao 43)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2021

LEI COMPLEMENTAR Nº...../....., DE .... DE ..... DE .....

Institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências.

O Poder Legislativo de Pirassununga, Estado de São Paulo, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º.** A presente Lei destina-se a hierarquizar, ordenar, dimensionar e disciplinar a implantação do Sistema Viário do Município de Pirassununga, assegurando a observância das normas relativas à matéria e zelando pelos interesses comuns do Município no que diz respeito ao seu pleno desenvolvimento.

**Seção I  
Dos objetivos**

**Art. 2º.** Objetivos gerais para disciplinar o Sistema Viário:

- I. Assegurar a circulação e o transporte urbano de modo a atender a população;
- II. Estabelecer condições para que as vias de circulação possam desempenhar suas funções e dar vazão adequada ao respectivo tráfego;
- III. Estabelecer um sistema de vias de circulação adequado ao tráfego e a locomoção dos usuários;
- IV. Assegurar a continuidade do arruamento existente nos novos parcelamentos do solo no Município;
- V. Implantar um sistema de cicloviás, como alternativa de locomoção e lazer;
- VI. Proporcionar segurança e conforto ao tráfego de pedestres e ciclistas;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



VII. Complementar as diretrizes de uso e ocupação do solo no ordenamento funcional e territorial do Município.

**Art. 3º.** Todo e qualquer arruamento no Município deverá ser previamente aprovado pela Administração Municipal, nos termos aqui previstos e na Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos.

**Parágrafo único.** Os projetos de médio e grande porte que envolvam construção de novos eixos viários, pontes, duplicação de vias ou de reestruturação viária, deverão elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental e impacto de vizinhança.

**Art. 4º.** Os novos loteamentos deverão respeitar o conteúdo desta Lei, bem como os traçados pré existentes.

**Seção II**  
**Das definições**

**Art. 5º.** Para efeito de aplicação desta lei, são adotadas as seguintes definições:

- I. Acostamento – é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando permitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta; proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para serem estacionados fora da trajetória dos demais veículos; permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego;
- II. Alinhamento – é a linha divisória entre o terreno e o logradouro público;
- III. Arruamento – conjunto de ruas públicas destinadas à circulação viária e acesso aos lotes;
- IV. Caixa carroçável ou de rolamento – é a faixa de via destinada a circulação de veículos, excluídos os passeios, os canteiros centrais e o acostamento;
- V. Caixa de via – distância, definida em projeto, entre os dois alinhamentos prediais em oposição;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



- VI. Calçada ou passeio – é a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres, segregada e em nível diferente à via, dotada quando possível, de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;
- VII. Calçada – é a parte do logradouro público, destinada ao pedestre e equipada de forma a impedir o estacionamento e o trânsito de veículos;
- VIII. Canteiro central – é o espaço compreendido entre os bordos internos das pistas de rolamento, objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;
- IX. Canteiro lateral – é o espaço compreendido entre os bordos externos das pistas expressas e o bordo interno da pista coletora objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente.
- X. Ciclovia – pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;
- XI. Estacionamento – espaço público ou privado destinado a guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;
- XII. Faixa de domínio de vias – é a área que compreende a largura ou caixa da via acrescida da área "non aedificandi";
- XIII. Faixa de estacionamento – parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o estacionamento de veículos;
- XIV. Logradouro público – É o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo, etc.)
- XV. Meio-fio – linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento ou do acostamento;
- XVI. Pista de rolamento – parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o tráfego de veículos;
- XVII. Seção normal da via – largura total ideal da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;
- XVIII. Seção reduzida da via – largura total mínima exigida da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



- XIX. Sistema Viário – conjunto de vias principais de circulação do Município, com hierarquia superior às de tráfego local;
- XX. Sinalização Horizontal – constituída por elementos aplicados no pavimento das vias públicas;
- XXI. Sinalização Vertical – representada por painéis e placas implantadas ao longo das vias públicas;
- XXII. Sinalização de trânsito – conjunto dos elementos de comunicação visual adotados nas vias públicas para informação, orientação e advertência aos seus usuários;
- XXIII. Tráfego leve – fluxo inferior a 50 (cinquenta) veículos por dia em uma direção;
- XXIV. Tráfego médio – fluxo compreendido entre 50 e 400 (cinquenta a quatrocentos) veículos por dia em uma direção;
- XXV. Tráfego pesado – fluxo superior a 400 (quatrocentos) veículos por dia em uma direção;
- XXVI. Via de circulação – é o espaço organizado para a circulação de veículos, motorizados ou não, pedestres e animais, compreendendo a pista de rolamento, o passeio, o acostamento e canteiro central;
- XXVII. Via pública – área de terra, de propriedade pública e uso comum, destinada a vias de circulação e espaços livres.

**CAPÍTULO II**  
**DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS**

**Art. 6º.** Considera-se sistema viário básico do município de Pirassununga o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas.

**Art. 7º.** As vias de circulação urbana no Município, conforme suas funções e características físicas, classificam-se em:

- I. Via estruturante;
- II. Via arterial;
- III. Via coletora; e
- IV. Via local.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Art. 8º.** Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias:

- I. Via estruturante: Via destinada ao tráfego de passagem e ligação entre extremos da área urbana. Possui a característica de orientar o desenvolvimento urbano e conectar regiões distintas da cidade. Destinada sem restrições ao tráfego geral e de transporte de carga.
- II. Via arterial: Via que deve receber destaque, em termos de tratamento da paisagem urbana – mobiliário urbano, iluminação pública, arborização, sinalização, em função de que concentra as edificações de maior importância da cidade, também tem como função possibilitar o acesso à cidade e fazer a ligação de seus extremos. Essas vias desempenham a função do eixo principal de ligação no sítio urbano, e desenvolvem tráfego contínuo devido ao tipo de uso predominantemente comercial e de serviços ao longo dos trechos principais das avenidas;
- III. Via coletora: Via cuja função é coletar e distribuir o tráfego local e de passagem, fazendo a ligação entre bairros, formando um sistema interligado na malha urbana; e
- IV. Via local: Vias responsáveis por fazer a ligação das coletoras até o seu destino final, apresentando tráfego de baixa velocidade e promovendo a distribuição do tráfego local.

**CAPÍTULO III  
DAS DIMENSÕES DAS VIAS**

**Art. 9º.** O sistema viário obedecerá aos padrões de urbanização e aos requisitos estabelecidos pelo Município quanto à:

- I. Definição das dimensões mínimas das caixas de vias;
- II. Definição das dimensões mínimas das pistas de rolamento;
- III. Definição das dimensões mínimas dos passeios;
- IV. Definição das dimensões mínimas das ciclovias.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Art. 1º.** Todas as vias abertas á circulação de veículos, com o pavimento e passeios definitivos já implantados, permanecem com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto de urbanização específico uma nova configuração geométrica.

**Art. 2º.** As vias a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

**I. Via estruturante:**

- a) Caixa de via: 29,00m (vinte e nove metros);
- b) Pista de rolamento: 10,00m (doze metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 4,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 6,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou Ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central;
- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**i. Via arterial:**

- a) Caixa de via: 25,00m (vinte e cinco metros);
- b) Pista de rolamento: 10,00m (dez metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 4,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central ou em uma das faixas de estacionamento;
- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**i. Via coletora:**

- a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**I. Via local:**

- a) Caixa de via: 15,00m (treze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**§ 1º.** Deverão ser previstas rampas de acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais nos passeis dos logradouros urbanos, conforme NBR 9050 e suas alterações, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**§ 2º.** As rampas máximas serão aceitas em trechos de via cujo comprimento não exceda 150,00m (cento e cinquenta metros).

**§ 3º.** As vias classificadas como arteriais e coletoras estão representadas no mapa do Anexo I e na especificadas na tabela do Anexo V desta Lei.





#### CAPÍTULO IV DAS VIAS RURAIS

**Art. 12º.** As vias de circulação rural no Município, conforme suas funções e características físicas classificam-se em:

- I. Via regional; e
- II. Via rural.

**Art. 13º.** Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias rurais:

- I. Via regional: via que possui a função de conduzir, de forma expressa, o tráfego com origem e/ou destino fora do território do Município, ou seja, rodovias.
- ii. Via rural: são as demais vias que compõem o sistema viário rural e tem a função de levar o tráfego de veículos das propriedades rurais até as vias regionais ou urbanas;

**Art. 14º.** As vias rurais a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

- i. Via regional:
  - a) Seguir definições para rodovias conforme o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER;
- I. Via rural:
  - a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
  - b) Pista de Rolamento: mínimo de 9,00m (nove metros);
  - c) Faixa de Manutenção: 3,00m (três metros) de cada lado da via;
  - d) inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
  - e) Rampa máxima: 20% (vinte e cinco por cento).

**Parágrafo Único.** Fica sob responsabilidade do município a manutenção e abertura de vias na área rural.



**Art. 15º.** Todas as vias rurais deverão possuir faixa de domínio conforme determinações do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, definido pela Lei Federal nº 9503/97.

## **CAPÍTULO V DO VOLUME DE TRÁFEGO**

**Art. 16º.** Os projetos de pavimentação das vias de circulação do Município, conforme estabelecido no Art. 11 desta Lei classificam-se quanto ao volume de tráfego em:

I. Classe 1 – Tráfego pesado, compreendendo:

- a) Vias estruturantes;
- b) Vias arteriais.

I. Classe 2 – Tráfego médio, compreendendo:

- a) Vias coletoras.

I. Classe 3 – Tráfego leve, compreendendo:

- a) Vias locais.

## **CAPÍTULO VI DA SINALIZAÇÃO**

**Art. 17º.** A sinalização das vias públicas é de responsabilidade do Município, como estabelece o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, aprovado pela Lei Federal nº 9503/97.

**§1º.** Toda e qualquer via pavimentada no Município deverá receber sinalização de trânsito, segundo as exigências da legislação pertinente em vigor.

**§2º.** A sinalização horizontal das vias pavimentadas nos novos parcelamentos do solo será executada às expensas dos respectivos parceladores, a partir de projeto previamente aprovado pelo órgão municipal responsável.





§3º. O sentido de tráfego das vias será definido individualmente, dependendo do volume de tráfego.

## CAPÍTULO VII DO SISTEMA CICLOVIÁRIO

**Art. 18º.** O Sistema Ciclovitário é composto do conjunto de ciclovias e ciclofaixas, bem como da sinalização específica, dos estacionamentos e bicicletários necessários à criação de uma infra-estrutura segura para circulação de bicicletas.

**Art. 19º.** São as seguintes as definições dos componentes do Sistema Ciclovitário:

I. Ciclovia: Via destinada ao tráfego exclusivo de bicicletas, separada fisicamente da circulação geral de veículos, com as seguintes características:

- a) largura mínima: 3,00m (três metros) para pista bidirecional;
- b) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;
- c) declividade longitudinal máxima: 5% (cinco por cento);
- d) declividade transversal máxima: 2% (dois por cento) e mínima: 1% (um por cento);
- e) raio mínimo de curvatura: 3,00m (três metros).

i. Ciclofaixa: via destinada ao tráfego preferencial de bicicletas, separada do tráfego geral de veículos, através de sinalização visual com as seguintes características:

- a) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;
- b) as características de declividade obedecem às características das vias onde estiver implantada;
- c) raio mínimo de curvatura: 3,00 metros.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



- I. Estacionamentos: Dispositivos com capacidade para estacionar até 10 bicicletas, por um curto espaço de tempo, instalado em locais de fluxo de pessoas;
- ii. Bicicletários: estacionamentos com alta capacidade de vagas, cercados, localizados junto a grandes polos geradores de tráfego, praças, parques, vias públicas, supermercados, universidades, shopping centers, indústrias, escolas, locais de transbordo de viagens do sistema de transporte coletivo urbano, etc.

**Parágrafo Único.** Quando da impossibilidade da aplicação do disposto nos incisos I ao IV, ficará a cargo da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo analisar e definir a solução.

**Art. 20º.** Todas as áreas de abrangência das cicloviárias, que conseqüentemente criam limites, declividades e barreiras físicas e naturais, deverão receber tratamento específico à sinalização, interseções, arborização, iluminação pública e estacionamentos.

**Art. 21º.** As obras e atividades constantes do Sistema Cicloviário serão viabilizadas a partir das diretrizes e dotações apontadas no Plano de Mobilidade Urbana do Município de Pirassununga.

**CAPÍTULO VIII**  
**DA ARBORIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS**

**Art. 22º.** Compete ao Município a elaboração dos projetos e, em colaboração com seus munícipes, a execução e conservação da arborização e ajardinamento dos logradouros públicos.

**§1º.** Os passeios das vias, e, lotes residenciais, mediante licença do Município, poderão ser arborizados pelos proprietários das edificações fronteiras, às suas expensas, obedecidas as exigências legais.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**§2º.** Caberá ao órgão competente do Município decidir sobre a espécie vegetal que mais convenha a cada caso, bem como sobre o espaçamento entre as árvores.

**Art. 23º.** É atribuição exclusiva do Município, podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores de arborização pública.

**§1º.** Quando se tornar absolutamente imprescindível, poderá ser solicitada pelo interessado a remoção ou o sacrifício de árvores, mediante o pagamento das despesas relativas ao corte e ao replantio.

**§2º.** A solicitação a que se refere o parágrafo anterior deverá ser acompanhada de justificativa, que será criteriosamente analisada pelo órgão competente do Município.

**§3º.** A fim de não ser desfigurada a arborização do logradouro, tais remoções importarão no imediato plantio da mesma ou de novas árvores, em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

**§4º.** Por cortar ou sacrificar a arborização pública será aplicada ao responsável uma multa de 05 (cinco) a 20 (vinte) valores de referência ou unidades fiscais, por árvore, conforme o caso e a juízo da autoridade municipal competente.

**Art. 24º.** São proibidas quaisquer obras, serviços ou atividades em logradouros públicos que venham a prejudicar a vegetação existente.

**Art. 25º.** Os tapumes e andaimes das construções deverão ser providos de proteção de arborização sempre que isso for exigido pelo órgão municipal competente.

**Art. 26º.** Nas árvores das vias públicas não poderão ser amarrados ou fixados fios, nem colocados anúncios, cartazes ou publicações de qualquer espécie.



## CAPÍTULO IX DAS DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO

**Art. 27º.** Ficam definidas como diretrizes para intervenções no Sistema Viário:

- I. Promover obras de paisagismo e revitalização urbana do Sistema Viário;
- II. Estabelecer incentivos para tratamento paisagístico nos passeios por proprietários;
- III. Proceder a iluminação adequada, observando a hierarquia viária;
- IV. Elaborar programa de obras com definição de propriedades; e
- V. Criar programas de sinalização urbana, bem como realizar a sua manutenção.

**Art. 28º.** Ao DEMUTRAN - Departamento Municipal de Trânsito, além das demais atribuições relativas ao planejamento e controle do sistema viário, trânsito e transportes, caberá:

- I. Propor melhorias no sistema viário urbano, através de estudo técnico;
- II. Propor abertura ou prolongamento de vias, para melhor escoamento do tráfego, especialmente nas Zona de Consolidação e Zonas de Expansão Urbana 1, 2 e 3, através de estudo técnico;
- III. Propor soluções para os cruzamentos com grande fluxo de tráfego e em locais onde hajam conflitos, através de estudo técnico;
- IV. Estabelecer limites de velocidade, peso e dimensões, para cada via, respeitados os limites máximos previstos no regulamento do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei Federal nº 9.503/1997, através de estudo técnico;
- V. Fixar áreas de estacionamento de veículos;
- VI. Determinar restrições de uso das vias ou parte delas, mediante fixação de locais, horário e períodos destinados ao estacionamento, embarque ou desembarque de passageiros e de carga e descarga, através de estudo técnico;
- VII. Permitir estacionamentos especiais, devidamente justificáveis;





- VIII. Disciplinar a colocação de onduações transversais no sentido de circuição dos veículos, em vias de trânsito local, bem como nas proximidades de escolas ou outros estabelecimentos, através de estudo técnico;
- IX. O estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga, de produtos perigosos ou não, e para veículos turísticos e de fretamento, devidamente justificáveis;
- X. A criação de terminal para veículos que fazem o transporte de pessoas intraurbano e intramunicipal, ônibus, vans, caminhonetes, táxis e moto táxis.

**Parágrafo Único.** A implantação de atividades afins e correlatas às referidas no *caput* do artigo serão realizadas em conjunto com a Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

**Art. 29º.** Nos terrenos lindeiros às vias que constituem o sistema rodoviário Federal, Estaduai e Municipal, será obrigatório a reserva de uma faixa de 20,00m (vinte metros), para a implantação de uma via local margeando a Rodovia.

## CAPÍTULO X DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS

**Art. 30º.** A implantação das vias deve ser adequada às condições locais do meio físico, em especial quanto à otimização das obras de terraplanagem necessárias à abertura das vias e implantação das edificações.

**Art. 31º.** As vias deverão acompanhar as curvas de nível do terreno e evitar a transposição de linhas de drenagem natural ou córrego.

**Art. 32º.** Deve ser evitada a remoção de vegetação e a implantação de obras de terraplanagem junto aos córregos e linhas de drenagem natural.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Parágrafo Único.** Entende-se por linhas de drenagem natural as feições topográficas em que ocorre uma concentração de fluxo das águas pluviais, independentemente de o fluxo possuir caráter permanente ou não.

**Art. 33º.** Os novos loteamentos deverão observar o traçado das vias projetadas, conforme mapa do sistema viário anexo à parte integrante desta Lei.

**CAPÍTULO XI  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 34º.** O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática o conteúdo desta Lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço habitado.

**Art. 35º.** A abertura de qualquer via ou logradouro público dependerá de aprovação prévia da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

**Art. 36º.** Qualquer arruamento a ser implantado deve articular-se com as vias adjacentes oficiais assegurando a continuidade do Sistema Viário do Município.

**Art. 37º.** A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, inclusive as do sistema viário principal, deverão obedecer às diretrizes básicas de arruamento e são de inteira responsabilidade do loteador, sem custos para o Município.

**Art. 36º.** As vias sem saída não poderão ultrapassar 100,00 m (cem metros) de comprimento.

**Art. 39º.** As modificações que por ventura vierem a ser feitas no sistema viário básico deverão considerar o zoneamento de uso e ocupação do solo vigente na área ou zona.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Art. 40º.** Após a aprovação desta Lei, não será permitida a abertura de vias de dimensões inferiores a 15,00m (quinze metros) da caixa de via.

**Art. 41º.** Os casos omissos na presente Lei, serão estudados e julgados pela Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo, aplicando-se Leis, Decretos e Regulamentos Especiais.

**Art. 42º.** São partes integrantes e complementares desta Lei os seguintes anexos:

- i. Anexo I – Mapa de Hierarquia do Sistema Viário Urbano;
- II. Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano;
- III. Anexo III – Croquis das Diretrizes Viárias do Sistema Viário Urbano;
- IV. Anexo IV – Classificação das Vias Arteriais e Coletoras;

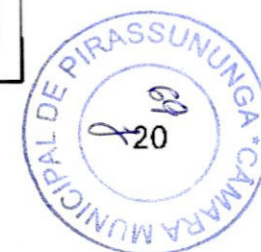
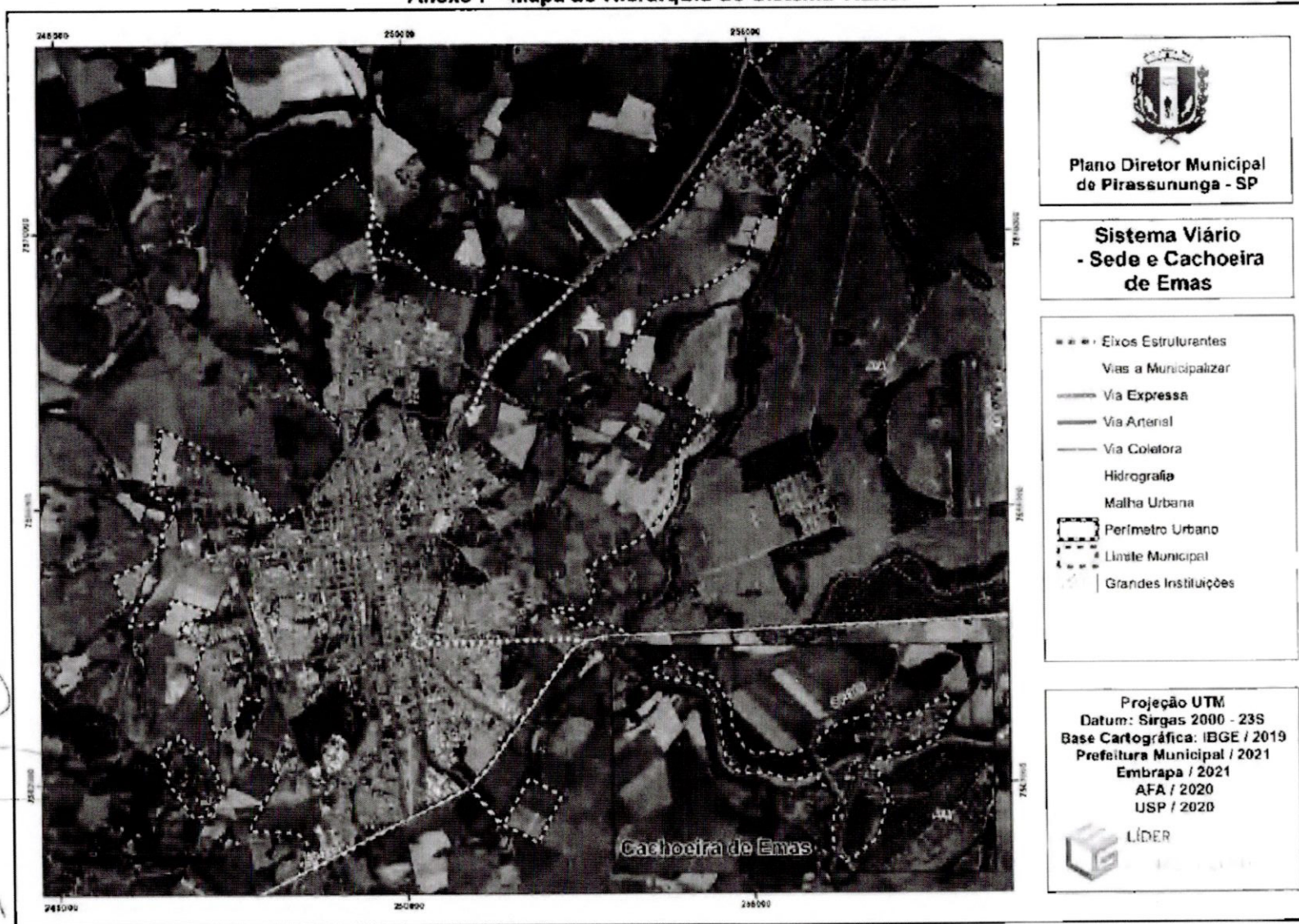
**Art. 43º.** Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação oficial, revogando as demais disposições em contrário.

Pirassununga, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo I – Mapa de Hierarquia do Sistema Viário.







PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano e Rural.

Categorias das vias	Seção normal de via (m)	Pista de rolamento (m)	Faixas de estacionamento (m)	Faixa de manutenção	Passelo (m)	Canteiro central (m)	Inclinação mínima <sup>(1)</sup> (%)	Rampa máxima <sup>(2)</sup> (%)
Vias Regionais	Parâmetros definidos pelo DER							
Vias Rurais	15,00	Mínimo 9,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	-	0,5	20
Expressa	27,00	12,00	-	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
Arteriais	25,00	10,00	(E) 2,50 (D) 2,50	-	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
Coletoras	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25
Local	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25

(1) Da seção transversal tipo.

(2) Rampas aceitáveis em trecho de via cujo comprimento não exceda 150 m (cento e cinquenta metros).

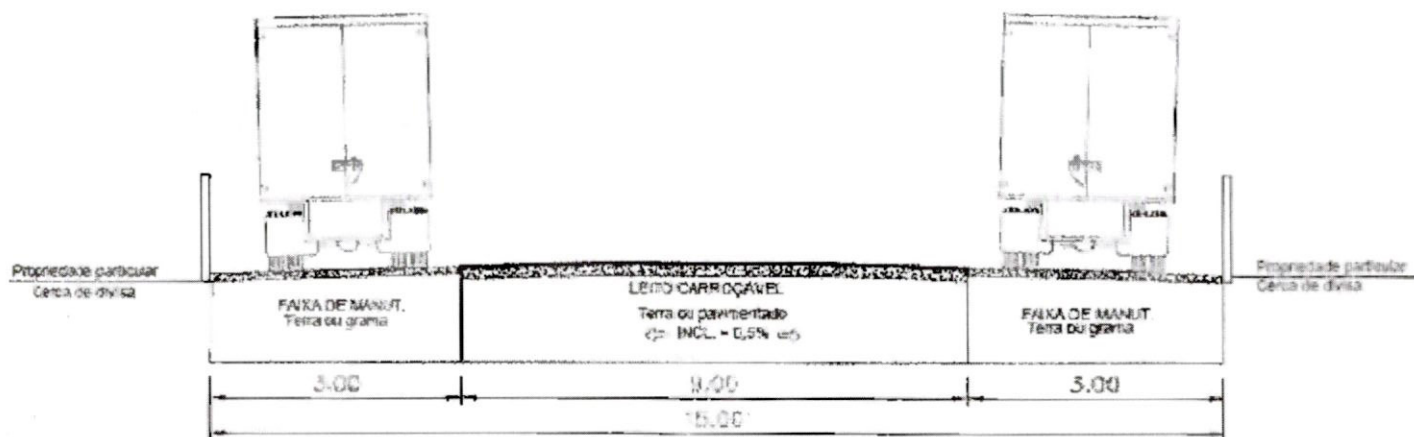
(D) Direita.

(E) Esquerda.



Anexo III – Croquis das Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano.

Croqui I – VIAS RURAIS



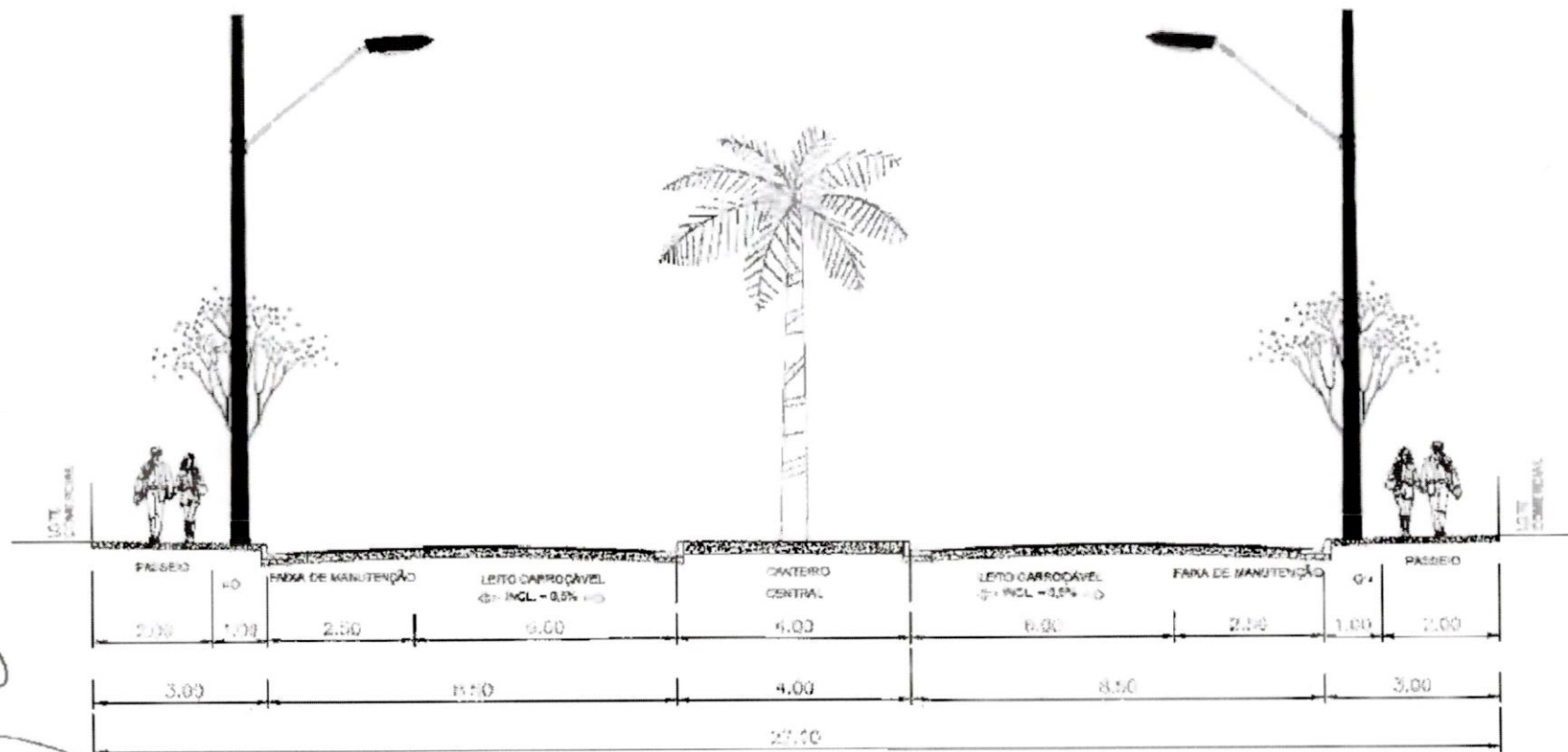
VIAS RURAIS  
SEM ESCALA





PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga - SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III - Croqui II - VIA EXPRESSA

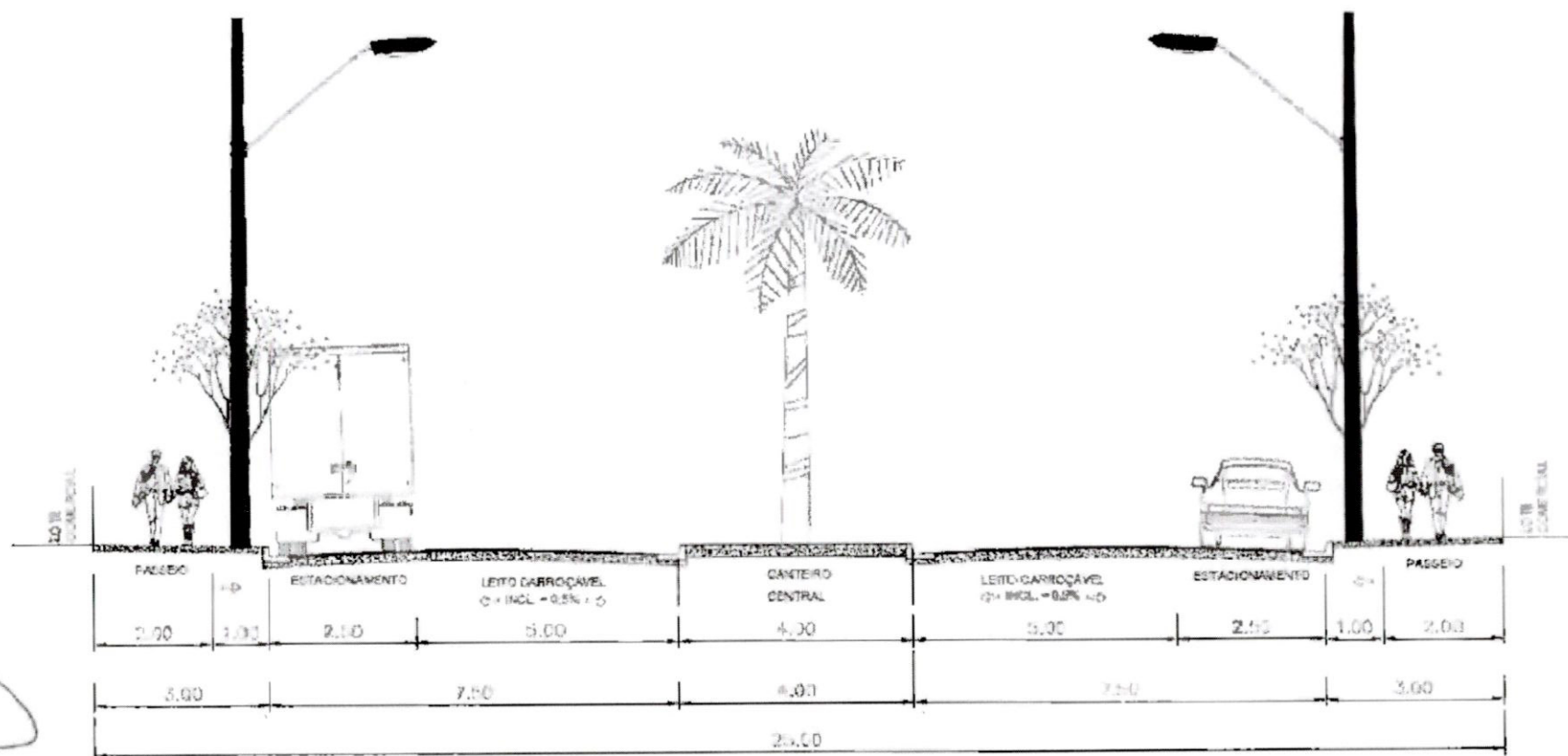


VIA EXPRESSA  
SEM ESCALA



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga - SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III - Croqui III - VIA ARTERIAL

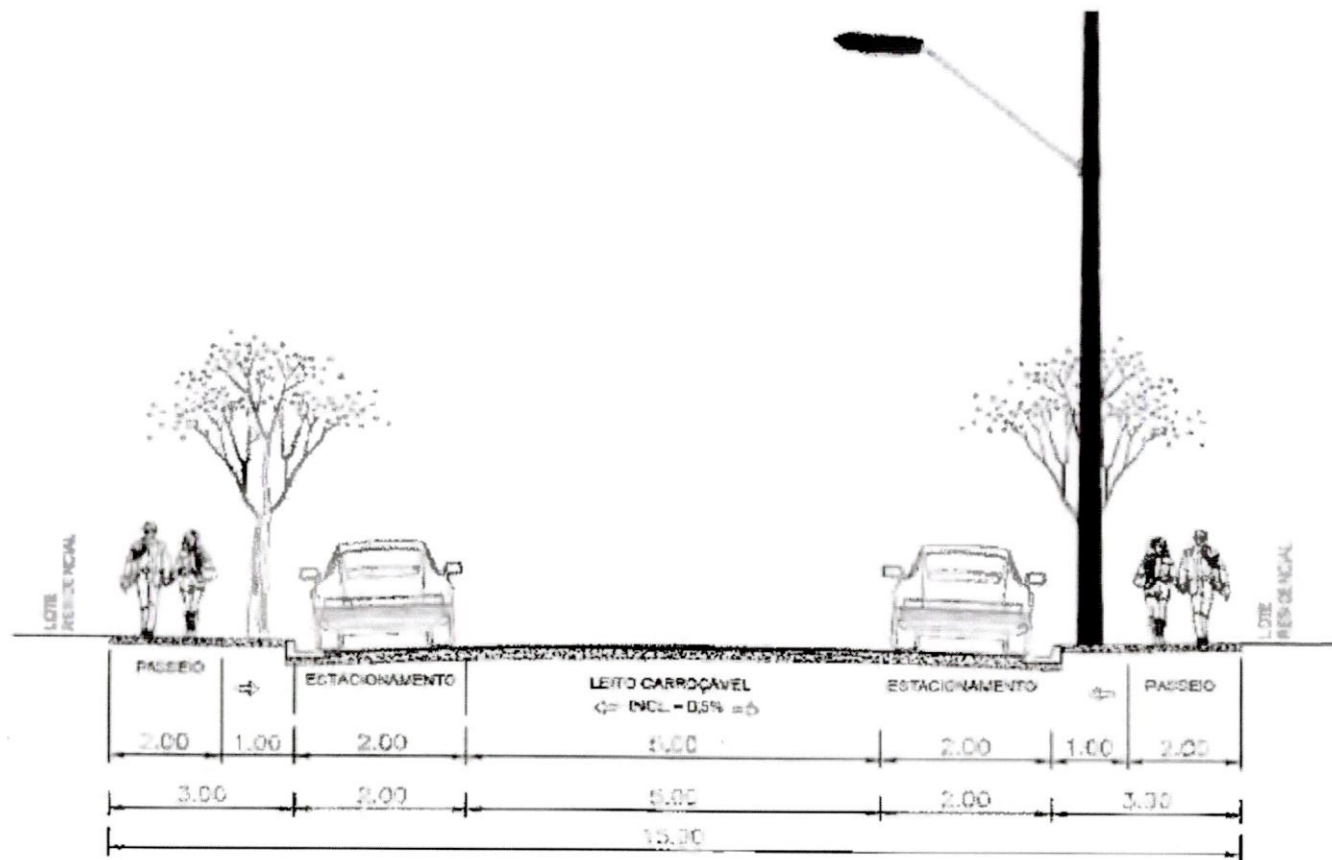


VIA ARTERIAL  
SEM ESCALA





Anexo III - Croqui IV - VIA COLETORA

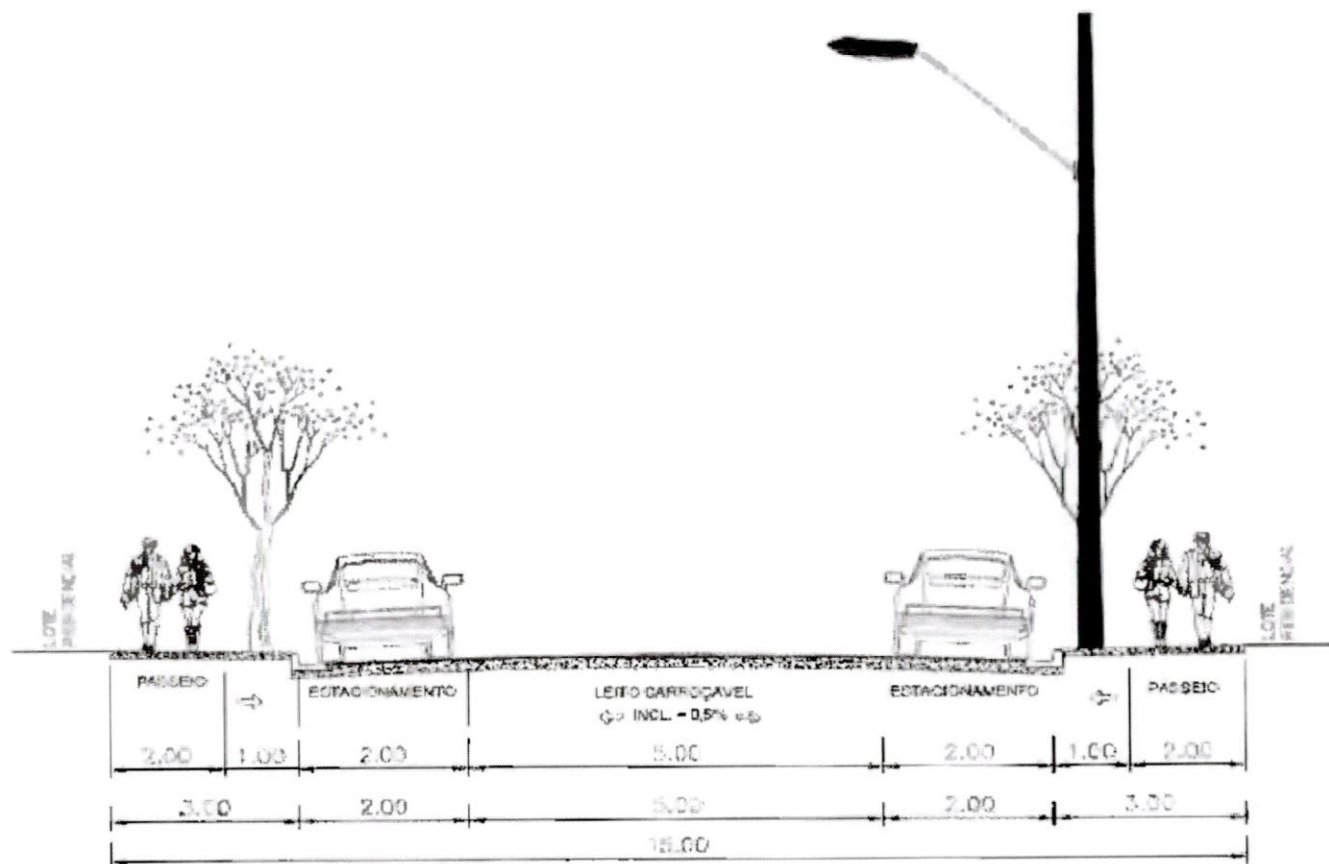


VIA COLETORA  
SEM ESCALA



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croqui V – VIA LOCAL



VIA LOCAL  
SEM ESCALA

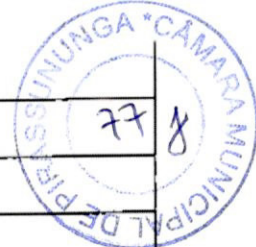


Anexo IV – Classificação das Vias Arteriais e Coletoras.



Categoria	Nome da Via
Arterial	Avenida América do Sul (a partida da Avenida Maria José Bruno Trevisan sentido SP-201)
	Avenida Ângelo Brunno
	Avenida Antônio Joaquim Mendes
	Avenida Marginal
	Avenida Maria José Bruno Trevisan
	Avenida Newton Prado
	Avenida Padre Antônio Vann Ess
	Avenida Painguás
	Avenida Prudente de Moraes
	Rodoanel Anel Viário
	Rua Antônio de Souza Mourão
	Rua Duque de Caxias
	Rua Felipe Boler Júnior
	Rua Germano Dix
	Rua General Osório
	Rua José Bonifácio
	Rua Martimiano dos Santos
	Rua Seis de Agosto
	Rua Siqueira Campos
	Rua Luís Tesch
Coletora	Avenida Flores
	Rua Santos Dumont
	Avenida Engenheiro Josias de Oliveira
	Rua Alan Kardec
	Avenida Presidente Médice
	Rua Lourenço Batei
	Rua Luiz Fernando Andrielli
	Rua Américo Agio
	Rua Antenor Pereira
	Rua Arcindo Lebeis
	Rua Anthero Bolier de Souza
	Rua Coronel Franco
	Rua Quinze de Novembro
	Estrada Bom Retiro

	Rua Constituição
	Avenida Doutor Ivo Xavier Ferreira
	Rua Santo Antônio
	Rua Francisco Caruso
	Rua Elizabete Aparecida Galeni
	Rua Vinte e Um
	Rua Capitão Vasconi
	Rua Joaquim Cristóvão



<b>Categoria</b>	<b>Nome da Via</b>
Coietora	Rua José Parise
	Rua Manoel Leme Franco
	Rua Aizira Silveira Pinheiro
	Rua Joaquim Procópio de Araújo
	Rua Bom Jesus
	Rua Sete de Setembro
	Rua Visconde do Rio Branco
	Rua Amador Bueno
	Avenida Ten. Olímpio Guiguer
	Avenida José Pozzi
	Avenida Ataliba Penteado





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**“ JUSTIFICATIVA ”**

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Excelentíssimos Senhores Vereadores:

Embasam o encaminhamento da propositura, arrazoados do Secretário Municipal de Planejamento bem como do Procurador Geral do Município, cujos termos acatamos integralmente e que ficam fazendo parte integrante da presente justificativa.

Dada a clareza com que o Projeto segue redigido e o alcance que reveste a matéria, desde já contamos com o beneplácito dos nobres Edis que constituem o Egrégio Legislativo em acolher, analisar e aprovar a presente proposta.

Pirassununga, 2 de setembro de 2021.

**DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**



À Procuradoria do Município

**Justificativa**

Como representante da Comissão do Plano Diretor, encaminho as minutas das Leis, Plano Diretor, Código de Obras, Parcelamento do Solo, Sistema Viário, Zoneamento Uso e Ocupação do Solo e Perímetro Urbano, na qual foram elaboradas pela empresa Líder Engenharia juntamente com a Comissão.

Este Trabalho cumpri determinação do Ministério Público no qual o município de Pirassununga elaborou seu último Plano Diretor em 2006, bem como outras normas do ordenamento urbanístico local, com o propósito de atender as diretrizes estabelecidas no Estatuto das Cidades, e em acordo com a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 182 e 183 que tratam de competências jurídico-políticas aplicadas ao planejamento urbano.

Soma-se a isso o disposto no Estatuto da Cidade em seu artigo 40, parágrafo 3º, que determina a revisão do Plano Diretor pelos municípios em período não superior a 10 (dez) anos.

Informo também, como representante da Comissão do Plano Diretor, que o Código de Posturas, será encaminhado posteriormente a aprovação das minutas, e revisão pelos Fiscais, para não haver divergências dos assuntos em tela, podendo assim, propiciar um trabalho com qualidade e eficiência aos munícipes que aguardam por estas leis, que estão travando o crescimento ordenável desta cidade.

Informo também que após a Aprovação destas, poderemos conforme Lei 14.000 de 29 de Maio de 2020, dar andamento no Plano de Mobilidade Urbana e posteriormente a Licitação do Transporte Público.

Pirassununga, 01 de Setembro de 2021

Alexandre Malachias Cardoso  
Secretario Municipal de Planejamento



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Protocolo nº 1978/2006

AO GABINETE

Considerando o Pedido da Secretaria de Planejamento de folhas retro, para análise e manifestações desta Procuradoria quanto as minutas das Leis acostadas no presente caderno administrativo, tenho a me manifestar:

Considerando que as audiências públicas e reuniões temáticas realizadas pela Comissão Especial de Organização do Plano Diretor, deram ampla divulgação e participação popular e democrática a toda população que, opinou, teceu considerações e dúvidas que paulatinamente foram elucidadas e tratadas nas Minutas das Leis anexo.

Considerando a eminente necessidade de regulamentarmos nosso Plano Diretor e demais Legislações que por ele são contempladas, buscando inclusive o atendimento de determinação judicial no sentido de regulamentar procedimentos administrativos abrangidos pelo referido Plano.

Considerando o acima exposto, verifico o total atendimento dos preceitos e diretrizes estabelecidos no Estatuto das

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Cidades na busca da implantação e regulamentação do Plano Diretor em nosso Município.

Desta forma, acompanhando as manifestações técnicas dos 32 (trinta e dois) membros da Comissão Especial e Empresa Contrata, assim não vislumbro óbices ao envio do presente material para análise junto a Câmara de Vereador na forma regimental necessária para tanto.

Em sendo homologado remeta-se os autos a Secretaria de Administração para providências de praxe.

*Sub Sensura.*

Pirassununga, 01 de setembro de 2021.

\_\_\_\_\_  
Tiago Alberto Freitas Varisi  
Procurador Geral do Município



Pirassununga, 24 de Setembro de 2021

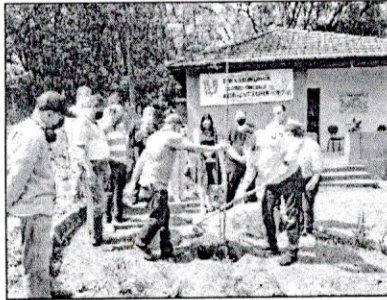
## Dia da Árvore

## Dia da Árvore - Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente lançam programa de recuperação de áreas verdes atingidas por queimadas

Nesta terça-feira (21) em comemoração ao "Dia da Árvore" o prefeito Dr. Milton Diniz Tadeu Urban em conjunto com o secretário de Meio Ambiente Eng. Agrônomo Júlio Juliano Balducci Júnior, reunidos com toda equipe de secretários para lançaram o maior programa de recuperação de áreas verdes queimadas durante a seca no município de Pirassununga.

É o novo "Programa Florestal Saúde Verde - Juntos podemos melhorar o ar que respiramos" que consiste em incentivar e apoiar agricultores e demais interessados na recomposição de matas nativas queimadas, com doação de mudas e orientação técnica.

"Passamos por um período de estiagem prolongado com diversos focos de incêndio florestal que destruíram mais de 100 alqueires na zona rural do município, em um trabalho conjunto entre Secretaria de Meio



Ambiente e Secretaria de Agricultura a prefeitura municipal lança o novo programa (Saúde Verde) que tem como objetivo apoiar o agricultor e demais interessados na recomposição das matas nativas", disse o secretário.

Os interessados no programa deverão entrar em contato

via Whatsapp (19) 3565-2123 apresentando dados pessoais do responsável, local e proposta de recomposição, recebendo assim a liberação para retirada de mudas nativas, bem como orientação técnica para o plantio.

Na ocasião, o secretário aproveitou para contabilizar e



agradecer os melhores resultados da história no plantio e doações de mudas nativas através dos valorosos funcionários do horto florestal.

Como ato de lançamento o prefeito plantou uma árvore (Pau-Brasil) como marco de sua gestão voltada para saúde global do cidadão.

## Secretaria de Obras realiza "Operação Tapa-buracos"



"Operação Tapa-buracos" na Vila Guemão

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços está desenvolvendo uma ação para minimizar alguns problemas com buracos na pavimentação asfáltica de diversos pontos do município.

Já foram implementados serviços em vários bairros da cidade, sendo que, os mais recentes foram na Vila Guemão, no calçamento externo do Centro Cultural de Eventos Dona Bella (FEPASA), no Jardim Europa, entre outros locais.

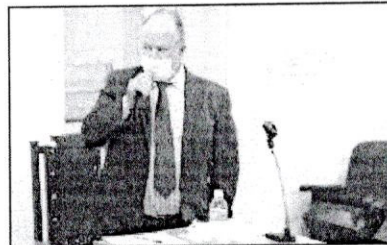
Segundo o secretário da pasta, Leandro Padro Simões, esta ação é para atenuar os impactos causados por trânsito pesado e desgaste natural da cobertura asfáltica.

"Estamos aguardando um novo certame licitatório para um repasse em várias ruas e avenidas do município. No momento o que podemos fazer são essas ações. Sempre com dedicação de nossa pequena, mas esforçada equipe", pontuou o secretário Leandro.

## Natal Furlan pede providências para coibir perturbação de sossego na Newton Prado

Nesta sessão ordinária da Câmara Municipal de Pirassununga desta segunda-feira (20) o vereador Natal Furlan (PSD) pediu, através de requerimento encaminhado ao Promotor da Infância e Juventude Dr. José Carlos Gallucci Thomé, Comandante do 36º Batalhão de Polícia Militar do Interior Ten. Cel. PM Adriano Vieira Braz, Comandante da 3ª Companhia de Polícia Militar, Cap. PM Neymar Pereira dos Santos, Delegado Titular de Pirassununga Dra. Taliane Cristina Parizotto e ao Conselho Tutelar para tomar providências para coibir os transtornos voltaram a acontecer na Avenida Newton Prado e região.

Segundo o vereador, ele tem sido procurado pelo moradores da região que reclamam da perturbação do sossego nas provi-



Natal Furlan: "Medo de virar uma Cracolândia"

vidências de uma distribuidora de água e relatam que, aos finais de semana, há concentração de muitas pessoas, no período da noite, em sua maioria jovens, com cantos e rádios em alto volume, e no dia seguinte, sempre há muita sujeira

com garrafas e latas nas ruas e calçadas, e, em alguns casos, até atos de vandalismo com o patrimônio público; há pessoas que fazem suas necessidades fisiológicas na rua, além do explícito uso de drogas, inclusive por parte de menores, e atos

obscenos.

O documento ressalta ainda que, a situação resulta ainda insegurança e transtornos aos moradores daquela localidade e que alguns moradores, que reclamaram do barulho aos jovens, foram alvo de ameaças.

"Se nada for feito, logo teremos uma Cracolândia. Esse é meu medo", disse o vereador.

O requerimento foi aprovado e assinado por todos os vereadores. Os vereadores Luciana Batista, Sandra Valéria Vodalá Müller e Wellington Cintra também se manifestaram sobre a perturbação de sossego na Avenida Newton Prado.

Luciana reforçou o apelo por providências. Sandra e Wellington destacaram a ausência de políticas públicas para os jovens.

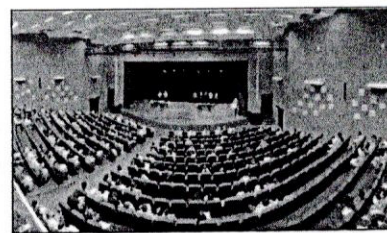
## Mais de 100 pessoas foram contratadas no 1º Feirão do Emprego

A Prefeitura de Pirassununga por meio da Secretaria de Comércio e Indústria em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Pirassununga, a Liga, Sebrae e SENAI realizaram em um esforço conjunto o 1º Feirão do Emprego da cidade oportunizando mais de 140 vagas para seleção. Mais de 100 foram preenchidas.

O Prefeito Dr. Dimas Urban abriu o evento falando sobre o feirão enfatizando o trabalho da prefeitura para gerar oportunidades. "Estamos fazendo todo esforço necessário para gerar emprego na cidade, incluindo diversos cursos em parcerias com Sebrae e SENAI que vai qualificar as pessoas para a disputa de vagas no mercado de trabalho. Logo em breve teremos novidades com mais empresas na cidade", destacou o chefe do Poder Executivo.

Promovido no início de setembro no Centro de Convenções Prof. Fausto Victorrelli, o Feirão do Emprego recebeu mais de 530 pessoas que tiveram oportunidade de participar do cadastro, seleção e palestras sobre colocação e inclusão no mercado de trabalho.

Segundo o levantamento feito entre os organizadores, através do feirão foi possível recolocar mais de 100 pessoas no mercado de trabalho em diversas atividades da Indústria, Comércio e Prestação de Serviços. Somente para auxiliar de produção foram contratadas 50 pessoas. Com a



1º Feirão do Emprego aconteceu no início do mês no Centro de Convenções

possibilidade de aumento de produção no final de ano, as empresas já visualizam novos processos seletivos para quem participou no feirão.

Diversas empresas também solicitaram para participar do feirão com apoio do Posto de Atendimento do Trabalhador,

onde as empresas solicitantes tiveram a indicação para contratação de novos colaboradores para auxiliar de recursos humanos, auxiliar de administração, mecânica, motorista, elétrica, balconista, açougueiro, operador de caixa e operador de empilhadeira.

Algumas destas empresas abriram oportunidade para que seus recém contratados pudessem se inscrever no curso de conclusão do ensino disponível pelo Centro Estadual de Educação para Jovens e Adultos - Ceeja da Escola Estadual Pirassununga IEP.

"Fizemos um grande esforço junto a iniciativa privada para que pudessemos saber a real demanda de empregos no município, foram mais de 530 pessoas cadastradas e que tiveram uma oportunidade de uma colocação no mercado de trabalho. Gostei do que construímos junto, e já estamos trabalhando para planejar o próximo Feirão do Emprego", assim avaliou o secretário de Comércio e Indústria, Vitor Nareisi.

**VALENTE**

**SUPER TROCA DE ÓLEO**

TROCA DE ÓLEO | FILTRO DE ÓLEO, AR, COMBUSTÍVEL E AR CONDICIONADO  
TROCA LÍQUIDO RADIADOR | TROCA FLUIDO FREIO | TROCA FLUIDO DIREÇÃO HIDRÁULICA  
MAQUINA TROCA DE ÓLEO A VÁCUO

(19) 99729-1443 • VALENTE@LUB • @valente\_lub  
RUA GENERAL LUIZ BARBEDO, 284 - VILA SANTA TEREZINHA

## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA/SP

## Audiência Pública

A Câmara Municipal de Pirassununga, atendendo aos termos do § 5º, do artigo 36, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, participa e convida os municípios para Audiência Pública a ser promovida pelo Gestor do Sistema de Saúde do Município, que apresentará a análise e o relatório do montante e fontes de recursos aplicados no sistema relativos ao 2º quadrimestre do ano de 2021. A audiência será realizada dia 28 de setembro de 2021 (terça-feira), às 19 horas, no Plenário "Dr. Fernando Costa", nesta Casa de Leis. A participação presencial do público observará a capacidade técnica do Plenário e as normas sanitárias de prevenção à Covid-19, ficando mantida a transmissão da audiência pública pelo sistema Câmara Net e pelo canal do YouTube.

Pirassununga, 24 de Setembro de 2021

Luciana Batista - Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA/SP

## COMUNICADO

Em atenção ao artigo 37 da Constituição Federal, a Câmara Municipal de Pirassununga comunica que recebeu no dia 02 de setembro de 2021, os seguintes Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal: - Projeto de Lei Complementar nº 04/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal do Município de Pirassununga e dá outras providências. - Projeto de Lei Complementar nº 05/2021, de autoria do Prefeito, que delimita o Perímetro Urbano do Município de Pirassununga e dá outras providências. - Projeto de Lei Complementar nº 06/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências. - Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, de autoria do Prefeito, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências. - Projeto de Lei Complementar nº 08/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências. - Projeto de Lei Complementar nº 09/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências. Os Projetos de Lei Complementar encontram-se à disposição da População no sítio da Câmara Municipal: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br), nos termos do artigo 152 do Regimento Interno para conhecimento da Revisão do Plano Diretor Municipal. Pirassununga,

22 de setembro de 2021.

Luciana Batista - Presidente

ANUNCIE no  
JC REGIONAL

Fone: (19)  
3565-6515

Bom Pastor  
DE PIRASSUNUNGA

FUNERÁRIA  
Rua da Saudade, 1255  
FONE: 3561-1657





# Câmara Municipal de Pirassununga



A Câmara Municipal de Pirassununga, atendendo ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei nº 10.257/2001, participa e convida os munícipes para a **Audiência Pública** que versará sobre os projetos de lei complementar de revisão do Plano Diretor Municipal abaixo descritos, disponíveis para consulta em: <https://www.camarapirassununga.sp.gov.br/upload/kceditor/files/convite-04.pdf>, a realizar-se **dia 24 de novembro de 2021 (quarta-feira), às 18h30**, no Plenário "Dr. Fernando Costa", nesta Casa de Leis. A participação presencial do público observará a capacidade técnica do Plenário e as normas sanitárias de prevenção à covid-19, ficando mantidos os canais eletrônicos de acesso através do e-mail [audienciapublica@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:audienciapublica@camarapirassununga.sp.gov.br) e a transmissão da audiência pública pelo Sistema Câmara Net e pelo Canal do YouTube.

- **Projeto de Lei Complementar nº 04/2021**, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- **Projeto de Lei Complementar nº 05/2021**, de autoria do Prefeito, que delimita o perímetro urbano do município de Pirassununga e dá outras providências.
- **Projeto de Lei Complementar nº 06/2021**, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- **Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- **Projeto de Lei Complementar nº 08/2021**, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- **Projeto de Lei Complementar nº 09/2021**, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o parcelamento e uso do solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Luciana Batista  
Presidente

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro/ Fone: (19) 3561-2811/ Caixa Postal: 89  
E-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br) / Site: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

**Os documentos pertinentes a relação de Convidados, publicação de Convite e Ata da Audiência Pública realizada estão arquivados em pasta própria.**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **PARECER N°**

### **COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei Complementar n° 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a opor quanto seu aspecto legal e constitucional.

Sala das Comissões,

SEM ASSINATURA

**Sandra Valéria Vadalá Muller**  
**Presidente**

SEM ASSINATURA

**Wellington Luis Cintra de Oliveira**  
**Relator**

SEM ASSINATURA

**César Ramos da Costa - "Cesinha"**  
**Membro**





# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## **PARECER Nº**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E LAVOURA**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto financeiro e orçamentário.

Sala das Comissões,

SEM ASSINATURA

**Jeferson Ricardo do Couto**  
**Presidente**

SEM ASSINATURA

**Paulo Sérgio Soares da Silva - "Paulinho do Mercado"**  
**Relator**

SEM ASSINATURA

**Natal Furlan**  
**Membro**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



**PARECER N° \_\_\_\_\_**

### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Esta Comissão, examinando o Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, de autoria do Prefeito Municipal, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências, nada tem a objetar quanto seu aspecto de educação, saúde pública e de assistência social.

Sala das Comissões,

SEM ASSINATURA

**Fábia Cristina Febras Batista**  
**Presidente**

SEM ASSINATURA

**Jeferson Ricardo do Couto**  
**Relator**

SEM ASSINATURA

**Sandra Valéria Vadalá Muller**  
**Membro**





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **PARECER N°**

### **COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto urbanístico, de obras e serviços públicos.

Salas das Comissões,

SEMASSINATURA

**Cícero Justino da Silva**  
**Presidente**

SEMASSINATURA

**Fábia Cristina Febras Batista**  
**Relator**

SEMASSINATURA

**César Ramos da Costa - "Cesinha"**  
**Membro**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **PARECER N°**

#### **COMISSÃO PERMANENTE DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E BEM ESTAR ANIMAL**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto de agricultura, ambiental e de bem estar animal.

Salas das Comissões,

SEMASSINATURA

**César Ramos da Costa - “Cesinha”**  
*Presidente*

SEMASSINATURA

**Fábia Cristina Febras Batista**  
*Relator*

SEMASSINATURA

**Carlos Luiz de Deus – “Carlinhos”**  
*Membro*





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **PARECER N°**

#### **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei Complementar n° 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto humanístico.

Salas das Comissões,

SEMASSINATURA

**Sandra Valéria Vadalá Muller**  
**Presidente**

SEMASSINATURA

**Natal Furlan**  
**Relator**

SEMASSINATURA

**Wellington Luis Cintra de Oliveira**  
**Membro**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **PARECER N°**

### **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto de consumidor e do contribuinte.

Salas das Comissões,

SEM ASSINATURA

**César Ramos da Costa - “Cesinha”**  
**Presidente**

SEM ASSINATURA

**Natal Furlan**  
**Relator**

SEM ASSINATURA

**Carlos Luiz de Deus – “Carlinhos”**  
**Membro**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## **PARECER N°**

### **COMISSÃO PERMANENTE DE PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA POPULAR**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei Complementar n° 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto a matéria de interesse local da população.

Salas das Comissões,

**SEM ASSINATURA**  
*Sandra Valéria Vadalá Muller*  
*Presidente*

**SEM ASSINATURA**

*Jeferson Ricardo do Couto*  
*Relator*

**SEM ASSINATURA**

*Cícero Justino da Silva*  
*Membro*





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### PARECER Nº

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS PORTADORAS DE DOENÇAS RARAS**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto do direito da pessoa com deficiência e pessoas portadoras de doenças raras.

Salas das Comissões,

SEM ASSINATURA

**Wellington Luis Cintra de Oliveira**  
*Presidente*

SEM ASSINATURA

**Jeferson Ricardo do Couto**  
*Relator*

SEM ASSINATURA

**Carlos Luiz de Deus - "Carlinhos"**  
*Membro*



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone: (19) 3561.2811

Sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

E-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)



Of. nº 1.784/2021 – SG

Pirassununga, 04 de novembro de 2021.


Senhor Prefeito,

Acusamos o recebimento do Projeto de Lei Complementar, que recebeu o número 07/2021, que “institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências”.

Tendo em vista a forma que o projeto foi instruído, inclusive com inadequação de referências de mapas e outros, solicito de Vossa Excelência para fins de dar regularidade à tramitação legislativa, à apresentação de mapas coloridos escala 1:500, gráficos representativos por categoria com indicação colorida, tabelas de usos e demais indicações referenciadas no projeto de lei complementar nº 07/2021.

Solicitamos o envio no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do presente, para que se dê continuidade aos estudos legislativos da matéria.

Ceta da atenção ao que o assunto requer, renovo a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração.

  
Luciana Batista  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN**  
Prefeito Municipal de Pirassununga  
Pirassununga - SP

*Recebi*

Pirassununga, 04/11/2021

Alienai



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**  
**GABINETE DO PREFEITO**



**OFÍCIO GAB. Nº 610/2021**

Pirassununga, 16 de novembro de 2021.

Excelentíssima Senhora Presidente,

- I. À disposição dos Edis.
  - II. Juntada nos respectivos projetos de Lei.
- Pirass; 23/11/2021

  
**Luciana Batista**  
Presidente

Em atenção a solicitação de Vossa Excelência constante nos Ofícios nº 1781/21; 1782/21; 1783/21; 1784/21; 1785/21; 1786/21, encaminhamos manifestação da Secretaria Municipal de Planejamento, a respeito.

Atenciosamente,

  
**DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN**  
Prefeito Municipal

Excelentíssima Senhora  
**LUCIANA BATISTA**  
Câmara Municipal de Pirassununga  
**PIRASSUNUNGA – SP**  
lbm





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**  
Engenharia de Agrimensura



**AO GABINETE**

**REF. Of. nº 1784/2021 - SG**

Conforme solicitado, esta Pasta anexa o mapa em escala maior que faz parte do Projeto de Lei Complementar nº07/2021 – Sistema Viário do Município de Pirassununga/SP.

O mapa em questão é relativo ao “Sistema Viário – Sede e Cachoeira de Emas”.

Estamos à disposição para qualquer dúvida relativa ao tema.

Pirassununga, 16 de Novembro de 2021.

  
**Hugo Roberto Therense Villalba**  
Assessor de Secretaria



# **Plano Diretor Municipal de Pirassununga - SP**

## **Sistema Viário - Sede e Cachoeira de Emas**

-  Eixos Estruturantes
-  Vias a Municipalizar
-  Via Expressa
-  Via Arterial



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone: (19) 3561.2811

Sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

E-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)



Of. nº 2.100/2021 – SG

Pirassununga, 25 de novembro de 2021.

Senhor Prefeito,

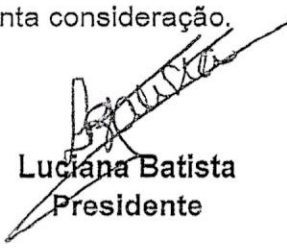
Considerando que foram encontradas desconformidades técnicas legislativas nos Projetos de Lei Complementar nºs: **06/2021** (DISPÕE SOBRE A LEI DE ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.), **07/2021** (INSTITUI A LEI DE SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.), **08/2021** (DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS) e **09/2021** (DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E USO DO SOLO; REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 75 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS), que tratam da Revisão do Plano Diretor Municipal, conforme informação da Secretaria da Câmara, cópia anexa.

Considerando que as matérias dos Projetos são de extrema relevância, merecendo à análise cuidadosa de técnica legislativa disposta na Lei Complementar nº 95/2008, havendo inclusive falta de preenchimento de dados, que gera vício material, impedindo inclusive emendas.

Considerando que vícios formais e materiais impedem a regular tramitação, razão da necessária urgência ao assunto, para eventual apresentação de Mensagem Aditiva de Correção.

Em face ao exposto, solicito a Vossa Excelência junto aos setores competentes da Municipalidade, com a urgência que o caso requer, providencie as correções necessárias aos respectivos Projetos de Lei Complementar nºs: 06, 07, 08 e 09/2021 e envie a esta Casa até 01 de dezembro de 2021, as respectivas Mensagens Aditivas de Correções para continuidade do processo legislativo.

Certa da atenção ao que o assunto requer, renovo a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração.

  
Luciana Batista  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN**  
Prefeito Municipal de Pirassununga  
Pirassununga - SP

*Recebi*  
Pirassununga, 26/11/2021  
*Elinai*





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **Informação**

Após verificação dos Projetos de Lei Complementar nºs 04, 05, 06, 07, 08 e 09/2021, de Revisão do Plano Diretor Municipal, constatou-se as seguintes desconformidades:

**1. PLC nº 06/2021**, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências: Art. 10 e 11 (ausentes); Art. 20, §1º e Art. 21, §1º (ausência do anexo citado); Art. 27 (erro ordenação numérica); Art. 35, II (texto sem clareza); Art. 49, parágrafo único, II e III (por extenso errado).

**2. PLC nº 07/2021**, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências: Art. 5º, XXIV (texto sem clareza); Art. 10 e 11 (erro ordenação numérica, divergência de valores e ausência do anexo citado); Art. 14 (erro ordenação numérica e divergência nos valores); Art. 16 (erro ordenação numérica); Art. 19 (erro ordenação numérica).

**3. PLC nº 08/2021**, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências: Art. 20, §7º (erro ordenação numérica); Art. 40, §1º (erro ordenação numérica); Art. 41, parágrafo único (erro de grafia); Art. 46 (erro de grafia); Art. 48 (erro ordenação numérica); Art. 55, VII (erro de grafia e não uso das normas de redação); Art. 56, §§ 1º e 4º (erro ordenação numérica e de grafia); Art. 64 (não uso das normas de redação); Art. 81 e 82 (erro de grafia e ausência de anexo citado); Art. 92 (não uso das normas de redação); Art. 98 (não uso das normas de redação); Art. 101 (não uso das normas de redação); Art. 113, IV (ausência de anexo citado); Art. 115 (não uso das normas de redação); Art. 123 (ausência do valor por extenso); Art. 136, §1º (erro de grafia); Art. 142 (ausência do valor por extenso); Art. 166 (erro ordenação numérica).

**4. PLC nº 09/2021**, que dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo: revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências: Art. 27 (erro ordenação numérica); Art. 30 (ausência de especificações); Art. 45 (ausência do valor por extenso); Art. 54 (divergência de valores).



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sitio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



Por fim, considerando a Lei Complementar nº 95/1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”, todos os Projetos de Lei Complementares acima mencionados (04, 05, 06, 07, 08 e 09/2021) não seguem as normas de articulação de textos legais e possuem em algumas de suas disposições ausência de clareza, bem como ausência de grafia por extenso de números e percentuais, entre outras inobservâncias.

Pirassununga, 25 de novembro de 2021.

  
Jéssica Pereira de Godoy  
Analista Legislativo Secretaria



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
GABINETE DO PREFEITO



**OFÍCIO GAB. Nº 624/2021**

Pirassununga, 26 de novembro de 2021.

Excelentíssima Senhora Presidente,


Oficie-se o Executivo para encaminhar a esta Casa a Mensagem Aditiva aos Projetos de Lei Complementar 06, 07, 08 e 09/2021.

Pirass; 29/11/2021.

**Luciana Batista**  
Presidente

Em atenção ao Of. nº 2100/2021-SG, que trata dos Projetos de Lei nºs 06/2021, 07/2021, 08/2021 e 09/2021, encaminhamos manifestação da Secretaria Municipal de Planejamento, a respeito.

Atenciosamente,

  
**DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN**  
Prefeito Municipal

Excelentíssima Senhora  
**LUCIANA BATISTA**  
Câmara Municipal de Pirassununga  
PIRASSUNUNGA – SP  
emds





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO



**A Administração**

**Resposta ao OF. N° 2.100/2021**

Em resposta ao Ofício n° 2100/2021 da Câmara Municipal de Pirassununga/SP, onde consta anexo às indicações das desconformidades, encaminhamos o novo material com as correções efetuadas na: PLC n° 06/2021, PLC n° 07/2021, PLC n° 08/2021, PLC n° 09/2021.

Salientamos que o material encaminhado foram feitas apenas as correções enfatizadas.

Pirassununga, 26 de Novembro de 2021

  
**Alexandre Malachias Cardoso**  
Secretário de Planejamento



# REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

## MINUTA DE LEI DO SISTEMA VIÁRIO



**MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA – SP**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL**

**Coordenador**

Edson Aquiles Sanches – Eng. Agrimensor e Civil

**Secretário**

Renato Guerra Franchi – Eng. Civil e Segurança do Trabalho

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

Sec. de Plan. - Alexandre Malachias Cardoso  
Chefe do Set. de Obras e Cad. - Rafaela Mello Veneroso  
Arquiteto - Arquiteto César Antônio Silvestrini

**SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS**

Eng. Civil - Paulo Henrique Sanches  
Eng. Haroldo - Haroldo Pinto de Campos  
Eng. Civil - Antônio Augusto Gavazza  
Eng. Agrimensor - Aurélio Palavéri Zamaro

**SERV. DE ÁGUA E ESG. DE PIRASSUNUNGA**

Camila Aldriguetti Rosim  
Marcus César Sardinha Valsechi

**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**

Ricardo Dal Bello Biancon

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

Eduardo Del Nero  
Tiago Alberto Freitas Varise Governo

**SEC. MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS**

Deise Armelinda Lozano

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Carlos Roberto Bertin

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Sara Zero dos Santos

**APAE**

Moacyr Fonseca Júnior

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA**

Maria Salete Jiquilin Carvalho

**CREA**

Luiz Henrique Barbirato

**FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

Major Aviador Leonardo Ribeiro Fernandes Maia

**13º R.C. MEC.**

Maj. Felipe Daniel Paiotti

**USP**

Fabício Ribeiro dos Santos Godoi

**POLICIA AMBIENTAL**

1ºTen. PM Ivo Fabiano Moraes

**POLICIA CIVIL**

Arlei Antonio Baldin

**CORPO DE BOMBEIROS**

1ºTen. Pm André Giuliano Rizzo Bovolon

**POLICIA MILITAR**

1º Ten. PM Daniel Fernando Lançoni

**CAU**

Atanagildo da Silva Junior

**AREA**

Antônio Ricardo Hypólito

**ASSOC. DO COM. E IND. DE PIRASSUNUNGA**

Celso Luiz Pedrazini dos Santos

**OAB**

Dr Tamiris Gonçalves Fausto – OAB

**CONSEG**

Fúlvio Vinícius de Lima Nóbrega

**SINDINCATO**

Pedro Aparecido Tonetti





---

---

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO I**

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 1º)

#### Seção I

Dos objetivos (Art. 2º ao 4º)

#### Seção II

Das definições (Art. 5º)

### **CAPÍTULO II**

DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS (Art. 6º ao 8º)

### **CAPÍTULO III**

DAS DIMENSÕES DAS VIAS (Art. 9º ao 11)

### **CAPÍTULO IV**

DAS VIAS RURAIS (Art. 12 ao 15)

### **CAPÍTULO V**

DO VOLUME DE TRÁFEGO (Art. 16)

### **CAPÍTULO VI**

DA SINALIZAÇÃO (Art. 17)

### **CAPÍTULO VII**

DO SISTEMA CICLOVIÁRIO (Art. 18 ao 21)

### **CAPÍTULO VIII**

DA ARBORIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS (Art. 22 ao 26)

### **CAPÍTULO IX**

DAS DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO (Art. 27 ao 29)

### **CAPÍTULO X**

DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS (Art. 30 ao 33)

### **CAPÍTULO XI**

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 34 ao 43)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



LEI COMPLEMENTAR Nº...../....., DE ... DE ..... DE .....

Institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências.

O Poder Legislativo de Pirassununga, Estado de São Paulo, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º.** A presente Lei destina-se a hierarquizar, ordenar, dimensionar e disciplinar a implantação do Sistema Viário do Município de Pirassununga, assegurando a observância das normas relativas à matéria e zelando pelos interesses comuns do Município no que diz respeito ao seu pleno desenvolvimento.

**Seção I**  
**Dos objetivos**

**Art. 2º.** Objetivos gerais para disciplinar o Sistema Viário:

- I. Assegurar a circulação e o transporte urbano de modo a atender a população;
- II. Estabelecer condições para que as vias de circulação possam desempenhar suas funções e dar vazão adequada ao respectivo tráfego;
- III. Estabelecer um sistema de vias de circulação adequado ao tráfego e a locomoção dos usuários;
- IV. Assegurar a continuidade do arruamento existente nos novos parcelamentos do solo no Município;
- V. Implantar um sistema de ciclovias, como alternativa de locomoção e lazer;
- VI. Proporcionar segurança e conforto ao tráfego de pedestres e ciclistas;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



VII. Complementar as diretrizes de uso e ocupação do solo no ordenamento funcional e territorial do Município.

**Art. 3º.** Todo e qualquer arruamento no Município deverá ser previamente aprovado pela Administração Municipal, nos termos aqui previstos e na Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos.

**Parágrafo único.** Os projetos de médio e grande porte que envolvam construção de novos eixos viários, pontes, duplicação de vias ou de reestruturação viária, deverão elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental e impacto de vizinhança.

**Art. 4º.** Os novos loteamentos deverão respeitar o conteúdo desta Lei, bem como os traçados pré existentes.

**Seção II**  
**Das definições**

**Art. 5º.** Para efeito de aplicação desta lei, são adotadas as seguintes definições:

- I. Acostamento – é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando permitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta; proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para serem estacionados fora da trajetória dos demais veículos; permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego;
- II. Alinhamento – é a linha divisória entre o terreno e o logradouro público;
- III. Arruamento – conjunto de ruas públicas destinadas à circulação viária e acesso aos lotes;
- IV. Caixa carroçável ou de rolamento – é a faixa de via destinada a circulação de veículos, excluídos os passeios, os canteiros centrais e o acostamento;
- V. Caixa de via – distância, definida em projeto, entre os dois alinhamentos prediais em oposição;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



- 
- VI. Calçada ou passeio – é a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres, segregada e em nível diferente à via, dotada quando possível, de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;
  - VII. Calçadão – é a parte do logradouro público, destinada ao pedestre e equipada de forma a impedir o estacionamento e o trânsito de veículos;
  - VIII. Canteiro central – é o espaço compreendido entre os bordos internos das pistas de rolamento, objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;
  - IX. Canteiro lateral – é o espaço compreendido entre os bordos externos das pistas expressas e o bordo interno da pista coletora objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente.
  - X. Ciclovia – pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;
  - XI. Estacionamento – espaço público ou privado destinado a guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;
  - XII. Faixa de domínio de vias – é a área que compreende a largura ou caixa da via acrescida da área “non aedificandi”;
  - XIII. Faixa de estacionamento – parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o estacionamento de veículos;
  - XIV. Logradouro público – É o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo, etc.)
  - XV. Meio-fio – linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento ou do acostamento;
  - XVI. Pista de rolamento – parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o tráfego de veículos;
  - XVII. Seção normal da via – largura total ideal da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;
  - XVIII. Seção reduzida da via – largura total mínima exigida da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



- 
- XIX. Sistema Viário – conjunto de vias principais de circulação do Município, com hierarquia superior às de tráfego local;
  - XX. Sinalização Horizontal – constituída por elementos aplicados no pavimento das vias públicas;
  - XXI. Sinalização Vertical – representada por painéis e placas implantadas ao longo das vias públicas;
  - XXII. Sinalização de trânsito – conjunto dos elementos de comunicação visual adotados nas vias públicas para informação, orientação e advertência aos seus usuários;
  - XXIII. Tráfego leve – fluxo inferior a 50 (cinquenta) veículos por dia em uma direção;
  - XXIV. Tráfego médio – fluxo compreendido entre 50 e 400 (cinquenta a quatrocentos) veículos por dia em uma direção;
  - XXV. Tráfego pesado – fluxo superior a 400 (quatrocentos) veículos por dia em uma direção;
  - XXVI. Via de circulação – é o espaço organizado para a circulação de veículos, motorizados ou não, pedestres e animais, compreendendo a pista de rolamento, o passeio, o acostamento e canteiro central;
  - XXVII. Via pública – área de terra, de propriedade pública e uso comum, destinada a vias de circulação e espaços livres.

**CAPÍTULO II  
DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS**

**Art. 6º.** Considera-se sistema viário básico do município de Pirassununga o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas.

**Art. 7º.** As vias de circulação urbana no Município, conforme suas funções e características físicas, classificam-se em:

- I. Via estruturante;
- II. Via arterial;
- III. Via coletora; e
- IV. Via local.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Art. 8º.** Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias:

- I. Via estruturante: Via destinada ao tráfego de passagem e ligação entre extremos da área urbana. Possui a característica de orientar o desenvolvimento urbano e conectar regiões distintas da cidade. Destinada sem restrições ao tráfego geral e de transporte de carga.
- II. Via arterial: Via que deve receber destaque, em termos de tratamento da paisagem urbana – mobiliário urbano, iluminação pública, arborização, sinalização, em função de que concentra as edificações de maior importância da cidade, também tem como função possibilitar o acesso à cidade e fazer a ligação de seus extremos. Essas vias desempenham a função do eixo principal de ligação no sítio urbano, e desenvolvem tráfego contínuo devido ao tipo de uso predominantemente comercial e de serviços ao longo dos trechos principais das avenidas;
- III. Via coletora: Via cuja função é coletar e distribuir o tráfego local e de passagem, fazendo a ligação entre bairros, formando um sistema interligado na malha urbana; e
- IV. Via local: Vias responsáveis por fazer a ligação das coletoras até o seu destino final, apresentando tráfego de baixa velocidade e promovendo a distribuição do tráfego local.

**CAPÍTULO III  
DAS DIMENSÕES DAS VIAS**

**Art. 9º.** O sistema viário obedecerá aos padrões de urbanização e aos requisitos estabelecidos pelo Município quanto à:

- I. Definição das dimensões mínimas das caixas de vias;
- II. Definição das dimensões mínimas das pistas de rolamento;
- III. Definição das dimensões mínimas dos passeios;
- IV. Definição das dimensões mínimas das ciclovias.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Art. 10º.** Todas as vias abertas à circulação de veículos, com o pavimento e passeios definitivos já implantados, permanecem com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto de urbanização específico uma nova configuração geométrica.

**Art. 11º.** As vias a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

**I. Via expressa:**

- a) Caixa de via: 27,00m (vinte e sete metros);
- b) Pista de rolamento: 12,00m (doze metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 4,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou Ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central;
- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**I. Via arterial:**

- a) Caixa de via: 25,00m (vinte e cinco metros);
- b) Pista de rolamento: 10,00m (dez metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 4,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central ou em uma das faixas de estacionamento;
- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**I. Via coletora:**

- a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**I. Via local:**

- a) Caixa de via: 15,00m (treze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**§ 1º.** Deverão ser previstas rampas de acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais nos passeis dos logradouros urbanos, conforme NBR 9050 e suas alterações, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**§ 2º.** As rampas máximas serão aceitas em trechos de via cujo comprimento não exceda 150,00m (cento e cinquenta metros).

**§ 3º.** As vias classificadas como arteriais e coletoras estão representadas no mapa do Anexo I e na especificadas na tabela do Anexo V desta Lei.



---

---

## CAPÍTULO IV DAS VIAS RURAIS

**Art. 12º.** As vias de circulação rural no Município, conforme suas funções e características físicas classificam-se em:

- I. Via regional; e
- II. Via rural.

**Art. 13º.** Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias rurais:

- I. Via regional: via que possui a função de conduzir, de forma expressa, o tráfego com origem e/ou destino fora do território do Município, ou seja, rodovias.
- II. Via rural: são as demais vias que compõem o sistema viário rural e tem a função de levar o tráfego de veículos das propriedades rurais até as vias regionais ou urbanas;

**Art. 14º.** As vias rurais a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

- I. Via regional:
  - a) Seguir definições para rodovias conforme o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER;
- II. Via rural:
  - a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
  - b) Pista de Rolamento: mínimo de 9,00m (nove metros);
  - c) Faixa de Manutenção: 3,00m (três metros) de cada lado da via;
  - d) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
  - e) Rampa máxima: 20% (vinte por cento).

**Parágrafo Único.** Fica sob responsabilidade do município a manutenção e abertura de vias na área rural.





---

**Art. 15º.** Todas as vias rurais deverão possuir faixa de domínio conforme determinações do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, definido pela Lei Federal nº 9503/97.

## **CAPÍTULO V DO VOLUME DE TRÁFEGO**

**Art. 16º.** Os projetos de pavimentação das vias de circulação do Município, conforme estabelecido no Art. 11 desta Lei classificam-se quanto ao volume de tráfego em:

- I. Classe 1 – Tráfego pesado, compreendendo:
  - a) Vias estruturantes;
  - b) Vias arteriais.
- II. Classe 2 – Tráfego médio, compreendendo:
  - a) Vias coletoras.
- III. Classe 3 – Tráfego leve, compreendendo:
  - a) Vias locais.

## **CAPÍTULO VI DA SINALIZAÇÃO**

**Art. 17º.** A sinalização das vias públicas é de responsabilidade do Município, como estabelece o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, aprovado pela Lei Federal nº 9503/97.

**§1º.** Toda e qualquer via pavimentada no Município deverá receber sinalização de trânsito, segundo as exigências da legislação pertinente em vigor.

**§2º.** A sinalização horizontal das vias pavimentadas nos novos parcelamentos do solo será executada às expensas dos respectivos parceladores, a partir de projeto previamente aprovado pelo órgão municipal responsável.



**§3º.** O sentido de tráfego das vias será definido individualmente, dependendo do volume de tráfego.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO SISTEMA CICLOVIÁRIO**

**Art. 18º.** O Sistema Ciclovitário é composto do conjunto de ciclovias e ciclofaixas, bem como da sinalização específica, dos estacionamentos e bicicletários necessários à criação de uma infra-estrutura segura para circulação de bicicletas.

**Art. 19º.** São as seguintes as definições dos componentes do Sistema Ciclovitário:

I. Ciclovias: Via destinada ao tráfego exclusivo de bicicletas, separada fisicamente da circulação geral de veículos, com as seguintes características:

- a) largura mínima: 3,00m (três metros) para pista bidirecional;
- b) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;
- c) declividade longitudinal máxima: 5% (cinco por cento);
- d) declividade transversal máxima: 2% (dois por cento) e mínima: 1% (um por cento);
- e) raio mínimo de curvatura: 3,00m (três metros).

II. Ciclofaixa: via destinada ao tráfego preferencial de bicicletas, separada do tráfego geral de veículos, através de sinalização visual com as seguintes características:

- a) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;
- b) as características de declividade obedecem às características das vias onde estiver implantada;
- c) raio mínimo de curvatura: 3,00 metros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO



- III. Estacionamentos: Dispositivos com capacidade para estacionar até 10 bicicletas, por um curto espaço de tempo, instalado em locais de fluxo de pessoas;
- IV. Bicicletários: estacionamentos com alta capacidade de vagas, cercados, localizados junto a grandes polos geradores de tráfego, praças, parques, vias públicas, supermercados, universidades, shopping centers, indústrias, escolas, locais de transbordo de viagens do sistema de transporte coletivo urbano, etc.

**Parágrafo Único.** Quando da impossibilidade da aplicação do disposto nos incisos I ao IV, ficará a cargo da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo analisar e definir a solução.

**Art. 20º.** Todas as áreas de abrangência das ciclovias, que conseqüentemente criam limites, declividades e barreiras físicas e naturais, deverão receber tratamento específico à sinalização, interseções, arborização, iluminação pública e estacionamentos.

**Art. 21º.** As obras e atividades constantes do Sistema Cicloviário serão viabilizadas a partir das diretrizes e dotações apontadas no Plano de Mobilidade Urbana do Município de Pirassununga.

**CAPÍTULO VIII**  
**DA ARBORIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS**

**Art. 22º.** Compete ao Município a elaboração dos projetos e, em colaboração com seus munícipes, a execução e conservação da arborização e ajardinamento dos logradouros públicos.

**§1º.** Os passeios das vias, e, lotes residenciais, mediante licença do Município, poderão ser arborizados pelos proprietários das edificações fronteiras, às suas expensas, obedecidas as exigências legais.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



---

**§2º.** Caberá ao órgão competente do Município decidir sobre a espécie vegetal que mais convenha a cada caso, bem como sobre o espaçamento entre as árvores.

**Art. 23º.** É atribuição exclusiva do Município, podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores de arborização pública.

**§1º.** Quando se tornar absolutamente imprescindível, poderá ser solicitada pelo interessado a remoção ou o sacrifício de árvores, mediante o pagamento das despesas relativas ao corte e ao replantio.

**§2º.** A solicitação a que se refere o parágrafo anterior deverá ser acompanhada de justificativa, que será criteriosamente analisada pelo órgão competente do Município.

**§3º.** A fim de não ser desfigurada a arborização do logradouro, tais remoções importarão no imediato plantio da mesma ou de novas árvores, em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

**§4º.** Por cortar ou sacrificar a arborização pública será aplicada ao responsável uma multa de 05 (cinco) a 20 (vinte) valores de referência ou unidades fiscais, por árvore, conforme o caso e a juízo da autoridade municipal competente.

**Art. 24º.** São proibidas quaisquer obras, serviços ou atividades em logradouros públicos que venham a prejudicar a vegetação existente.

**Art. 25º.** Os tapumes e andaimes das construções deverão ser providos de proteção de arborização sempre que isso for exigido pelo órgão municipal competente.

**Art. 26º.** Nas árvores das vias públicas não poderão ser amarrados ou fixados fios, nem colocados anúncios, cartazes ou publicações de qualquer espécie.



---

---

**CAPÍTULO IX**  
**DAS DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO**

**Art. 27º.** Ficam definidas como diretrizes para intervenções no Sistema Viário:

- I. Promover obras de paisagismo e revitalização urbana do Sistema Viário;
- II. Estabelecer incentivos para tratamento paisagístico nos passeios por proprietários;
- III. Proceder a iluminação adequada, observando a hierarquia viária;
- IV. Elaborar programa de obras com definição de propriedades; e
- V. Criar programas de sinalização urbana, bem como realizar a sua manutenção.

**Art. 28º.** Ao DEMUTRAN - Departamento Municipal de Trânsito, além das demais atribuições relativas ao planejamento e controle do sistema viário, trânsito e transportes, caberá:

- I. Propor melhorias no sistema viário urbano, através de estudo técnico;
- II. Propor abertura ou prolongamento de vias, para melhor escoamento do tráfego, especialmente nas Zona de Consolidação e Zonas de Expansão Urbana 1, 2 e 3, através de estudo técnico;
- III. Propor soluções para os cruzamentos com grande fluxo de tráfego e em locais onde hajam conflitos, através de estudo técnico;
- IV. Estabelecer limites de velocidade, peso e dimensões, para cada via, respeitados os limites máximos previstos no regulamento do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei Federal nº 9.503/1997, através de estudo técnico;
- V. Fixar áreas de estacionamento de veículos;
- VI. Determinar restrições de uso das vias ou parte delas, mediante fixação de locais, horário e períodos destinados ao estacionamento, embarque ou desembarque de passageiros e de carga e descarga, através de estudo técnico;
- VII. Permitir estacionamentos especiais, devidamente justificáveis;





- 
- VIII. Disciplinar a colocação de ondulações transversais no sentido de circulação dos veículos, em vias de trânsito local, bem como nas proximidades de escolas ou outros estabelecimentos, através de estudo técnico;
- IX. O estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga, de produtos perigosos ou não, e para veículos turísticos e de fretamento, devidamente justificáveis;
- X. A criação de terminal para veículos que fazem o transporte de pessoas intraurbano e intramunicipal, ônibus, vans, caminhonetes, táxis e moto táxis.

**Parágrafo Único.** A implantação de atividades afins e correlatas às referidas no *caput* do artigo serão realizadas em conjunto com a Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

**Art. 29º.** Nos terrenos lindeiros às vias que constituem o sistema rodoviário Federal, Estadual e Municipal, será obrigatório a reserva de uma faixa de 20,00m (vinte metros), para a implantação de uma via local margeando a Rodovia.

## **CAPÍTULO X**

### **DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS**

**Art. 30º.** A implantação das vias deve ser adequada às condições locais do meio físico, em especial quanto à otimização das obras de terraplanagem necessárias à abertura das vias e implantação das edificações.

**Art. 31º.** As vias deverão acompanhar as curvas de nível do terreno e evitar a transposição de linhas de drenagem natural ou córrego.

**Art. 32º.** Deve ser evitada a remoção de vegetação e a implantação de obras de terraplanagem junto aos córregos e linhas de drenagem natural.





---

**Parágrafo Único.** Entende-se por linhas de drenagem natural as feições topográficas em que ocorre uma concentração de fluxo das águas pluviais, independentemente de o fluxo possuir caráter permanente ou não.

**Art. 33º.** Os novos loteamentos deverão observar o traçado das vias projetadas, conforme mapa do sistema viário anexo à parte integrante desta Lei.

## **CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 34º.** O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática o conteúdo desta Lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço habitado.

**Art. 35º.** A abertura de qualquer via ou logradouro público dependerá de aprovação prévia da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

**Art. 36º.** Qualquer arruamento a ser implantado deve articular-se com as vias adjacentes oficiais assegurando a continuidade do Sistema Viário do Município.

**Art. 37º.** A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, inclusive as do sistema viário principal, deverão obedecer às diretrizes básicas de arruamento e são de inteira responsabilidade do loteador, sem custos para o Município.

**Art. 38º.** As vias sem saída não poderão ultrapassar 100,00 m (cem metros) de comprimento.

**Art. 39º.** As modificações que por ventura vierem a ser feitas no sistema viário básico deverão considerar o zoneamento de uso e ocupação do solo vigente na área ou zona.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



---

**Art. 40º.** Após a aprovação desta Lei, não será permitida a abertura de vias de dimensões inferiores a 15,00m (quinze metros) da caixa de via.

**Art. 41º.** Os casos omissos na presente Lei, serão estudados e julgados pela Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo, aplicando-se Leis, Decretos e Regulamentos Especiais.

**Art. 42º.** São partes integrantes e complementares desta Lei os seguintes anexos:

- I. Anexo I – Mapa de Hierarquia do Sistema Viário Urbano;
- II. Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano;
- III. Anexo III – Croquis das Diretrizes Viárias do Sistema Viário Urbano;
- IV. Anexo IV – Classificação das Vias Arteriais e Coletoras;

**Art. 43º.** Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação oficial, revogando as demais disposições em contrário.

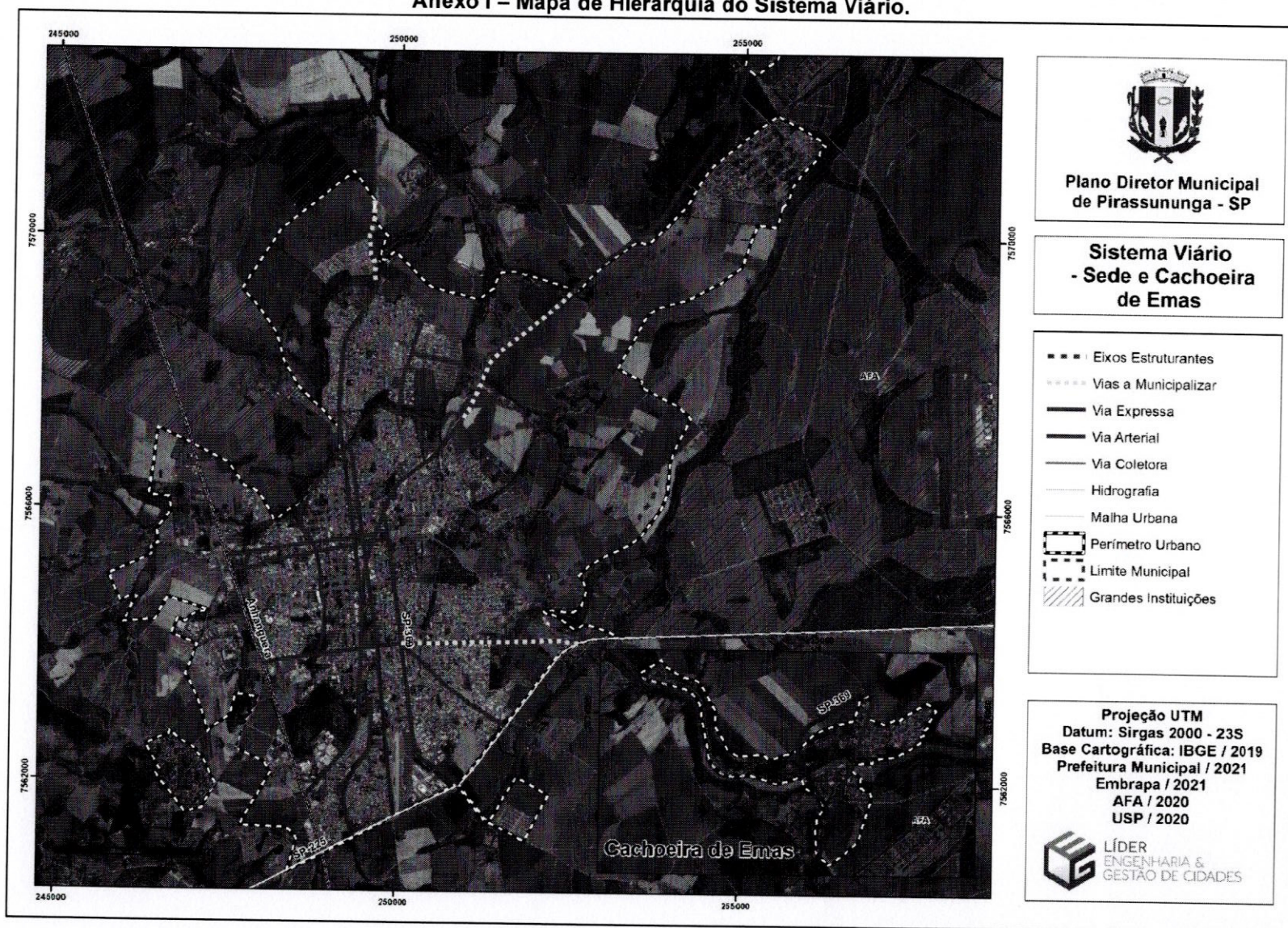
Pirassununga, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.





PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo I – Mapa de Hierarquia do Sistema Viário.







PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano e Rural.

<b>Categorias das vias</b>	<b>Seção normal da via (m)</b>	<b>Pista de rolamento (m)</b>	<b>Faixas de estacionamento (m)</b>	<b>Faixa de manutenção</b>	<b>Passeio (m)</b>	<b>Canteiro central (m)</b>	<b>Inclinação mínima <sup>(1)</sup> (%)</b>	<b>Rampa máxima <sup>(2)</sup> (%)</b>
<b>Vias Regionais</b>	Parâmetros definidos pelo DER							
<b>Vias Rurais</b>	15,00	Mínimo 9,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	-	0,5	20
<b>Expressa</b>	27,00	12,00	-	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
<b>Arteriais</b>	25,00	10,00	(E) 2,50 (D) 2,50	-	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
<b>Coletoras</b>	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25
<b>Local</b>	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25

(1) Da seção transversal tipo.

(2) Rampas aceitáveis em trecho de via cujo comprimento não exceda 150 m (cento e cinquenta metros).

(D) Direita.

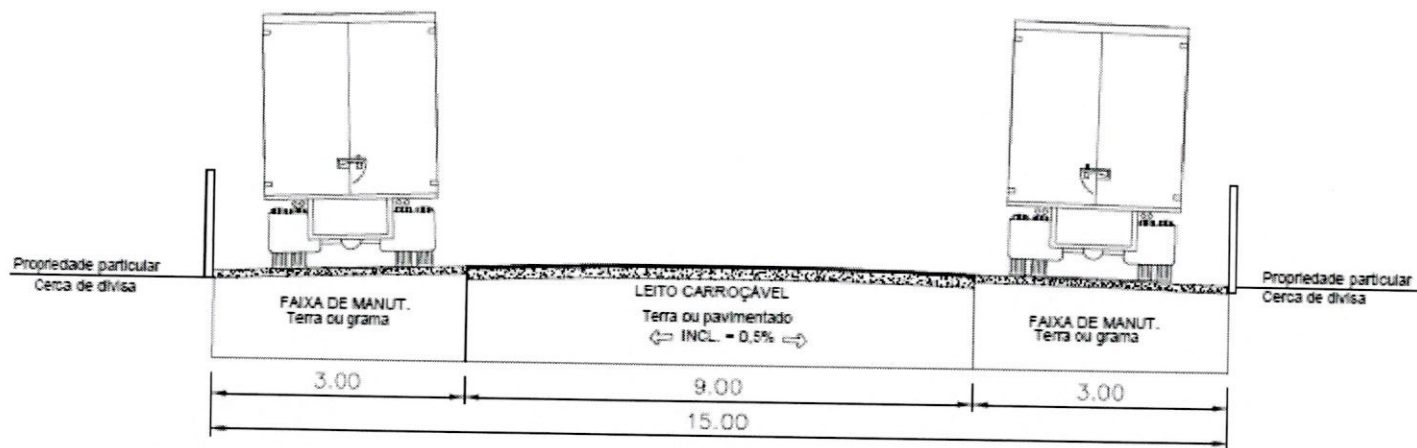
(E) Esquerda.



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croquis das Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano.

Croqui I – VIAS RURAIS



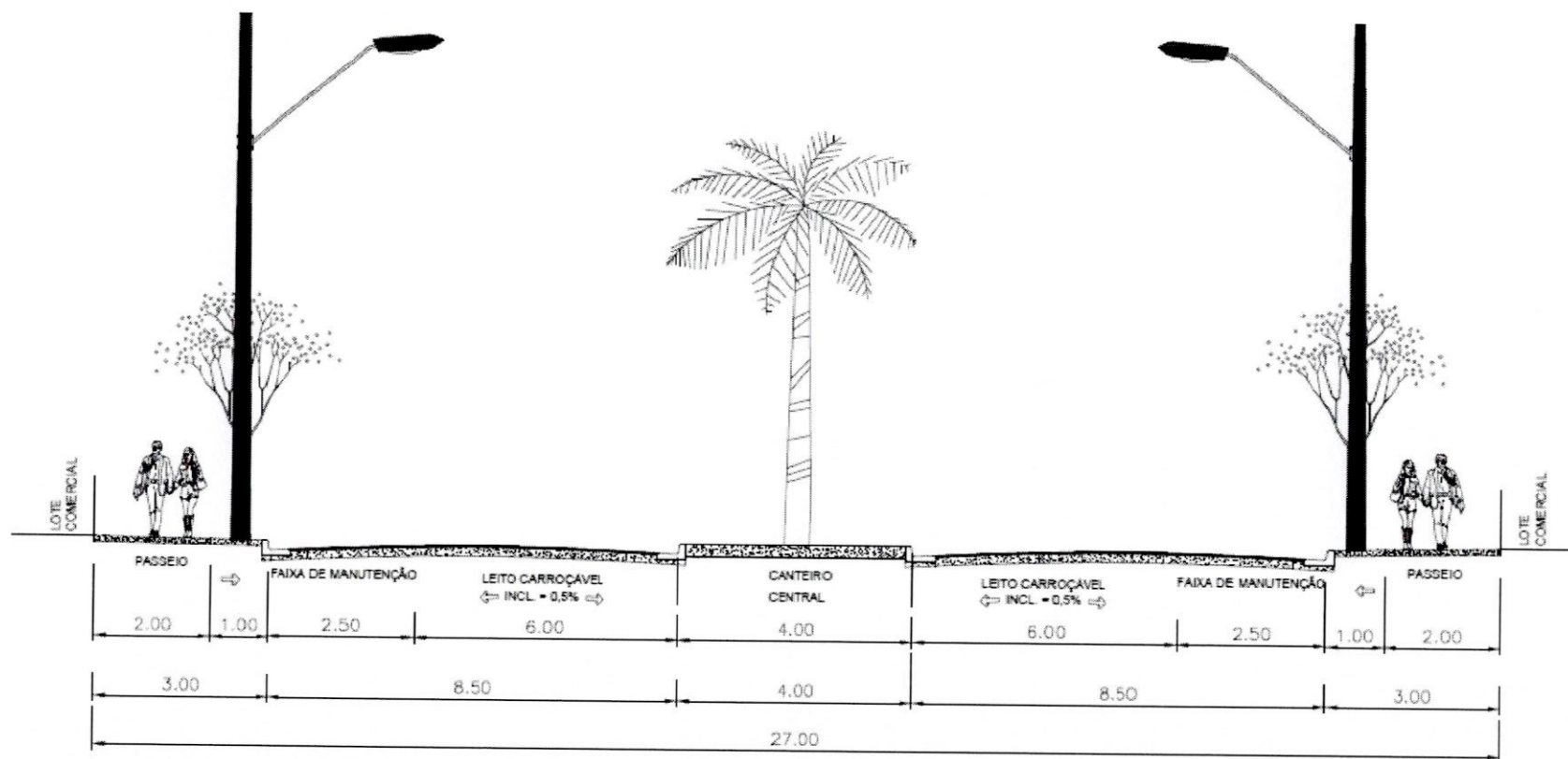
**VIAS RURAIS**  
SEM ESCALA





PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croqui II – VIA EXPRESSA



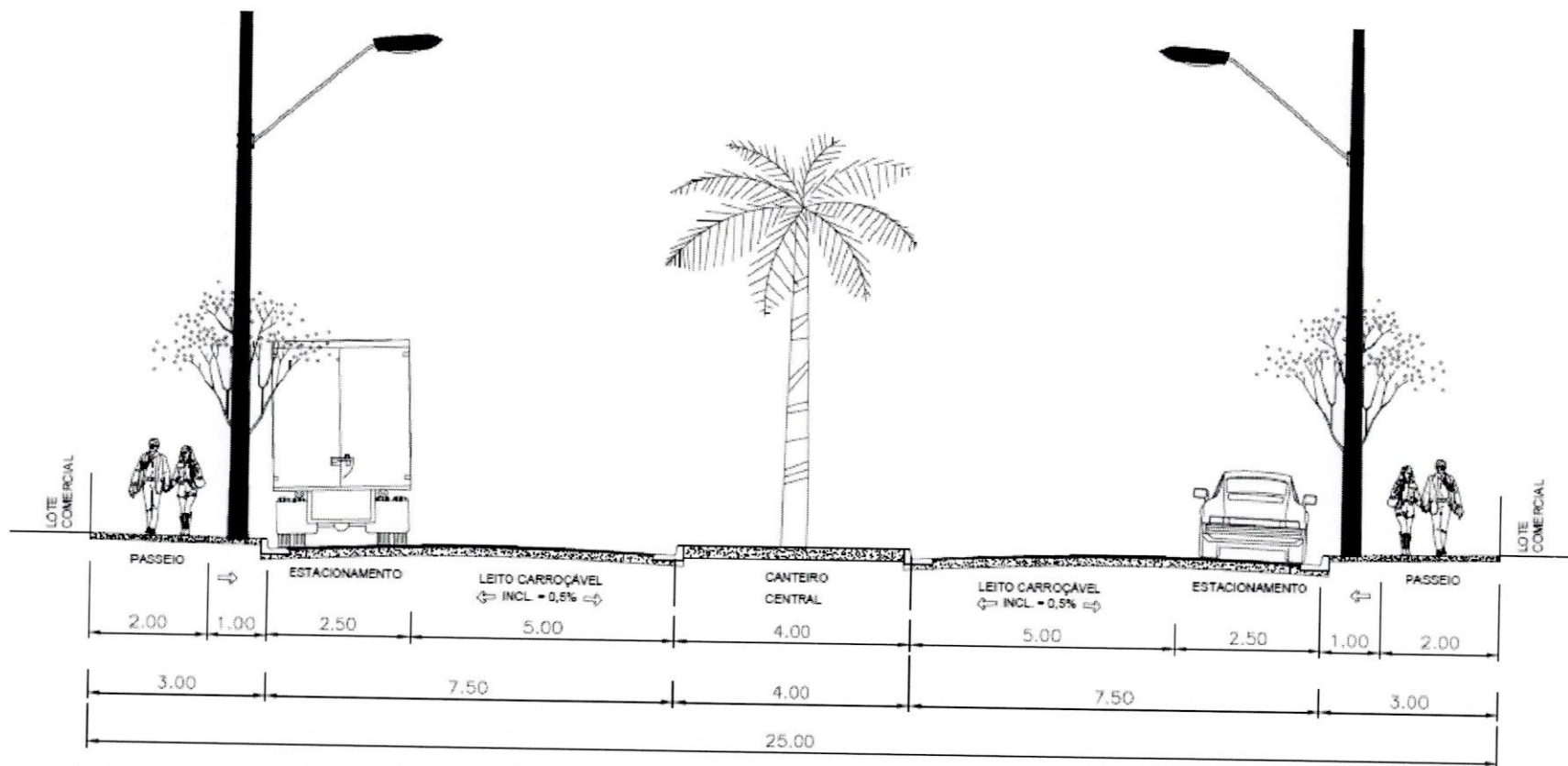
**VIA EXPRESSA**  
SEM ESCALA





PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croqui III – VIA ARTERIAL

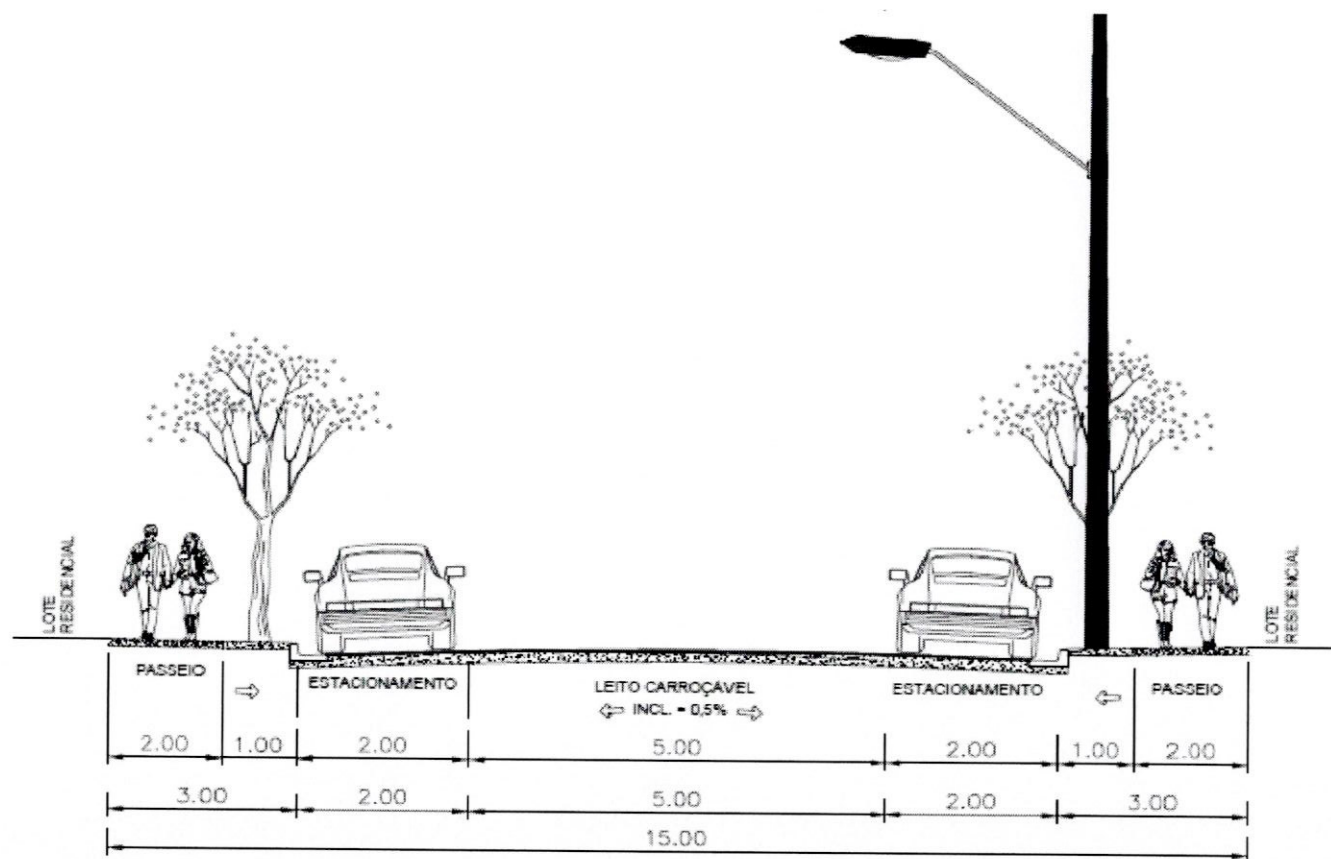


**VIA ARTERIAL**  
SEM ESCALA



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croqui IV – VIA COLETORA

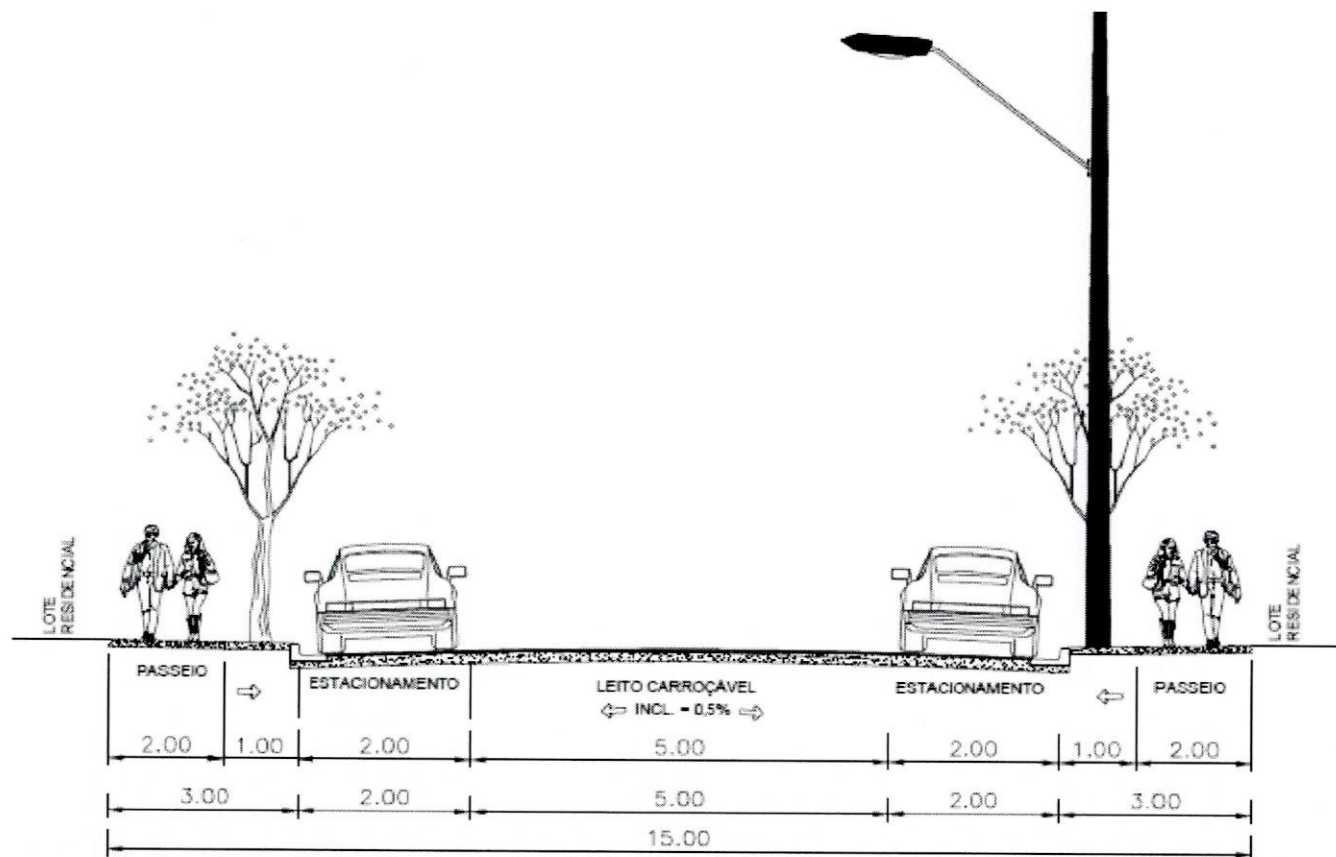


**VIA COLETORA**  
SEM ESCALA



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

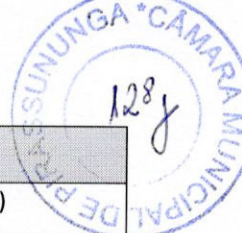
Anexo III – Croqui V – VIA LOCAL




VIA LOCAL  
SEM ESCALA



**Anexo IV – Classificação das Vias Arteriais e Coletoras.**



Categoria	Nome da Via
Arterial	Avenida América do Sul (a partida da Avenida Maria José Bruno Trevisan sentido SP-201)
	Avenida Ângelo Brunno
	Avenida Antônio Joaquim Mendes
	Avenida Marginal
	Avenida Maria José Bruno Trevisan
	Avenida Newton Prado
	Avenida Padre Antônio Vann Ess
	Avenida Painguás
	Avenida Prudente de Moraes
	Rodoanel Anel Viário
	Rua Antônio de Souza Mourão
	Rua Duque de Caxias
	Rua Felipe Boler Júnior
	Rua Gernano Dix
	Rua General Osório
	Rua José Bonifácio
	Rua Martimiano dos Santos
	Rua Seis de Agosto
	Rua Siqueira Campos
	Rua Luís Tesch
Coletora	Avenida Flores
	Rua Santos Dumont
	Avenida Engenheiro Josias de Oliveira
	Rua Alan Kardec
	Avenida Presidente Médice
	Rua Lourenço Batel
	Rua Luiz Fernando Andrielli
	Rua Américo Agio
	Rua Antenor Pereira
	Rua Arcindo Lebeis
	Rua Anthero Boller de Souza
	Rua Coronel Franco
	Rua Quinze de Novembro
	Estrada Bom Retiro



Rua Constituição
Avenida Doutor Ivo Xavier Ferreira
Rua Santo Antônio
Rua Francisco Caruso
Rua Elizabete Aparecida Galeni
Rua Vinte e Um
Rua Capitão Vasconi
Rua Joaquim Cristóvão

Categoria	Nome da Via
Coletora	Rua José Parise
	Rua Manoel Leme Franco
	Rua Alzira Silveira Pinheiro
	Rua Joaquim Procópio de Araújo
	Rua Bom Jesus
	Rua Sete de Setembro
	Rua Visconde do Rio Branco
	Rua Amador Bueno
	Avenida Ten. Olímpio Guiguer
	Avenida José Pozzi
	Avenida Ataliba Penteado

# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)

Site: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



Of. nº 2101/2021

Resposta ofício GAB nº 624/2021

URGENTE

Pirassununga, 29 de novembro de 2021.

Senhor Prefeito,

Esta Casa de Leis recebeu o ofício nº GAB 624/2021, objeto do Protocolo nº 5270, de 26.11.2021, no qual encaminha manifestação da Secretaria Municipal de Planejamento a respeito dos Projetos de Lei Complementar nºs. 06/21; 07/21; 08/21 e 09/21.

Considerando que mesmo após as correções, verificamos que houve modificações de texto do(s) Projeto(s) de Lei(s), exemplificativamente, como o do Projeto de Lei Complementar nº 09/21, onde foram criados os incisos I a VI, do artigo 30, que não estavam no Projeto Original.

No Projeto de Lei Complementar nº 07/21, houve alteração de texto, sendo que no inciso I, do artigo 11, foi alterado a palavra para "via expressa", quando constava "via estruturante" e ainda na alínea "a", do mesmo artigo a metragem da caixa de via que era de "29,00 m" foi alterada para "27 m". Ainda neste mesmo Projeto de Lei, constou no §3º do artigo 11, a informação de um "Anexo V" e o mesmo não integra o Projeto de Lei.

Assim, ao contrário do informado pelo Senhor Secretário Municipal de Planejamento, as alterações são significativas e, **todos os projetos de leis, devem ser corrigidos pelo Executivo**, pois serão submetidas à publicação, (cuja audiência pública e participação popular é obrigatória).

Assim, informo-vos que qualquer solicitação de alteração deve ocorrer por Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei, com a alteração em todos os itens e folhas correspondentes a(s) qual(is) se pretende alterar.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

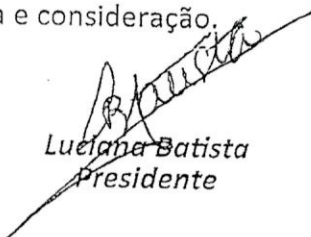
E-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)

Site: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



Dessa forma, o Executivo Municipal para proceder as alterações deve encaminhar com urgência, Mensagem Aditiva com as respectivas alterações, disponibilizando o material em mídia digital, em arquivo aberto para a inclusão de eventuais emendas e alterações aos Projetos de Lei.

Certo da atenção ao que o assunto requer, aproveito do ensejo para externar protestos de estima e consideração.

  
Luciana Batista  
Presidente

Ao Senhor  
Dr. Milton Dimas Tadeu Urban  
DD. Prefeito Municipal  
Pirassununga(SP)

*Recebi*

Pirassununga, 29/11/2021

*Luceli*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



d) dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Solicitamos, por derradeiro, a não aplicação dos termos do § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica do Município, visto que, as devidas publicações regimentais dos projetos de lei complementares em tela já se deram em momento oportuno, cumprindo o interstício regimental necessário para tanto.

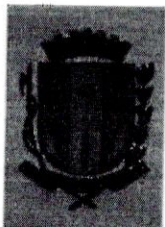
Atenciosamente,

  
**DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN**  
Prefeito Municipal

Excelentíssima Vereadora  
LUCIANA BATISTA  
Câmara Municipal de Pirassununga  
Nesta.

0531-Câmara Pirassununga-02/22/2021-09 12:08:05-444938 3





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



**OF. N° 2101/2021 – Resposta ao Ofício GAB n°624/2021**

Textos em que a Câmara Municipal de Pirassununga apontou como modificações:

**Projeto de Lei Complementar n°09/21 – Parcelamento do Solo:**

- Incluídos os incisos I ao VI do artigo 30:

Projeto original: Constava o artigo 30 com o final em: (dois pontos), ou seja, faltou a inclusão dos incisos desse artigo.

Projeto atualizado: Foram incluídas as especificações do artigo 30:

- classificação e zoneamento do projeto;
- descrição das obras e serviços a que se obriga o empreendedor do projeto nos termos do artigo 9°;
- discriminação das áreas que passam a contribuir bens de domínio público, sem ônus para o município;
- prazo para cumprimento do disposto no Inciso II, deste artigo, que será o constante do prazo fixado no artigo 27;
- restrições construtivas e taxa de construção para os lotes;
- área de permeabilidade destinada para o lote.

Justificativa: Com a nova correção foram incluídos os incisos relatados para complementação do artigo 30 em resposta ao Of. 2100/2021 item 4 da PLC N° 09/2021.

**Projeto de Lei Complementar n° 07/2021 – Sistema Viário:**

- Alteração do artigo 11 na palavra de “via estruturante” para “via expressa”

Projeto original: Constava a palavra “via estruturante” e em seu anexo III croqui II constava “via expressa”.

Projeto atualizado: A palavra foi corrigida para “via expressa” no artigo 11.

Justificativa: O anexo III croqui II representa a “via expressa” corretamente como enviado no



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



projeto original, somente no artigo 11 que foi apresentada de modo equívoco a palavra "estruturante".

Observação: Toda palavra "estruturante" foi alterada para "expressa", dando legitimidade para as informações, como no artigo 7, artigo 8 - inciso I e artigo 16 - inciso I alínea "a".

- Alteração – inciso I artigo 11- Da metragem da caixa de via que era "29,00 m (vinte e nove metros)" para 27,00m (vinte e sete metros).

Projeto original: Constava a metragem 29,00 m (vinte e nove metros).

Projeto atualizado: Foi corrigido para 27,00m (vinte e sete metros).

Justificativa: O anexo III croqui II representa corretamente a nomenclatura e a metragem da caixa de via como mandado no projeto original, assim, corrigimos para que artigo e anexo estejam com as mesmas informações.

- Informação de um "Anexo V" que não integra o Projeto de Lei.

Projeto original: Artigo 11 §3º - "As vias classificadas como arteriais e coletoras estão representadas no mapa do Anexo I e na especificadas na tabela do Anexo V desta Lei."

Projeto atualizado: Artigo 11 § 3º. As vias classificadas como arteriais e coletoras estão representadas no mapa do Anexo I e na especificadas na tabela do Anexo III, croqui III e IV desta Lei.

Justificativa: A indicação estava equivocada, visto que, não existe "Anexo V", sendo a correta o "Anexo III – Croqui III e IV".

**Resposta ao Ofício GAB nº2100/2021**

**Projeto de Lei Complementar nº 06/2021 – Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo:**

- Alteração – Artigos 10 e 11.

Projeto original: Artigo 10 e 11 ausente.

Projeto atualizado: O artigo 10 é referente a Zona de Amortecimento - ZAM e o artigo 11 é relativo a Zona de Urbanização Específica – ZUE.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



Justificativa: No projeto original constava o numeral 1 (um) como indicação no parágrafo sobre a Zona de Amortecimento - ZAM, sendo que na verdade, era o artigo 10 (dez) a real numeração, no parágrafo seguinte ocorreu o mesmo erro de formatação, sendo o número correto o artigo 11 (onze) que fala da Zona de Urbanização Específica - ZUE, não o numeral 2 (dois) como constava.

- Ausência do anexo citado no artigo 20, §1º e no artigo 21 §1º.

Projeto original: No final do § 1º do artigo 20 constava conforme tabela do anexo V.

Projeto Atualizado: "conforme Tabela do Anexo III – Tabela 13".

Justificativa: Após análise dos anexos em questão, verificou-se que o anexo que estava sendo mencionado no artigo 20 final do §1º era o Anexo III – Tabela 13 e não o anexo V, uma vez que não existe esse anexo no projeto de lei.

Projeto original: No final do § 1º do artigo 21 constava conforme tabela do anexo V.

Projeto Atualizado: "conforme Tabela do Anexo III – Tabela 14".

Justificativa: Após análise dos anexos em questão, verificou-se que o anexo que estava sendo mencionado no artigo 21 final do §1º era o Anexo III – Tabela 14 e não o anexo V, uma vez que não existe esse anexo no projeto de lei.

- Erro de ordenação numérica no artigo 27.

Projeto original: "Art. 25 - Os índices urbanísticos referentes à ocupação do solo em cada zona urbana serão aqueles expressos no Anexo III, onde são estabelecidos:".

Projeto Atualizado: "Art. 27 - Os índices urbanísticos referentes à ocupação do solo em cada zona urbana serão aqueles expressos no Anexo III, onde são estabelecidos:".

Justificativa: No projeto original ocorreu um erro de formatação numérica onde o artigo 27 constou artigo 25, assim, formatamos da maneira correta (artigo 27) para continuidade da sequência dos artigos.

- Texto sem clareza no artigo 35 inciso II.

Projeto original: "Art. 35 – inciso II – "O primeiro pavimento em subsolo poderá ser apenas semienterrado, desde que o piso do pavimento imediatamente superior não fique acima da cota de + 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) em relação ao ponto mais baixo do meio-fio do





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



logradouro, correspondente à testada do lote”.

Projeto Atualizado: “Art. 35 – inciso II – “O primeiro pavimento em subsolo poderá ser apenas semienterrado, desde que o piso do pavimento imediatamente superior não fique acima da cota de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) em relação ao ponto mais baixo do meio-fio do logradouro, correspondente à testada do lote”.

Justificativa: Retiramos o símbolo de “+” do inciso II, para que seu conteúdo ficasse com mais clareza e assim, possa ser entendimento.

- Por extenso errado no artigo 49, parágrafo único, II e III.

Projeto original: “ II - As atividades que apresentam risco ambiental moderado são classificadas com índice de 2 a 3,5 (dois a três vírgula cinco); III - As atividades que apresentam risco ambiental baixo são classificadas com índice de 1,0 a 1,5 (um a um vírgula cinco)”.

Projeto Atualizado: “ II - As atividades que apresentam risco ambiental moderado são classificadas com índice de 2 a 3,5 (dois inteiros à 3 inteiros e cinco décimos); III - As atividades que apresentam risco ambiental baixo são classificadas com índice de 1,0 a 1,5 (um inteiro à um inteiro e cinco décimos);

Justificativa: Corrigimos a nomenclatura por extenso das medidas apresentadas nos incisos II e III do artigo 49.

**Projeto de Lei Complementar nº 07/2021 – Sistema Viário:**

- Texto sem clareza no artigo 5º, inciso XXIV.

Projeto original: “XXIV - Tráfego médio – fluxo compreendido entre 50 e 400 (cinquenta a quatrocentos) veículos por dia em uma direção”;

Projeto Atualizado: “XXIV - Tráfego médio – fluxo compreendido entre 50 a 400 (cinquenta a quatrocentos) veículos por dia em uma direção;

Justificativa: O tráfego médio é entendido como um fluxo entre 50 a 400 veículos por dia em uma direção.

- **Artigo 10 e 11** – Erro de ordem numérica – divergência de valores e ausência do anexo citado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



Projeto original: **artigo 1º** "Todas as vias abertas à circulação de veículos, com o pavimento e passeios definitivos já implantados, permanecem com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto de urbanização específico uma nova configuração geométrica. **Artigo 2º** - As vias a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

Projeto Atualizado: **artigo 10º** "Todas as vias abertas à circulação de veículos, com o pavimento e passeios definitivos já implantados, permanecem com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto de urbanização específico uma nova configuração geométrica.

**Artigo 11º** - As vias a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

Justificativa: Ordem de numeração corrigida na sequência correta.

Projeto original: Artigo 11 – todos os incisos estão com a numeração "I".

Projeto Atualizado: Artigo 11 – inciso I - Via expressa; II – Via Arterial; III – Via Coletora; IV – Via Local.

Justificativa: Colocamos todos os incisos do artigo 11 na sequência numérica correta.

Projeto original: Artigo 11 – inciso I – alínea b) "Pista de rolamento: 10,00m (doze metros);"

Projeto Atualizado: Artigo 11 – inciso I – alínea b) "Pista de rolamento: 12,00m (doze metros);"

Justificativa: A metragem por extenso de 12,00m (doze metros) é a correta, a numeração 10,00m (dez metros) foi digitada erroneamente.

Projeto original: Artigo 11 – inciso I – alínea d) "Passeio: 4,00m (três metros) de cada lado;

Projeto Atualizado: Artigo 11 – inciso I – alínea d) "Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;

Justificativa: A metragem por extenso de 3,00m (três metros) é a correta, a numeração 4,00m (quatro metros) foi digitada erroneamente.

Projeto original: Artigo 11 – inciso I – alínea e) "Passeio: 6,00m (quatro metros) de cada lado;

Projeto Atualizado: Artigo 11 – inciso I – alínea e) "Passeio: 4,00m (quatro metros) de cada lado;

Justificativa: A metragem por extenso de 4,00m (quatro metros) é a correta, a numeração 6,00m (seis metros) foi digitada erroneamente.

Projeto original: Artigo 14 – os dois incisos estão com a numeração "I"

Projeto Atualizado: Artigo 14 – inciso I – Via regional e inciso II – Via Rural.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



Justificativa: Corrigimos os incisos com numeração igual, sendo que agora estão seguindo a sequência de I e II.

Projeto original: Artigo 16 – os três incisos estão com a numeração “I”.

Projeto Atualizado: Artigo 16 – inciso I – Classe 1; inciso II – Classe 2; inciso III – Classe 3.

Justificativa: Colocamos em ordem numérica correta.

Projeto original: Artigo 19 – Os três primeiros incisos estão com a mesma numeração de “I” e o último está como inciso “II”.

Projeto Atualizado: Artigo 19 – inciso I – Ciclovia; inciso II – Ciclofaixa; inciso III – Estacionamentos; inciso IV – Bicicletários.

Justificativa: Colocamos a sequência os incisos informados.

**Projeto de Lei Complementar nº 08/2021 – Código de Obras:**

- Erro de ordenação numérica no artigo 20 §7º.

Projeto original: Os parágrafos do artigo 20 estão na seguinte sequência: §7º, § 1º, §2º, §3º, §4º e §5º.

Projeto Atualizado: Os parágrafos do artigo 20 estão na seguinte sequência: §1º, §2º, §3º, §4º, §5º e §6º.

Justificativa: Alteramos a sequência correta dos parágrafos do artigo 20.

- Erro ordenação numérica no artigo 40, §1º.

Projeto original: §1º. Para prédios comerciais/industriais:

- I - A.V.C.B – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou C.L.C.B. - Certificado de Licença Auto do Corpo de Bombeiros,
- II - Licença de operação da CETESB, quando for o caso;
- III - Certificado de vistoria dos elevadores, quando for o caso.
- IV - D.O.F. - Documento de Origem Florestal (quando utilizada madeira na estrutura do telhado)
- VI - Laudo técnico de vistoria da obra conforme anexo III.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



Projeto atualizado: §1º. Para prédios comerciais/industriais:

- I - A.V.C.B – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou C.L.C.B. - Certificado de Licença Auto do Corpo de Bombeiros,
- II - Licença de operação da CETESB, quando for o caso;
- III - Certificado de vistoria dos elevadores, quando for o caso.
- IV - D.O.F. - Documento de Origem Florestal (quando utilizada madeira na estrutura do telhado).
- V – Laudo Técnico de Vistoria da obra conforme anexo VII.

Justificativa: Numeração dos incisos corrigidas.

- Erro de grafia no artigo 41, parágrafo único:

Projeto original: Artigo 41, Parágrafo único. “As calçadas deverão acompanhar a declividade longitudinal das guias e ter uma inclinação transversal de no máximo 3% (três) para escoamento da água, a superfície deverá desenvolver-se em um plano contínuo, não será admitido degraus e atender as normas de acessibilidade conforme NBR 9050.”

Projeto Atualizado: Artigo 41, Parágrafo único. “As calçadas deverão acompanhar a declividade longitudinal das guias e terem uma inclinação transversal de no máximo 3% (três por cento) para escoamento da água. A superfície deverá desenvolver-se em um plano contínuo, não será admitido degraus e deverão atender as normas de acessibilidade conforme NBR 9050.”

Justificativa: Reformulamos a grafia do texto para melhor entendimento. Lembrando que apenas alteramos a grafia e não seu conteúdo.

- Erro de grafia no artigo 46:

Projeto original: “Art. 46. Poderão avançar em balanço sobre o alinhamento predial da calçada as molduras que por motivos arquitetônicos não constituam áreas de piso e cuja projeção em plano horizontal não avancem mais de 0,40 cm (quarenta centímetros) sobre o alinhamento do logradouro, com altura livre de 3,00 (três) metros.”



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



Projeto Atualizado: Art. 46. Poderão avançar em balanço sobre o alinhamento predial da calçada as molduras que por motivos arquitetônicos não constituam áreas de piso e cuja projeção em plano horizontal não avancem mais de 0,40cm (quarenta centímetros) sobre o alinhamento do logradouro, com altura livre de 3,00m (três metros).

Justificativa: Corrigimos os erros de grafia do artigo para melhor entendimento do artigo. Lembrando que apenas alteramos a grafia e não seu conteúdo.

- Erro de grafia no artigo 48:

Projeto original: A sequência dos incisos no artigo 48 estão da seguinte maneira: I, II, III, IV e VI.

Projeto Atualizado: A sequência dos incisos no artigo 48 estão da seguinte maneira: I, II, III, IV e V.

Justificativa: Alteramos a sequência correta dos incisos.

- Erro de grafia e não uso das normas de redação no artigo 55, inciso VII:

Projeto original: Os degraus das escadas deverão apresentar espelho "e" e piso "p", que satisfaçam à relação 0,63m (sessenta e três centímetros) < p + 2e < 0,65 m. (sessenta e cinco), admitindo-se:

- α) Quando de uso privativo: altura máxima 0,18m (dezoito centímetros) e largura mínima 0,25m (vinte e cinco centímetros);
- β) Quando de uso coletivo: altura máxima 0,18m (dezoito centímetros) e largura mínima 0,28m (vinte e oito centímetros).

Projeto Atualizado: Os degraus das escadas deverão apresentar espelho "e" e piso "p", que satisfaçam à relação 0,63m (sessenta e três centímetros) < p + 2e < 0,65 m. (sessenta e cinco centímetros), admitindo-se:

- a) Quando de uso privativo: altura máxima 0,18m (dezoito centímetros) e largura mínima 0,25m (vinte e cinco centímetros);
- b) Quando de uso coletivo: altura máxima 0,18m (dezoito centímetros) e largura mínima 0,28m (vinte e oito centímetros).





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



Justificativa: Corrigimos o artigo modificando a grafia e uso das normas de redação. Lembrando que não alteramos o conteúdo.

- Erro de ordenação numérica e de grafia no artigo 56 e §§ 1º e 4º.

Projeto original: Ordem numérica dos parágrafos estão da seguinte maneira: §1º, §2º, §3º, §5º e §6º.

Projeto Atualizado: Ordem numérica dos parágrafos estão da seguinte maneira: §1º, §2º, §3º, §4º e §5º.

Justificativa: Foi corrigida a sequência numérica dos parágrafos.

Projeto original: Artigo 56 §1º - "As rampas poderão apresentar inclinação máxima de 20% (vinte por cento) para uso de veículos e de 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) para uso de pedestres, conforme especificações da NBR 9050/2015."

Projeto Atualizado: Artigo 56 §1º. "As rampas poderão apresentar inclinação máxima de 20% (vinte por cento) para uso de veículos e de 8,33% (oito inteiros e trinta e três centésimos) para uso de pedestres, conforme especificações da NBR 9050/2015."

Justificativa: Modificamos a grafia do texto para dar conformidade as normas de grafia.

- Não uso das normas de redação no artigo 64:

Projeto original: "I- Cada vaga deverá ter as dimensões mínimas de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de largura e 5,00 m (cinco metros) de comprimento. Exceto no recuo frontal que deverá respeitar o comprimento de 5,50 (cinco metros e cinquenta centímetros).

II. Os corredores de circulação deverão ter as seguintes larguras mínimas, de acordo com o ângulo formado em relação às vagas;

α. Em paralelo igual a 3,00m (três) metros

β. Ângulo até 30º (trinta graus) igual a 2,50m (dois metros e cinqüentacentímetros);

χ. Ângulo entre 31º (trinta e um graus) e 45º (quarenta e cinco graus) igual a 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);

δ. Ângulos entre 46º (quarenta e seis graus) e 90º (noventa graus) igual





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



a 5,00m(cinco metros).

III. Respeitando a largura mínima de 2,30 (dois metros e trinta centímetros), em térreo e subsolos de edifícios verticalizados.

Projeto Atualizado:

I. Cada vaga deverá ter as dimensões mínimas de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de largura e 5,00 m (cinco metros) de comprimento. Exceto no recuo frontal que deverá respeitar o comprimento de 5,50 (cinco metros e cinquenta centímetros).

II. Os corredores de circulação deverão ter as seguintes larguras mínimas, de acordo com o ângulo formado em relação às vagas;

a) Em paralelo igual a 3,00m (três metros).

b) Ângulo até 30° (trinta graus) igual a 2,50m (dois metros e cinqüentacentímetros);

c) Ângulo entre 31° (trinta e um graus) e 45° (quarenta e cinco graus) igual a 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);

d) Ângulos entre 46° (quarenta e seis graus) e 90° (noventa graus) igual a 5,00m (cinco metros).

III. Respeitando a largura mínima de 2,30 m (dois metros e trinta centímetros), em térreo e subsolos de edifícios verticalizados.

Justificativa: Modificamos a grafia do texto para dar conformidade as normas de grafia.

- Erro de grafia e ausência de anexo citado nos artigos 81 e 82:

Projeto original: Artigo 81 – “Além de outras disposições desse Código e das demais leis municipais, estaduais e federais que lhes forem aplicáveis, os estabelecimentos de hospedagemdeverão obedecer às seguintes exigências”

Projeto Atualizado: Artigo 81 – “Além de outras disposições desse Código e das demais leis municipais, estaduais e federais que lhes forem aplicáveis, os estabelecimentos de hospedagem deverão obedecer às seguintes exigências”

Justificativa: A palavra hospedagem / deverão, estavam unidas e já corrigidas.

Projeto original: Artigo 82 – inciso I – “As portas para os logradouros deverão ter largura  
Rua Galício Del Nero, 51 – 2º andar - centro - Pirassununga - SP - Fone (19) 3565.8041



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



mínima de 2,0 m (dois metros)".

Projeto Atualizado: Artigo 82 – inciso I – “As portas para os logradouros deverão ter largura mínima de 2,0 m (dois metros)”.

Justificativa: A palavra dois / metros estavam unidas e já corrigidas.

Projeto original: Artigo 82 – inciso IV - A superfície mínima dos compartimentos será de 8,0 m<sup>2</sup> (oito metrosquadrados) com a dimensão mínima de dois metros;

Projeto Atualizado: Artigo 82 – inciso IV – A superfície mínima dos compartimentos será de 8,0m<sup>2</sup> (oito metros quadrados) com a dimensão mínima de dois metros;

Justificativa: O símbolo de metros quadrados estava fora de formatação, já corrigida.

- Não uso das normas de redação no artigo 92:

Art. 92. As escadas não poderão se desenvolver em leque ou caracol.

Projeto original: Art. 92. As escadas não poderão se desenvolver em leque ou caracol.

Projeto atualizado: Art. 92. As escadas não poderão se desenvolverem em leque ou caracol.

Justificativa: Texto corrigido em conformidade com as normas de redação.

- Não uso das normas de redação no artigo 98:

Projeto original: Inciso II – “Ter instalações sanitárias para cada sexo, com as seguintes proporçõesmínimas em relação à lotação máxima:

α. Para o sexo masculino um vaso sanitário, um lavatório e um mictório para cada 100 (cem) lugares ou fração;

β. Para o sexo feminino um vaso sanitário e um lavatório para cada 100 (cem) lugares ou fração.”

Projeto Atualizado: Inciso II – “Ter instalações sanitárias para cada sexo, com as seguintes proporções mínimas em relação à lotação máxima:

a) Para o sexo masculino um vaso sanitário, um lavatório e um mictório para cada 100 (cem) lugares ou fração;

b) Para o sexo feminino um vaso sanitário e um lavatório para cada 100 (cem) lugares ou fração.”





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



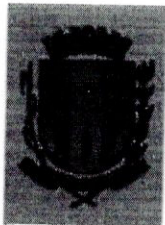
Justificativa: Modificamos as letras das alíneas a) e b) para estar de acordo com as normas de redação e separamos a palavra proporções/mínimas.

- Não uso das normas de redação no artigo 101:

Projeto original: Art. 101. Nas edificações destinadas a postos de serviços ou naquelas que possuam abastecimento de veículos destinado à frota própria, deverão ser atendidas as seguintes determinações:

- I. Possuir o imóvel área superficial mínima de 750,00 m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados) e, frente para a via pública não inferior a 30 (trinta) metros lineares.
- II. Os projetos deverão ser apresentados acompanhados da licença prévia de instalação expedida pela CETESB;
- III. Somente poderão ser construídos com observância dos seguintes distanciamentos:
  - α. 300m (trezentos metros) de hospitais e de postos de saúde;
  - β. 300m (trezentos metros) de escolas, de igrejas e de creches;
  - χ. 300m (trezentos metros) de áreas militares;
  - δ. 100m (cem metros) de equipamentos comunitários existentes ou programados;
  - ε. 700m (setecentos metros) de outros postos de abastecimento.
- IV. Garantir afastamento mínimo de 3,00 (três) metros de qualquer dos seus confrontantes e divisa em muro de alvenaria, ou similar, com altura mínima de 2,00 (dois) metros;
- V. Os tanques de armazenamento e as bombas de abastecimento deverão obedecer aos afastamentos mínimos de 6,0 m (seis metros) do alinhamento com o passeio e de qualquer edificação vizinha, garantindo que os veículos quando forem abastecer, não se utilizem o passeio público como estacionamento;
- VI. Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados

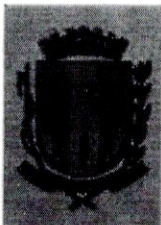




**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



- a menos de 4,0 m (quatro metros) do alinhamento ou das divisas do lote, deverão os mesmos estar em recintos cobertos e fechados nestas faces;
- VII. Haverá calha coletora, coberta com grelha, em toda a extensão dos limites do lote onde não houver muro de vedação;
- VIII. Deverão ser executadas construções e instalações de tal forma que, os vizinhos ou logradouros públicos não sejam atingidos pelos vapores, jatos e aspersão de água ou óleo originados dos serviços de abastecimento, lubrificação ou lavagem;
- IX. Ter vestiário e instalação sanitária com chuveiro para uso dos empregados;
- X. Ter instalações sanitárias para os usuários distintas para as destinadas aos funcionários, sendo separadas por sexo;
- XI. A cobertura do estabelecimento deverá ser metálica, com pé-direito mínimo de 5,50 m (cinco metros e cinquenta centímetros) e não avançar sobre o passeio;
- XII. É proibido o lançamento na rede pública de esgoto, de qualquer resíduo, ou água servida, proveniente do estabelecimento, devendo para tanto serem dotados de caixas de contenção executadas em concreto e localizadas abaixo do nível do piso;
- XIII. Serem dotados de reservatórios de água potável, com capacidade mínima de 5.000 (cinco mil) litros;
- XIV. Ter o piso do pátio executado em material impermeável, com caimento adequado para o escoamento das águas residuais e ser dotado de grelhas para captação;
- XV. Apresentação de projetos detalhados dos equipamentos e instalações;
- XVI. Construção em materiais incombustíveis;
- XVII. Aprovação preliminar junto aos órgãos ambientais competentes e Corpo de Bombeiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



**Parágrafo Único.** As edificações para postos de abastecimentos de veículo, deverão ainda obedecer às normas concernentes à legislação vigente sobre inflamáveis.

Projeto atualizado: Art. 101. Nas edificações destinadas a postos de serviços ou naquelas que possuam abastecimento de veículos destinado à frota própria, deverão ser atendidas às seguintes determinações:

- I. Possuir o imóvel área superficial mínima de 750,00 m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados) e, frente para a via pública não inferior a 30m (trinta metros) lineares.
- II. Os projetos deverão ser apresentados acompanhados da licença prévia de instalação expedida pela CETESB;
- III. Somente poderão ser construídos com observância dos seguintes distanciamentos:
  - a) 300,00m (trezentos metros) de hospitais e de postos de saúde;
  - b) 300,00m (trezentos metros) de escolas, de igrejas e de creches;
  - c) 300,00m (trezentos metros) de áreas militares;
  - d) 100,00m (cem metros) de equipamentos comunitários existentes ou programados;
  - e) 700m (setecentos metros) de outros postos de abastecimento.
- IV. Garantir afastamento mínimo de 3,00m (três metros) de qualquer dos seus confrontantes e divisa em muro de alvenaria, ou similar, com altura mínima de 2,00m (dois metros);
- V. Os tanques de armazenamento e as bombas de abastecimento deverão obedecer os afastamentos mínimos de 6,0m (seis metros) do alinhamento com o passeio e de qualquer edificação vizinha, garantindo que os veículos quando forem abastecer, não se utilizem do passeio público como estacionamento;
- VI. Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados a menos de 4,0m (quatro metros) do alinhamento ou das divisas do lote,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

deverão os mesmos estarem em recintos cobertos e fechados nestas faces;

VII. Haverá calha coletora, coberta com grelha, em toda a extensão dos limites do lote onde não houver muro de vedação;

VIII. Deverão ser executadas construções e instalações de tal forma que, os vizinhos ou logradouros públicos não sejam atingidos pelos vapores, jatos e aspersão de água ou óleo originados dos serviços de abastecimento, lubrificação ou lavagem;

IX. Ter vestiário e instalação sanitária com chuveiro para uso dos empregados;

X. Ter instalações sanitárias para os usuários distintas para as destinadas aos funcionários, sendo separadas por sexo;

XI. A cobertura do estabelecimento deverá ser metálica, com pé-direito mínimo de 5,50 m (cinco metros e cinquenta centímetros) e não avançar sobre o passeio;

XII. É proibido o lançamento na rede pública de esgoto, de qualquer resíduo, ou água servida, proveniente do estabelecimento, devendo para tanto serem dotados de caixas de contenção executadas em concreto e localizadas abaixo do nível do piso;

XIII. Serem dotados de reservatórios de água potável, com capacidade mínima de 5.000L (cinco mil litros);

XIV. Ter o piso do pátio executado em material impermeável, com caimento adequado para o escoamento das águas residuais e ser dotado de grelhas para captação;

XV. Apresentação de projetos detalhados dos equipamentos e instalações;

XVI. Construção em materiais incombustíveis;

XVII. Aprovação preliminar junto aos órgãos ambientais competentes e Corpo de Bombeiros.

**Parágrafo Único.** As edificações para postos de abastecimentos de veículo,





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



deverão ainda obedecer às normas concernentes à legislação vigente sobre inflamáveis.

Justificativa: Modificamos as palavras que estavam unidas no caput, valor por extenso no inciso I, corrigimos os incisos III ao XIV para estarem de acordo com as normas de redação e grafia. Somente alterando a formatação do artigo sem a modificação de seu conteúdo.

- Ausência do anexo citado no artigo 113 inciso IV:

Projeto original: "Ter instalações sanitárias para uso público, separada por sexo, com fácil acesso nas seguintes proporções de acordo com o Anexo 11";

Projeto Atualizado: "Ter instalações sanitárias para uso público, separada por sexo, com fácil acesso".

Justificativa: Após análise do artigo, constatamos que realmente não existe o anexo mencionado do artigo 113 inciso IV dentro do Código de Obras, devendo ser retirado o anexo 11 do texto.

- Não uso das normas de redação no artigo 115:

Projeto original: "I.Com assento:

α) Altura máxima de 0,45 m (quarenta e cinco centímetros);

β) Largura mínima de 0,70 m (setenta centímetros).

II. Sem assento:

α) Altura mínima de 0,35 m (trinta e cinco centímetros) e altura máxima de 45 cm(quarenta e cinco centímetros);

β) Largura mínima de 0,40 m (quarenta centímetros) e largura máxima de 50 cm(cinquenta centímetros)"

Projeto Atualizado: " I.Com assento:

a) Altura máxima de 0,45 m (quarenta e cinco centímetros);

b) Largura mínima de 0,70 m (setenta centímetros).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



II. Sem assento:

- a) Altura mínima de 0,35 m (trinta e cinco centímetros) e altura máxima de 45 cm (quarenta e cinco centímetros);
- b) Largura mínima de 0,40 m (quarenta centímetros) e largura máxima de 50 cm (cinquenta centímetros)"

Justificativa: Modificamos as letras das alíneas a) e b) para estar de acordo com as normas de redação e separação entre as medidas no inciso II alínea a) e b).

- Ausência do valor por extenso no artigo 123:

Projeto original: Art. 123. As piscinas deverão estar localizadas de maneira a manter um afastamento de pelo menos 1,50 m das divisas;

I - Os vestiários e as instalações sanitárias, conterão pelo menos: um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório, tudo na proporção de 1 para 40 apartamentos de unidade autônoma.

Projeto Atualizado: Art. 123. "As piscinas deverão estar localizadas de maneira a manter um afastamento de pelo menos 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas;

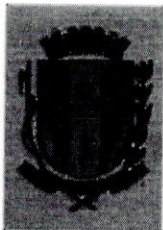
I - Os vestiários e as instalações sanitárias, conterão pelo menos: 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) chuveiro e 1 (um) lavatório, tudo na proporção de 1 (um) para 40 (quarenta) apartamentos de unidade autônoma.

Justificativa: Inclusão do valor por extenso no artigo 123 e numeração no inciso I.

- Erro de grafia no artigo 136, §1º:

Projeto original: "Em áreas livres públicas ou privadas, tais como praças, parques, sistemas de lazer, deverá ser elaborado projeto arquitetônicos específico da torre compartilhada e projeto urbanístico do entorno da respectiva área de implantação que será objeto de concurso público, coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Agricultura. No caso de praças, deverá haver parecer da Secretaria Municipal de Obras e Serviços.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



Projeto Atualizado: "Em áreas livres públicas ou privadas, tais como praças, parques, sistemas de lazer, deverá ser elaborado projeto arquitetônico específico da torre compartilhada e projeto urbanístico do entorno da respectiva área de implantação que será objeto de concurso público, coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Agricultura. No caso de praças, deverá haver parecer da Secretaria Municipal de Obras e Serviços.

Justificativa: Correção do erro de grafia no artigo 136, §1º.

- Ausência do valor por extenso no artigo 142:

Projeto original: " I - O ponto de emissão de radiação da antena transmissora deverá estar, no mínimo, a 50 metros de distância da divisa do imóvel onde estiver instalada;

II- O eixo geométrico da torre de qualquer antena transmissora deverá estar no mínimo, a 20 metros distância das divisas laterais do lote e/ou gleba em que estiver instalada;

III - O eixo geométrico da torre de qualquer antena transmissora deverá estar, no mínimo, a 15 metros de distância das divisas de frente e fundo do lote e/ou gleba em que estiver instalada;

IV- Para instalação de antenas sobre edifício, a altura mínima permitida é de 45 metros determinadas a partir do nível da rua;

V- As antenas somente poderão ser implantadas no mínimo a 100 (cem) metros medidos a partir do centro geométrico da base torre ao limite mais próximo das unidades hospitalares e/ou escolares.

Projeto Atualizado: I - O ponto de emissão de radiação da antena transmissora deverá estar, no mínimo, a 50m (cinquenta metros) de distância da divisa do imóvel onde estiver instalada;

II- O eixo geométrico da torre de qualquer antena transmissora deverá estar no mínimo, a 20m (vinte metros) de distância das divisas laterais do lote e/ou gleba em que estiver instalada;

III - O eixo geométrico da torre de qualquer antena transmissora deverá estar, no mínimo, a 15m (quinze metros) de distância das divisas de frente e fundo do lote e/ou gleba em que estiver instalada;

IV- Para instalação de antenas sobre edifício, a altura mínima permitida é de 45m (quarenta e cinco metros) determinadas a partir do nível da rua;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



V- As antenas somente poderão ser implantadas no mínimo a 100,00m (cem metros) medidos a partir do centro geométrico da base torre ao limite mais próximo das unidades hospitalares e/ou escolares.

Justificativa: Inclusão do número por extenso para dar uso das normas de redação.

- Erro de ordenação numérica no artigo 166:

Projeto original: Sequência dos parágrafos no artigo 166: §2º, §4º, §5º.

Projeto Atualizado: Sequência dos parágrafos no artigo 166: §1º, §2º, §3º.

Justificativa: Alteração da sequência dos parágrafos do artigo.

**Projeto de Lei Complementar nº 09/2021 – Parcelamento e Uso do Solo:**

- Erro de ordenação numérica no artigo 27.

Projeto original: Sequência dos parágrafos do artigo 27: §1º, §2º, §3º, §4º, §5º e §7º.

Projeto Atualizado: Sequência dos parágrafos do artigo 27: §1º, §2º, §3º, §4º, §5º e §6º.

Justificativa: Corrigida a sequência dos parágrafos no artigo mencionado.

- Ausência do valor por extenso no artigo 45.

Projeto original: inciso VI: Deverá constar na matrícula de cada sítio ou chácara de recreio, as cláusulas que façam pesar sobre os proprietários dos imóveis e seus sucessores legais, que não será permitido o desmembramento do imóvel sob nenhuma hipótese em áreas inferiores a 5.000 m<sup>2</sup> e seu uso e finalidade serão apenas para recreação, lazer e moradia.

Projeto Atualizado: inciso VI: Deverá constar na matrícula de cada sítio ou chácara de recreio, as cláusulas que façam pesar sobre os proprietários dos imóveis e seus sucessores legais, que não será permitido o desmembramento do imóvel sob nenhuma hipótese em áreas inferiores a 5.000m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados) e seu uso e finalidade serão apenas para recreação, lazer e moradia.

Justificativa: Inclusão do valor por extenso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



- Divergência de valores no artigo 54.

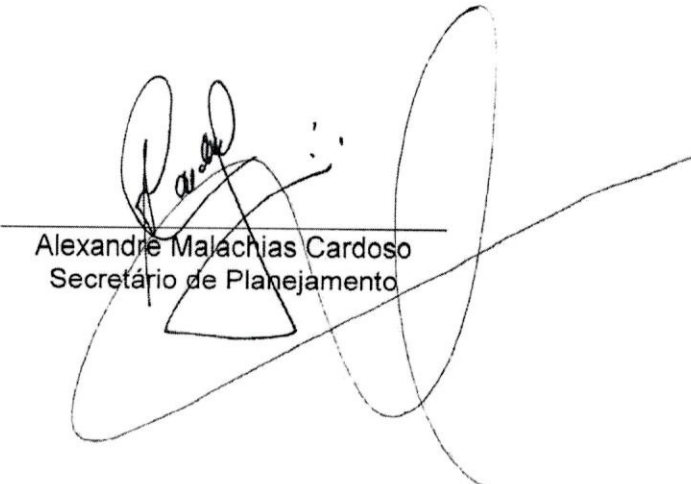
Projeto original: "A área mínima reservada para espaços de uso dominial será de 15% (dez por cento), sendo estas, contornadas por vias de comunicação"

Projeto Atualizado: "A área mínima reservada para espaços de uso dominial será de 15% (quinze por cento), sendo estas, contornadas por vias de comunicação"

Justificativa: O valor mencionado entre parênteses está incorreto, o valor da área mínima será de 15% (quinze por cento).

Sendo assim, informamos que todas as solicitações foram corrigidas para dar legitimidade ao andamento dos trâmites administrativos e ressaltamos que todas as alterações foram em caráter de correções ortográficas e exemplificativas não alterando, em nenhuma hipótese, o conteúdo do texto, não ocorrendo nenhum prejuízo aos processos de aprovação do Plano Diretor Municipal.

Pirassununga, 01 de Dezembro de 2021.



Alexandre Malachias Cardoso  
Secretário de Planejamento



# REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

## MENSAGEM ADITIVA AO PROJETO DE LEI DO SISTEMA VIÁRIO



**MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA – SP**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL**

**Coordenador**

Edson Aquiles Sanches – Eng. Agrimensor e Civil

**Secretário**

Renato Guerra Franchi – Eng. Civil e Segurança do Trabalho

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

Sec. de Plan. - Alexandre Malachias Cardoso  
Chefe do Set. de Obras e Cad. - Rafaela Mello Veneroso  
Arquiteto - Arquiteto César Antônio Silvestrini

**SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS**

Eng. Civil - Paulo Henrique Sanches  
Eng. Haroldo - Haroldo Pinto de Campos  
Eng. Civil - Antônio Augusto Gavazza  
Eng. Agrimensor - Aurélio Palavéri Zamaro

**SERV. DE ÁGUA E ESG. DE PIRASSUNUNGA**

Camila Aldriguetti Rosim  
Marcus César Sardinha Valsechi

**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**

Ricardo Dal Bello Biancon

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

Eduardo Del Nero  
Tiago Alberto Freitas Varise Governo

**SEC. MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS**

Deise Armelinda Lozano

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Carlos Roberto Bertin

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Sara Zero dos Santos

**APAE**

Moacyr Fonseca Júnior

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA**

Maria Salete Jiquilin Carvalho

**CREA**

Luiz Henrique Barbirato

**FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

Major Aviador Leonardo Ribeiro Fernandes Maia

**13º R.C. MEC.**

Maj. Felipe Daniel Paiotti

**USP**

Fabício Ribeiro dos Santos Godoi

**POLICIA AMBIENTAL**

1ºTen. PM Ivo Fabiano Moraes

**POLICIA CIVIL**

Arlei Antonio Baldin

**CORPO DE BOMBEIROS**

1ºTen. Pm André Giuliano Risso Bovolon

**POLICIA MILITAR**

1º Ten. PM Daniel Fernando Lançoni

**CAU**

Atanagildo da Silva Junior

**AREA**

Antônio Ricardo Hypólito

**ASSOC. DO COM. E IND. DE PIRASSUNUNGA**

Celso Luiz Pedrazini dos Santos

**OAB**

Dr Tamiris Gonçalves Fausto – OAB

**CONSEG**

Fúlvio Vinícius de Lima Nóbrega

**SINDINCATO**

Pedro Aparecido Tonetti



---

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO I**

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 1º)

#### Seção I

Dos objetivos (Art. 2º ao 4º)

#### Seção II

Das definições (Art. 5º)

### **CAPÍTULO II**

DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS (Art. 6º ao 8º)

### **CAPÍTULO III**

DAS DIMENSÕES DAS VIAS (Art. 9º ao 11)

### **CAPÍTULO IV**

DAS VIAS RURAIS (Art. 12 ao 15)

### **CAPÍTULO V**

DO VOLUME DE TRÁFEGO (Art. 16)

### **CAPÍTULO VI**

DA SINALIZAÇÃO (Art. 17)

### **CAPÍTULO VII**

DO SISTEMA CICLOVIÁRIO (Art. 18 ao 21)

### **CAPÍTULO VIII**

DA ARBORIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS (Art. 22 ao 26)

### **CAPÍTULO IX**

DAS DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO (Art. 27 ao 29)

### **CAPÍTULO X**

DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS (Art. 30 ao 33)

### **CAPÍTULO XI**

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 34 ao 43)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**MENSAGEM ADITIVA AO PROJETO DE LEI DO SISTEMA VIÁRIO**

Institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências.

O Poder Legislativo de Pirassununga, Estado de São Paulo, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º.** A presente Lei destina-se a hierarquizar, ordenar, dimensionar e disciplinar a implantação do Sistema Viário do Município de Pirassununga, assegurando a observância das normas relativas à matéria e zelando pelos interesses comuns do Município no que diz respeito ao seu pleno desenvolvimento.

**Seção I**  
**Dos objetivos**

**Art. 2º.** Objetivos gerais para disciplinar o Sistema Viário:

- I. Assegurar a circulação e o transporte urbano de modo a atender a população;
- II. Estabelecer condições para que as vias de circulação possam desempenhar suas funções e dar vazão adequada ao respectivo tráfego;
- III. Estabelecer um sistema de vias de circulação adequado ao tráfego e a locomoção dos usuários;
- IV. Assegurar a continuidade do arruamento existente nos novos parcelamentos do solo no Município;
- V. Implantar um sistema de ciclovias, como alternativa de locomoção e lazer;
- VI. Proporcionar segurança e conforto ao tráfego de pedestres e ciclistas;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



VII. Complementar as diretrizes de uso e ocupação do solo no ordenamento funcional e territorial do Município.

**Art. 3º.** Todo e qualquer arruamento no Município deverá ser previamente aprovado pela Administração Municipal, nos termos aqui previstos e na Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos.

**Parágrafo único.** Os projetos de médio e grande porte que envolvam construção de novos eixos viários, pontes, duplicação de vias ou de reestruturação viária, deverão elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental e impacto de vizinhança.

**Art. 4º.** Os novos loteamentos deverão respeitar o conteúdo desta Lei, bem como os traçados pré existentes.

**Seção II  
Das definições**

**Art. 5º.** Para efeito de aplicação desta lei, são adotadas as seguintes definições:

- I. Acostamento – é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando permitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta; proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para serem estacionados fora da trajetória dos demais veículos; permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego;
- II. Alinhamento – é a linha divisória entre o terreno e o logradouro público;
- III. Arruamento – conjunto de ruas públicas destinadas à circulação viária e acesso aos lotes;
- IV. Caixa carroçável ou de rolamento – é a faixa de via destinada a circulação de veículos, excluídos os passeios, os canteiros centrais e o acostamento;
- V. Caixa de via – distância, definida em projeto, entre os dois alinhamentos prediais em oposição;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



- VI. Calçada ou passeio – é a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres, segregada e em nível diferente à via, dotada quando possível, de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;
- VII. Calçadão – é a parte do logradouro público, destinada ao pedestre e equipada de forma a impedir o estacionamento e o trânsito de veículos;
- VIII. Canteiro central – é o espaço compreendido entre os bordos internos das pistas de rolamento, objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;
- IX. Canteiro lateral – é o espaço compreendido entre os bordos externos das pistas expressas e o bordo interno da pista coletora objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente.
- X. Ciclovia – pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;
- XI. Estacionamento – espaço público ou privado destinado a guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;
- XII. Faixa de domínio de vias – é a área que compreende a largura ou caixa da via acrescida da área “non aedificandi”;
- XIII. Faixa de estacionamento – parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o estacionamento de veículos;
- XIV. Logradouro público – É o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo, etc.)
- XV. Meio-fio – linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento ou do acostamento;
- XVI. Pista de rolamento – parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o tráfego de veículos;
- XVII. Seção normal da via – largura total ideal da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;
- XVIII. Seção reduzida da via – largura total mínima exigida da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



- XIX. Sistema Viário – conjunto de vias principais de circulação do Município, com hierarquia superior às de tráfego local;
- XX. Sinalização Horizontal – constituída por elementos aplicados no pavimento das vias públicas;
- XXI. Sinalização Vertical – representada por painéis e placas implantadas ao longo das vias públicas;
- XXII. Sinalização de trânsito – conjunto dos elementos de comunicação visual adotados nas vias públicas para informação, orientação e advertência aos seus usuários;
- XXIII. Tráfego leve – fluxo inferior a 50 (cinquenta) veículos por dia em uma direção;
- XXIV. Tráfego médio – fluxo compreendido entre 50 a 400 (cinquenta a quatrocentos) veículos por dia em uma direção;
- XXV. Tráfego pesado – fluxo superior a 400 (quatrocentos) veículos por dia em uma direção;
- XXVI. Via de circulação – é o espaço organizado para a circulação de veículos, motorizados ou não, pedestres e animais, compreendendo a pista de rolamento, o passeio, o acostamento e canteiro central;
- XXVII. Via pública – área de terra, de propriedade pública e uso comum, destinada a vias de circulação e espaços livres.

**CAPÍTULO II**  
**DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS**

**Art. 6º.** Considera-se sistema viário básico do município de Pirassununga o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas.

**Art. 7º.** As vias de circulação urbana no Município, conforme suas funções e características físicas, classificam-se em:

- I. Via expressa;
- II. Via arterial;
- III. Via coletora; e
- IV. Via local.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Art. 8º.** Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias:

- I. Via expressa: Via destinada ao tráfego de passagem e ligação entre extremos da área urbana. Possui a característica de orientar o desenvolvimento urbano e conectar regiões distintas da cidade. Destinada sem restrições ao tráfego geral e de transporte de carga.
- II. Via arterial: Via que deve receber destaque, em termos de tratamento da paisagem urbana – mobiliário urbano, iluminação pública, arborização, sinalização, em função de que concentra as edificações de maior importância da cidade, também tem como função possibilitar o acesso à cidade e fazer a ligação de seus extremos. Essas vias desempenham a função do eixo principal de ligação no sítio urbano, e desenvolvem tráfego contínuo devido ao tipo de uso predominantemente comercial e de serviços ao longo dos trechos principais das avenidas;
- III. Via coletora: Via cuja função é coletar e distribuir o tráfego local e de passagem, fazendo a ligação entre bairros, formando um sistema interligado na malha urbana; e
- IV. Via local: Vias responsáveis por fazer a ligação das coletoras até o seu destino final, apresentando tráfego de baixa velocidade e promovendo a distribuição do tráfego local.

**CAPÍTULO III  
DAS DIMENSÕES DAS VIAS**

**Art. 9º.** O sistema viário obedecerá aos padrões de urbanização e aos requisitos estabelecidos pelo Município quanto à:

- I. Definição das dimensões mínimas das caixas de vias;
- II. Definição das dimensões mínimas das pistas de rolamento;
- III. Definição das dimensões mínimas dos passeios;
- IV. Definição das dimensões mínimas das ciclovias.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Art. 10º.** Todas as vias abertas à circulação de veículos, com o pavimento e passeios definitivos já implantados, permanecem com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto de urbanização específico uma nova configuração geométrica.

**Art. 11º.** As vias a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

**I. Via expressa:**

- a) Caixa de via: 27,00m (vinte e sete metros);
- b) Pista de rolamento: 12,00m (doze metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 4,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou Ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central;
- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**II. Via arterial:**

- a) Caixa de via: 25,00m (vinte e cinco metros);
- b) Pista de rolamento: 10,00m (dez metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 4,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central ou em uma das faixas de estacionamento;
- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**III. Via coletora:**

- a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**IV. Via local:**

- a) Caixa de via: 15,00m (treze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**§ 1º.** Deverão ser previstas rampas de acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais nos passeis dos logradouros urbanos, conforme NBR 9050 e suas alterações, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**§ 2º.** As rampas máximas serão aceitas em trechos de via cujo comprimento não exceda 150,00m (cento e cinquenta metros).

**§ 3º.** As vias classificadas como arteriais e coletoras estão representadas no mapa do Anexo I e na especificadas na tabela do Anexo III, croqui III e IV desta Lei.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**CAPÍTULO IV  
DAS VIAS RURAIS**

**Art. 12º.** As vias de circulação rural no Município, conforme suas funções e características físicas classificam-se em:

- I. Via regional; e
- II. Via rural.

**Art. 13º.** Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias rurais:

- I. Via regional: via que possui a função de conduzir, de forma expressa, o tráfego com origem e/ou destino fora do território do Município, ou seja, rodovias.
- II. Via rural: são as demais vias que compõem o sistema viário rural e tem a função de levar o tráfego de veículos das propriedades rurais até as vias regionais ou urbanas;

**Art. 14º.** As vias rurais a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

- I. Via regional:
  - a) Seguir definições para rodovias conforme o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER;
- II. Via rural:
  - a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
  - b) Pista de Rolamento: mínimo de 9,00m (nove metros);
  - c) Faixa de Manutenção: 3,00m (três metros) de cada lado da via;
  - d) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
  - e) Rampa máxima: 20% (vinte por cento).

**Parágrafo Único.** Fica sob responsabilidade do município a manutenção e abertura de vias na área rural.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Art. 15º.** Todas as vias rurais deverão possuir faixa de domínio conforme determinações do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, definido pela Lei Federal nº 9503/97.

**CAPÍTULO V  
DO VOLUME DE TRÁFEGO**

**Art. 16º.** Os projetos de pavimentação das vias de circulação do Município, conforme estabelecido no Art. 11 desta Lei classificam-se quanto ao volume de tráfego em:

- I. Classe 1 – Tráfego pesado, compreendendo:
  - a) Vias expressa;
  - b) Vias arteriais.
- II. Classe 2 – Tráfego médio, compreendendo:
  - a) Vias coletoras.
- III. Classe 3 – Tráfego leve, compreendendo:
  - a) Vias locais.

**CAPÍTULO VI  
DA SINALIZAÇÃO**

**Art. 17º.** A sinalização das vias públicas é de responsabilidade do Município, como estabelece o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, aprovado pela Lei Federal nº 9503/97.

**§1º.** Toda e qualquer via pavimentada no Município deverá receber sinalização de trânsito, segundo as exigências da legislação pertinente em vigor.

**§2º.** A sinalização horizontal das vias pavimentadas nos novos parcelamentos do solo será executada às expensas dos respectivos parceladores, a partir de projeto previamente aprovado pelo órgão municipal responsável.



**§3º.** O sentido de tráfego das vias será definido individualmente, dependendo do volume de tráfego.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO SISTEMA CICLOVIÁRIO**

**Art. 18º.** O Sistema Ciclovitário é composto do conjunto de ciclovias e ciclofaixas, bem como da sinalização específica, dos estacionamentos e bicicletários necessários à criação de uma infra-estrutura segura para circulação de bicicletas.

**Art. 19º.** São as seguintes as definições dos componentes do Sistema Ciclovitário:

- I. Ciclovias: Via destinada ao tráfego exclusivo de bicicletas, separada fisicamente da circulação geral de veículos, com as seguintes características:
  - a) largura mínima: 3,00m (três metros) para pista bidirecional;
  - b) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;
  - c) declividade longitudinal máxima: 5% (cinco por cento);
  - d) declividade transversal máxima: 2% (dois por cento) e mínima: 1% (um por cento);
  - e) raio mínimo de curvatura: 3,00m (três metros).
- II. Ciclofaixa: via destinada ao tráfego preferencial de bicicletas, separada do tráfego geral de veículos, através de sinalização visual com as seguintes características:
  - a) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;
  - b) as características de declividade obedecem às características das vias onde estiver implantada;
  - c) raio mínimo de curvatura: 3,00 metros.





- III. Estacionamentos: Dispositivos com capacidade para estacionar até 10 bicicletas, por um curto espaço de tempo, instalado em locais de fluxo de pessoas;
- IV. Bicicletários: estacionamentos com alta capacidade de vagas, cercados, localizados junto a grandes polos geradores de tráfego, praças, parques, vias públicas, supermercados, universidades, shopping centers, indústrias, escolas, locais de transbordo de viagens do sistema de transporte coletivo urbano, etc.

**Parágrafo Único.** Quando da impossibilidade da aplicação do disposto nos incisos I ao IV, ficará a cargo da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo analisar e definir a solução.

**Art. 20º.** Todas as áreas de abrangência das ciclovias, que conseqüentemente criam limites, declividades e barreiras físicas e naturais, deverão receber tratamento específico à sinalização, interseções, arborização, iluminação pública e estacionamentos.

**Art. 21º.** As obras e atividades constantes do Sistema Cicloviário serão viabilizadas a partir das diretrizes e dotações apontadas no Plano de Mobilidade Urbana do Município de Pirassununga.

## **CAPÍTULO VIII DA ARBORIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS**

**Art. 22º.** Compete ao Município a elaboração dos projetos e, em colaboração com seus munícipes, a execução e conservação da arborização e ajardinamento dos logradouros públicos.

**§1º.** Os passeios das vias, e, lotes residenciais, mediante licença do Município, poderão ser arborizados pelos proprietários das edificações fronteiras, às suas expensas, obedecidas as exigências legais.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**§2º.** Caberá ao órgão competente do Município decidir sobre a espécie vegetal que mais convenha a cada caso, bem como sobre o espaçamento entre as árvores.

**Art. 23º.** É atribuição exclusiva do Município, podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores de arborização pública.

**§1º.** Quando se tornar absolutamente imprescindível, poderá ser solicitada pelo interessado a remoção ou o sacrifício de árvores, mediante o pagamento das despesas relativas ao corte e ao replantio.

**§2º.** A solicitação a que se refere o parágrafo anterior deverá ser acompanhada de justificativa, que será criteriosamente analisada pelo órgão competente do Município.

**§3º.** A fim de não ser desfigurada a arborização do logradouro, tais remoções importarão no imediato plantio da mesma ou de novas árvores, em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

**§4º.** Por cortar ou sacrificar a arborização pública será aplicada ao responsável uma multa de 05 (cinco) a 20 (vinte) valores de referência ou unidades fiscais, por árvore, conforme o caso e a juízo da autoridade municipal competente.

**Art. 24º.** São proibidas quaisquer obras, serviços ou atividades em logradouros públicos que venham a prejudicar a vegetação existente.

**Art. 25º.** Os tapumes e andaimes das construções deverão ser providos de proteção de arborização sempre que isso for exigido pelo órgão municipal competente.

**Art. 26º.** Nas árvores das vias públicas não poderão ser amarrados ou fixados fios, nem colocados anúncios, cartazes ou publicações de qualquer espécie.





## CAPÍTULO IX DAS DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO

**Art. 27º.** Ficam definidas como diretrizes para intervenções no Sistema Viário:

- I. Promover obras de paisagismo e revitalização urbana do Sistema Viário;
- II. Estabelecer incentivos para tratamento paisagístico nos passeios por proprietários;
- III. Proceder a iluminação adequada, observando a hierarquia viária;
- IV. Elaborar programa de obras com definição de propriedades; e
- V. Criar programas de sinalização urbana, bem como realizar a sua manutenção.

**Art. 28º.** Ao DEMUTRAN - Departamento Municipal de Trânsito, além das demais atribuições relativas ao planejamento e controle do sistema viário, trânsito e transportes, caberá:

- I. Propor melhorias no sistema viário urbano, através de estudo técnico;
- II. Propor abertura ou prolongamento de vias, para melhor escoamento do tráfego, especialmente nas Zona de Consolidação e Zonas de Expansão Urbana 1, 2 e 3, através de estudo técnico;
- III. Propor soluções para os cruzamentos com grande fluxo de tráfego e em locais onde hajam conflitos, através de estudo técnico;
- IV. Estabelecer limites de velocidade, peso e dimensões, para cada via, respeitados os limites máximos previstos no regulamento do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei Federal nº 9.503/1997, através de estudo técnico;
- V. Fixar áreas de estacionamento de veículos;
- VI. Determinar restrições de uso das vias ou parte delas, mediante fixação de locais, horário e períodos destinados ao estacionamento, embarque ou desembarque de passageiros e de carga e descarga, através de estudo técnico;
- VII. Permitir estacionamentos especiais, devidamente justificáveis;





- VIII. Disciplinar a colocação de ondulações transversais no sentido de circulação dos veículos, em vias de trânsito local, bem como nas proximidades de escolas ou outros estabelecimentos, através de estudo técnico;
- IX. O estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga, de produtos perigosos ou não, e para veículos turísticos e de fretamento, devidamente justificáveis;
- X. A criação de terminal para veículos que fazem o transporte de pessoas intraurbano e intramunicipal, ônibus, vans, caminhonetes, táxis e moto táxis.

**Parágrafo Único.** A implantação de atividades afins e correlatas às referidas no *caput* do artigo serão realizadas em conjunto com a Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

**Art. 29º.** Nos terrenos lindeiros às vias que constituem o sistema rodoviário Federal, Estadual e Municipal, será obrigatório a reserva de uma faixa de 20,00m (vinte metros), para a implantação de uma via local margeando a Rodovia.

## CAPÍTULO X DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS

**Art. 30º.** A implantação das vias deve ser adequada às condições locais do meio físico, em especial quanto à otimização das obras de terraplanagem necessárias à abertura das vias e implantação das edificações.

**Art. 31º.** As vias deverão acompanhar as curvas de nível do terreno e evitar a transposição de linhas de drenagem natural ou córrego.

**Art. 32º.** Deve ser evitada a remoção de vegetação e a implantação de obras de terraplanagem junto aos córregos e linhas de drenagem natural.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Parágrafo Único.** Entende-se por linhas de drenagem natural as feições topográficas em que ocorre uma concentração de fluxo das águas pluviais, independentemente de o fluxo possuir caráter permanente ou não.

**Art. 33º.** Os novos loteamentos deverão observar o traçado das vias projetadas, conforme mapa do sistema viário anexo à parte integrante desta Lei.

**CAPÍTULO XI  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 34º.** O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática o conteúdo desta Lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço habitado.

**Art. 35º.** A abertura de qualquer via ou logradouro público dependerá de aprovação prévia da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

**Art. 36º.** Qualquer arruamento a ser implantado deve articular-se com as vias adjacentes oficiais assegurando a continuidade do Sistema Viário do Município.

**Art. 37º.** A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, inclusive as do sistema viário principal, deverão obedecer às diretrizes básicas de arruamento e são de inteira responsabilidade do loteador, sem custos para o Município.

**Art. 38º.** As vias sem saída não poderão ultrapassar 100,00 m (cem metros) de comprimento.

**Art. 39º.** As modificações que por ventura vierem a ser feitas no sistema viário básico deverão considerar o zoneamento de uso e ocupação do solo vigente na área ou zona.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Art. 40º.** Após a aprovação desta Lei, não será permitida a abertura de vias de dimensões inferiores a 15,00m (quinze metros) da caixa de via.

**Art. 41º.** Os casos omissos na presente Lei, serão estudados e julgados pela Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo, aplicando-se Leis, Decretos e Regulamentos Especiais.

**Art. 42º.** São partes integrantes e complementares desta Lei os seguintes anexos:

- I. Anexo I – Mapa de Hierarquia do Sistema Viário Urbano;
- II. Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano;
- III. Anexo III – Croquis das Diretrizes Viárias do Sistema Viário Urbano;
- IV. Anexo IV – Classificação das Vias Arteriais e Coletoras;

**Art. 43º.** Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação oficial, revogando as demais disposições em contrário.

Pirassununga, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.



Ao Jurídico para parecer do Advogado, no prazo de 5 (cinco) dias (art. 74, R.I.), devendo se manifestar a respeito do pedido do Executivo (Ofício nº 167/2021), que solicita, a “não aplicação dos termos do § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica do Município”, referente a dispensa de publicação da Mensagem Aditiva na Imprensa Oficial do Município.

Pirassununga, 02 de dezembro de 2021.

**Luciana Batista**  
**Presidente**

Ao Plenário para leitura no expediente e encaminhamento às Comissões Permanentes para parecer, com cópia aos Vereadores.  
Pirassununga, 06 de 12 de 2021.

**Luciana Batista**  
**Presidente**

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga, 06 de 12 de 2021.

**Presidente**

A Comissão Permanente de Participação Legislativa Popular para dar parecer.

Sala das Sessões, 06 de 12 de 2021.

**Presidente**

A Comissão de Finanças, Orçamento e Lavoração para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga, 06 de 12 de 2021.

**Presidente**

A Comissão de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga, 06 de 12 de 2021.

**Presidente**

A Comissão Permanente de Agricultura, Meio Ambiente e do Bem Estar Animal, para dar parecer.  
Sala das Sessões, 06 de 12 de 2021.

**Presidente**

A Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social, para dar parecer.  
Sala de Sessões, 06 de 12 de 2021.

**(Presidente)**

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para dar parecer.

Sala das Sessões, 06 de 12 de 2021.

**Presidente**

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, para dar parecer.

Sala das Sessões, 06 de 12 de 2021.

**(Presidente)**

A Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Portadoras de Doenças Raras, para dar Parecer.  
Sala das Sessões, 06 de 12 de 2021.

Aprovada em 1ª discussão.

Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga, 10 de 01 de 2022.

**Presidente**

Aprovada em 2ª discussão.  
A redação final.

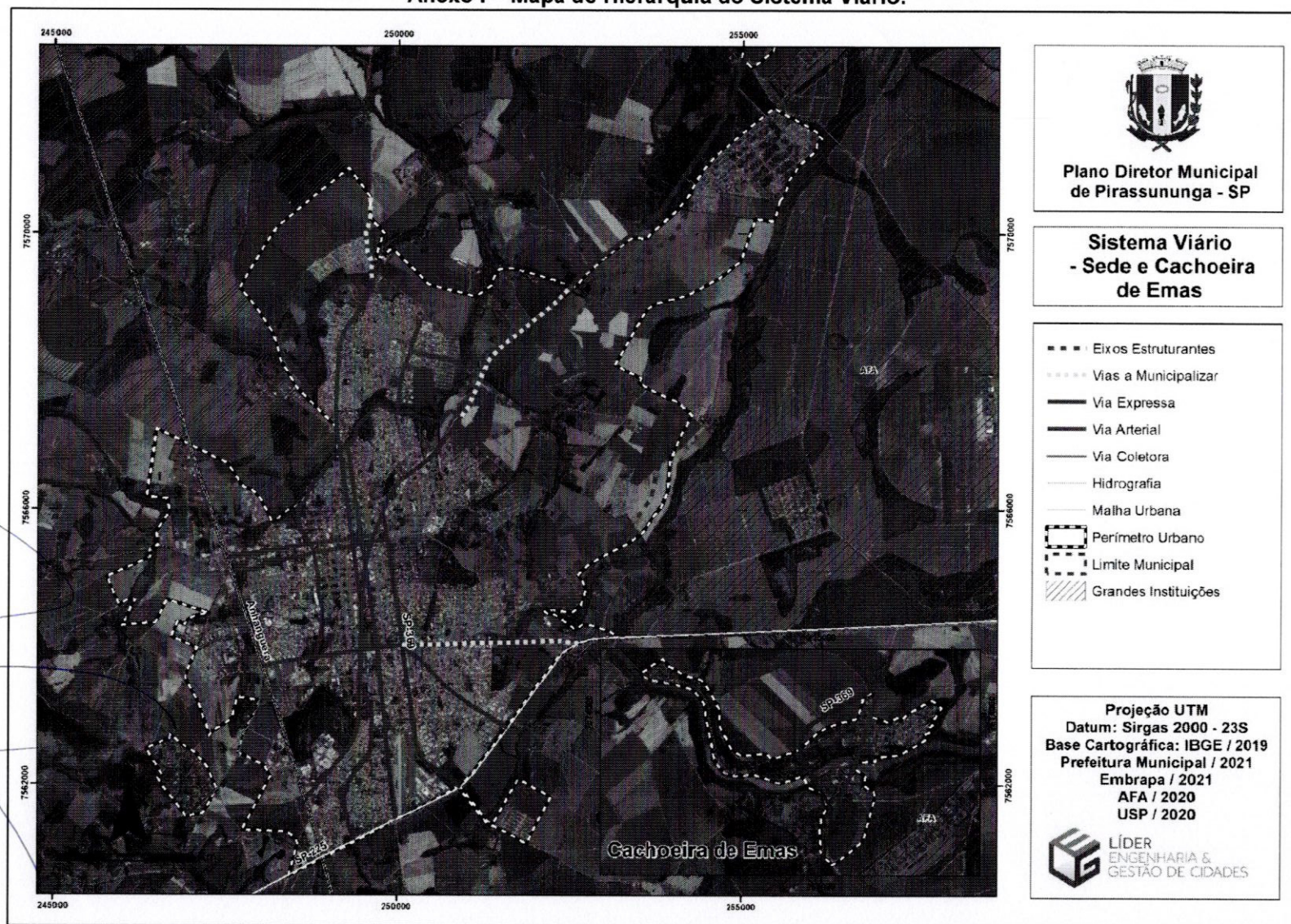
Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga, 17 de 01 de 2021.





PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo I – Mapa de Hierarquia do Sistema Viário.







PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano e Rural.

Categorias das vias	Seção normal da via (m)	Pista de rolamento (m)	Faixas de estacionamento (m)	Faixa de manutenção	Passeio (m)	Canteiro central (m)	Inclinação mínima <sup>(1)</sup> (%)	Rampa máxima <sup>(2)</sup> (%)
Vias Regionais	Parâmetros definidos pelo DER							
Vias Rurais	15,00	Mínimo 9,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	-	0,5	20
Expressa	27,00	12,00	-	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
Arteriais	25,00	10,00	(E) 2,50 (D) 2,50	-	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
Coletoras	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25
Local	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25

(1) Da seção transversal tipo.

(2) Rampas aceitáveis em trecho de via cujo comprimento não exceda 150 m (cento e cinquenta metros).

(D) Direita.

(E) Esquerda.

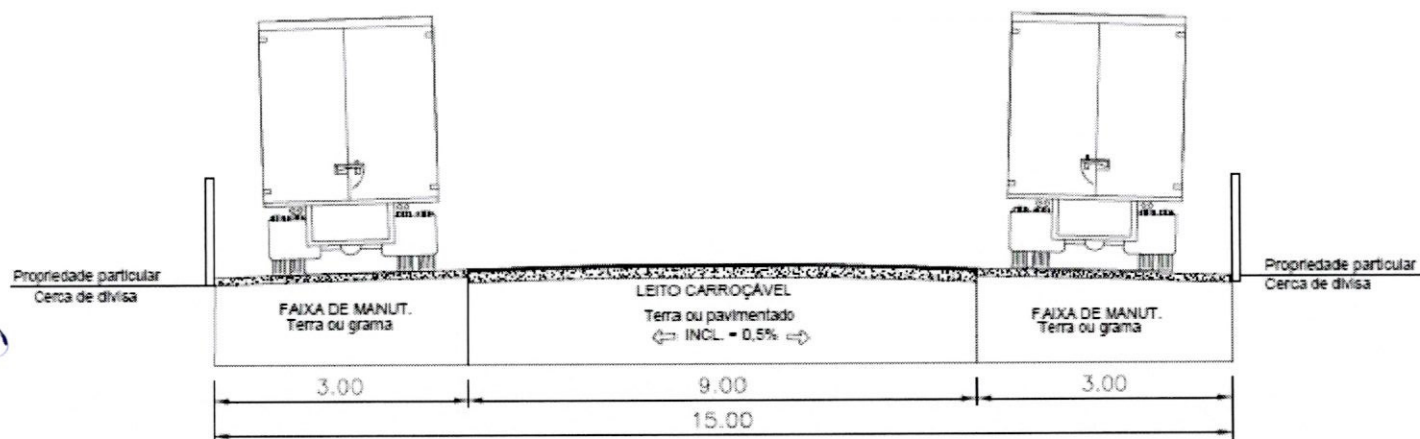




PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croquis das Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano.

Croqui I – VIAS RURAIS

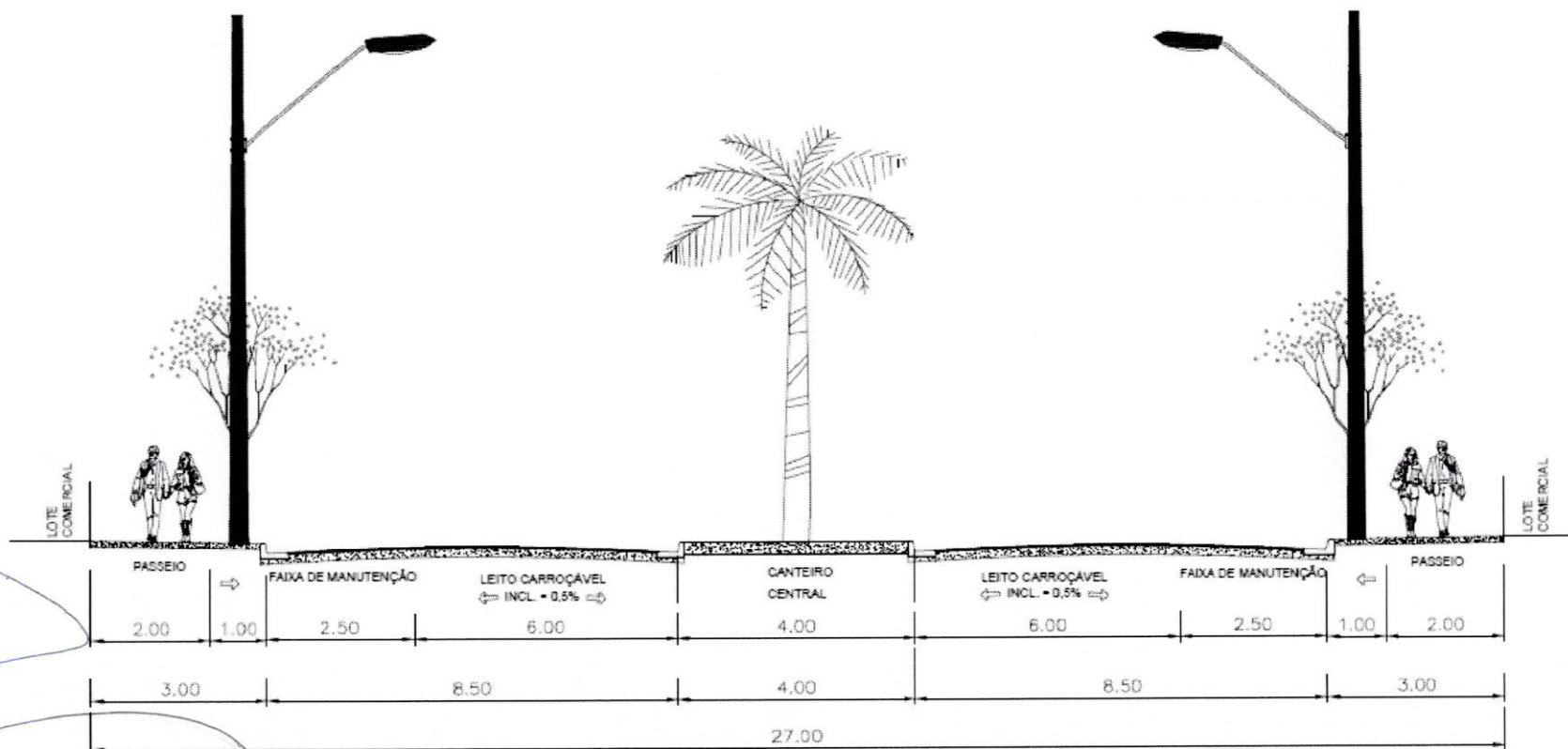


**VIAS RURAIS**  
SEM ESCALA



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croqui II – VIA EXPRESSA

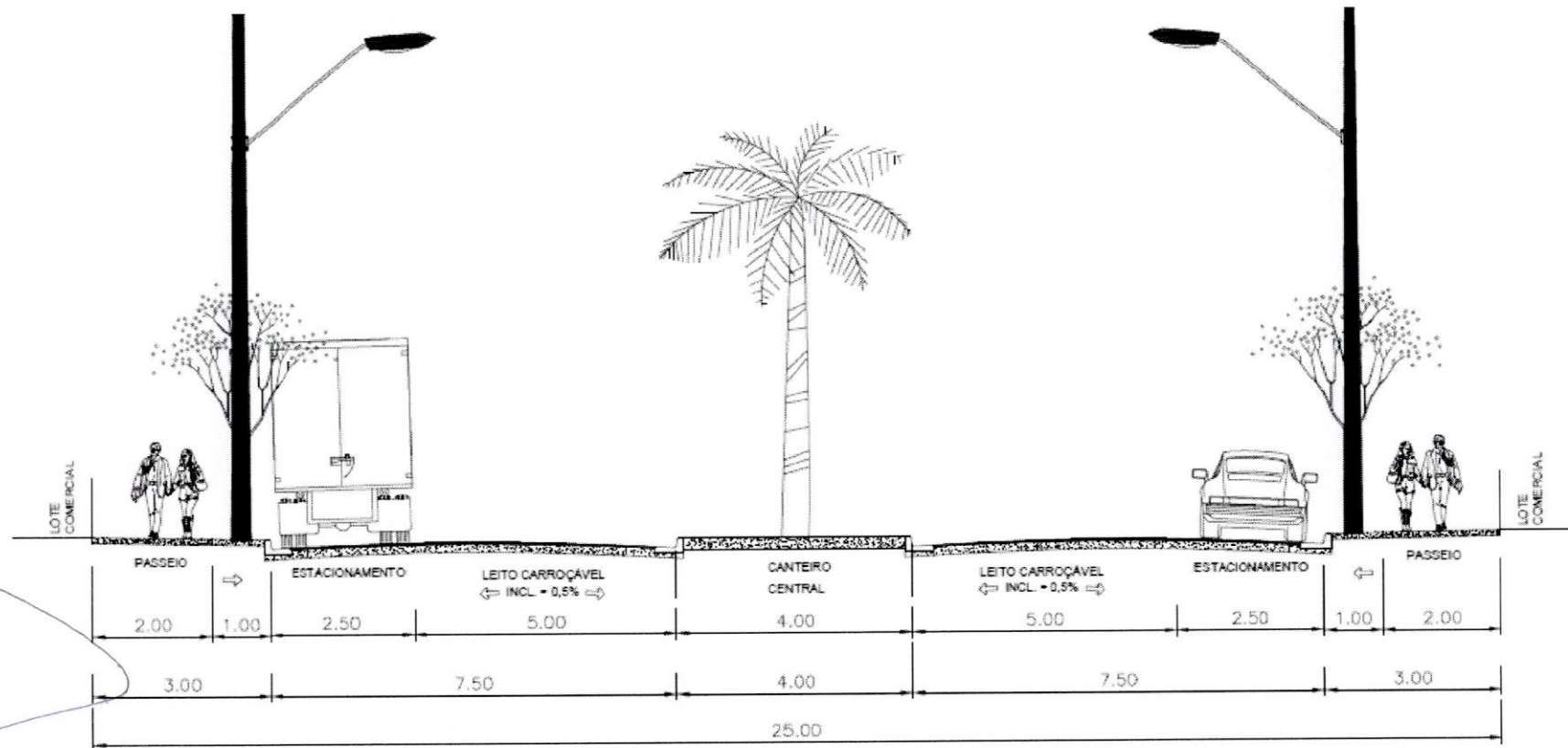


VIA EXPRESSA  
SEM ESCALA



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croqui III – VIA ARTERIAL



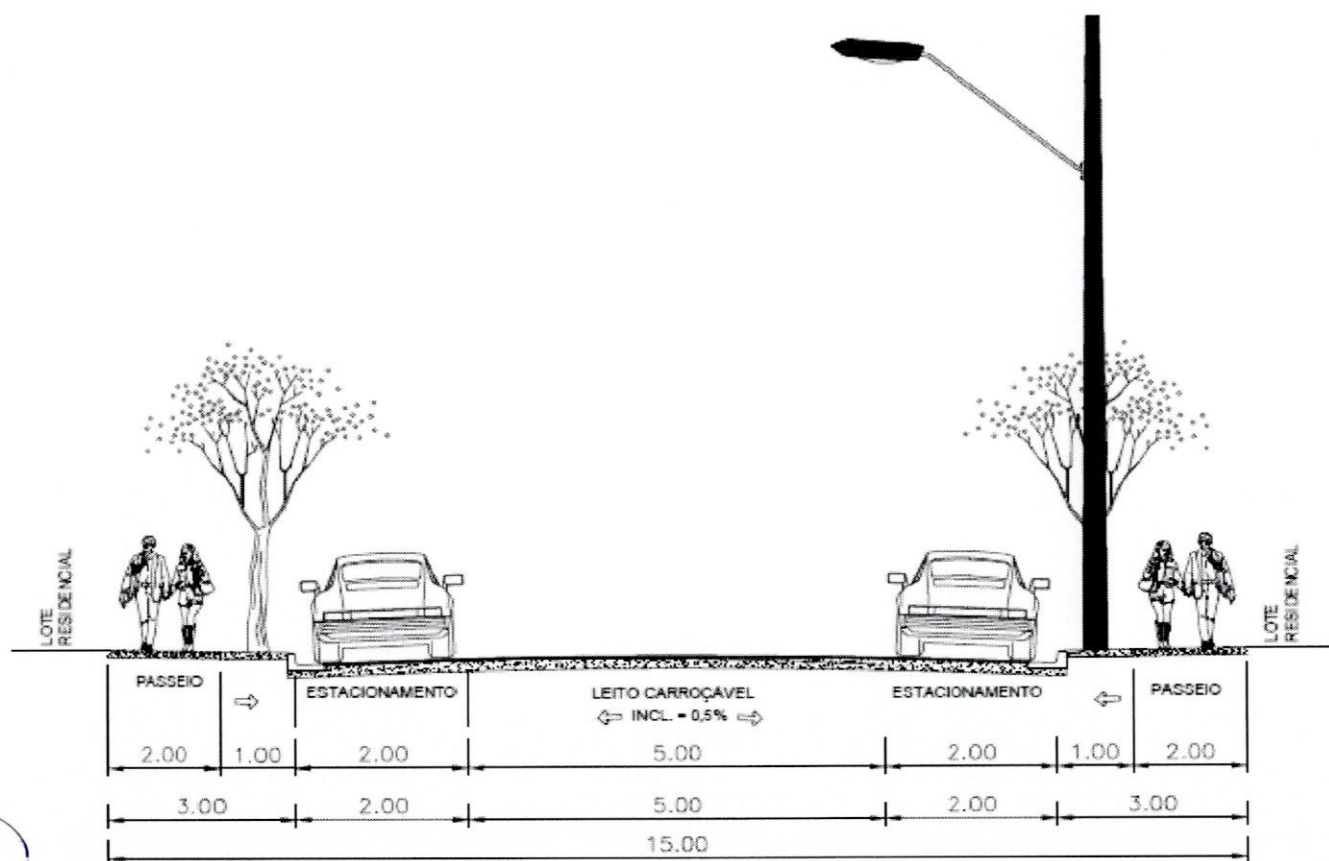
VIA ARTERIAL  
SEM ESCALA





PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croqui IV – VIA COLETORA

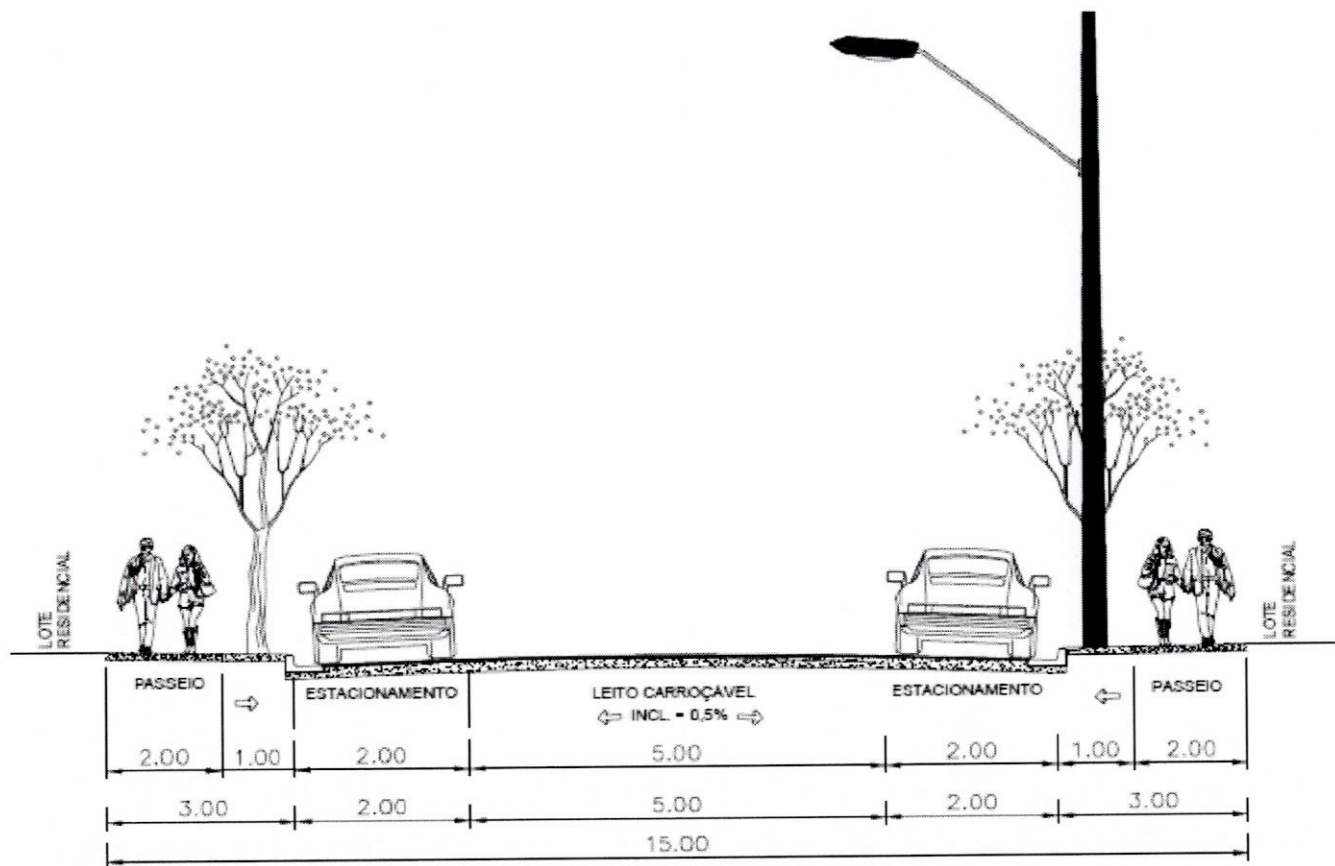


**VIA COLETORA**  
SEM ESCALA



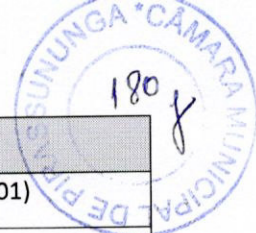
PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croqui V – VIA LOCAL



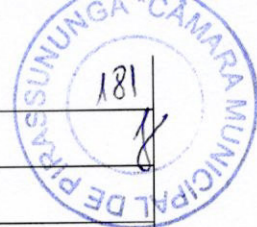
VIA LOCAL  
SEM ESCALA

**Anexo IV – Classificação das Vias Arteriais e Coletoras.**



Categoria	Nome da Via
Arterial	Avenida América do Sul (a partida da Avenida Maria José Bruno Trevisan sentido SP-201)
	Avenida Ângelo Brunno
	Avenida Antônio Joaquim Mendes
	Avenida Marginal
	Avenida Maria José Bruno Trevisan
	Avenida Newton Prado
	Avenida Padre Antônio Vann Ess
	Avenida Painguás
	Avenida Prudente de Moraes
	Rodoanel Anel Viário
	Rua Antônio de Souza Mourão
	Rua Duque de Caxias
	Rua Felipe Boler Júnior
	Rua Gemano Dix
	Rua General Osório
	Rua José Bonifácio
	Rua Martimiano dos Santos
	Rua Seis de Agosto
	Rua Siqueira Campos
	Rua Luís Tesch
Coletora	Avenida Flores
	Rua Santos Dumont
	Avenida Engenheiro Josias de Oliveira
	Rua Alan Kardec
	Avenida Presidente Médice
	Rua Lourenço Batel
	Rua Luiz Fernando Andrielli
	Rua Américo Agio
	Rua Antenor Pereira
	Rua Arcindo Lebeis
	Rua Anthero Boller de Souza
	Rua Coronel Franco
	Rua Quinze de Novembro
	Estrada Bom Retiro





	Rua Constituição
	Avenida Doutor Ivo Xavier Ferreira
	Rua Santo Antônio
	Rua Francisco Caruso
	Rua Elizabete Aparecida Galeni
	Rua Vinte e Um
	Rua Capitão Vasconi
	Rua Joaquim Cristóvão

Categoria	Nome da Via
Coletora	Rua José Parise
	Rua Manoel Leme Franco
	Rua Alzira Silveira Pinheiro
	Rua Joaquim Procópio de Araújo
	Rua Bom Jesus
	Rua Sete de Setembro
	Rua Visconde do Rio Branco
	Rua Amador Bueno
	Avenida Ten. Olimpio Guiguer
	Avenida José Pozzi
	Avenida Ataliba Penteado



Assunto **Projeto de Lei Complementar revisão Plano Diretor (URGENTE) - Parte 1**

De Câmara Pirassununga  
<legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br>

Para Diogo Cano <diogo.cano@camarapirassununga.sp.gov.br>

Data 2021-12-02 15:41

Prioridade Mais alta

roundcube

- oficios\_projetos\_revisão\_plano\_diretor.pdf(~1,3 MB)
- MA\_PLC\_PLANO\_DIRETOR-001-040.pdf(~8,4 MB)
- MA\_PLC\_PLANO\_DIRETOR-041-080.pdf(~7,5 MB)
- MA\_PLC\_PLANO\_DIRETOR-081-120.pdf(~8,6 MB)

Prezado Senhor

Diogo Cano Montebelo,

Analista Legislativo Advogado,

Na forma do artigo 74 do Regimento Interno desta Casa, encaminho a Vossa Senhoria em anexo, para parecer do advogado no prazo de 05 (cinco) dias, as Mensagens Aditivas aos Projetos de Lei Complementar nº 06, 07, 08 e 09/2021, acompanhado do Ofício do Executivo nº 167/2021, relativo a Revisão do Plano Diretor, devendo Vossa Senhoria também se **manifestar** no parecer jurídico a respeito do pedido do Executivo, que solicita, a "não aplicação dos termos do § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica do Município", referente a dispensa de publicação da Mensagem Aditiva na Imprensa Oficial do Município.

Solicito ainda a Vossa Senhoria que na análise das Mensagens Aditivas aos Projetos de Lei Complementar nº 06, 07, 08 e 09/2021 anexo, seja verificada as normas de elaboração e redação das Leis, conforme dispõe a Lei Complementar nº 95/1998, uma vez que na análise anterior dos Projetos de Lei Complementar nº 06, 07, 08 e 09/2021, não foram constadas no parecer jurídico as desconformidades técnicas legislativas, reclamadas em Audiência Pública e verificadas a meu pedido pela Secretaria da Câmara, conforme Ofícios nºs 2100 e 2101/2021 enviados ao Executivo, anexo.

Atenciosamente,

Luciana Batista

Presidente



Assunto **Projeto de Lei Complementar revisão Plano Diretor (URGENTE) - Parte 2**

De Câmara Pirassununga  
<legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br>

Para Diogo Cano <diogo.cano@camarapirassununga.sp.gov.br>

Data 2021-12-02 15:41

Prioridade Mais alta

- MA\_PLC\_PLANO\_DIRETOR-121-160.pdf(~7,9 MB)
- MA\_PLC\_PLANO\_DIRETOR-161-200.pdf(~7,5 MB)
- MA\_PLC\_PLANO\_DIRETOR-201-226.pdf(~5,6 MB)

Prezado Senhor

Diogo Cano Montebelo,

Analista Legislativo Advogado,

Na forma do artigo 74 do Regimento Interno desta Casa, encaminho a Vossa Senhoria em anexo, para parecer do advogado no prazo de 05 (cinco) dias, as Mensagens Aditivas aos Projetos de Lei Complementar nº 06, 07, 08 e 09/2021, acompanhado do Ofício do Executivo nº 167/2021, relativo a Revisão do Plano Diretor, devendo Vossa Senhoria também se **manifestar** no parecer jurídico a respeito do pedido do Executivo, que solicita, a "não aplicação dos termos do § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica do Município", referente a dispensa de publicação da Mensagem Aditiva na Imprensa Oficial do Município.

Solicito ainda a Vossa Senhoria que na análise das Mensagens Aditivas aos Projetos de Lei Complementar nº 06, 07, 08 e 09/2021 anexo, seja verificada as normas de elaboração e redação das Leis, conforme dispõe a Lei Complementar nº 95/1998, uma vez que na análise anterior dos Projetos de Lei Complementar nº 06, 07, 08 e 09/2021, não foram constadas no parecer jurídico as desconformidades técnicas legislativas, reclamadas em Audiência Pública e verificadas a meu pedido pela Secretaria da Câmara, conforme Ofícios nºs 2100 e 2101/2021 enviados ao Executivo, anexo.

Atenciosamente,

Luciana Batista

Presidente





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Caixa Postal 89 - Fone: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## PARECER JURÍDICO

**REFERÊNCIA:** Projetos de Lei Complementar 06/07/08/09 – 2021

**AUTORIA:** Executivo Municipal

Emenda aos projetos de Lei Complementar que tratam acerca do Plano Diretor de Pirassununga

*Ab initio*, impende salientar que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica Legislativa não substitui o parecer das Comissões especializadas, porquanto estas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Trata-se de emenda as Leis Complementares que tratam acerca do plano diretor. Em 25 de novembro de 2021, foi encaminhado Ofício da Câmara Municipal para a prefeitura informando acerca de inúmeros equívocos formais e de redação da lei a serem corrigidos.

Em 02 de dezembro de 2021, a prefeitura responde ofício da Câmara, e apresenta inúmeras emendas. Em observação ao artigo 55 do regimento interno da Câmara Municipal, diz que emenda **é a proposição apresentada como assessória de outro**, sendo assim por ser assessória, e pelo processo legislativo ter tido seu início em outro momento, não vejo motivo para ter que cumprir novamente o requisito formal do artigo 31, §2º da Lei Orgânica do Município de Pirassununga.

Entretanto, mesmo por ser emenda ao plano diretor, se faz necessário a realização de audiências públicas para a discussão. Como se depreende do artigo 40, §4º, I do Estatuto da Cidade. É imperiosa a realização de audiências públicas. Ora todas as formalidades necessárias ao principal, também devem ser obedecidas pelo acessório que é parte do principal. Se é requisito formal do plano diretor a realização de audiência pública, a emenda a esse plano diretor também deve ser submetida a essa formalidade.

Note:

À secretaria para juntada no Projeto de Lei e  
encaminhamento de cópia aos Vereadores,  
observando os trâmites regimentais.

Pirassununga, 06 / 12 / 2021.

  
Luciana Batista  
Presidente



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Caixa Postal 89 - Fone: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2126286-04.2014.8.26.0000

COMARCA: SÃO PAULO AUTOR: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA RÉU: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

VOTO Nº 28.349

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 334 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 42, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, DO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA, QUE INSTITUIU O PLANO DIRETOR. DIPLOMA QUE ESTABELECE DIRETRIZES E NORMAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL. **DISPOSITIVO IMPUGNADO INSERIDO NO RESPECTIVO PROJETO DE LEI ATRAVÉS DE EMENDA ADITIVA PARLAMENTAR NÃO SUBMETIDA À APRECIÇÃO POPULAR E SEM APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA.** CONTRASTE AOS ARTIGOS 180, INCISO II, E 191 DA CONSTITUIÇÃO BANDEIRANTE. TEMA, ADEMAIS, OBJETO DE AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE ANTERIOR, ONDE **RECONHECIDO O VÍCIO FORMAL** DE VÁRIOS DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR EM QUESTÃO, PELO MESMO FUNDAMENTO. PRETENSÃO PROCEDENTE.

Há inúmeras outras jurisprudências que possuem o mesmo entendimento no Estado de São Paulo, diante do entendimento do Egrégio Tribunal do Estado de São Paulo e por força da lei já supramencionada, depreende-se que as emendas também têm necessariamente que serem submetidas a apreciação popular por meio das assembleias.

Vale Ressaltar que as emendas aqui analisadas, estão sendo apresentadas pelo Executivo Municipal, e denota-se do ordenamento jurídico pátrio que é de fato competência deste propor o plano diretor e também propor as emendas. Se não vejamos:





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Caixa Postal 89 - Fone: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)

Site: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



O festejado autor Hely Lopes Meirelles conclui-se: “*que a elaboração de plano diretor é tarefa de especialista nos diversos setores de sua abrangência, devendo por isso mesmo ser confiada a órgão técnico da prefeitura ou contratada com profissionais de notória especialização na matéria sempre sob supervisão do prefeito.*” (Direito Municipal Brasileiro, RT 1985 p 397), por este motivo o baluarte do direito do constitucional brasileiro **José Afonso da Silva sustenta que a elaboração do plano diretor é de competência do executivo municipal,** por intermédio dos órgãos de planejamento da prefeitura. Neste sentido as mesmas exigências devem ser observadas nas emendas e nas leis modificadoras do Plano Diretor.

Diante de todo exposto nota-se que as emendas apresentadas não possuem vício de iniciativa tendo em vista que são apresentadas pelo executivo municipal, entretanto, embora o executivo informe que estas alterações não modificam substancialmente o projeto, é imperioso submeter seu conteúdo às assembleias públicas, como já amplamente fundamentado neste parecer.

Ante todo exposto, não se vislumbra óbice ao prosseguimento das emendas, desde que submetidas a apreciação popular.

É *sub censura*, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações prestadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

Pirassununga, 03 de dezembro de 2021.

**Diogo Cano Montebelo**

**Analista Legislativo – Advogado**

**OAB/SP nº 336.440**

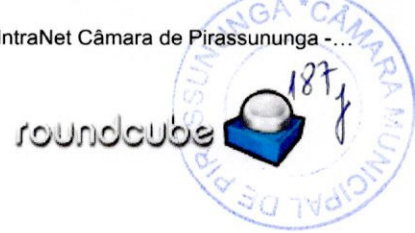
Assunto **Documento "PARECERES ADOVADO | PROJETOS DE LEI" - A IntraNet Câmara de Pirassununga - SP gerou um alerta de "Inclusao" de DOCUMENTO(S)**

De IntraNet Câmara de Pirassununga <intranet@camarapirassununga.sp.gov.br>

Para <notificacoes\_vereadores@camarapirassununga.sp.gov.br>

Data 2021-12-06 15:10

Prioridade Normal



## Informacoes da Leitura e Recebimento do Documento:

**Data:** 2021-12-06 **Hora:** 15:10:16

**Nome:** - Secretaria Geral - **Usuario:** secretaria

**E-mail:** secretariageral@camarapirassununga.sp.gov.br **IP Exec.:** 192.168.0.12

## Informacao do Documento

**Título:** PARECERES ADOVADO | PROJETOS DE LEI

**Senhores(as) Vereadores(as),**

Atendendo ao Regimento Interno, encaminho em anexo, cópia do(s) seguinte(s) Projeto(s), acompanhado do(s) **PARECERES JURÍDICOS** emitido(s) pelo Advogado da Câmara, para conhecimento e trâmites regimentais:

**Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 06/2021**, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências.

**Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências.

**Descrição:** **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 08/2021**, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências.

**Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 09/2021**, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006 e dá outras providências.

**MENSAGEM ADITIVA AO PROJETO DE LEI nº 118/2021** - "Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2022".

**MENSAGEM ADITIVA AO PROJETO DE LEI nº 89/2021** - "Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período 2022 a 2025 e define as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2022".

Atenciosamente,

**Luciana Batista**  
**Presidente**

**Nome:** PPLC\_06\_07\_08\_09\_89\_118\_2021\_Mensagem\_Aditiva.pdf **Tipo/Formato:** application/pdf **Extensao:** pdf **Tamanho:** 113940798

AVISO LEGAL(BR)- Esta mensagem e destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem e dirigida, podendo conter informacao confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se voce nao for destinatario desta mensagem, desde ja fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informacao contida nesta mensagem, por ser ilegal tal ato. Caso voce tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este e-mail, promovendo, desde logo, a eliminacao de seu conteudo em sua base de dados, registros ou sistema de controle.

Voce recebeu essas notificacao/comunicado automatica do SITE IntraNet Câmara de Pirassununga - SP gerado pela ocorrencia descrita acima.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: [camara@lancernet.com.br](mailto:camara@lancernet.com.br)

Site: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

### COMUNICADO À POPULAÇÃO

Em atenção ao artigo 37 da Constituição Federal, e § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica do Município, a Câmara do Município de Pirassununga, comunica que recebeu e publica as seguintes Mensagens Aditivas aos Projetos de Lei Complementares de Revisão do Plano Diretor Municipal, abaixo descritos, e nos termos do artigo 152 do Regimento Interno, a tramitação dos referidos projetos, poderá iniciar após 20 (vinte) dias da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga.

-Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 06/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências.

-Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, de autoria do Prefeito, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências.

-Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 08/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências.

-Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 09/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Pirassununga, 03 de dezembro de 2021.

  
**Luciana Batista**  
**Presidente**



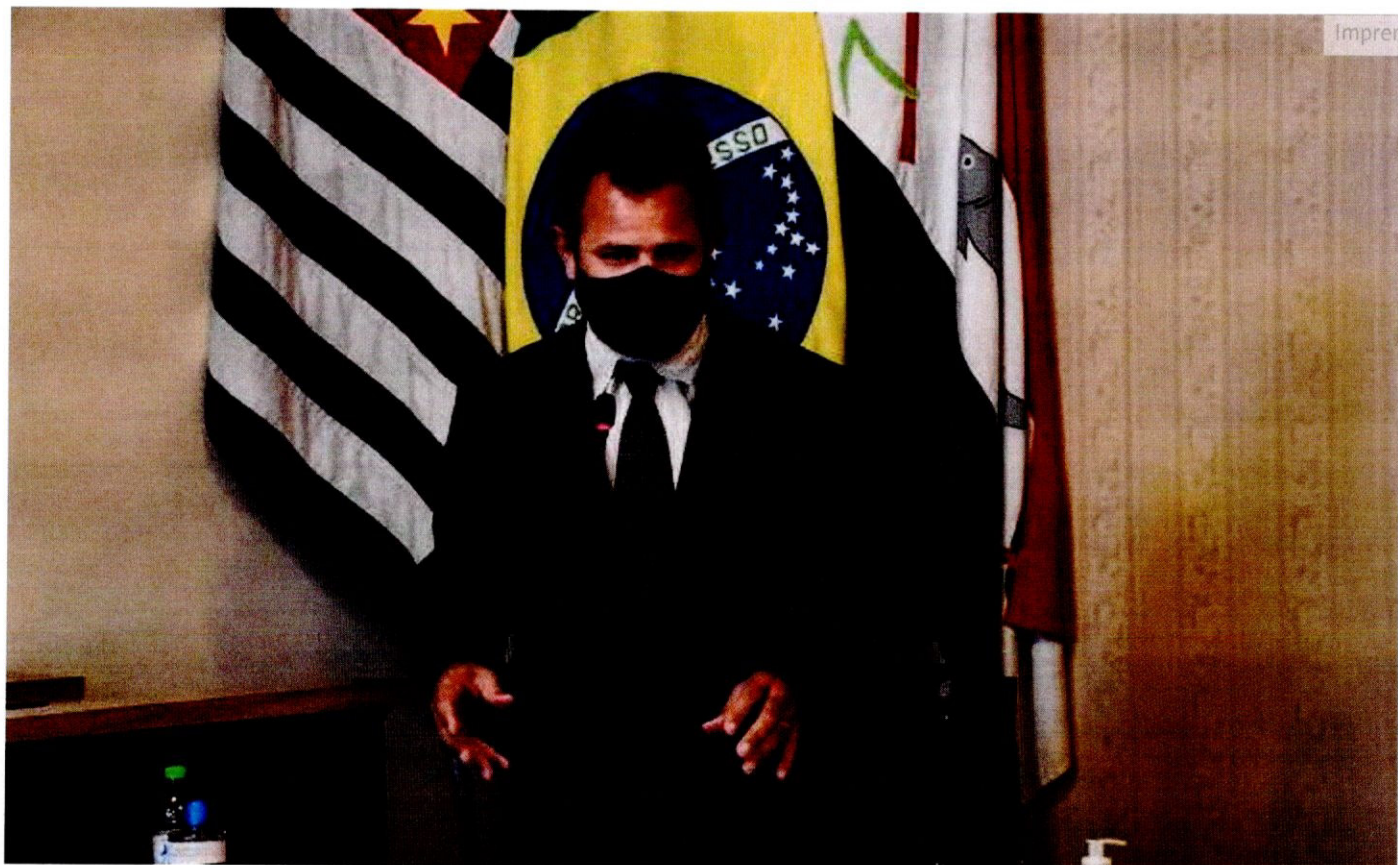


CÂMARA MUNICIPAL DE  
PIRASSUNUNGA



Pesquise sobre o que você precisa no site

Menu Principal



## Cícero sugere criação do cargo de supervisor de ensino na rede municipal

Vereador propôs ainda nesta semana alteração na Lei Municipal nº 4.130/2011

○○○○○

## | Comunicados

+

**Mensagens Aditivas aos Projetos de Lei Complementares de Revisão do Plano Diretor Municipal (PLCS: 06, 07, 08 e 09/2021)**

**Câmara Municipal recebe Projeto de Lei do Orçamento do Município para 2022**

**Comunicamos o recebimento de Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal - (PLC n°s: 04, 05, 06, 07, 08 e 09/2021)**

**Projetos de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor Municipal n°s: (04, 05, 06, 07, 08 e 09/2021)**

## | Convites

+

CÂMARA MUNICIPAL DE  
PIRASSUNUNGA[Menu Principal](#)

## Mensagens Aditivas aos Projetos de Lei Complementares de Revisão do Plano Diretor Municipal (PLCS: 06, 07, 08 e 09/2021)

Em atenção ao artigo 37 da Constituição Federal, e 8 2º do artigo 31 da Lei Orgânica do Município, a Câmara do Município de Pirassununga, comunica que recebeu e publica as seguintes Mensagens Aditivas aos Projetos de Lei Complementares de Revisão do Plano Diretor Municipal, abaixo descritos, e nos termos do artigo 152 do Regimento Interno, a tramitação dos referidos projetos, poderá iniciar após 20 (vinte) dias da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga.

--> Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 06/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências.

--> Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, de autoria do Prefeito, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências.

--> Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 08/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências.

--> Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 09/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

[Clique aqui](#) e veja o comunicado e cópia do projeto!

### RECEBA AS NOTÍCIAS DA CÂMARA

Cadastre-se e saiba o que acontece no Legislativo da sua cidade

NOME:

E-MAIL:

ENVIAR





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **JUNTADA**

Neste ato procedo a juntada da publicação do Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga, edição nº 101 (Edição Complementar), de 03 de dezembro de 2021, da **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que “**institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**”, a qual por mim foi lida e conferida para contagem de prazo, conforme § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica do Município, observado que não consta o cabeçalho do Diário Oficial Eletrônico do Município em todo o arquivo publicado.

Pirassununga, 06 de dezembro de 2021.

**Jéssica Pereira de Godoy**

**Analista Legislativo Secretaria**



Pirassununga, 03 de dezembro de 2021 | Ano 08 | Nº 101 (Edição Complementar)

**ATOS OFICIAIS**  
**PODER LEGISLATIVO**

**Câmara Municipal**

**COMUNICADO À POPULAÇÃO**

Em atenção ao artigo 37 da Constituição Federal, e § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica do Município, a Câmara do Município de Pirassununga, comunica que recebeu e publica as seguintes Mensagens Aditivas aos Projetos de Lei Complementares de Revisão do Plano Diretor Municipal, abaixo descritos, e nos termos do artigo 152 do Regimento Interno, a tramitação dos referidos projetos, poderá iniciar após 20 (vinte) dias da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga.

-Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 06/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências.

-Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, de autoria do Prefeito, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências.

-Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 08/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências.

-Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 09/2021, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Pirassununga, 03 de dezembro de 2021.

**Luciana Batista**  
**Presidente**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Ofício nº 167/2021

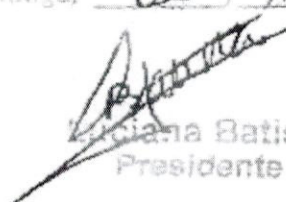
A secretaria para numerar e registrar a  
propositura.

Pirassununga,

02 / 12 / 2021.

Pirassununga, 2 de dezembro de 2021.

Senhora Presidente

  
Luciana Batista  
Presidente

**Considerando** algumas inconformidades de cunho formal, constatadas na versão dos projetos de Leis: nº 06/2021 – Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo; nº 07/2021 – Sistema Viário; nº 08/2021 – Código de Obras; nº 09/2021 – Parcelamento do Solo, projetos atrelados ao Plano Diretor enviados a esta Edilidade;

**Considerando** que tais inconsistências formais foram verificadas durante a audiência pública realizada no dia 24/11/2021 nas dependências desta Casa de Leis;

**Considerando** que tais inconsistências não alteram o objeto nem a materialidade do teor Legislativo, visto tratar-se de erros de digitação ou supressões ocorridas quando da conversão do arquivo de Word para “LibreOffice”;

**Considerando** o cumprimento de todo trâmite regimental e legal previsto no Estatuto das Cidades para elaboração, publicização com audiências públicas, para posterior envio das minutas a esta Casa de Leis;

**Considerando** a extrema relevância e necessidade de aprovação da referida legislação por esta Edilidade, visando a normalização legislativa do município visto a suspensão da vigência do anterior Plano Diretor de 2006, fato que vem ocasionando diversos prejuízos a Municipalidade,

Encaminhamos para apreciação dos nobres Edis que constituem esse Egrégio Legislativo, **mensagem aditiva** aos projetos de Lei Complementares que compõem o **Plano Diretor Municipal**, a saber:

- a) dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Pirassununga/SP e dá outras providências;
- b) institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências;
- c) dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



d) dispõe sobre o Parcelamento e Uso do Solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Solicitamos, por derradeiro, a não aplicação dos termos do § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica do Município, visto que, as devidas publicações regimentais dos projetos de lei complementares em tela já se deram em momento oportuno, cumprindo o interstício regimental necessário para tanto.

Atenciosamente,

**DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN**  
**Prefeito Municipal**

Excelentíssima Vereadora

LUCIANA BATISTA

Câmara Municipal de Pirassununga

Nesta.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



**OF. N° 2101/2021 – Resposta ao Ofício GAB n°624/2021**

Textos em que a Câmara Municipal de Pirassununga apontou como modificações:

**Projeto de Lei Complementar n°09/21 – Parcelamento do Solo:**

- Incluídos os incisos I ao VI do artigo 30:

Projeto original: Constava o artigo 30 com o final em: (dois pontos), ou seja, faltou a inclusão dos incisos desse artigo.

Projeto atualizado: Foram incluídas as especificações do artigo 30:

- I. classificação e zoneamento do projeto;
- II. descrição das obras e serviços a que se obriga o empreendedor do projeto nos termos do artigo 9°;
- III. discriminação das áreas que passam a contribuir bens de domínio público, sem ônus para o município;
- IV. prazo para cumprimento do disposto no Inciso II, deste artigo, que será o constante do prazo fixado no artigo 27;
- V. restrições construtivas e taxa de construção para os lotes;
- VI. área de permeabilidade destinada para o lote.

Justificativa: Com a nova correção foram incluídos os incisos relatados para complementação do artigo 30 em resposta ao Of. 2100/2021 item 4 da PLC N° 09/2021.

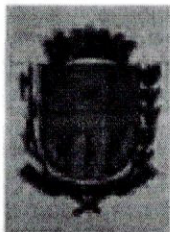
**Projeto de Lei Complementar n° 07/2021 – Sistema Viário:**

- Alteração do artigo 11 na palavra de "via estruturante" para "via expressa"

Projeto original: Constava a palavra "via estruturante" e em seu anexo III croqui II constava "via expressa".

Projeto atualizado: A palavra foi corrigida para "via expressa" no artigo 11.

Justificativa: O anexo III croqui II representa a "via expressa" corretamente como enviado no



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



projeto original, somente no artigo 11 que foi apresentada de modo equivoco a palavra "estruturante".

Observação: Toda palavra "estruturante" foi alterada para "expressa", dando legitimidade para as informações, como no artigo 7, artigo 8 - inciso I e artigo 16 - inciso I alínea "a".

- Alteração – inoiso I artigo 11- Da metragem da caixa de via que era "29,00 m (vinte e nove metros)" para 27,00m (vinte e sete metros).

Projeto original: Constava a metragem 29,00 m (vinte e nove metros).

Projeto atualizado: Foi corrigido para 27,00m (vinte e sete metros).

Justificativa: O anexo III croqui II representa corretamente a nomenclatura e a metragem da caixa de via como mandado no projeto original, assim, corrigimos para que artigo e anexo estejam com as mesmas informações.

- Informação de um "Anexo V" que não integra o Projeto de Lei.

Projeto original: Artigo 11 §3º - "As vias classificadas como arteriais e coletoras estão representadas no mapa do Anexo I e na especificadas na tabela do Anexo V desta Lei."

Projeto atualizado: Artigo 11 § 3º. As vias classificadas como arteriais e coletoras estão representadas no mapa do Anexo I e na especificadas na tabela do Anexo III, croqui III e IV desta Lei.

Justificativa: A indicação estava equivocada, visto que, não existe "Anexo V", sendo a correta c "Anexo III – Croqui III e IV".

**Resposta ao Ofício GAB nº2100/2021**

**Projeto de Lei Complementar nº 06/2021 – Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo:**

- Alteração – Artigos 10 e 11.

Projeto original: Artigo 10 e 11 ausente.

Projeto atualizado: O artigo 10 é referente a Zona de Amortecimento - ZAM e o artigo 11 é relativo a Zona de Urbanização Especifica – ZUE.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



Justificativa: No projeto original constava o numeral 1 (um) como indicação no parágrafo sobre a Zona de Amortecimento - ZAM, sendo que na verdade, era o artigo 10 (dez) a real numeração, no parágrafo seguinte ocorreu o mesmo erro de formatação, sendo o número correto o artigo 11 (onze) que fala da Zona de Urbanização Específica - ZUE, não o numeral 2 (dois) como constava.

- Ausência do anexo citado no artigo 20, §1º e no artigo 21 §1º.

Projeto original: No final do § 1º do artigo 20 constava conforme tabela do anexo V.

Projeto Atualizado: "conforme Tabela do Anexo III – Tabela 13".

Justificativa: Após análise dos anexos em questão, verificou-se que o anexo que estava sendo mencionado no artigo 20 final do §1º era o Anexo III – Tabela 13 e não o anexo V, uma vez que não existe esse anexo no projeto de lei.

Projeto original: No final do § 1º do artigo 21 constava conforme tabela do anexo V.

Projeto Atualizado: "conforme Tabela do Anexo III – Tabela 14".

Justificativa: Após análise dos anexos em questão, verificou-se que o anexo que estava sendo mencionado no artigo 21 final do §1º era o Anexo III – Tabela 14 e não o anexo V, uma vez que não existe esse anexo no projeto de lei.

- Erro de ordenação numérica no artigo 27.

Projeto original: "Art. 25 - Os índices urbanísticos referentes à ocupação do solo em cada zona urbana serão aqueles expressos no Anexo III, onde são estabelecidos".

Projeto Atualizado: "Art. 27 - Os índices urbanísticos referentes à ocupação do solo em cada zona urbana serão aqueles expressos no Anexo III, onde são estabelecidos".

Justificativa: No projeto original ocorreu um erro de formatação numérica onde o artigo 27 constou artigo 25, assim, formatamos da maneira correta (artigo 27) para continuidade da sequência dos artigos.

- Texto sem clareza no artigo 35 inciso II.

Projeto original: "Art. 35 – inciso II – "O primeiro pavimento em subsolo poderá ser apenas semienterrado, desde que o piso do pavimento imediatamente superior não fique acima da cota de + 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) em relação ao ponto mais baixo do meio-fio do





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



logradouro, correspondente à testada do lote”.

Projeto Atualizado: “Art. 35 – inciso II – “O primeiro pavimento em subsolo poderá ser apenas semienterrado, desde que o piso do pavimento imediatamente superior não fique acima da cota de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) em relação ao ponto mais baixo do meio-fio do logradouro, correspondente à testada do lote”.

Justificativa: Retiramos o símbolo de “+” do inciso II, para que seu conteúdo ficasse com mais clareza e assim, possa ser entendimento.

- Por extensão errado no artigo 49, parágrafo único, II e III.

Projeto original: “ II - As atividades que apresentam risco ambiental moderado são classificadas com índice de 2 a 3,5 (dois a três vírgula cinco); III - As atividades que apresentam risco ambiental baixo são classificadas com índice de 1,0 a 1,5 (um a um vírgula cinco)”.

Projeto Atualizado: “ II - As atividades que apresentam risco ambiental moderado são classificadas com índice de 2 a 3,5 (dois inteiros à 3 inteiros e cinco décimos); III - As atividades que apresentam risco ambiental baixo são classificadas com índice de 1,0 a 1,5 (um inteiro à um inteiro e cinco décimos);

Justificativa: Corrigimos a nomenclatura por extenso das medidas apresentadas nos incisos II e III do artigo 49.

**Projeto de Lei Complementar nº 07/2021 – Sistema Viário:**

- Texto sem clareza no artigo 5º, inciso XXIV.

Projeto original: “XXIV - Tráfego médio – fluxo compreendido entre 50 e 400 (cinquenta a quatrocentos) veículos por dia em uma direção”;

Projeto Atualizado: “XXIV - Tráfego médio – fluxo compreendido entre 50 a 400 (cinquenta a quatrocentos) veículos por dia em uma direção;

Justificativa: O tráfego médio é entendido como um fluxo entre 50 a 400 veículos por dia em uma direção.

- **Artigo 10 e 11** – Erro de ordem numérica – divergência de valores e ausência do anexo citado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



Projeto original: **artigo 1º** "Todas as vias abertas á circulação de veículos, com o pavimento e passeios definitivos já implantados, permanecem com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto de urbanização específico uma nova configuração geométrica. **Artigo 2º** - As vias a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

Projeto Atualizado: **artigo 10º** "Todas as vias abertas á circulação de veículos, com o pavimento e passeios definitivos já implantados, permanecem com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto de urbanização específico uma nova configuração geométrica.

**Artigo 11º** - As vias a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

Justificativa: Ordem de numeração corrigida na sequência correta.

Projeto original: Artigo 11 – todos os Incisos estão com a numeração "I".

Projeto Atualizado: Artigo 11 – inciso I - Via expressa; II – Via Arterial; III – Via Coletora; IV – Via Local.

Justificativa: Colocamos todos os incisos do artigo 11 na sequência numérica correta.

Projeto original: Artigo 11 – inciso I – alínea b) "Pista de rolamento: 10,00m (doze metros);"

Projeto Atualizado: Artigo 11 – inciso I – alínea b) "Pista de rolamento: 12,00m (doze metros);"

Justificativa: A metragem por extenso de 12,00m (doze metros) é a correta, a numeração 10,00m (dez metros) foi digitada erroneamente.

Projeto original: Artigo 11 – inciso I – alínea d) "Passeio: 4,00m (três metros) de cada lado;

Projeto Atualizado: Artigo 11 – inciso I – alínea d) "Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;

Justificativa: A metragem por extenso de 3,00m (três metros) é a correta, a numeração 4,00m (quatro metros) foi digitada erroneamente.

Projeto original: Artigo 11 – inciso I – alínea e) "Passeio: 6,00m (quatro metros) de cada lado;

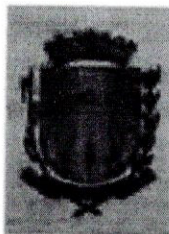
Projeto Atualizado: Artigo 11 – inciso I – alínea e) "Passeio: 4,00m (quatro metros) de cada lado;

Justificativa: A metragem por extenso de 4,00m (quatro metros) é a correta, a numeração 6,00m (seis metros) foi digitada erroneamente.

Projeto original: Artigo 14 – os dois incisos estão com a numeração "I"

Projeto Atualizado: Artigo 14 – inciso I – Via regional e inciso II – Via Rural.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



Justificativa: Corrigimos os incisos com numeração igual, sendo que agora estão seguindo a sequência de I e II.

Projeto original: Artigo 16 – os três incisos estão com a numeração "I".

Projeto Atualizado: Artigo 16 – inciso I – Classe 1; inciso II – Classe 2; inciso III – Classe 3.

Justificativa: Colocamos em ordem numérica correta.

Projeto original: Artigo 19 – Os três primeiros incisos estão com a mesma numeração de "I" e o último está como inciso "II".

Projeto Atualizado: Artigo 19 – inciso I – Ciclovia; inciso II – Ciclofaixa; inciso III – Estacionamentos; inciso IV – Bicletários.

Justificativa: Colocamos a sequência os incisos informados.

**Projeto de Lei Complementar nº 08/2021 – Código de Obras:**

- Erro de ordenação numérica no artigo 20 §7º.

Projeto original: Os parágrafos do artigo 20 estão na seguinte sequência: §7º, § 1º, §2º, §3º, §4º e §5º.

Projeto Atualizado: Os parágrafos do artigo 20 estão na seguinte sequência: §1º, §2º, §3º, §4º, §5º e §6º.

Justificativa: Alteramos a sequência correta dos parágrafos do artigo 20.

- Erro ordenação numérica no artigo 40, §1º.

Projeto original: §1º. Para prédios comerciais/industriais:

- I - A.V.C.B – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou C.L.C.B. - Certificado de Licença Auto do Corpo de Bombeiros,
- II - Licença de operação da CETESB, quando for o caso;
- III - Certificado de vistoria dos elevadores, quando for o caso.
- IV - D.O.F. - Documento de Origem Florestal (quando utilizada madeira na estrutura do telhado)
- VI - Laudo técnico de vistoria da obra conforme anexo III.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



Projeto atualizado: §1º. Para prédios comerciais/industriais:

- I - A.V.C.B – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou C.L.C.B. - Certificado de Licença Auto do Corpo de Bombeiros,
- II - Licença de operação da CETESB, quando for o caso;
- III - Certificado de vistoria dos elevadores, quando for o caso.
- IV - D.O.F. - Documento de Origem Florestal (quando utilizada madeira na estrutura do telhado).
- V – Laudo Técnico de Vistoria da obra conforme anexo VII.

Justificativa: Numeração dos incisos corrigidas.

- Erro de grafia no artigo 41, parágrafo único:

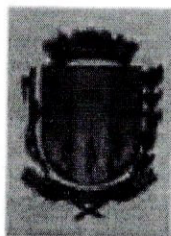
Projeto original: Artigo 41, Parágrafo único. "As calçadas deverão acompanhar a declividade longitudinal das guias e ter uma inclinação transversal de no máximo 3% (três) para escoamento da água, a superfície deverá desenvolver-se em um plano contínuo, não será admitido degraus e atender as normas de acessibilidade conforme NBR 9050."

Projeto Atualizado: Artigo 41, Parágrafo Único. "As calçadas deverão acompanhar a declividade longitudinal das guias e terem uma inclinação transversal de no máximo 3% (três por cento) para escoamento da água. A superfície deverá desenvolver-se em um plano contínuo, não será admitido degraus e deverão atender as normas de acessibilidade conforme NBR 9050."

Justificativa: Reformulamos a grafia do texto para melhor entendimento. Lembrando que apenas alteramos a grafia e não seu conteúdo.

- Erro de grafia no artigo 46:

Projeto original: "Art. 46. Poderão avançar em balanço sobre o alinhamento predial da calçada as molduras que por motivos arquitetônicos não constituam áreas de piso e cuja projeção em plano horizontal não avancem mais de 0,40 cm (quarenta centímetros) sobre o alinhamento do logradouro, com altura livre de 3,00 (três) metros."



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



Projeto Atualizado: Art. 46. Poderão avançar em balanço sobre o alinhamento predial da calçada as molduras que por motivos arquitetônicos não constituam áreas de piso e cuja projeção em plano horizontal não avancem mais de 0,40m (quarenta centímetros) sobre o alinhamento do logradouro, com altura livre de 3,00m (três metros).

Justificativa: Corrigimos os erros de grafia do artigo para melhor entendimento do artigo. Lembrando que apenas alteramos a grafia e não seu conteúdo.

- Erro de grafia no artigo 48:

Projeto original: A sequência dos incisos no artigo 48 estão da seguinte maneira: I, II, III, IV e VI.

Projeto Atualizado: A sequência dos incisos no artigo 48 estão da seguinte maneira: I, II, III, IV e V.

Justificativa: Alteramos a sequência correta dos incisos.

- Erro de grafia e não uso das normas de redação no artigo 55, inciso VII:

Projeto original: Os degraus das escadas deverão apresentar espelho "e" e piso "p", que satisfaçam à relação  $0,63\text{m}$  (sessenta e três centímetros)  $< p + 2e < 0,65\text{ m}$ . (sessenta e cinco), admitindo-se:

- α) Quando de uso privativo: altura máxima  $0,18\text{m}$  (dezoito centímetros) e largura mínima  $0,25\text{m}$  (vinte e cinco centímetros);
- β) Quando de uso coletivo: altura máxima  $0,18\text{m}$  (dezoito centímetros) e largura mínima  $0,28\text{m}$  (vinte e oito centímetros).

Projeto Atualizado: Os degraus das escadas deverão apresentar espelho "e" e piso "p", que satisfaçam à relação  $0,63\text{m}$  (sessenta e três centímetros)  $< p + 2e < 0,65\text{ m}$ . (sessenta e cinco centímetros), admitindo-se:

- a) Quando de uso privativo: altura máxima  $0,18\text{m}$  (dezoito centímetros) e largura mínima  $0,25\text{m}$  (vinte e cinco centímetros);
- b) Quando de uso coletivo: altura máxima  $0,18\text{m}$  (dezoito centímetros) e largura mínima  $0,28\text{m}$  (vinte e oito centímetros).





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



Justificativa: Corrigimos o artigo modificando a grafia e uso das normas de redação. Lembrando que não alteramos o conteúdo.

- Erro de ordenação numérica e de grafia no artigo 56 e §§ 1º e 4º.

Projeto original: Ordem numérica dos parágrafos estão da seguinte maneira: §1º, §2º, §3º, §5º e §6º.

Projeto Atualizado: Ordem numérica dos parágrafos estão da seguinte maneira: §1º, §2º, §3º, §4º e §5º.

Justificativa: Foi corrigida a sequência numérica dos parágrafos.

Projeto original: Artigo 56 §1º - "As rampas poderão apresentar inclinação máxima de 20% (vinte por cento) para uso de veículos e de 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) para uso de pedestres, conforme especificações da NBR 9050/2015."

Projeto Atualizado: Artigo 56 §1º. "As rampas poderão apresentar inclinação máxima de 20% (vinte por cento) para uso de veículos e de 8,33% (oito inteiros e trinta e três centésimos) para uso de pedestres, conforme especificações da NBR 9050/2015."

Justificativa: Modificamos a grafia do texto para dar conformidade as normas de grafia.

- Não uso das normas de redação no artigo 64:

Projeto original: "I- Cada vaga deverá ter as dimensões mínimas de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de largura e 5,00 m (cinco metros) de comprimento. Exceto no recuo frontal que deverá respeitar o comprimento de 5,50 (cinco metros e cinquenta centímetros).

II. Os corredores de circulação deverão ter as seguintes larguras mínimas, de acordo com o ângulo formado em relação às vagas;

α. Em paralelo igual a 3,00m (três) metros

β. Ângulo até 30º (trinta graus) igual a 2,50m (dois metros e cinqüentacentímetros);

χ. Ângulo entre 31º (trinta e um graus) e 45º (quarenta e cinco graus) igual a 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);

δ. Ângulos entre 46º (quarenta e seis graus) e 90º (noventa graus) igual





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



a 5,00m(cinco metros).

III. Respeitando a largura mínima de 2,30 (dois metros e trinta centímetros), em térreo e subsolos de edifícios verticalizados.

Projeto Atualizado:

I. Cada vaga deverá ter as dimensões mínimas de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de largura e 5,00 m (cinco metros) de comprimento. Exceto no recuo frontal que deverá respeitar o comprimento de 5,50 (cinco metros e cinquenta centímetros).

II. Os corredores de circulação deverão ter as seguintes larguras mínimas, de acordo com o ângulo formado em relação às vagas;

a) Em paralelo igual a 3,00m (três metros).

b) Ângulo até 30° (trinta graus) igual a 2,50m (dois metros e cinqüentacentímetros);

c) Ângulo entre 31° (trinta e um graus) e 45° (quarenta e cinco graus) igual a 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);

d) Ângulos entre 46° (quarenta e seis graus) e 90° (noventa graus) igual a 5,00m (cinco metros).

III. Respeitando a largura mínima de 2,30 m (dois metros e trinta centímetros), em térreo e subsolos de edifícios verticalizados.

Justificativa: Modificamos a grafia do texto para dar conformidade as normas de grafia.

- Erro de grafia e ausência de anexo citado nos artigos 81 e 82:

Projeto original: Artigo 81 – "Além de outras disposições desse Código e das demais leis municipais, estaduais e federais que lhes forem aplicáveis, os estabelecimentos de hospedagemdeverão obedecer às seguintes exigências"

Projeto Atualizado: Artigo 81 – "Além de outras disposições desse Código e das demais leis municipais, estaduais e federais que lhes forem aplicáveis, os estabelecimentos de hospedagem deverão obedecer às seguintes exigências"

Justificativa: A palavra hospedagem / deverã, estavam unidas e já corrigidas.

Projeto original: Artigo 82 – inciso I – "As portas para os logradouros deverão ter largura  
Rua Galício Der Nero, 51 – 2º andar – centro – Pirassununga – SP – Fone (19) 3555.8041



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



mínima de 2,0 m (dois metros)".

Projeto Atualizado: Artigo 82 – inciso I – "As portas para os logradouros deverão ter largura mínima de 2,0 m (dois metros)".

Justificativa: A palavra dois / metros estavam unidas e já corrigidas.

Projeto original: Artigo 82 – inciso IV - A superfície mínima dos compartimentos será de 8,0 m<sup>2</sup> (oito metrosquadrados) com a dimensão mínima de dois metros;

Projeto Atualizado: Artigo 82 – inciso IV – A superfície mínima dos compartimentos será de 8,0m<sup>2</sup> (oito metros quadrados) com a dimensão mínima de dois metros;

Justificativa: O símbolo de metros quadrados estava fora de formatação, já corrigida.

- Não uso das normas de redação no artigo 92:

Art. 92. As escadas não poderão se desenvolver em leque ou caracol.

Projeto original: Art. 92. As escadas não poderão se desenvolver em leque ou caracol.

Projeto atualizado: Art. 92. As escadas não poderão se desenvolverem em leque ou caracol.

Justificativa: Texto corrigido em conformidade com as normas de redação.

- Não uso das normas de redação no artigo 98:

Projeto original: Inciso II – "Ter instalações sanitárias para cada sexo, com as seguintes proporções mínimas em relação à lotação máxima:

- α. Para o sexo masculino um vaso sanitário, um lavatório e um mictório para cada 100 (cem) lugares ou fração;
- β. Para o sexo feminino um vaso sanitário e um lavatório para cada 100 (cem) lugares ou fração."

Projeto Atualizado: Inciso II – "Ter instalações sanitárias para cada sexo, com as seguintes proporções mínimas em relação à lotação máxima:

- a) Para o sexo masculino um vaso sanitário, um lavatório e um mictório para cada 100 (cem) lugares ou fração;
- b) Para o sexo feminino um vaso sanitário e um lavatório para cada 100 (cem) lugares ou fração."





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



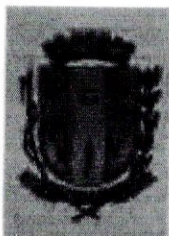
Justificativa: Modificamos as letras das alíneas a) e b) para estar de acordo com as normas de redação e separamos a palavra proporções/mínimas.

- Não uso das normas de redação no artigo 101:

Projeto original: Art. 101. Nas edificações destinadas a postos de serviços ou naquelas que possuam abastecimento de veículos destinado à frota própria, deverão ser atendidas as seguintes determinações:

- I. Possuir o imóvel área superficial mínima de 750,00 m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados) e, frente para a via pública não inferior a 30 (trinta) metros lineares.
- II. Os projetos deverão ser apresentados acompanhados da licença prévia de instalação expedida pela CETESB;
- III. Somente poderão ser construídos com observância dos seguintes distanciamentos:
  - α. 300m (trezentos metros) de hospitais e de postos de saúde;
  - β. 300m (trezentos metros) de escolas, de igrejas e de creches;
  - χ. 300m (trezentos metros) de áreas militares;
  - δ. 100m (cem metros) de equipamentos comunitários existentes ou programados;
  - ε. 700m (setecentos metros) de outros postos de abastecimento.
- IV. Garantir afastamento mínimo de 3,00 (três) metros de qualquer dos seus confrontantes e divisa em muro de alvenaria, ou similar, com altura mínima de 2,00 (dois) metros;
- V. Os tanques de armazenamento e as bombas de abastecimento deverão obedecer aos afastamentos mínimos de 6,0 m (seis metros) do alinhamento com o passeio e de qualquer edificação vizinha, garantindo que os veículos quando forem abastecer, não se utilizem o passeio público como estacionamento;
- VI. Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



a menos de 4,0 m (quatro metros) do alinhamento ou das divisas do lote, deverão os mesmos estar em recintos cobertos e fechados nestas faces;

VII. Haverá calha coletora, coberta com grelha, em toda a extensão dos limites do lote onde não houver muro de vedação;

VIII. Deverão ser executadas construções e instalações de tal forma que, os vizinhos ou logradouros públicos não sejam atingidos pelos vapores, jatos e aspersão de água ou óleo originados dos serviços de abastecimento, lubrificação ou lavagem;

IX. Ter vestiário e instalação sanitária com chuveiro para uso dos empregados;

X. Ter instalações sanitárias para os usuários distintas para as destinadas aos funcionários, sendo separadas por sexo;

XI. A cobertura do estabelecimento deverá ser metálica, com pé-direito mínimo de 5,50 m (cinco metros e cinquenta centímetros) e não avançar sobre o passeio;

XII. É proibido o lançamento na rede pública de esgoto, de qualquer resíduo, ou água servida, proveniente do estabelecimento, devendo para tanto serem dotados de caixas de contenção executadas em concreto e localizadas abaixo do nível do piso;

XIII. Serem dotados de reservatórios de água potável, com capacidade mínima de 5.000 (cinco mil) litros;

XIV. Ter o piso do pátio executado em material impermeável, com caimento adequado para o escoamento das águas residuais e ser dotado de grelhas para captação;

XV. Apresentação de projetos detalhados dos equipamentos e instalações;

XVI. Construção em materiais incombustíveis;

XVII. Aprovação preliminar junto aos órgãos ambientais competentes e Corpo de Bombeiros.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



**Parágrafo Único.** As edificações para postos de abastecimentos de veículo, deverão ainda obedecer às normas concernentes à legislação vigente sobre inflamáveis.

Projeto atualizado: Art. 101. Nas edificações destinadas a postos de serviços ou naquelas que possuam abastecimento de veículos destinado à frota própria, deverão ser atendidas às seguintes determinações:

- I. Possuir o imóvel área superficial mínima de 750,00 m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados) e, frente para a via pública não inferior a 30m (trinta metros) lineares.
- II. Os projetos deverão ser apresentados acompanhados da licença prévia de instalação expedida pela CETESB.
- III. Somente poderão ser construídos com observância dos seguintes distanciamentos:
  - a) 300,00m (trezentos metros) de hospitais e de postos de saúde;
  - b) 300,00m (trezentos metros) de escolas, de igrejas e de creches;
  - c) 300,00m (trezentos metros) de áreas militares;
  - d) 100,00m (cem metros) de equipamentos comunitários existentes ou programados;
  - e) 700m (setecentos metros) de outros postos de abastecimento.
- IV. Garantir afastamento mínimo de 3,00m (três metros) de qualquer dos seus confrontantes e divisa em muro de alvenaria, ou similar, com altura mínima de 2,00m (dois metros);
- V. Os tanques de armazenamento e as bombas de abastecimento deverão obedecer os afastamentos mínimos de 6,0m (seis metros) do alinhamento com o passeio e de qualquer edificação vizinha, garantindo que os veículos quando forem abastecer, não se utilizem do passeio público como estacionamento;
- VI. Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados a menos de 4,0m (quatro metros) do alinhamento ou das divisas do lote,





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



deverão os mesmos estarem em recintos cobertos e fechados nestas faces;

VII. Haverá calha coletora, coberta com grelha, em toda a extensão dos limites do lote onde não houver muro de vedação;

VIII. Deverão ser executadas construções e instalações de tal forma que, os vizinhos ou logradouros públicos não sejam atingidos pelos vapores, jatos e aspersão de água ou óleo originados dos serviços de abastecimento, lubrificação ou lavagem;

IX. Ter vestiário e instalação sanitária com chuveiro para uso dos empregados;

X. Ter instalações sanitárias para os usuários distintas para as destinadas aos funcionários, sendo separadas por sexo;

XI. A cobertura do estabelecimento deverá ser metálica, com pé-direito mínimo de 5,50 m (cinco metros e cinquenta centímetros) e não avançar sobre o passeio;

XII. É proibido o lançamento na rede pública de esgoto, de qualquer resíduo, ou água servida, proveniente do estabelecimento, devendo para tanto serem dotados de caixas de contenção executadas em concreto e localizadas abaixo do nível do piso;

XIII. Serem dotados de reservatórios de água potável, com capacidade mínima de 5.000L (cinco mil litros);

XIV. Ter o piso do pátio executado em material impermeável, com caimento adequado para o escoamento das águas residuais e ser dotado de grelhas para captação;

XV. Apresentação de projetos detalhados dos equipamentos e instalações;

XVI. Construção em materiais incombustíveis;

XVII. Aprovação preliminar junto aos órgãos ambientais competentes e Corpo de Bombeiros.

**Parágrafo Único.** As edificações para postos de abastecimentos de veículo,





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



deverão ainda obedecer às normas concernentes à legislação vigente sobre inflamáveis.

Justificativa: Modificamos as palavras que estavam unidas no caput, valor por extenso no inciso I, corrigimos os incisos III ao XIV para estarem de acordo com as normas de redação e grafia. Somente alterando a formatação do artigo sem a modificação de seu conteúdo.

- Ausência do anexo citado no artigo 113 inciso IV:

Projeto original: "Ter instalações sanitárias para uso público, separada por sexo, com fácil acesso nas seguintes proporções de acordo com o Anexo 11";

Projeto Atualizado: "Ter instalações sanitárias para uso público, separada por sexo, com fácil acesso".

Justificativa: Após análise do artigo, constatamos que realmente não existe o anexo mencionado do artigo 113 inciso IV dentro do Código de Obras, devendo ser retirado o anexo 11 do texto.

- Não uso das normas de redação no artigo 115:

Projeto original: "I. Com assento:

α) Altura máxima de 0,45 m (quarenta e cinco centímetros);

β) Largura mínima de 0,70 m (setenta centímetros).

II. Sem assento:

α) Altura mínima de 0,35 m (trinta e cinco centímetros) e altura máxima de 45 cm (quarenta e cinco centímetros);

β) Largura mínima de 0,40 m (quarenta centímetros) e largura máxima de 50 cm (cinquenta centímetros)"

Projeto Atualizado: "I. Com assento:

a) Altura máxima de 0,45 m (quarenta e cinco centímetros);

b) Largura mínima de 0,70 m (setenta centímetros).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



II. Sem assento:

- a) Altura mínima de 0,35 m (trinta e cinco centímetros) e altura máxima de 45 cm (quarenta e cinco centímetros);
- b) Largura mínima de 0,40 m (quarenta centímetros) e largura máxima de 50 cm (cinquenta centímetros)\*

Justificativa: Modificamos as letras das alíneas a) e b) para estar de acordo com as normas de redação e separação entre as medidas no inciso II alínea a) e b).

- Ausência do valor por extenso no artigo 123:

Projeto original: Art. 123. As piscinas deverão estar localizadas de maneira a manter um afastamento de pelo menos 1,50 m das divisas;

I - Os vestiários e as instalações sanitárias, conterão pelo menos: um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório, tudo na proporção de 1 para 40 apartamentos de unidade autônoma.

Projeto Atualizado: Art. 123. "As piscinas deverão estar localizadas de maneira a manter um atastamento de pelo menos 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas;

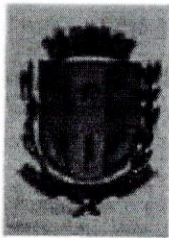
I - Os vestiários e as instalações sanitárias, conterão pelo menos: 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) chuveiro e 1 (um) lavatório, tudo na proporção de 1 (um) para 40 (quarenta) apartamentos de unidade autônoma.

Justificativa: Inclusão do valor por extenso no artigo 123 e numeração no inciso I.

- Erro de grafia no artigo 135, §1º:

Projeto original: "Em áreas livres públicas ou privadas, tais como praças, parques, sistemas de lazer, deverá ser elaborado projeto arquitetônicos específico da torre compartilhada e projeto urbanístico do entorno da respectiva área de implantação que será objeto de concurso público, coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Agricultura. No caso de praças, deverá haver parecer da Secretaria Municipal de Obras e Serviços.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



Projeto Atualizado: "Em áreas livres públicas ou privadas, tais como praças, parques, sistemas de lazer, deverá ser elaborado projeto arquitetônico específico da torre compartilhada e projeto urbanístico do entorno da respectiva área de implantação que será objeto de concurso público, coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Agricultura. No caso de praças, deverá haver parecer da Secretaria Municipal de Obras e Serviços.

Justificativa: Correção do erro de grafia no artigo 136, §1º.

- Ausência do valor por extenso no artigo 142:

Projeto original: " I - O ponto de emissão de radiação da antena transmissora deverá estar, no mínimo, a 50 metros de distância da divisa do imóvel onde estiver instalada;

II- O eixo geométrico da torre de qualquer antena transmissora deverá estar no mínimo, a 20 metros distância das divisas laterais do lote e/ou gleba em que estiver instalada;

III - O eixo geométrico da torre de qualquer antena transmissora deverá estar, no mínimo, a 15 metros de distância das divisas de frente e fundo do lote e/ou gleba em que estiver instalada;

IV- Para instalação de antenas sobre edifício, a altura mínima permitida é de 45 metros determinadas a partir do nível da rua;

V- As antenas somente poderão ser implantadas no mínimo a 100 (cem) metros medidos a partir do centro geométrico da base torre ao limite mais próximo das unidades hospitalares e/ou escolares.

Projeto Atualizado: I - O ponto de emissão de radiação da antena transmissora deverá estar, no mínimo, a 50m (cinquenta metros) de distância da divisa do imóvel onde estiver instalada;

II- O eixo geométrico da torre de qualquer antena transmissora deverá estar no mínimo, a 20m (vinte metros) de distância das divisas laterais do lote e/ou gleba em que estiver instalada;

III - O eixo geométrico da torre de qualquer antena transmissora deverá estar, no mínimo, a 15m (quinze metros) de distância das divisas de frente e fundo do lote e/ou gleba em que estiver instalada;

IV- Para instalação de antenas sobre edifício, a altura mínima permitida é de 45m (quarenta e cinco metros) determinadas a partir do nível da rua;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



V- As antenas somente poderão ser implantadas no mínimo a 100,00m (cem metros) medidos a partir do centro geométrico da base torre ao limite mais próximo das unidades hospitalares e/ou escolares.

Justificativa: Inclusão do número por extenso para dar uso das normas de redação.

- Erro de ordenação numérica no artigo 166:

Projeto original: Sequência dos parágrafos no artigo 166: §2º, §4º, §5º.

Projeto Atualizado: Sequência dos parágrafos no artigo 166: §1º, §2º, §3º.

Justificativa: Alteração da sequência dos parágrafos do artigo.

**Projeto de Lei Complementar nº 09/2021 – Parcelamento e Uso do Solo:**

- Erro de ordenação numérica no artigo 27.

Projeto original: Sequência dos parágrafos do artigo 27: §1º, §2º, §3º, §4º, §5º e §7º.

Projeto Atualizado: Sequência dos parágrafos do artigo 27: §1º, §2º, §3º, §4º, §5º e §6º.

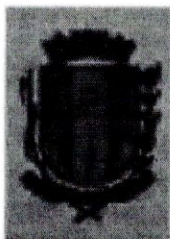
Justificativa: Corrigida a sequência dos parágrafos no artigo mencionado.

- Ausência do valor por extenso no artigo 45.

Projeto original: inciso VI: Deverá constar na matrícula de cada sítio ou chácara de recreio, as cláusulas que façam pesar sobre os proprietários dos imóveis e seus sucessores legais, que não será permitido o desmembramento do imóvel sob nenhuma hipótese em áreas inferiores a 5.000 m² e seu uso e finalidade serão apenas para recreação, lazer e moradia.

Projeto Atualizado: inciso VI: Deverá constar na matrícula de cada sítio ou chácara de recreio, as cláusulas que façam pesar sobre os proprietários dos imóveis e seus sucessores legais, que não será permitido o desmembramento do imóvel sob nenhuma hipótese em áreas inferiores a 5.000m² (cinco mil metros quadrados) e seu uso e finalidade serão apenas para recreação, lazer e moradia.

Justificativa: Inclusão do valor por extenso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



- Divergência de valores no artigo 54.


Projeto original: "A área mínima reservada para espaços de uso dominial será de 15% (dez por cento), sendo estas, contornadas por vias de comunicação"

Projeto Atualizado: "A área mínima reservada para espaços de uso dominial será de 15% (quinze por cento), sendo estas, contornadas por vias de comunicação"

Justificativa: O valor mencionado entre parênteses está incorreto, o valor da área mínima será de 15% (quinze por cento).

Sendo assim, informamos que todas as solicitações foram corrigidas para dar legitimidade ao andamento dos trâmites administrativos e ressaltamos que todas as alterações foram em caráter de correções ortográficas e exemplificativas não alterando, em nenhuma hipótese, o conteúdo do texto, não ocorrendo nenhum prejuízo aos processos de aprovação do Plano Diretor Municipal.

Pirassununga, 01 de Dezembro de 2021.



Alexandre Malachias Cardoso  
Secretário de Planejamento



# REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

MENSAGEM ADITIVA AO PROJETO DE LEI DO  
SISTEMA VIÁRIO



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA – SP





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL**  
**Coordenador**

Edson Aquiles Sanches – Eng. Agrimensor e Civil

**Secretário**

Renato Guerra Franchi – Eng. Civil e Segurança do Trabalho

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

Sec. de Plan. - Alexandre Malachias Cardoso  
Chefe do Set. de Obras e Cad. - Rafaela Meilo  
Veneroso

Arquiteto - Arquiteto César Antônio Silvestrini

**SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS**

Eng. Civil - Paulo Henrique Sanches  
Eng. Haroldo - Haroldo Pinto de Campos  
Eng. Civil - Antônio Augusto Gavazza  
Eng. Agrimensor - Aurélio Palaveri Zamaro

**SERV. DE ÁGUA E ESG. DE PIRASSUNUNGA**

Camila Aldriguetti Rosim  
Marcus César Sardinha Valsechi

**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**

Ricardo Dai Bello Biancon

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

Eduardo Del Nero  
Tiago Alberto Freitas Variso Governo

**SEC. MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS**

Dêse Armelinda Lozano

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Carlos Roberto Bertin

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Sara Zero dos Santos

**APAE**

Moacyr Fonseca Júnior

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA**

Maria Salete Jilquim Carvalho

**CREA**

Luiz Henrique Barbirato

**FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

Major Aviador Leonardo Ribeiro Fernandes Maia

**13º R.C. MEC.**

Maj. Felipe Daniel Paiotti

**USP**

Fabrizio Ribeiro dos Santos Godol

**POLICIA AMBIENTAL**

1º Ten. PM Ivo Fabiano Moraes

**POLICIA CIVIL**

Arlei Antonio Baldin

**CORPO DE BOMBEIROS**

1º Ten. Pm André Giuliano Rizzo Bovolon

**POLICIA MILITAR**

1º Ten. PM Daniel Fernando Lanconi

**CAU**

Atanagildo da Silva Junior

**AREA**

Antônio Ricardo Hypólito

**ASSOC. DO COM. E IND. DE PIRASSUNUNGA**

Celso Luiz Pedrazini dos Santos

**OAB**

Dr. Tamaris Gonçalves Fausto – OAB

**CONSEG**

Fúlvio Vinícius de Lima Nobrega

**SINDICATO**

Pedro Aparecido Tonetti



## **SUMÁRIO**

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 1º)**

##### **Seção I**

##### **Dos objetivos (Art. 2º ao 4º)**

##### **Seção II**

##### **Das definições (Art. 5º)**

### **CAPÍTULO II**

#### **DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS (Art. 6º ao 8º)**

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DIMENSÕES DAS VIAS (Art. 9º ao 11)**

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS VIAS RURAIS (Art. 12 ao 15)**

### **CAPÍTULO V**

#### **DO VOLUME DE TRÁFEGO (Art. 16)**

### **CAPÍTULO VI**

#### **DA SINALIZAÇÃO (Art. 17)**

### **CAPÍTULO VII**

#### **DO SISTEMA CICLOVIÁRIO (Art. 18 ao 21)**

### **CAPÍTULO VIII**

#### **DA ARBORIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS (Art. 22 ao 26)**

### **CAPÍTULO IX**

#### **DAS DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO (Art. 27 ao 29)**

### **CAPÍTULO X**

#### **DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS (Art. 30 ao 33)**

### **CAPÍTULO XI**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 34 ao 43)**



## MENSAGEM ADITIVA AO PROJETO DE LEI DO SISTEMA VIÁRIO

Institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências.

O Poder Legislativo de Pirassununga, Estado de São Paulo, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º.** A presente Lei destina-se a hierarquizar, ordenar, dimensionar e disciplinar a implantação do Sistema Viário do Município de Pirassununga, assegurando a observância das normas relativas à matéria e zelando pelos interesses comuns do Município no que diz respeito ao seu pleno desenvolvimento.

#### Seção I Dos objetivos

**Art. 2º.** Objetivos gerais para disciplinar o Sistema Viário:

- I. Assegurar a circulação e o transporte urbano de modo a atender a população;
- II. Estabelecer condições para que as vias de circulação possam desempenhar suas funções e dar vazão adequada ao respectivo tráfego;
- III. Estabelecer um sistema de vias de circulação adequado ao tráfego e a locomoção dos usuários;
- IV. Assegurar a continuidade do aruamento existente nos novos parcelamentos do solo no Município;
- V. Implantar um sistema de ciclovias, como alternativa de locomoção e lazer;
- VI. Proporcionar segurança e conforto ao tráfego de pedestres e ciclistas;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO



VII. Complementar as diretrizes de uso e ocupação do solo no ordenamento funcional e territorial do Município.

**Art. 3º.** Todo e qualquer arruamento no Município deverá ser previamente aprovado pela Administração Municipal, nos termos aqui previstos e na Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos.

**Parágrafo único.** Os projetos de médio e grande porte que envolvam construção de novos eixos viários, pontes, duplicação de vias ou de reestruturação viária, deverão elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental e impacto de vizinhança.

**Art. 4º.** Os novos loteamentos deverão respeitar o conteúdo desta Lei, bem como os traçados pré existentes.

**Seção II**  
**Das definições**

**Art. 5º.** Para efeito de aplicação desta lei, são adotadas as seguintes definições:

- I. Acostamento – é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando permitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta; proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para serem estacionados fora da trajetória dos demais veículos; permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego;
- II. Alinhamento – é a linha divisória entre o terreno e o logradouro público;
- III. Arruamento – conjunto de ruas públicas destinadas à circulação viária e acesso aos lotes;
- IV. Caixa carroçável ou de rolamento – é a faixa de via destinada a circulação de veículos, excluídos os passeios, os canteiros centrais e o acostamento;
- V. Caixa de via – distância, definida em projeto, entre os dois alinhamentos prediais em oposição;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO



- VI. Calçada ou passeio – é a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres, segregada e em nível diferente à via, dotada quando possível, de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;
- VII. Calçadão – é a parte do logradouro público, destinada ao pedestre e equipada de forma a impedir o estacionamento e o trânsito de veículos;
- VIII. Canteiro central – é o espaço compreendido entre os bordos internos das pistas de rolamento, objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;
- IX. Canteiro lateral – é o espaço compreendido entre os bordos externos das pistas expressas e o bordo interno da pista coletora objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente.
- X. Ciclovia – pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;
- XI. Estacionamento – espaço público ou privado destinado a guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;
- XII. Faixa de domínio de vias – é a área que compreende a largura ou caixa da via acrescida da área "non aedificandi";
- XIII. Faixa de estacionamento – parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o estacionamento de veículos;
- XIV. Logradouro público – É o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo, etc.)
- XV. Meio-fio – linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento ou do acostamento;
- XVI. Pista de rolamento – parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o tráfego de veículos;
- XVII. Seção normal da via – largura total ideal da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;
- XVIII. Seção reduzida da via – largura total mínima exigida da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO



- XIX. Sistema Viário – conjunto de vias principais de circulação do Município, com hierarquia superior às de tráfego local;
- XX. Sinalização Horizontal – constituída por elementos aplicados no pavimento das vias públicas;
- XXI. Sinalização Vertical – representada por painéis e placas implantadas ao longo das vias públicas;
- XXII. Sinalização de trânsito – conjunto dos elementos de comunicação visual adotados nas vias públicas para informação, orientação e advertência aos seus usuários;
- XXIII. Tráfego leve – fluxo inferior a 50 (cinquenta) veículos por dia em uma direção;
- XXIV. Tráfego médio – fluxo compreendido entre 50 a 400 (cinquenta a quatrocentos) veículos por dia em uma direção;
- XXV. Tráfego pesado – fluxo superior a 400 (quatrocentos) veículos por dia em uma direção;
- XXVI. Via de circulação – é o espaço organizado para a circulação de veículos, motorizados ou não, pedestres e animais, compreendendo a pista de rolamento, o passeio, o acostamento e canteiro central;
- XXVII. Via pública – área de terra, de propriedade pública e uso comum, destinada a vias de circulação e espaços livres.

**CAPÍTULO II**  
**DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS**

**Art. 6º.** Considera-se sistema viário básico do município de Pirassununga o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas.

**Art. 7º.** As vias de circulação urbana no Município, conforme suas funções e características físicas, classificam-se em:

- I. Via expressa;
- II. Via arterial;
- III. Via coletora; e
- IV. Via local.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Art. 8º.** Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias:

- I. Via expressa: Via destinada ao tráfego de passagem e ligação entre extremos da área urbana. Possui a característica de orientar o desenvolvimento urbano e conectar regiões distintas da cidade. Destinada sem restrições ao tráfego geral e de transporte de carga.
- II. Via arterial: Via que deve receber destaque, em termos de tratamento da paisagem urbana – mobiliário urbano, iluminação pública, arborização, sinalização, em função de que concentra as edificações de maior importância da cidade, também tem como função possibilitar o acesso à cidade e fazer a ligação de seus extremos. Essas vias desempenham a função do eixo principal de ligação no sítio urbano, e desenvolvem tráfego contínuo devido ao tipo de uso predominantemente comercial e de serviços ao longo dos trechos principais das avenidas;
- III. Via coletora: Via cuja função é coletar e distribuir o tráfego local e de passagem, fazendo a ligação entre bairros, formando um sistema interligado na malha urbana; e
- IV. Via local: Vias responsáveis por fazer a ligação das coletoras até o seu destino final, apresentando tráfego de baixa velocidade e promovendo a distribuição do tráfego local.

**CAPÍTULO III  
DAS DIMENSÕES DAS VIAS**

**Art. 9º.** O sistema viário obedecerá aos padrões de urbanização e aos requisitos estabelecidos pelo Município quanto à:

- I. Definição das dimensões mínimas das caixas de vias;
- II. Definição das dimensões mínimas das pistas de rolamento;
- III. Definição das dimensões mínimas dos passeios;
- IV. Definição das dimensões mínimas das ciclovias.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Art. 10º.** Todas as vias abertas à circulação de veículos, com o pavimento e passeios definitivos já implantados, permanecem com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto de urbanização específico uma nova configuração geométrica.

**Art. 11º.** As vias a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

**I. Via expressa:**

- a) Caixa de via: 27,00m (vinte e sete metros);
- b) Pista de rolamento: 12,00m (doze metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 4,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou Ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central;
- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**II. Via arterial:**

- a) Caixa de via: 25,00m (vinte e cinco metros);
- b) Pista de rolamento: 10,00m (dez metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 4,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central ou em uma das faixas de estacionamento;
- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO



III. Via coletora:

- a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

IV. Via local:

- a) Caixa de via: 15,00m (treze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1º. Deverão ser previstas rampas de acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais nos passeis dos logradouros urbanos, conforme NBR 9050 e suas alterações, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

§ 2º. As rampas máximas serão aceitas em trechos de via cujo comprimento não exceda 150,00m (cento e cinquenta metros).

§ 3º. As vias classificadas como arteriais e coletoras estão representadas no mapa do Anexo I e na especificadas na tabela do Anexo III, croqui III e IV desta Lei.





#### **CAPÍTULO IV DAS VIAS RURAIS**

**Art. 12º.** As vias de circulação rural no Município, conforme suas funções e características físicas classificam-se em:

- I. Via regional; e
- II. Via rural.

**Art. 13º.** Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias rurais:

- I. Via regional: via que possui a função de conduzir, de forma expressa, o tráfego com origem e/ou destino fora do território do Município, ou seja, rodovias.
- II. Via rural: são as demais vias que compõem o sistema viário rural e tem a função de levar o tráfego de veículos das propriedades rurais até as vias regionais ou urbanas;

**Art. 14º.** As vias rurais a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

- I. Via regional:
  - a) Seguir definições para rodovias conforme o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER;
- II. Via rural:
  - a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
  - b) Pista de Rolamento: mínimo de 9,00m (nove metros);
  - c) Faixa de Manutenção: 3,00m (três metros) de cada lado da via;
  - d) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
  - e) Rampa máxima: 20% (vinte por cento).

**Parágrafo Único.** Fica sob responsabilidade do município a manutenção e abertura de vias na área rural.



**Art. 15º.** Todas as vias rurais deverão possuir faixa de domínio conforme determinações do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, definido pela Lei Federal nº 9503/97.

## **CAPÍTULO V DO VOLUME DE TRÁFEGO**

**Art. 16º.** Os projetos de pavimentação das vias de circulação do Município, conforme estabelecido no Art. 11 desta Lei classificam-se quanto ao volume de tráfego em:

- I. Classe 1 – Tráfego pesado, compreendendo:
  - a) Vias expressas;
  - b) Vias arteriais.
- II. Classe 2 – Tráfego medio, compreendendo:
  - a) Vias coletoras.
- III. Classe 3 – Tráfego leve, compreendendo:
  - a) Vias locais.

## **CAPÍTULO VI DA SINALIZAÇÃO**

**Art. 17º.** A sinalização das vias públicas é de responsabilidade do Município, como estabelece o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, aprovado pela Lei Federal nº 9503/97.

**§1º.** Toda e qualquer via pavimentada no Município deverá receber sinalização de trânsito, segundo as exigências da legislação pertinente em vigor.

**§2º.** A sinalização horizontal das vias pavimentadas nos novos parcelamentos do solo será executada às expensas dos respectivos parceladores, a partir de projeto previamente aprovado pelo órgão municipal responsável.



§3º. O sentido de tráfego das vias será definido individualmente, dependendo do volume de tráfego.

## CAPÍTULO VII DO SISTEMA CICLOVIÁRIO

**Art. 18º.** O Sistema Cicloviário é composto do conjunto de ciclovias e ciclofaixas, bem como da sinalização específica, dos estacionamentos e bicicletários necessários à criação de uma infra-estrutura segura para circulação de bicicletas.

**Art. 19º.** São as seguintes as definições dos componentes do Sistema Cicloviário:

- I. Ciclovia: Via destinada ao tráfego exclusivo de bicicletas, separada fisicamente da circulação geral de veículos, com as seguintes características:
  - a) largura mínima: 3,00m (três metros) para pista bidirecional;
  - b) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;
  - c) declividade longitudinal máxima: 5% (cinco por cento);
  - d) declividade transversal máxima: 2% (dois por cento) e mínima: 1% (um por cento);
  - e) raio mínimo de curvatura: 3,00m (três metros).
- II. Ciclofaixa: via destinada ao tráfego preferencial de bicicletas, separada do tráfego geral de veículos, através de sinalização visual com as seguintes características:
  - a) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;
  - b) as características de declividade obedecem às características das vias onde estiver implantada;
  - c) raio mínimo de curvatura: 3,00 metros.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**



- III. Estacionamentos: Dispositivos com capacidade para estacionar até 10 bicicletas, por um curto espaço de tempo, instalado em locais de fluxo de pessoas;
- IV. Bicletários: estacionamentos com alta capacidade de vagas, cercados, localizados junto a grandes polos geradores de tráfego, praças, parques, vias públicas, supermercados, universidades, shopping centers, indústrias, escolas, locais de transbordo de viagens do sistema de transporte coletivo urbano, etc.

**Parágrafo Único.** Quando da impossibilidade da aplicação do disposto nos incisos I ao IV, ficará a cargo da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo analisar e definir a solução.

**Art. 20º.** Todas as áreas de abrangência das ciclovias, que conseqüentemente criam limites, declividades e barreiras físicas e naturais, deverão receber tratamento específico à sinalização, interseções, arborização, iluminação pública e estacionamentos.

**Art. 21º.** As obras e atividades constantes do Sistema Cicloviário serão viabilizadas a partir das diretrizes e dotações apontadas no Plano de Mobilidade Urbana do Município de Pirassununga.

**CAPÍTULO VIII**  
**DA ARBORIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS**

**Art. 22º.** Compete ao Município a elaboração dos projetos e, em colaboração com seus munícipes, a execução e conservação da arborização e ajardinamento dos logradouros públicos.

**§1º.** Os passeios das vias, e, lotes residenciais, mediante licença do Município, poderão ser arborizados pelos proprietários das edificações fronteiras, às suas expensas, obedecidas as exigências legais.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**§2º.** Caberá ao órgão competente do Município decidir sobre a espécie vegetal que mais convenha a cada caso, bem como sobre o espaçamento entre as árvores.

**Art. 23º.** É atribuição exclusiva do Município, podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores de arborização pública.

**§1º.** Quando se tornar absolutamente imprescindível, poderá ser solicitada pelo interessado a remoção ou o sacrifício de árvores, mediante o pagamento das despesas relativas ao corte e ao replantio.

**§2º.** A solicitação a que se refere o parágrafo anterior deverá ser acompanhada de justificativa, que será criteriosamente analisada pelo órgão competente do Município.

**§3º.** A fim de não ser desfigurada a arborização do logradouro, tais remoções importarão no imediato plantio da mesma ou de novas árvores, em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

**§4º.** Por cortar ou sacrificar a arborização pública será aplicada ao responsável uma multa de 05 (cinco) a 20 (vinte) valores de referência ou unidades fiscais, por árvore, conforme o caso e a juízo da autoridade municipal competente.

**Art. 24º.** São proibidas quaisquer obras, serviços ou atividades em logradouros públicos que venham a prejudicar a vegetação existente.

**Art. 25º.** Os tapumes e andaimes das construções deverão ser providos de proteção de arborização sempre que isso for exigido pelo órgão municipal competente.

**Art. 26º.** Nas árvores das vias públicas não poderão ser amarrados ou fixados fios, nem colocados anúncios, cartazes ou publicações de qualquer espécie.





**CAPÍTULO IX**  
**DAS DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO**

**Art. 27º.** Ficam definidas como diretrizes para intervenções no Sistema Viário:

- I. Promover obras de paisagismo e revitalização urbana do Sistema Viário;
- II. Estabelecer incentivos para tratamento paisagístico nos passeios por proprietários;
- III. Proceder a iluminação adequada, observando a hierarquia viária;
- IV. Elaborar programa de obras com definição de propriedades; e
- V. Criar programas de sinalização urbana, bem como realizar a sua manutenção.

**Art. 28º.** Ao DEMUTRAN - Departamento Municipal de Trânsito, além das demais atribuições relativas ao planejamento e controle do sistema viário, trânsito e transportes, caberá:

- I. Propor melhorias no sistema viário urbano, através de estudo técnico;
- II. Propor abertura ou prolongamento de vias, para melhor escoamento do tráfego, especialmente nas Zona de Consolidação e Zonas de Expansão Urbana 1, 2 e 3, através de estudo técnico;
- III. Propor soluções para os cruzamentos com grande fluxo de tráfego e em locais onde hajam conflitos, através de estudo técnico;
- IV. Estabelecer limites de velocidade, peso e dimensões, para cada via, respeitados os limites máximos previstos no regulamento do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei Federal nº 9.503/1997, através de estudo técnico;
- V. Fixar áreas de estacionamento de veículos;
- VI. Determinar restrições de uso das vias ou parte delas, mediante fixação de locais, horário e períodos destinados ao estacionamento, embarque ou desembarque de passageiros e de carga e descarga, através de estudo técnico;
- VII. Permitir estacionamentos especiais, devidamente justificáveis;





- VIII. Disciplinar a colocação de ondulações transversais no sentido de circulação dos veículos, em vias de trânsito local, bem como nas proximidades de escolas ou outros estabelecimentos, através de estudo técnico;
- IX. O estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga, de produtos perigosos ou não, e para veículos turísticos e de fretamento, devidamente justificáveis;
- X. A criação de terminal para veículos que fazem o transporte de pessoas intraurbano e intramunicipal, ônibus, vans, caminhonetes, táxis e moto taxis.

**Parágrafo Único.** A implantação de atividades afins e correlatas às referidas no *caput* do artigo serão realizadas em conjunto com a Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

**Art. 29º.** Nos terrenos limítrofes às vias que constituem o sistema rodoviário Federal, Estadual e Municipal, será obrigatório a reserva de uma faixa de 20,00m (vinte metros), para a implantação de uma via local margeando a Rodovia.

## **CAPÍTULO X DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS**

**Art. 30º.** A implantação das vias deve ser adequada às condições locais do meio físico, em especial quanto à otimização das obras de terraplanagem necessárias à abertura das vias e implantação das edificações.

**Art. 31º.** As vias deverão acompanhar as curvas de nível do terreno e evitar a transposição de linhas de drenagem natural ou córrego.

**Art. 32º.** Deve ser evitada a remoção de vegetação e a implantação de obras de terraplanagem junto aos córregos e linhas de drenagem natural.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Parágrafo Único.** Entende-se por linhas de drenagem natural as feições topográficas em que ocorre uma concentração de fluxo das águas pluviais, independentemente de o fluxo possuir caráter permanente ou não.

**Art. 33º.** Os novos loteamentos deverão observar o traçado das vias projetadas, conforme mapa do sistema viário anexo à parte integrante desta Lei.

**CAPÍTULO XI  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 34º.** O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática o conteúdo desta Lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço habitado.

**Art. 35º.** A abertura de qualquer via ou logradouro público dependerá de aprovação prévia da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

**Art. 36º.** Qualquer arruamento a ser implantado deve articular-se com as vias adjacentes oficiais assegurando a continuidade do Sistema Viário do Município.

**Art. 37º.** A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, inclusive as do sistema viário principal, deverão obedecer às diretrizes básicas de arruamento e são de inteira responsabilidade do loteador, sem custos para o Município.

**Art. 38º.** As vias sem saída não poderão ultrapassar 100,00 m (cem metros) de comprimento.

**Art. 39º.** As modificações que por ventura vierem a ser feitas no sistema viário básico deverão considerar o zoneamento de uso e ocupação do solo vigente na área ou zona.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**



**Art. 40º.** Após a aprovação desta Lei, não será permitida a abertura de vias de dimensões inferiores a 15,00m (quinze metros) da caixa de via.

**Art. 41º.** Os casos omissos na presente Lei, serão estudados e julgados pela Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo, aplicando-se Leis, Decretos e Regulamentos Especiais.

**Art. 42º.** São partes integrantes e complementares desta Lei os seguintes anexos:

- I. Anexo I – Mapa de Hierarquia do Sistema Viário Urbano;
- II. Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano;
- III. Anexo III – Croquis das Diretrizes Viárias do Sistema Viário Urbano;
- IV. Anexo IV – Classificação das Vias Arteriais e Coletoras;

**Art. 43º.** Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação oficial, revogando as demais disposições em contrário.

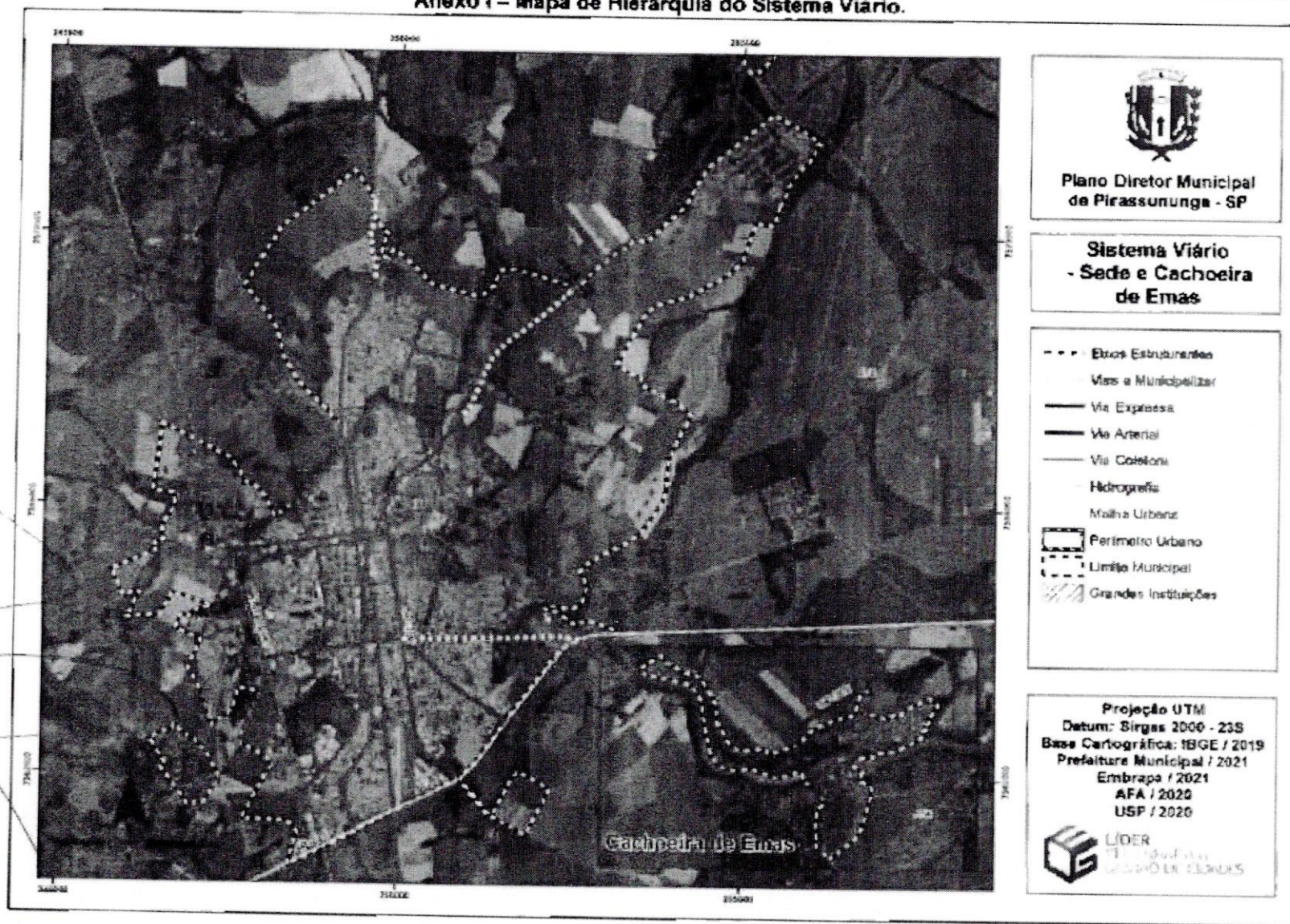
Pirassununga, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.





PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo I – Mapa de Hierarquia do Sistema Viário.







PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano e Rural.

Categorias das vias	Seção normal da via (m)	Pista de rolamento (m)	Faixas de estacionamento (m)	Faixa de manutenção	Passeio (m)	Canteiro central (m)	Inclinação mínima <sup>(1)</sup> (%)	Rampa máxima <sup>(2)</sup> (%)
Vias Regionais	Parâmetros definidos pelo DER							
Vias Rurais	15,00	Mínimo 9,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	-	0,5	20
Expressa	27,00	12,00	-	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
Arteriais	25,00	10,00	(E) 2,50 (D) 2,50	-	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
Coletoras	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25
Local	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25

(1) Da seção transversal tipo.

(2) Rampas aceitáveis em trecho de via cujo comprimento não exceda 150 m (cento e cinquenta metros).

(D) Direita.

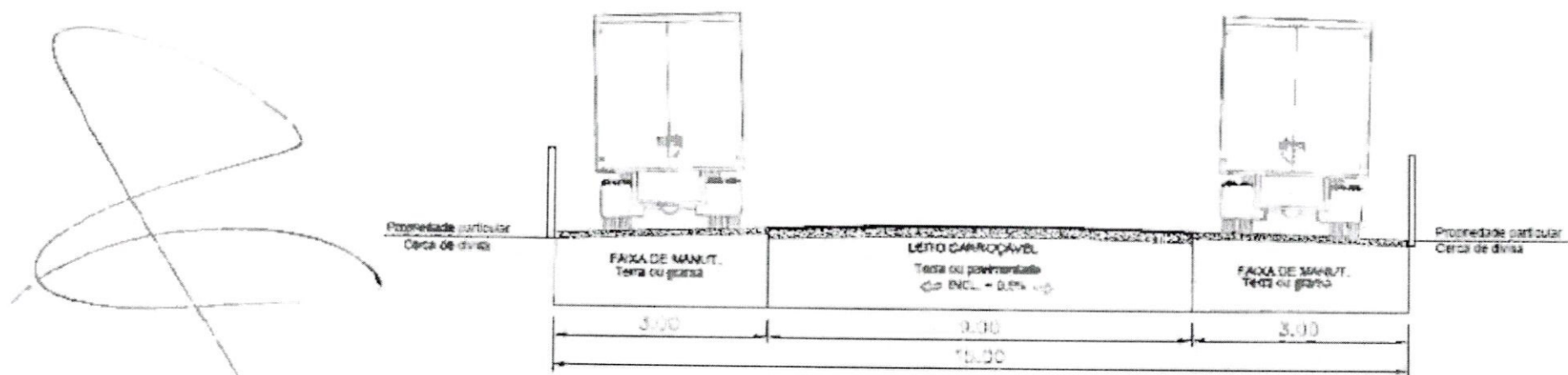
(E) Esquerda.



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga – SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III – Croquis das Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano.

Croqui I – VIAS RURAIS



**VIAS RURAIS**  
SEM ESCALA



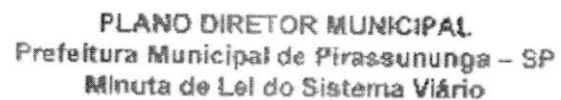


Diagram illustrating the cross-section of a road layout, showing various zones and dimensions in meters (m).

**Dimensions (m):**

- Left Side (from left to right):
  - PASEIO: 2.00
  - FAIXA DE MANUTENÇÃO: 1.00
  - LEITO CARROÇÁVEL: 6.00 (0.08% incl.)
- Center:
  - CANTEIRO CENTRAL: 4.00
- Right Side (from left to right):
  - LEITO CARROÇÁVEL: 6.00 (0.08% incl.)
  - FAIXA DE MANUTENÇÃO: 2.50
  - PASEIO: 2.00

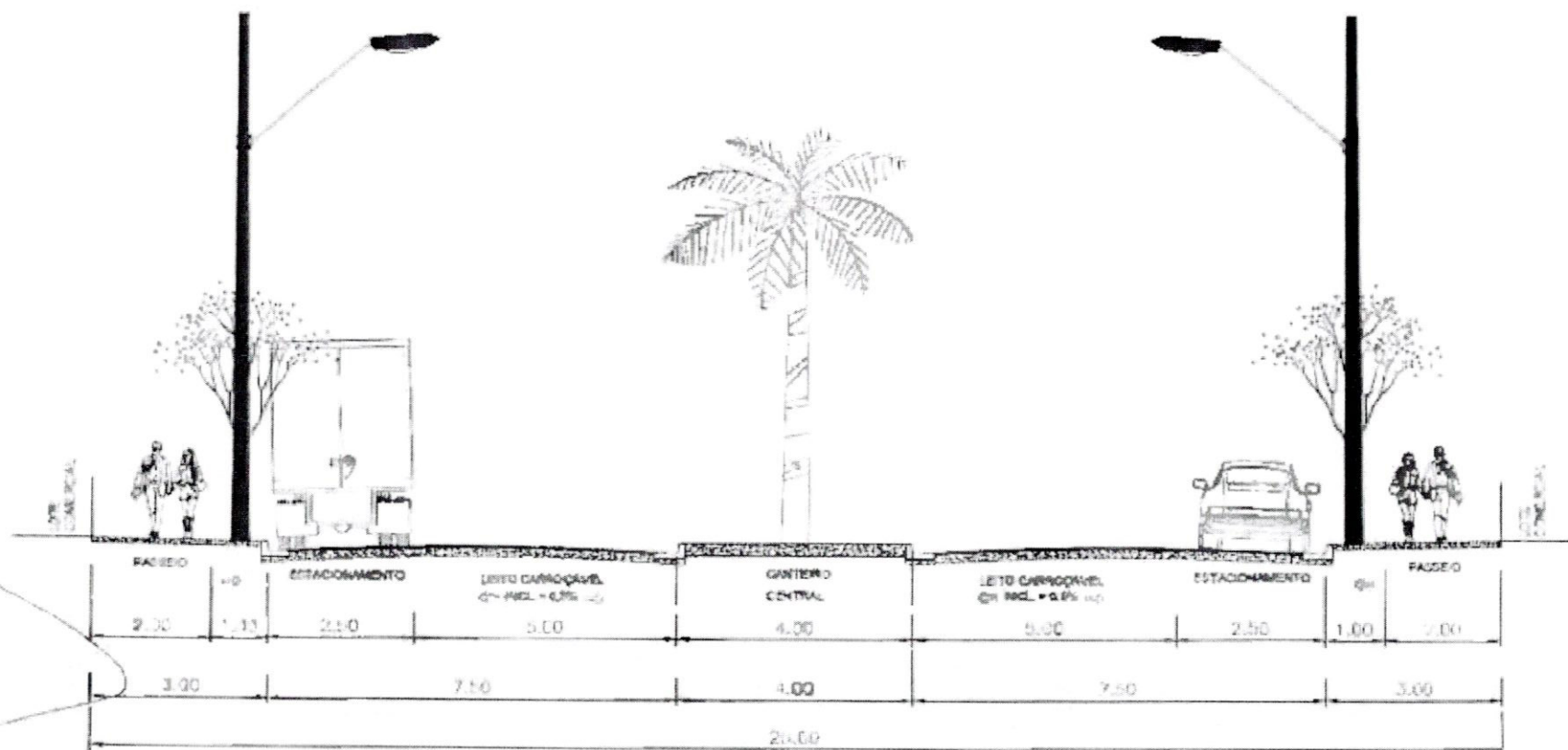
**Total Width:** 27.50 m

## VIA EXPRESSA



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga - SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III - Croqui III - VIA ARTERIAL

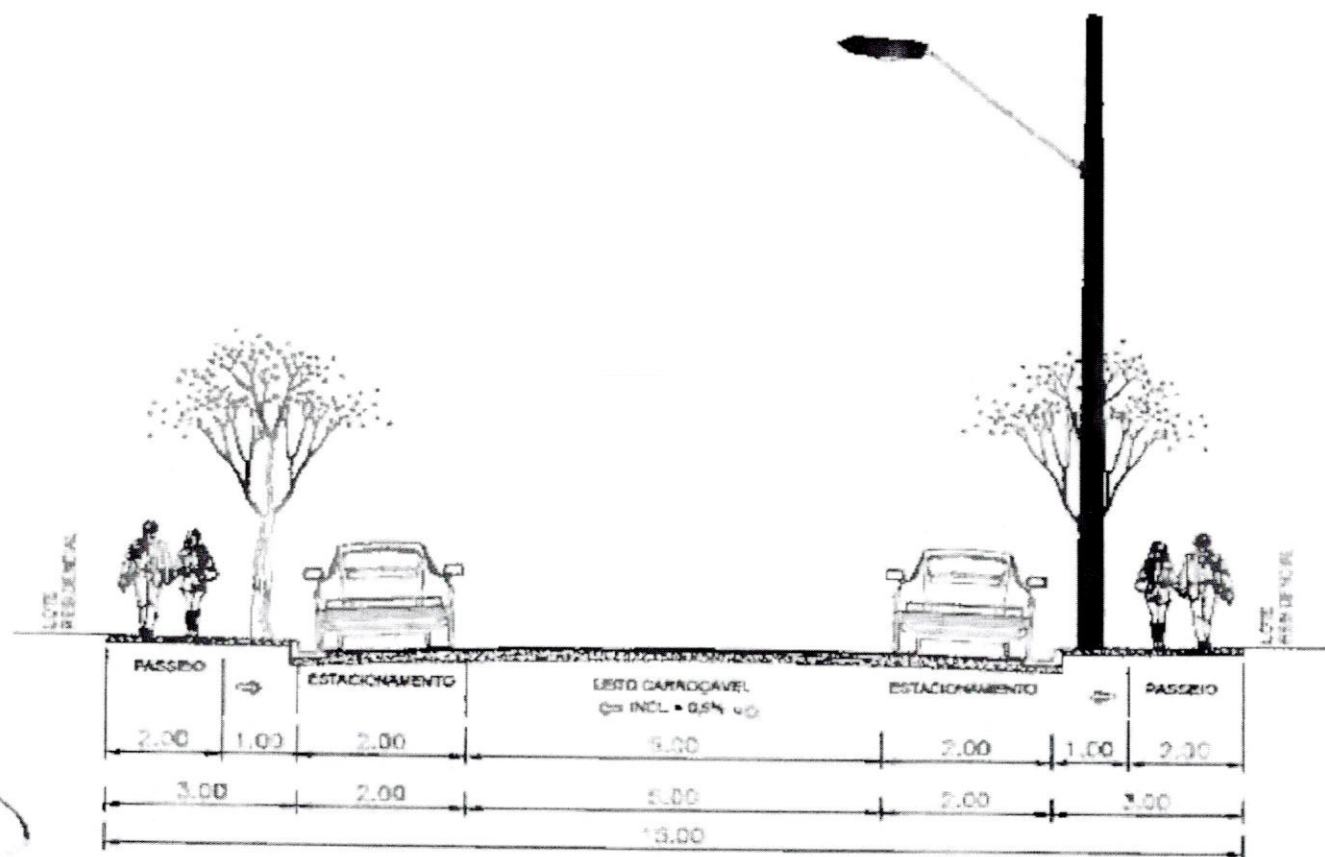


VIA ARTERIAL  
SEM ESCALA



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga - SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III - Croqui IV - VIA COLETORA



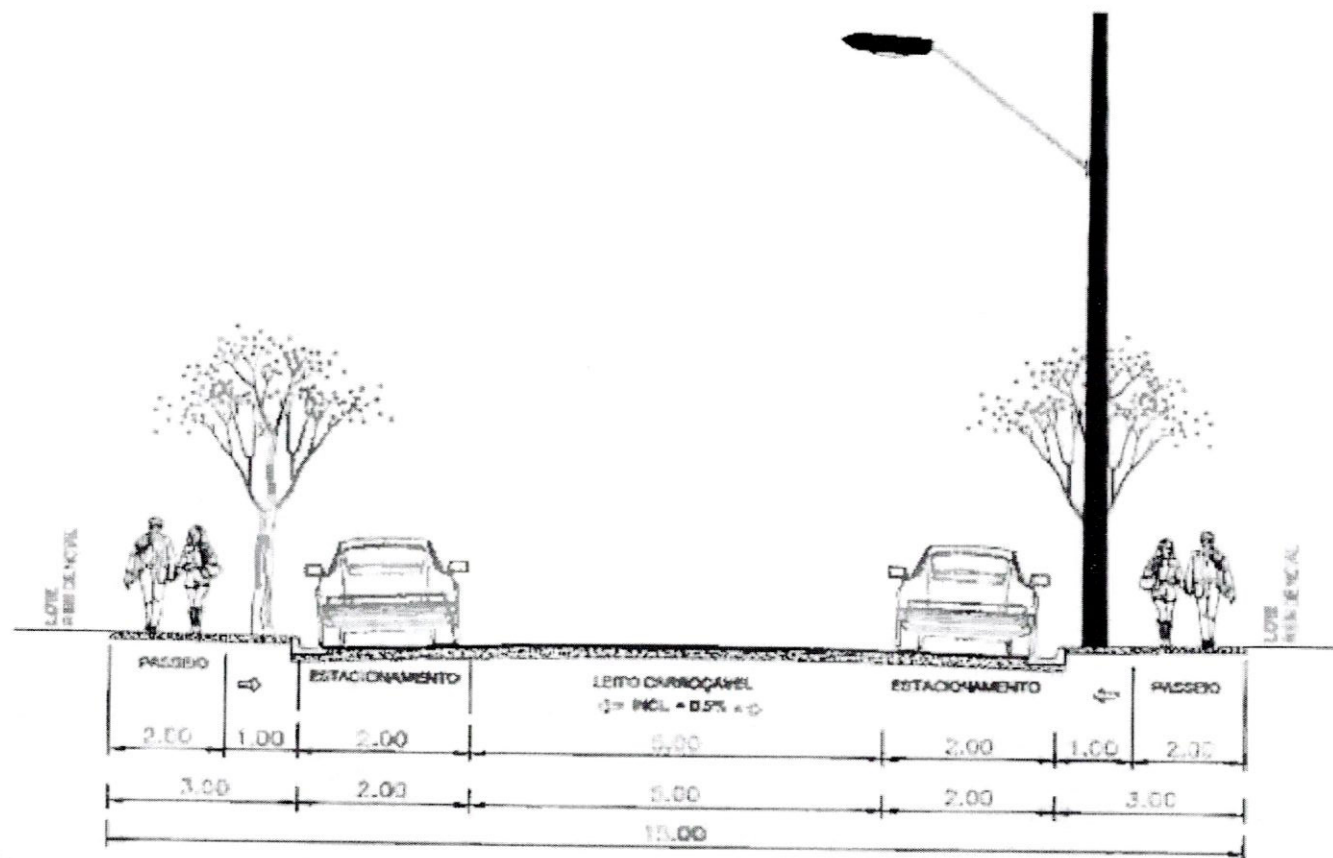
**VIA COLETORA**  
SEM ESCALA





PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Prefeitura Municipal de Pirassununga - SP  
Minuta de Lei do Sistema Viário

Anexo III - Croqui V - VIA LOCAL



VIA LOCAL  
SEM ESCALA

**Anexo IV – Classificação das Vias Arteriais e Coletoras.**



<b>Categoria</b>	<b>Nome da Via</b>
<b>Arterial</b>	Avenida América do Sul (a partida da Avenida Maria José Bruno Trevisan sentido SP-201)
	Avenida Ângelo Bruno
	Avenida Antônio Joaquim Mendes
	Avenida Marginal
	Avenida Maria José Bruno Trevisan
	Avenida Newton Prado
	Avenida Padre Antônio Vann Ess
	Avenida Painguás
	Avenida Prudente de Moraes
	Rodopanel Anel Viário
	Rua Antônio de Souza Mourão
	Rua Duque de Caxias
	Rua Felipe Bolier Júnior
	Rua Germano Dix
	Rua General Osório
	Rua José Bonifácio
	Rua Martiniano dos Santos
	Rua Seis de Agosto
	Rua Siqueira Campos
	Rua Luís Tesch
<b>Coletora</b>	Avenida Flores
	Rua Santos Dumont
	Avenida Engenheiro Josias de Oliveira
	Rua Alan Kardec
	Avenida Presidente Médice
	Rua Lourenço Batel
	Rua Luiz Fernando Andrielli
	Rua Américo Agio
	Rua Antenor Pereira
	Rua Arcindo Lebeis
	Rua Anthero Bolier de Souza
	Rua Coronel Franco
	Rua Quinze de Novembro
	Estrada Bom Retiro

	Rua Constituição
	Avenida Doutor Ivo Xavier Ferreira
	Rua Santo Antônio
	Rua Francisco Caruso
	Rua Elizabete Aparecida Galeni
	Rua Vinte e Um
	Rua Capitão Vasconi
	Rua Joaquim Cristóvão



<b>Categoria</b>	<b>Nome da Via</b>
<b>Coiletora</b>	Rua José Parise
	Rua Manoel Leme Franco
	Rua Alzira Silveira Pinheiro
	Rua Joaquim Procópio de Araújo
	Rua Bom Jesus
	Rua Sete de Setembro
	Rua Visconde do Rio Branco
	Rua Amador Bueno
	Avenida Ten. Olímpio Guiguer
	Avenida José Pozzi
	Avenida Ataliba Penteado





# Câmara Municipal de Pirassununga



A Câmara Municipal de Pirassununga, atendendo ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei nº 10.257/2001, participa e convida os munícipes para a **Audiência Pública** que versará sobre as mensagens aditivas aos projetos de lei complementar de revisão do Plano Diretor Municipal abaixo descritos, disponíveis para consulta em: <https://www.camarapirassununga.sp.gov.br/upload/kceditor/files/convite-03.pdf>, a realizar-se **dia 14 de dezembro de 2021 (terça-feira), às 18h30**, no Plenário "Dr. Fernando Costa", nesta Casa de Leis. A participação presencial do público observará a capacidade técnica do Plenário e as normas sanitárias de prevenção à covid-19, ficando mantidos os canais eletrônicos de acesso através do e-mail [audienciapublica@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:audienciapublica@camarapirassununga.sp.gov.br) e a transmissão da audiência pública pelo Sistema Câmara Net e pelo Canal do YouTube.

- **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 06/2021**, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito, que institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 08/2021**, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Pirassununga e dá outras providências.
- **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 09/2021**, de autoria do Prefeito, que dispõe sobre o parcelamento e uso do solo; revoga a Lei Complementar nº 75 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Luciana Batista  
Presidente

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro/ Fone: (19) 3561-2811/ Caixa Postal: 89  
E-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br) / Site: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

**Os documentos pertinentes a relação de Convidados, publicação de Convite e Ata da Audiência Pública realizada estão arquivados em pasta própria.**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br

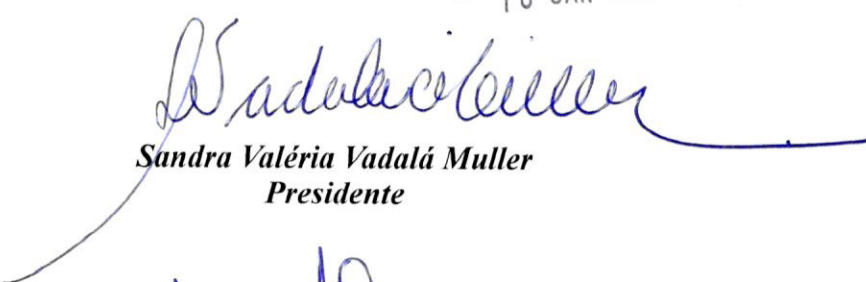


### **PARECER Nº**

### **COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

Esta Comissão, examinando a **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a opor quanto seu aspecto legal e constitucional.

Sala das Comissões, 10 JAN 2022

  
**Sandra Valéria Vadalá Muller**  
**Presidente**

  
**Wellington Luis Cintra de Oliveira**  
**Relator**

  
**César Ramos da Costa - "Cesinha"**  
**Membro**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **PARECER Nº**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E LAVOURA**

Esta Comissão, examinando a **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto financeiro e orçamentário.

Sala das Comissões, 10 JAN 2022

*Jeferson Ricardo do Couto*  
**Presidente**

*Paulo Sérgio Soares da Silva - "Paulinho do Mercado"*  
**Relator**

*Natal Furlan*  
**Membro**

*Carlos Luiz de Deus*





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



**PARECER N° \_\_\_\_\_**

### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Esta Comissão, examinando a **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto de educação, saúde pública e de assistência social.

Sala das Comissões, 10 JAN 2022

  
**Fábica Cristina Febras Batista**  
*Presidente*

  
**Jeferson Ricardo do Couto**  
*Relator*

  
**Sandra Valéria Vadalá Muller**  
*Membro*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br




### **PARECER Nº**

### **COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Esta Comissão, examinando a **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto urbanístico, de obras e serviços públicos.

Salas das Comissões, 10 JAN 2022

  
**Cícero Justino da Silva**  
**Presidente**

  
**Fábiana Cristina Febras Batista**  
**Relator**

  
**César Ramos da Costa - "Cesinha"**  
**Membro**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## **PARECER Nº**

### **COMISSÃO PERMANENTE DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E BEM ESTAR ANIMAL**

Esta Comissão, examinando a **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto de agricultura, ambiental e de bem estar animal.

Salas das Comissões,

18 JAN 2022  
  
**César Ramos da Costa - "Cesinha"**  
**Presidente**

  
**Fábica Cristina Febras Batista**  
**Relator**

  
**Carlos Luiz de Deus - "Carlinhos"**  
**Membro**





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **PARECER Nº**

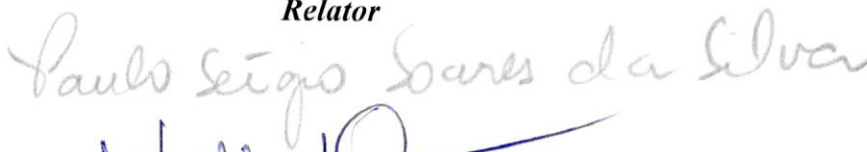

#### **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA**

Esta Comissão, examinando a **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto humanístico.

Salas das Comissões, 10 JAN 2022

  
**Sandra Valéria Vadalá Muller**  
Presidente

  
**Natal Furlan**  
Relator

  
  
**Wellington Luis Cintra de Oliveira**  
Membro



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **PARECER Nº**

### **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Esta Comissão, examinando a **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto de consumidor e do contribuinte.

Salas das Comissões, 10 JAN 2022

*César Ramos da Costa - "Cesinha"*  
**Presidente**

*Carlos Luiz de Deus - "Carlinhos"*  
**Relator**

*Natal Furlan*  
**Membro**

*Jefferson Ricardo do Couto*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br




### **PARECER Nº**

### **COMISSÃO PERMANENTE DE PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA POPULAR**


Esta Comissão, examinando a **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto a matéria de interesse local da população.

Salas das Comissões,

10 JAN 2022

  
**Sandra Valéria Vadala Muller**  
*Presidente*

  
**Jeferson Ricardo do Couto**  
*Relator*

  
**Cícero Justino da Silva**  
*Membro*





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **PARECER Nº**

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS PORTADORAS DE DOENÇAS RARAS**

Esta Comissão, examinando a **Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto do direito da pessoa com deficiência e pessoas portadoras de doenças raras.

Salas das Comissões, 10 JAN 2022

  
**Wellington Luis Cintra de Oliveira**  
*Presidente*

  
**Jeferson Ricardo do Couto**  
*Relator*

  
**Carlos Luis de Deus - "Carlinhos"**  
*Membro*



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Caixa Postal: 89 - Fone: (19) 3561.2811

Sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

e-mail: [camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:camarapirassununga.sp.gov.br)

**APROVADO**

Providencie-se a respeito

Sala das Sessões, 17 de 01 de 2022

EMENDA CORRETIVA Nº 01/2022

  
PRESIDENTE

**Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**

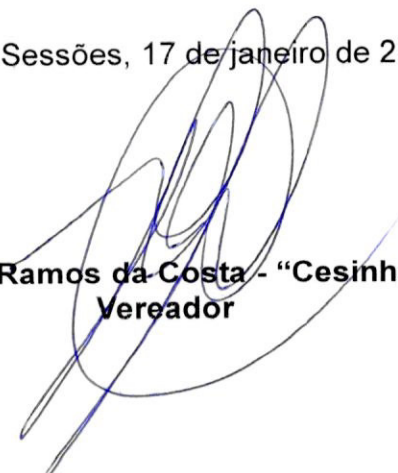
**Autoria: Prefeito Municipal**

**Ementa: “Institui a Lei do Sistema Viário do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências.”**

Fica corrigida a desconformidade na redação por extenso do número 15 contido na alínea “a” do inciso IV do artigo 11 da Mensagem Aditiva em epígrafe:

Onde se lê: Caixa de via: 15,00m (treze metros); leia-se: Caixa de via: 15,00 (quinze metros)

Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2022.

  
**César Ramos da Costa - “Cesinha”**  
Vereador



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



### **AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183** **MENSAGEM ADITIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2021**

*“Institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências.”*

**O PODER LEGISLATIVO DE PIRASSUNUNGA, ESTADO DE SÃO PAULO, APROVA E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

#### **CAPÍTULO I** **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A presente Lei destina-se a hierarquizar, ordenar, dimensionar e disciplinar a implantação do Sistema Viário do Município de Pirassununga, assegurando a observância das normas relativas à matéria e zelando pelos interesses comuns do Município no que diz respeito ao seu pleno desenvolvimento.

#### **Seção I** **Dos objetivos**

Art. 2º Objetivos gerais para disciplinar o Sistema Viário:

- I - Assegurar a circulação e o transporte urbano de modo a atender a população;
- II - Estabelecer condições para que as vias de circulação possam desempenhar suas funções e dar vazão adequada ao respectivo tráfego;
- III - Estabelecer um sistema de vias de circulação adequado ao tráfego e a locomoção dos usuários;
- IV - Assegurar a continuidade do arruamento existente nos novos parcelamentos do solo no Município;
- V - Implantar um sistema de ciclovias, como alternativa de locomoção e lazer;
- VI - Proporcionar segurança e conforto ao tráfego de pedestres e ciclistas;
- VII - Complementar as diretrizes de uso e ocupação do solo no ordenamento funcional e territorial do Município.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



Art. 3º Todo e qualquer arruamento no Município deverá ser previamente aprovado pela Administração Municipal, nos termos aqui previstos e na Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos.

Parágrafo único. Os projetos de médio e grande porte que envolvam construção de novos eixos viários, pontes, duplicação de vias ou de reestruturação viária, deverão elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental e impacto de vizinhança.

Art. 4º Os novos loteamentos deverão respeitar o conteúdo desta Lei, bem como os traçados pré existentes.

### **Seção II Das definições**

Art. 5º Para efeito de aplicação desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - Acostamento – é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando permitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta; proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para serem estacionados fora da trajetória dos demais veículos; permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego;

II - Alinhamento – é a linha divisória entre o terreno e o logradouro público;

III - Arruamento – conjunto de ruas públicas destinadas à circulação viária e acesso aos lotes;

IV - Caixa carroçável ou de rolamento – é a faixa de via destinada a circulação de veículos, excluídos os passeios, os canteiros centrais e o acostamento;

V - Caixa de via – distância, definida em projeto, entre os dois alinhamentos prediais em oposição;

VI - Calçada ou passeio – é a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres, segregada e em nível diferente à via, dotada quando possível, de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;

VII - Calçada – é a parte do logradouro público, destinada ao pedestre e equipada de forma a impedir o estacionamento e o trânsito de veículos;

VIII - Canteiro central – é o espaço compreendido entre os bordos internos das pistas de rolamento, objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;

IX - Canteiro lateral – é o espaço compreendido entre os bordos externos das pistas expressas e o bordo interno da pista coletora objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



X - Ciclovia – pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;

XI - Estacionamento – espaço público ou privado destinado a guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;

XII - Faixa de domínio de vias – é a área que compreende a largura ou caixa da via acrescida da área “non aedificandi”;

XIII - Faixa de estacionamento – parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o estacionamento de veículos;

XIV - Logradouro público – É o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo, etc.);

XV - Meio-fio – linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento ou do acostamento;

XVI - Pista de rolamento – parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o tráfego de veículos;

XVII - Seção normal da via – largura total ideal da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;

XVIII - Seção reduzida da via – largura total mínima exigida da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;

XIX - Sistema Viário – conjunto de vias principais de circulação do Município, com hierarquia superior às de tráfego local;

XX - Sinalização Horizontal – constituída por elementos aplicados no pavimento das vias públicas;

XXI - Sinalização Vertical – representada por painéis e placas implantadas ao longo das vias públicas;

XXII - Sinalização de trânsito – conjunto dos elementos de comunicação visual adotados nas vias públicas para informação, orientação e advertência aos seus usuários;

XXIII - Tráfego leve – fluxo inferior a 50 (cinquenta) veículos por dia em uma direção;

XXIV - Tráfego médio – fluxo compreendido entre 50 e 400 (cinquenta a quatrocentos) veículos por dia em uma direção;

XXV - Tráfego pesado – fluxo superior a 400 (quatrocentos) veículos por dia em uma direção;

XXVI - Via de circulação – é o espaço organizado para a circulação de veículos, motorizados ou não, pedestres e animais, compreendendo a pista de rolamento, o passeio, o acostamento e canteiro central;

XXVII - Via pública – área de terra, de propriedade pública e uso comum, destinada a vias de circulação e espaços livres.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



### **CAPÍTULO II DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS**

Art. 6º Considera-se sistema viário básico do município de Pirassununga o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas.

Art. 7º As vias de circulação urbana no Município, conforme suas funções e características físicas, classificam-se em:

- I - Via estruturante;
- II - Via arterial;
- III - Via coletora;
- IV - Via local.

Art. 8º Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias:

I - Via estruturante: Via destinada ao tráfego de passagem e ligação entre extremos da área urbana. Possui a característica de orientar o desenvolvimento urbano e conectar regiões distintas da cidade. Destinada sem restrições ao tráfego geral e de transporte de carga;

II - Via arterial: Via que deve receber destaque, em termos de tratamento da paisagem urbana – mobiliário urbano, iluminação pública, arborização, sinalização, em função de que concentra as edificações de maior importância da cidade, também tem como função possibilitar o acesso à cidade e fazer a ligação de seus extremos. Essas vias desempenham a função do eixo principal de ligação no sítio urbano, e desenvolvem tráfego contínuo devido ao tipo de uso predominantemente comercial e de serviços ao longo dos trechos principais das avenidas;

III - Via coletora: Via cuja função é coletar e distribuir o tráfego local e de passagem, fazendo a ligação entre bairros, formando um sistema interligado na malha urbana;

IV - Via local: Vias responsáveis por fazer a ligação das coletoras até o seu destino final, apresentando tráfego de baixa velocidade e promovendo a distribuição do tráfego local.

### **CAPÍTULO III DAS DIMENSÕES DAS VIAS**

Art. 9º O sistema viário obedecerá aos padrões de urbanização e aos requisitos estabelecidos pelo Município quanto à:





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

**Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89**  
**Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br**  
**sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)**



- I - Definição das dimensões mínimas das caixas de vias;
- II - Definição das dimensões mínimas das pistas de rolamento;
- III - Definição das dimensões mínimas dos passeios;
- IV - Definição das dimensões mínimas das ciclovias.

Art. 10. Todas as vias abertas à circulação de veículos, com o pavimento e passeios definitivos já implantados, permanecem com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto de urbanização específico uma nova configuração geométrica.

Art. 11. As vias a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

**I - Via estruturante:**

- a) Caixa de via: 27,00m (vinte e sete metros);
- b) Pista de rolamento: 12,00m (doze metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 4,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou Ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central;
- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**II - Via arterial:**

- a) Caixa de via: 25,00m (vinte e cinco metros);
- b) Pista de rolamento: 10,00m (dez metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 4,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central ou em uma das faixas de estacionamento;

- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

**III - Via coletora:**

- a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

**Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89**  
**Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br**  
**sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)**



- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

IV - Via local:

- a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1º Deverão ser previstas rampas de acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais nos passeis dos logradouros urbanos, conforme NBR 9050 e suas alterações, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

§ 2º As rampas máximas serão aceitas em trechos de via cujo comprimento não exceda 150,00m (cento e cinquenta metros).

§ 3º As vias classificadas como arteriais e coletoras estão representadas no mapa do Anexo I e especificadas na tabela do Anexo II, croqui III e IV desta Lei.

### **CAPÍTULO IV DAS VIAS RURAIS**

Art. 12. As vias de circulação rural no Município, conforme suas funções e características físicas classificam-se em:

- I - Via regional;
- II - Via rural.

Art. 13. Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias rurais:

I - Via regional: via que possui a função de conduzir, de forma expressa, o tráfego com origem e/ou destino fora do território do Município, ou seja, rodovias.

II - Via rural: são as demais vias que compõem o sistema viário rural e tem a função de levar o tráfego de veículos das propriedades rurais até as vias regionais ou urbanas;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



Art. 14. As vias rurais a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

I - Via regional:

a) Seguir definições para rodovias conforme o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER.

II - Via rural:

a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);

b) Pista de Rolamento: mínimo de 9,00m (nove metros);

c) Faixa de Manutenção: 3,00m (três metros) de cada lado da via;

d) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);

e) Rampa máxima: 20% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. Fica sob responsabilidade do município a manutenção e abertura de vias na área rural.

Art. 15. Todas as vias rurais deverão possuir faixa de domínio conforme determinações do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, definido pela Lei Federal nº 9503/97.

### **CAPÍTULO V DO VOLUME DE TRÁFEGO**

Art. 16. Os projetos de pavimentação das vias de circulação do Município, conforme estabelecido no Art. 11 desta Lei classificam-se quanto ao volume de tráfego em:

I - Classe 1 – Tráfego pesado, compreendendo:

a) Vias estruturantes;

b) Vias arteriais.

II - Classe 2 – Tráfego médio, compreendendo:

a) Vias coletoras.

III - Classe 3 – Tráfego leve, compreendendo:

a) Vias locais.

### **CAPÍTULO VI DA SINALIZAÇÃO**

Art. 17. A sinalização das vias públicas é de responsabilidade do Município, como estabelece o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, aprovado pela Lei Federal nº 9503/97.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



§ 1º Toda e qualquer via pavimentada no Município deverá receber sinalização de trânsito, segundo as exigências da legislação pertinente em vigor.

§ 2º A sinalização horizontal das vias pavimentadas nos novos parcelamentos do solo será executada às expensas dos respectivos parceladores, a partir de projeto previamente aprovado pelo órgão municipal responsável.

§ 3º O sentido de tráfego das vias será definido individualmente, dependendo do volume de tráfego.

### **CAPÍTULO VII DO SISTEMA CICLOVIÁRIO**

Art. 18. O Sistema Ciclovitário é composto do conjunto de ciclovias e ciclofaixas, bem como da sinalização específica, dos estacionamentos e bicicletários necessários à criação de uma infraestrutura segura para circulação de bicicletas.

Art. 19. São as seguintes as definições dos componentes do Sistema Ciclovitário:

I - Ciclovia: Via destinada ao tráfego exclusivo de bicicletas, separada fisicamente da circulação geral de veículos, com as seguintes características:

- a) largura mínima: 3,00m (três metros) para pista bidirecional;
- b) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;
- c) declividade longitudinal máxima: 5% (cinco por cento);
- d) declividade transversal máxima: 2% (dois por cento) e mínima: 1% (um por cento);

e) raio mínimo de curvatura: 3,00m (três metros).

II - Ciclofaixa: via destinada ao tráfego preferencial de bicicletas, separada do tráfego geral de veículos, através de sinalização visual com as seguintes características:

- a) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;
- b) as características de declividade obedecem às características das vias onde estiver implantada;
- c) raio mínimo de curvatura: 3,00 metros.

III - Estacionamentos: Dispositivos com capacidade para estacionar até 10 bicicletas, por um curto espaço de tempo, instalado em locais de fluxo de pessoas;

IV - Bicicletários: estacionamentos com alta capacidade de vagas, cercados, localizados junto a grandes polos geradores de tráfego, praças, parques, vias públicas, supermercados, universidades, shopping centers, indústrias, escolas, locais de transbordo de viagens do sistema de transporte coletivo urbano, etc.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



Parágrafo único. Quando da impossibilidade da aplicação do disposto nos incisos I ao IV, ficará a cargo da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo analisar e definir a solução.

Art. 20. Todas as áreas de abrangência das ciclovias, que consequentemente criam limites, declividades e barreiras físicas e naturais, deverão receber tratamento específico à sinalização, interseções, arborização, iluminação pública e estacionamentos.

Art. 21. As obras e atividades constantes do Sistema Cicloviário serão viabilizadas a partir das diretrizes e dotações apontadas no Plano de Mobilidade Urbana do Município de Pirassununga.

### **CAPÍTULO VIII DA ARBORIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS**

Art. 22. Compete ao Município a elaboração dos projetos e, em colaboração com seus munícipes, a execução e conservação da arborização e ajardinamento dos logradouros públicos.

§ 1º Os passeios das vias, e, lotes residenciais, mediante licença do Município, poderão ser arborizados pelos proprietários das edificações fronteiras, às suas expensas, obedecidas as exigências legais.

§ 2º Caberá ao órgão competente do Município decidir sobre a espécie vegetal que mais convenha a cada caso, bem como sobre o espaçamento entre as árvores.

Art. 23. É atribuição exclusiva do Município, podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores de arborização pública.

§ 1º Quando se tornar absolutamente imprescindível, poderá ser solicitada pelo interessado a remoção ou o sacrifício de árvores, mediante o pagamento das despesas relativas ao corte e ao replantio.

§ 2º A solicitação a que se refere o parágrafo anterior deverá ser acompanhada de justificativa, que será criteriosamente analisada pelo órgão competente do Município.

§ 3º A fim de não ser desfigurada a arborização do logradouro, tais remoções importarão no imediato plantio da mesma ou de novas árvores, em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

§ 4º Por cortar ou sacrificar a arborização pública será aplicada ao responsável uma multa de 05 (cinco) a 20 (vinte) valores de referência ou unidades fiscais, por árvore, conforme o caso e a juízo da autoridade municipal competente.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

**Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89**  
**Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br**  
**sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)**



Art. 24. São proibidas quaisquer obras, serviços ou atividades em logradouros públicos que venham a prejudicar a vegetação existente.

Art. 25. Os tapumes e andaimes das construções deverão ser providos de proteção de arborização sempre que isso for exigido pelo órgão municipal competente.

Art. 26. Nas árvores das vias públicas não poderão ser amarrados ou fixados fios, nem colocados anúncios, cartazes ou publicações de qualquer espécie.

### **CAPÍTULO IX** **DAS DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO**

Art. 27. Ficam definidas como diretrizes para intervenções no Sistema Viário:

- I - Promover obras de paisagismo e revitalização urbana do Sistema Viário;
- II - Estabelecer incentivos para tratamento paisagístico nos passeios por proprietários;
- III - Proceder a iluminação adequada, observando a hierarquia viária;
- IV - Elaborar programa de obras com definição de propriedades;
- V - Criar programas de sinalização urbana, bem como realizar a sua manutenção.

Art. 28. Ao DEMUTRAN - Departamento Municipal de Trânsito, além das demais atribuições relativas ao planejamento e controle do sistema viário, trânsito e transportes, caberá:

- I - Propor melhorias no sistema viário urbano, através de estudo técnico;
- II - Propor abertura ou prolongamento de vias, para melhor escoamento do tráfego, especialmente nas Zona de Consolidação e Zonas de Expansão Urbana 1, 2 e 3, através de estudo técnico;
- III - Propor soluções para os cruzamentos com grande fluxo de tráfego e em locais onde hajam conflitos, através de estudo técnico;
- IV - Estabelecer limites de velocidade, peso e dimensões, para cada via, respeitados os limites máximos previstos no regulamento do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei Federal nº 9.503/1997, através de estudo técnico;
- V - Fixar áreas de estacionamento de veículos;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



VI - Determinar restrições de uso das vias ou parte delas, mediante fixação de locais, horário e períodos destinados ao estacionamento, embarque ou desembarque de passageiros e de carga e descarga, através de estudo técnico;

VII - Permitir estacionamentos especiais, devidamente justificáveis;

VIII - Disciplinar a colocação de ondulações transversais no sentido de circulação dos veículos, em vias de trânsito local, bem como nas proximidades de escolas ou outros estabelecimentos, através de estudo técnico;

IX - O estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga, de produtos perigosos ou não, e para veículos turísticos e de fretamento, devidamente justificáveis;

X - A criação de terminal para veículos que fazem o transporte de pessoas intraurbano e intramunicipal, ônibus, vans, caminhonetes, táxis e moto táxis.

Parágrafo único. A implantação de atividades afins e correlatas às referidas no caput do artigo serão realizadas em conjunto com a Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 29. Nos terrenos lindeiros às vias que constituem o sistema rodoviário Federal, Estadual e Municipal, será obrigatório a reserva de uma faixa de 20,00 m (vinte metros), para a implantação de uma via local margeando a Rodovia.

### **CAPÍTULO X DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS**

Art. 30. A implantação das vias deve ser adequada às condições locais do meio físico, em especial quanto à otimização das obras de terraplanagem necessárias à abertura das vias e implantação das edificações.

Art. 31. As vias deverão acompanhar as curvas de nível do terreno e evitar a transposição de linhas de drenagem natural ou córrego.

Art. 32. Deve ser evitada a remoção de vegetação e a implantação de obras de terraplenagem junto aos córregos e linhas de drenagem natural.

Parágrafo único. Entende-se por linhas de drenagem natural as feições topográficas em que ocorre uma concentração de fluxo das águas pluviais, independentemente de o fluxo possuir caráter permanente ou não.

Art. 33. Os novos loteamentos deverão observar o traçado das vias projetadas, conforme mapa do sistema viário anexo à parte integrante desta Lei.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



### **CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 34. O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática o conteúdo desta Lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço habitado.

Art. 35. A abertura de qualquer via ou logradouro público dependerá de aprovação prévia da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 36. Qualquer arruamento a ser implantado deve articular-se com as vias adjacentes oficiais assegurando a continuidade do Sistema Viário do Município.

Art. 37. A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, inclusive as do sistema viário principal, deverão obedecer às diretrizes básicas de arruamento e são de inteira responsabilidade do loteador, sem custos para o Município.

Art. 38. As vias sem saída não poderão ultrapassar 100,00 m (cem metros) de comprimento.

Art. 39. As modificações que por ventura vierem a ser feitas no sistema viário básico deverão considerar o zoneamento de uso e ocupação do solo vigente na área ou zona.

Art. 40. Após a aprovação desta Lei, não será permitida a abertura de vias de dimensões inferiores a 15,00 m (quinze metros) da caixa de via.

Art. 41. Os casos omissos na presente Lei, serão estudados e julgados pela Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo, aplicando-se Leis, Decretos e Regulamentos Especiais.

Art. 42. São partes integrantes e complementares desta Lei os seguintes anexos:

- I - Anexo I – Mapa de Hierarquia do Sistema Viário Urbano;
- II - Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano;
- III - Anexo III – Croquis das Diretrizes Viárias do Sistema Viário Urbano;
- IV - Anexo IV – Classificação das Vias Arteriais e Coletoras.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



Art. 43. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação oficial, revogando as demais disposições em contrário.

Pirassununga, 20 de janeiro de 2022.

  
**Luciana Batista**  
**Presidente**



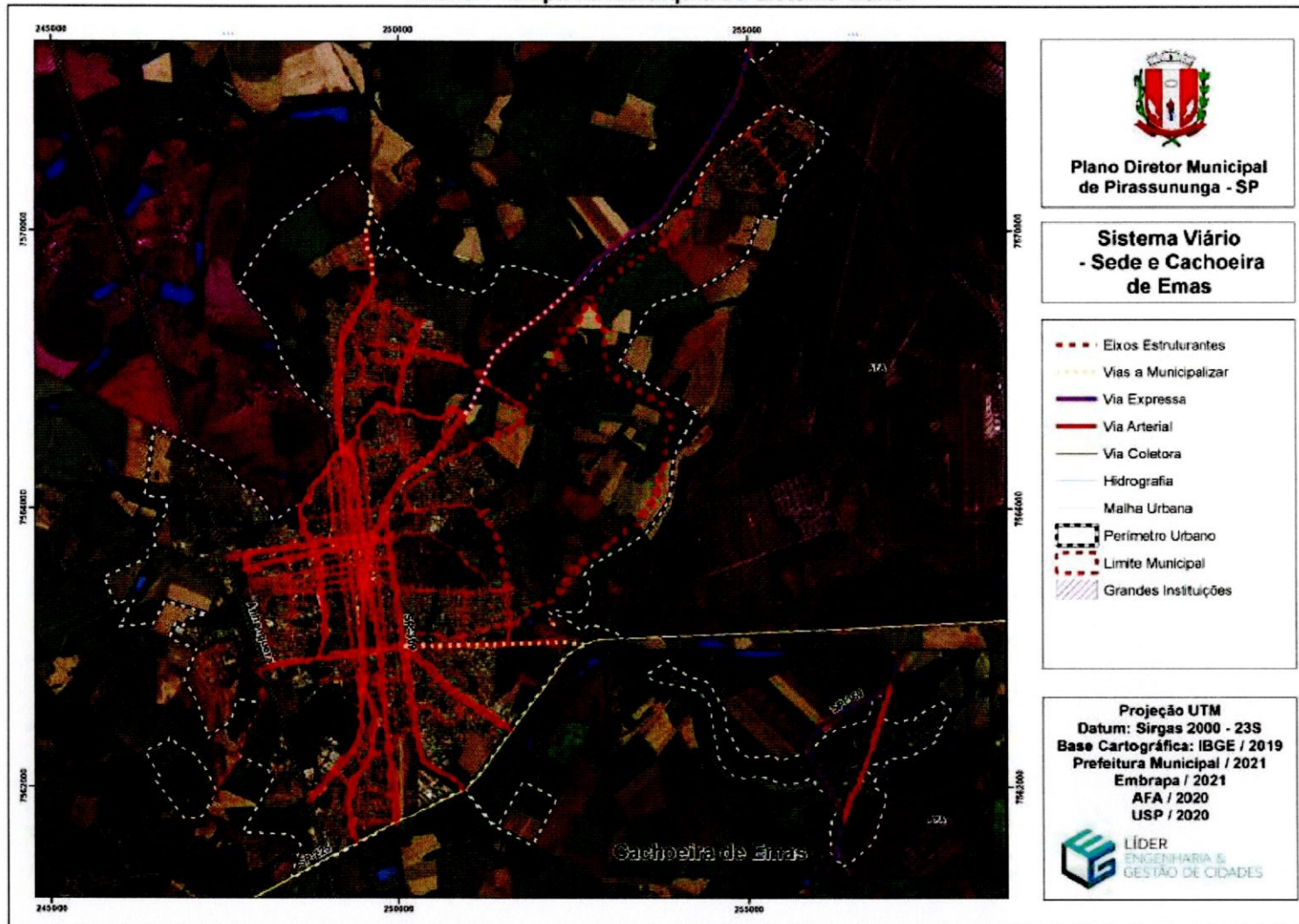


## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

### A QUE SE REFERE AO AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183

#### Anexo I – Mapa de Hierarquia do Sistema Viário.





## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

### A QUE SE REFERE AO AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183

#### Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano e Rural.

Categorias das vias	Seção normal da via (m)	Pista de rolamento (m)	Faixas de estacionamento (m)	Faixa de manutenção	Passeio (m)	Canteiro central (m)	Inclinação mínima <sup>(1)</sup> (%)	Rampa máxima <sup>(2)</sup> (%)
Vias Regionais	Parâmetros definidos pelo DER							
Vias Rurais	15,00	Mínimo 9,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	-	0,5	20
Expressa	27,00	12,00	-	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
Arteriais	25,00	10,00	(E) 2,50 (D) 2,50	-	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
Coletoras	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25
Local	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25

(1) Da seção transversal tipo.

(2) Rampas aceitáveis em trecho de via cujo comprimento não exceda 150 m (cento e cinquenta metros).

(D) Direita.

(E) Esquerda.







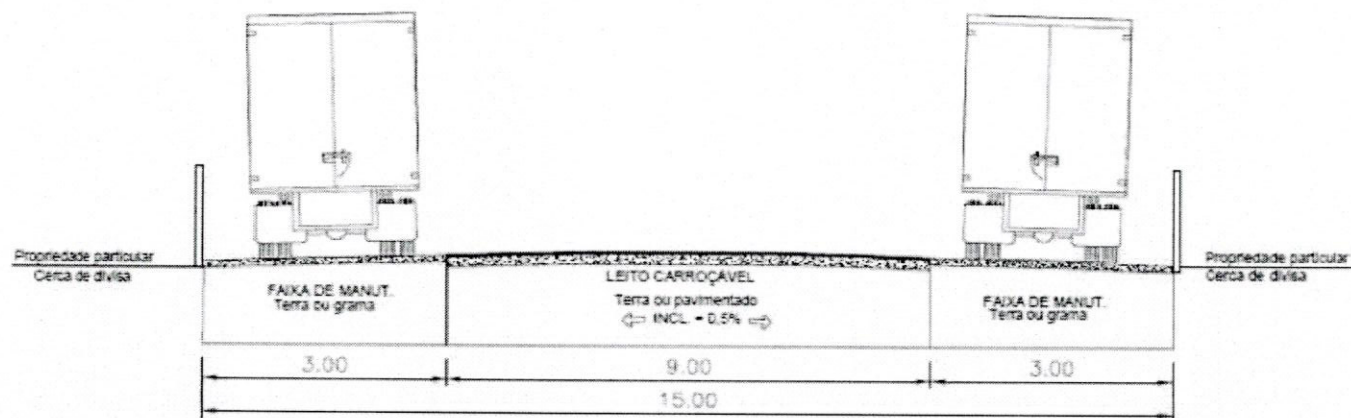
## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

A QUE SE REFERE AO AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183

Anexo III – Croquis das Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano.

### Croqui I – VIAS RURAIS



**VIAS RURAIS**  
SEM ESCALA





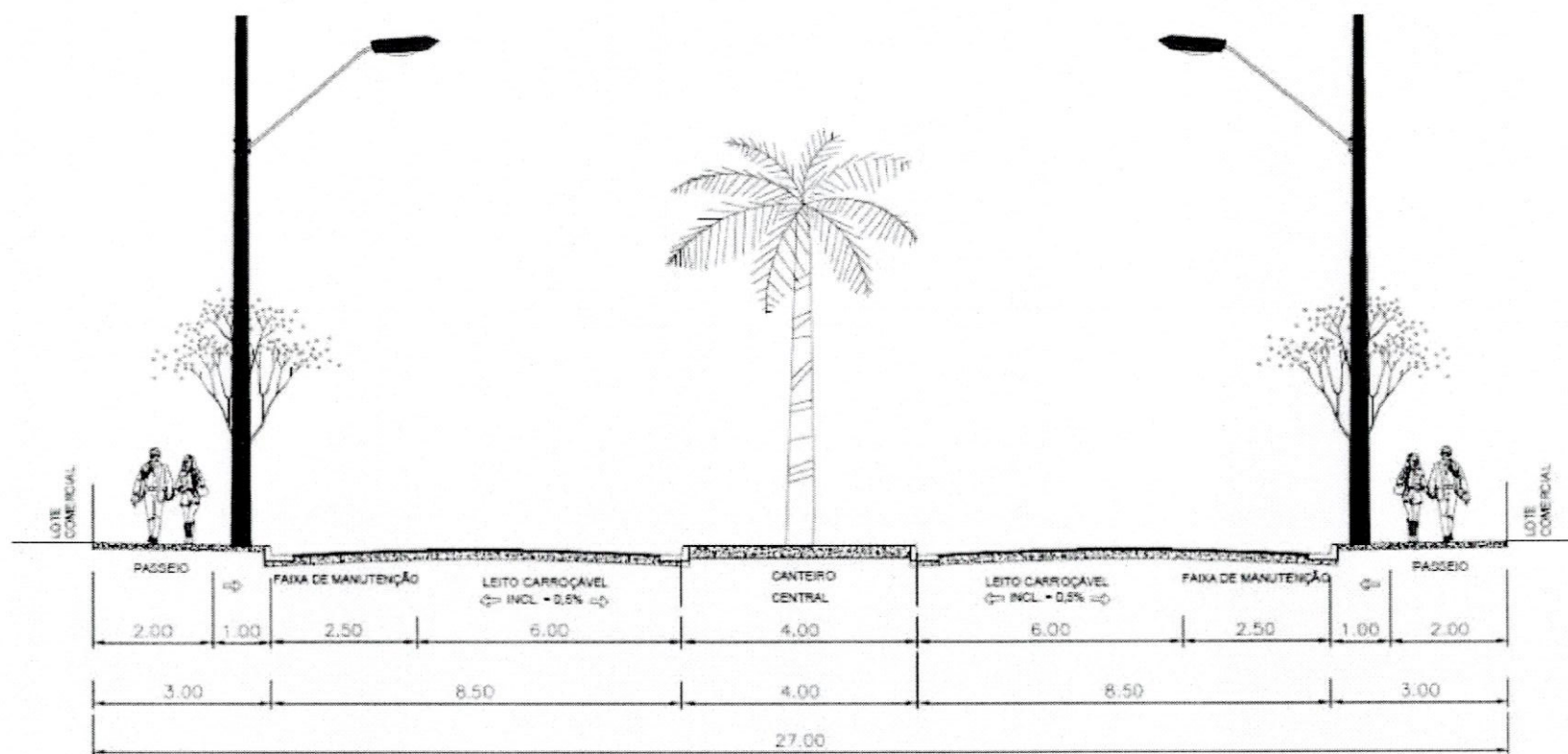


## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

A QUE SE REFERE AO AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183

### Anexo III – Croqui II – VIA EXPRESSA



**VIA EXPRESSA**  
SEM ESCALA



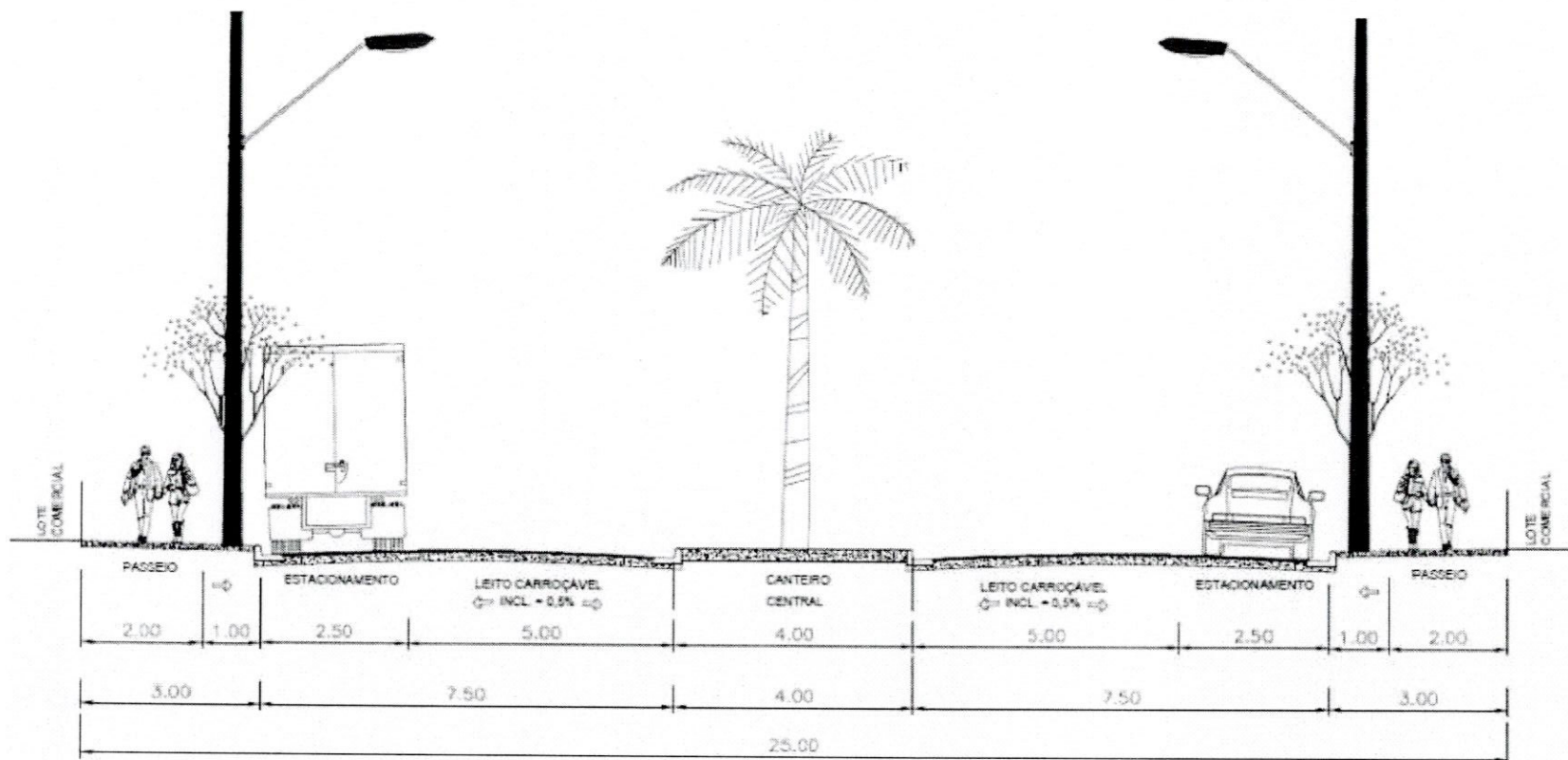


## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

A QUE SE REFERE AO AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183

### Anexo III – Croqui III – VIA ARTERIAL



VIA ARTERIAL  
SEM ESCALA



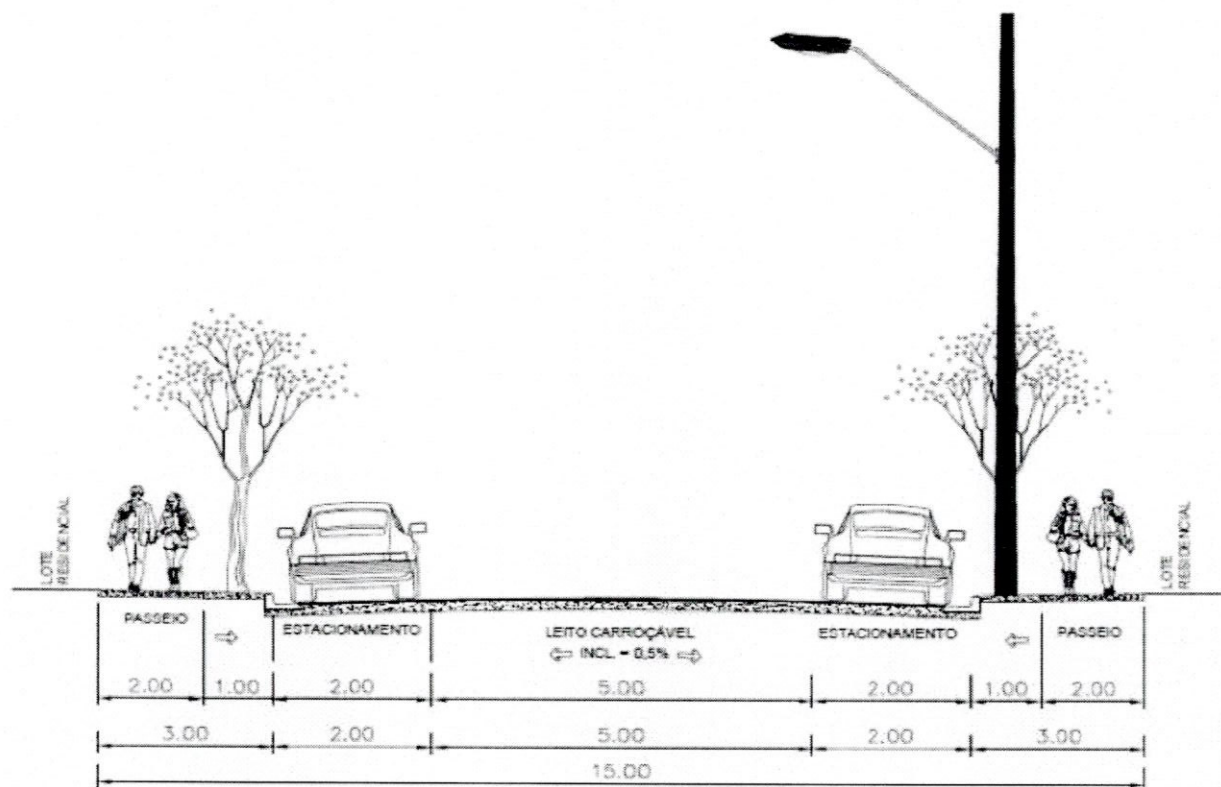


## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

A QUE SE REFERE AO AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183

Anexo III – Croqui IV – VIA COLETORA



**VIA COLETORA**  
SEM ESCALA





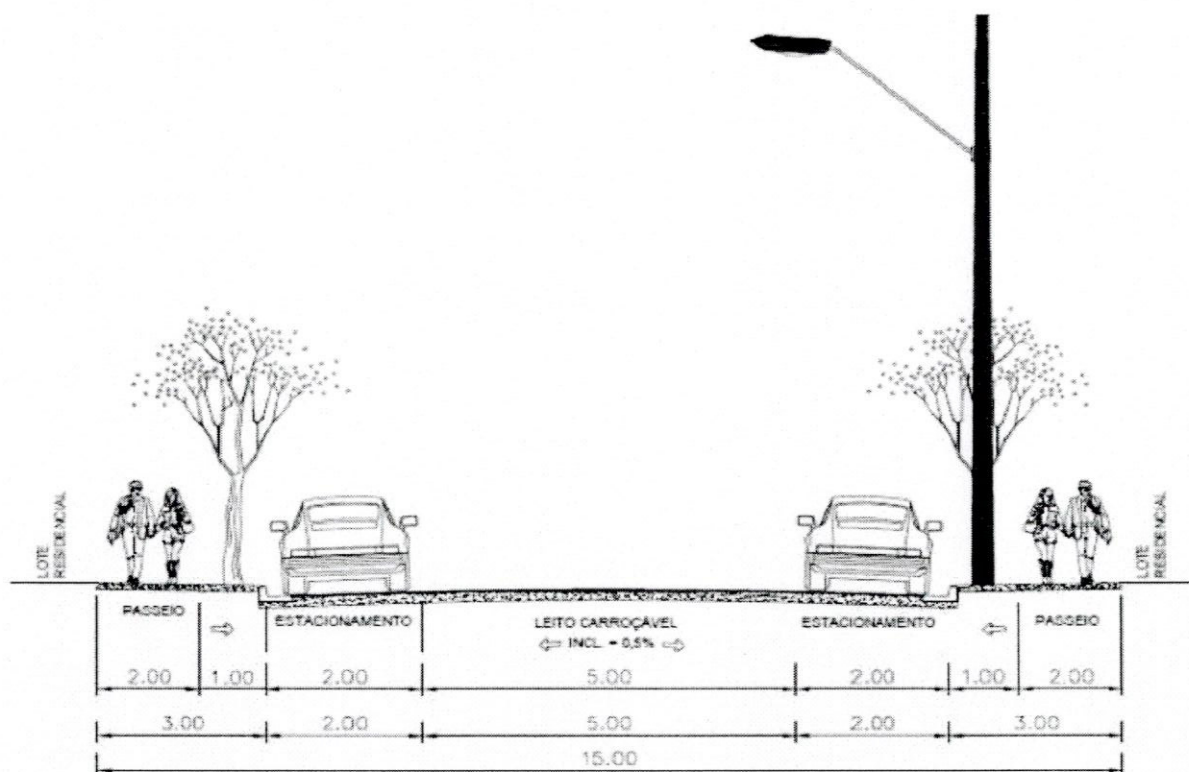


## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

A QUE SE REFERE AO AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183

### Anexo III – Croqui V – VIA LOCAL



VIA LOCAL  
SEM ESCALA





# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



## **A QUE SE REFERE AO AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183**

### **Anexo IV - Classificação das Vias Arteriais e Coletoras.**

<b>Categoria</b>	<b>Nome da Via</b>
<b>Arterial</b>	Avenida América do Sul (a partida da Avenida Maria José Bruno Trevisan sentido SP-201)
	Avenida Ângelo Brunno
	Avenida Antônio Joaquim Mendes
	Avenida Marginal
	Avenida Maria José Bruno Trevisan
	Avenida Newton Prado
	Avenida Padre Antônio Vann Ess
	Avenida Painguás
	Avenida Prudente de Moraes
	Rodoanel Anel Viário
	Rua Antônio de Souza Mourão
	Rua Duque de Caxias
	Rua Felipe Boler Júnior
	Rua Gemano Dix
	Rua General Osório
	Rua José Bonifácio
	Rua Martimiano dos Santos
	Rua Seis de Agosto
	Rua Siqueira Campos
	Rua Luís Tesch
<b>Coletora</b>	Avenida Flores
	Rua Santos Dumont
	Avenida Engenheiro Josias de Oliveira
	Rua Alan Kardec
	Avenida Presidente Médice
	Rua Lourenço Batel
	Rua Luiz Fernando Andrielli
	Rua Américo Agio
	Rua Antenor Pereira
	Rua Arcindo Lebeis
	Rua Anthero Boller de Souza
	Rua Coronel Franco
	Rua Quinze de Novembro
	Estrada Bom Retiro



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



	Rua Constituição
	Avenida Doutor Ivo Xavier Ferreira
	Rua Santo Antônio
	Rua Francisco Caruso
	Rua Elizabete Aparecida Galeni
	Rua Vinte e Um
	Rua Capitão Vasconi
	Rua Joaquim Cristóvão

<b>Categoria</b>	<b>Nome da Via</b>
Coletora	Rua José Parise
	Rua Manoel Leme Franco
	Rua Alzira Silveira Pinheiro
	Rua Joaquim Procópio de Araújo
	Rua Bom Jesus
	Rua Sete de Setembro
	Rua Visconde do Rio Branco
	Rua Amador Bueno
	Avenida Ten. Olimpio Guiguer
	Avenida José Pozzi
	Avenida Ataliba Penteado





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br




Of. nº 020/2022-SG

Pirassununga, 26 de janeiro de 2022.

Senhor Prefeito,

Encaminho a Vossa Excelência para providências cabíveis, os Autógrafos de Leis Complementares nºs 180 e 181, referentes aos Projetos de Leis Complementares nºs 04 e 05/2021; e os Autógrafos de Leis nºs 182 (Emendas nºs: 01, 02, 03 e 04/2022), 183 (Emenda Corretiva nº 01/2022), 184 e 185, referentes as Mensagens Aditivas aos Projetos de Leis Complementares nº 06, 07, 08 e 09/2021, respectivamente, anexo, aprovados em 2ª discussão na Sessão Extraordinária de 17 de janeiro de 2022.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os altaneiros votos de estima e consideração.

  
Luciana Batista  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**DR. JOSÉ CARLOS MANTOVANI**  
Prefeito Municipal de  
PIRASSUNUNGA – SP

*Recebi*  
Pirassununga, 26/01/2022  
*Daverson*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria para conferência e juntada nos respectivos projetos de lei complementar para as providências dos demais atos do processo legislativo.

Piras, 18/02/2022

Luciana Batista  
Presidente

Pirassununga, 16 de fevereiro de 2022.

Senhora Presidente.

Pelo presente encaminhamos a essa insigne Casa Legislativa, via original das Lei Complementares nºs 179, 180, 181, 182 e 183, de 16 de fevereiro de 2022.

Na oportunidade renovamos nossos votos de estima e consideração.

SONIA REGINA GRIGOLETTO ARRUDA SANTOS  
Secretária Municipal de Administração

Excelentíssima Vereadora

LUCIANA BATISTA

Câmara Municipal de Pirassununga

Nesta



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **JUNTADA**

Neste ato procedo a juntada da **Lei Complementar nº 182, de 16 de fevereiro de 2022**, que “**institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências**”, no processo legislativo do Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, a qual por mim foi lida e conferida com o Autógrafo de Lei Complementar.

Pirassununga, 21 de fevereiro de 2022.

  
**Jéssica Pereira de Godoy**  
**Analista Legislativo Secretaria**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



## – LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022 –

*“Institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências.” .....*

**O PODER LEGISLATIVO DE PIRASSUNUNGA, ESTADO DE SÃO PAULO, APROVA E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A presente Lei destina-se a hierarquizar, ordenar, dimensionar e disciplinar a implantação do Sistema Viário do Município de Pirassununga, assegurando a observância das normas relativas à matéria e zelando pelos interesses comuns do Município no que diz respeito ao seu pleno desenvolvimento.

#### **Seção I Dos objetivos**

Art. 2º Objetivos gerais para disciplinar o Sistema Viário:

- I - Assegurar a circulação e o transporte urbano de modo a atender a população;
- II - Estabelecer condições para que as vias de circulação possam desempenhar suas funções e dar vazão adequada ao respectivo tráfego;
- III - Estabelecer um sistema de vias de circulação adequado ao tráfego e a locomoção dos usuários;
- IV - Assegurar a continuidade do arruamento existente nos novos parcelamentos do solo no Município;
- V - Implantar um sistema de ciclovias, como alternativa de locomoção e lazer;
- VI - Proporcionar segurança e conforto ao tráfego de pedestres e ciclistas;
- VII - Complementar as diretrizes de uso e ocupação do solo no ordenamento funcional e territorial do Município.

Art. 3º Todo e qualquer arruamento no Município deverá ser previamente aprovado pela Administração Municipal, nos termos aqui previstos e na Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos.

Parágrafo único. Os projetos de médio e grande porte que envolvam construção de novos eixos viários, pontes, duplicação de vias ou de reestruturação viária, deverão elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental e impacto de vizinhança.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



Art. 4º Os novos loteamentos deverão respeitar o conteúdo desta Lei, bem como os traçados pré existentes.

**Seção II**  
**Das definições**

Art. 5º Para efeito de aplicação desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - Acostamento - é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando permitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta; proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para serem estacionados fora da trajetória dos demais veículos; permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego;

II - Alinhamento - é a linha divisória entre o terreno e o logradouro público;

III - Arruamento - conjunto de ruas públicas destinadas à circulação viária e acesso aos lotes;

IV - Caixa carroçável ou de rolamento - é a faixa de via destinada a circulação de veículos, excluídos os passeios, os canteiros centrais e o acostamento;

V - Caixa de via - distância, definida em projeto, entre os dois alinhamentos prediais em oposição;

VI - Calçada ou passeio - é a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres, segregada e em nível diferente à via, dotada quando possível, de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;

VII - Calçadão - é a parte do logradouro público, destinada ao pedestre e equipada de forma a impedir o estacionamento e o trânsito de veículos;

VIII - Canteiro central - é o espaço compreendido entre os bordos internos das pistas de rolamento, objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;

IX - Canteiro lateral - é o espaço compreendido entre os bordos externos das pistas expressas e o bordo interno da pista coletora objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;

X - Ciclovia - pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;

XI - Estacionamento - espaço público ou privado destinado a guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;

XII - Faixa de domínio de vias - é a área que compreende a largura ou caixa da via acrescida da área "non aedificandi";

XIII - Faixa de estacionamento - parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o estacionamento de veículos;





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



XIV - Logradouro público - É o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo, etc.);

XV - Meio-fio - linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento ou do acostamento;

XVI - Pista de rolamento - parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o tráfego de veículos;

XVII - Seção normal da via - largura total ideal da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;

XVIII - Seção reduzida da via - largura total mínima exigida da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;

XIX - Sistema Viário - conjunto de vias principais de circulação do Município, com hierarquia superior às de tráfego local;

XX - Sinalização Horizontal - constituída por elementos aplicados no pavimento das vias públicas;

XXI - Sinalização Vertical - representada por painéis e placas implantadas ao longo das vias públicas;

XXII - Sinalização de trânsito - conjunto dos elementos de comunicação visual adotados nas vias públicas para informação, orientação e advertência aos seus usuários;

XXIII - Tráfego leve - fluxo inferior a 50 (cinquenta) veículos por dia em uma direção;

XXIV - Tráfego médio - fluxo compreendido entre 50 e 400 (cinquenta a quatrocentos) veículos por dia em uma direção;

XXV - Tráfego pesado - fluxo superior a 400 (quatrocentos) veículos por dia em uma direção;

XXVI - Via de circulação - é o espaço organizado para a circulação de veículos, motorizados ou não, pedestres e animais, compreendendo a pista de rolamento, o passeio, o acostamento e canteiro central;

XXVII - Via pública - área de terra, de propriedade pública e uso comum, destinada a vias de circulação e espaços livres.

## **CAPÍTULO II DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS**

Art. 6º Considera-se sistema viário básico do município de Pirassununga o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas.

Art. 7º As vias de circulação urbana no Município, conforme suas funções e características físicas, classificam-se em:

I - Via estruturante;

II - Via arterial;

III - Via coletora;





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



## **IV - Via local.**

Art. 8º Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias:

I - Via estruturante: Via destinada ao tráfego de passagem e ligação entre extremos da área urbana. Possui a característica de orientar o desenvolvimento urbano e conectar regiões distintas da cidade. Destinada sem restrições ao tráfego geral e de transporte de carga;

II - Via arterial: Via que deve receber destaque, em termos de tratamento da paisagem urbana - mobiliário urbano, iluminação pública, arborização, sinalização, em função de que concentra as edificações de maior importância da cidade, também tem como função possibilitar o acesso à cidade e fazer a ligação de seus extremos. Essas vias desempenham a função do eixo principal de ligação no sítio urbano, e desenvolvem tráfego contínuo devido ao tipo de uso predominantemente comercial e de serviços ao longo dos trechos principais das avenidas;

III - Via coletora: Via cuja função é coletar e distribuir o tráfego local e de passagem, fazendo a ligação entre bairros, formando um sistema interligado na malha urbana;

IV - Via local: Vias responsáveis por fazer a ligação das coletoras até o seu destino final, apresentando tráfego de baixa velocidade e promovendo a distribuição do tráfego local.

## **CAPÍTULO III DAS DIMENSÕES DAS VIAS**

Art. 9º O sistema viário obedecerá aos padrões de urbanização e aos requisitos estabelecidos pelo Município quanto à:

- I - Definição das dimensões mínimas das caixas de vias;
- II - Definição das dimensões mínimas das pistas de rolamento;
- III - Definição das dimensões mínimas dos passeios;
- IV - Definição das dimensões mínimas das ciclovias.

Art. 10 Todas as vias abertas à circulação de veículos, com o pavimento e passeios definitivos já implantados, permanecem com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto de urbanização específico uma nova configuração geométrica.

Art. 11 As vias a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

- I - Via estruturante:
  - a) Caixa de via: 27,00m (vinte e sete metros);
  - b) Pista de rolamento: 12,00m (doze metros);



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 4,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou Ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central;
- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

## **II - Via arterial:**

- a) Caixa de via: 25,00m (vinte e cinco metros);
- b) Pista de rolamento: 10,00m (dez metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 4,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central ou em uma das faixas de estacionamento;

- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

## **III - Via coletora:**

- a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

## **IV - Via local:**

- a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1º Deverão ser previstas rampas de acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais nos passeis dos logradouros urbanos, conforme NBR 9050 e suas alterações, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



§ 2º As rampas máximas serão aceitas em trechos de via cujo comprimento não exceda 150,00m (cento e cinquenta metros).

§ 3º As vias classificadas como arteriais e coletoras estão representadas no mapa do Anexo I e especificadas na tabela do Anexo II, croqui III e IV desta Lei.

## **CAPÍTULO IV DAS VIAS RURAIS**

Art. 12 As vias de circulação rural no Município, conforme suas funções e características físicas classificam-se em:

I - Via regional;

II - Via rural.

Art. 13 Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias rurais:

I - Via regional: via que possui a função de conduzir, de forma expressa, o tráfego com origem e/ou destino fora do território do Município, ou seja, rodovias.

II - Via rural: são as demais vias que compõem o sistema viário rural e tem a função de levar o tráfego de veículos das propriedades rurais até as vias regionais ou urbanas;

Art. 14 As vias rurais a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

I - Via regional:

a) Seguir definições para rodovias conforme o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER.

II - Via rural:

a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);

b) Pista de Rolamento: mínimo de 9,00m (nove metros);

c) Faixa de Manutenção: 3,00m (três metros) de cada lado da via;

d) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);

e) Rampa máxima: 20% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. Fica sob responsabilidade do município a manutenção e abertura de vias na área rural.

Art. 15 Todas as vias rurais deverão possuir faixa de domínio conforme determinações do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, definido pela Lei Federal nº 9503/97.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



## **CAPÍTULO V DO VOLUME DE TRÁFEGO**

Art. 16 Os projetos de pavimentação das vias de circulação do Município, conforme estabelecido no Art. 11 desta Lei classificam-se quanto ao volume de tráfego em:

I - Classe 1 - Tráfego pesado, compreendendo:

- a) Vias estruturantes;
- b) Vias arteriais.

II - Classe 2 - Tráfego médio, compreendendo:

- a) Vias coletoras.

III - Classe 3 - Tráfego leve, compreendendo:

- a) Vias locais.

## **CAPÍTULO VI DA SINALIZAÇÃO**

Art. 17 A sinalização das vias públicas é de responsabilidade do Município, como estabelece o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, aprovado pela Lei Federal nº 9503/97.

§ 1º Toda e qualquer via pavimentada no Município deverá receber sinalização de trânsito, segundo as exigências da legislação pertinente em vigor.

§ 2º A sinalização horizontal das vias pavimentadas nos novos parcelamentos do solo será executada às expensas dos respectivos parceladores, a partir de projeto previamente aprovado pelo órgão municipal responsável.

§ 3º O sentido de tráfego das vias será definido individualmente, dependendo do volume de tráfego.

## **CAPÍTULO VII DO SISTEMA CICLOVIÁRIO**

Art. 18 O Sistema Ciclovitário é composto do conjunto de ciclovias e ciclofaixas, bem como da sinalização específica, dos estacionamentos e bicicletários necessários à criação de uma infraestrutura segura para circulação de bicicletas.

Art. 19 São as seguintes as definições dos componentes do Sistema Ciclovitário:

I - Ciclovia: Via destinada ao tráfego exclusivo de bicicletas, separada fisicamente da circulação geral de veículos, com as seguintes características:

- a) largura mínima: 3,00m (três metros) para pista bidirecional;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



b) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;

c) declividade longitudinal máxima: 5% (cinco por cento);

d) declividade transversal máxima: 2% (dois por cento) e mínima: 1% (um por cento);

e) raio mínimo de curvatura: 3,00m (três metros).

II - Ciclofaixa: via destinada ao tráfego preferencial de bicicletas, separada do tráfego geral de veículos, através de sinalização visual com as seguintes características:

a) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;

b) as características de declividade obedecem às características das vias onde estiver implantada;

c) raio mínimo de curvatura: 3,00 metros.

III - Estacionamentos: Dispositivos com capacidade para estacionar até 10 bicicletas, por um curto espaço de tempo, instalado em locais de fluxo de pessoas;

IV - Bicicletários: estacionamentos com alta capacidade de vagas, cercados, localizados junto a grandes polos geradores de tráfego, praças, parques, vias públicas, supermercados, universidades, shopping centers, indústrias, escolas, locais de transbordo de viagens do sistema de transporte coletivo urbano, etc.

Parágrafo único. Quando da impossibilidade da aplicação do disposto nos incisos I ao IV, ficará a cargo da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo analisar e definir a solução.

Art. 20 Todas as áreas de abrangência das ciclovias, que consequentemente criam limites, declividades e barreiras físicas e naturais, deverão receber tratamento específico à sinalização, interseções, arborização, iluminação pública e estacionamentos.

Art. 21 As obras e atividades constantes do Sistema Ciclovitário serão viabilizadas a partir das diretrizes e dotações apontadas no Plano de Mobilidade Urbana do Município de Pirassununga.

## CAPÍTULO VIII DA ARBORIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 22 Compete ao Município a elaboração dos projetos e, em colaboração com seus munícipes, a execução e conservação da arborização e ajardinamento dos logradouros públicos.

§ 1º Os passeios das vias, e, lotes residenciais, mediante licença do Município, poderão ser arborizados pelos proprietários das edificações fronteiras, às suas expensas, obedecidas as exigências legais.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



§ 2º Caberá ao órgão competente do Município decidir sobre a espécie vegetal que mais convenha a cada caso, bem como sobre o espaçamento entre as árvores.

Art. 23 É atribuição exclusiva do Município, podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores de arborização pública.

§ 1º Quando se tornar absolutamente imprescindível, poderá ser solicitada pelo interessado a remoção ou o sacrifício de árvores, mediante o pagamento das despesas relativas ao corte e ao replantio.

§ 2º A solicitação a que se refere o parágrafo anterior deverá ser acompanhada de justificativa, que será criteriosamente analisada pelo órgão competente do Município.

§ 3º A fim de não ser desfigurada a arborização do logradouro, tais remoções importarão no imediato plantio da mesma ou de novas árvores, em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

§ 4º Por cortar ou sacrificar a arborização pública será aplicada ao responsável uma multa de 05 (cinco) a 20 (vinte) valores de referência ou unidades fiscais, por árvore, conforme o caso e a juízo da autoridade municipal competente.

Art. 24 São proibidas quaisquer obras, serviços ou atividades em logradouros públicos que venham a prejudicar a vegetação existente.

Art. 25 Os tapumes e andaimes das construções deverão ser providos de proteção de arborização sempre que isso for exigido pelo órgão municipal competente.

Art. 26 Nas árvores das vias públicas não poderão ser amarrados ou fixados fios, nem colocados anúncios, cartazes ou publicações de qualquer espécie.

## **CAPÍTULO IX**

### **DAS DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO**

Art. 27 Ficam definidas como diretrizes para intervenções no Sistema Viário:

I - Promover obras de paisagismo e revitalização urbana do Sistema Viário;

II - Estabelecer incentivos para tratamento paisagístico nos passeios por proprietários;

III - Proceder a iluminação adequada, observando a hierarquia viária;

IV - Elaborar programa de obras com definição de propriedades;

V - Criar programas de sinalização urbana, bem como realizar a sua manutenção.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



Art. 28 Ao DEMUTRAN - Departamento Municipal de Trânsito, além das demais atribuições relativas ao planejamento e controle do sistema viário, trânsito e transportes, caberá:

- I - Propor melhorias no sistema viário urbano, através de estudo técnico;
  - II - Propor abertura ou prolongamento de vias, para melhor escoamento do tráfego, especialmente nas Zona de Consolidação e Zonas de Expansão Urbana 1, 2 e 3, através de estudo técnico;
  - III - Propor soluções para os cruzamentos com grande fluxo de tráfego e em locais onde hajam conflitos, através de estudo técnico;
  - IV - Estabelecer limites de velocidade, peso e dimensões, para cada via, respeitados os limites máximos previstos no regulamento do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei Federal nº 9.503/1997, através de estudo técnico;
  - V - Fixar áreas de estacionamento de veículos;
  - VI - Determinar restrições de uso das vias ou parte delas, mediante fixação de locais, horário e períodos destinados ao estacionamento, embarque ou desembarque de passageiros e de carga e descarga, através de estudo técnico;
  - VII - Permitir estacionamentos especiais, devidamente justificáveis;
  - VIII - Disciplinar a colocação de ondulações transversais no sentido de circulação dos veículos, em vias de trânsito local, bem como nas proximidades de escolas ou outros estabelecimentos, através de estudo técnico;
  - IX - O estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga, de produtos perigosos ou não, e para veículos turísticos e de fretamento, devidamente justificáveis;
  - X - A criação de terminal para veículos que fazem o transporte de pessoas intraurbano e intramunicipal, ônibus, vans, caminhonetes, táxis e moto táxis.
- Parágrafo único. A implantação de atividades afins e correlatas às referidas no caput do artigo serão realizadas em conjunto com a Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 29 Nos terrenos lindeiros às vias que constituem o sistema rodoviário Federal, Estadual e Municipal, será obrigatório a reserva de uma faixa de 20,00 m (vinte metros), para a implantação de uma via local margeando a Rodovia.

## **CAPÍTULO X DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS**

Art. 30 A implantação das vias deve ser adequada às condições locais do meio físico, em especial quanto à otimização das obras de terraplanagem necessárias à abertura das vias e implantação das edificações.

Art. 31 As vias deverão acompanhar as curvas de nível do terreno e evitar a transposição de linhas de drenagem natural ou córrego.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



Art. 32 Deve ser evitada a remoção de vegetação e a implantação de obras de terraplenagem junto aos córregos e linhas de drenagem natural.

Parágrafo único. Entende-se por linhas de drenagem natural as feições topográficas em que ocorre uma concentração de fluxo das águas pluviais, independentemente de o fluxo possuir caráter permanente ou não.

Art. 33 Os novos loteamentos deverão observar o traçado das vias projetadas, conforme mapa do sistema viário anexo à parte integrante desta Lei.

## **CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 34 O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática o conteúdo desta Lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço habitado.

Art. 35 A abertura de qualquer via ou logradouro público dependerá de aprovação prévia da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 36 Qualquer arruamento a ser implantado deve articular-se com as vias adjacentes oficiais assegurando a continuidade do Sistema Viário do Município.

Art. 37 A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, inclusive as do sistema viário principal, deverão obedecer às diretrizes básicas de arruamento e são de inteira responsabilidade do loteador, sem custos para o Município.

Art. 38 As vias sem saída não poderão ultrapassar 100,00 m (cem metros) de comprimento.

Art. 39 As modificações que por ventura vierem a ser feitas no sistema viário básico deverão considerar o zoneamento de uso e ocupação do solo vigente na área ou zona.

Art. 40 Após a aprovação desta Lei, não será permitida a abertura de vias de dimensões inferiores a 15,00 m (quinze metros) da caixa de via.

Art. 41 Os casos omissos na presente Lei, serão estudados e julgados pela Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo, aplicando-se Leis, Decretos e Regulamentos Especiais.

Art. 42 São partes integrantes e complementares desta Lei os seguintes anexos:

I - Anexo I - Mapa de Hierarquia do Sistema Viário Urbano;





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



II - Anexo II - Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano;

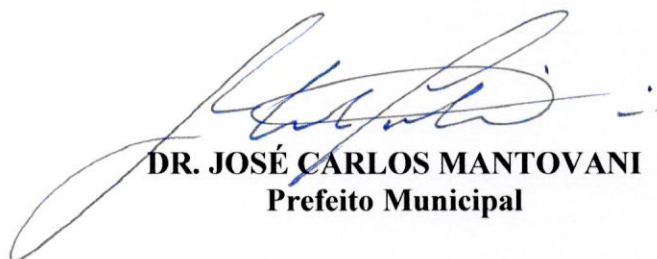
III - Anexo III - Croquis das Diretrizes Viárias do Sistema Viário

Urbano;

IV - Anexo IV - Classificação das Vias Arteriais e Coletoras.

Art. 43 Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação oficial, revogando as demais disposições em contrário.

Pirassununga, 16 de fevereiro de 2022.



**DR. JOSÉ CARLOS MANTOVANI**  
**Prefeito Municipal**

Publicada na Portaria.

Data supra.



**SONIA REGINA GRIGOLETTO ARRUDA SANTOS.**

Secretaria Municipal de Administração.

dmc/.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**A QUE SE REFERE À**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022**

# **ANEXOS**

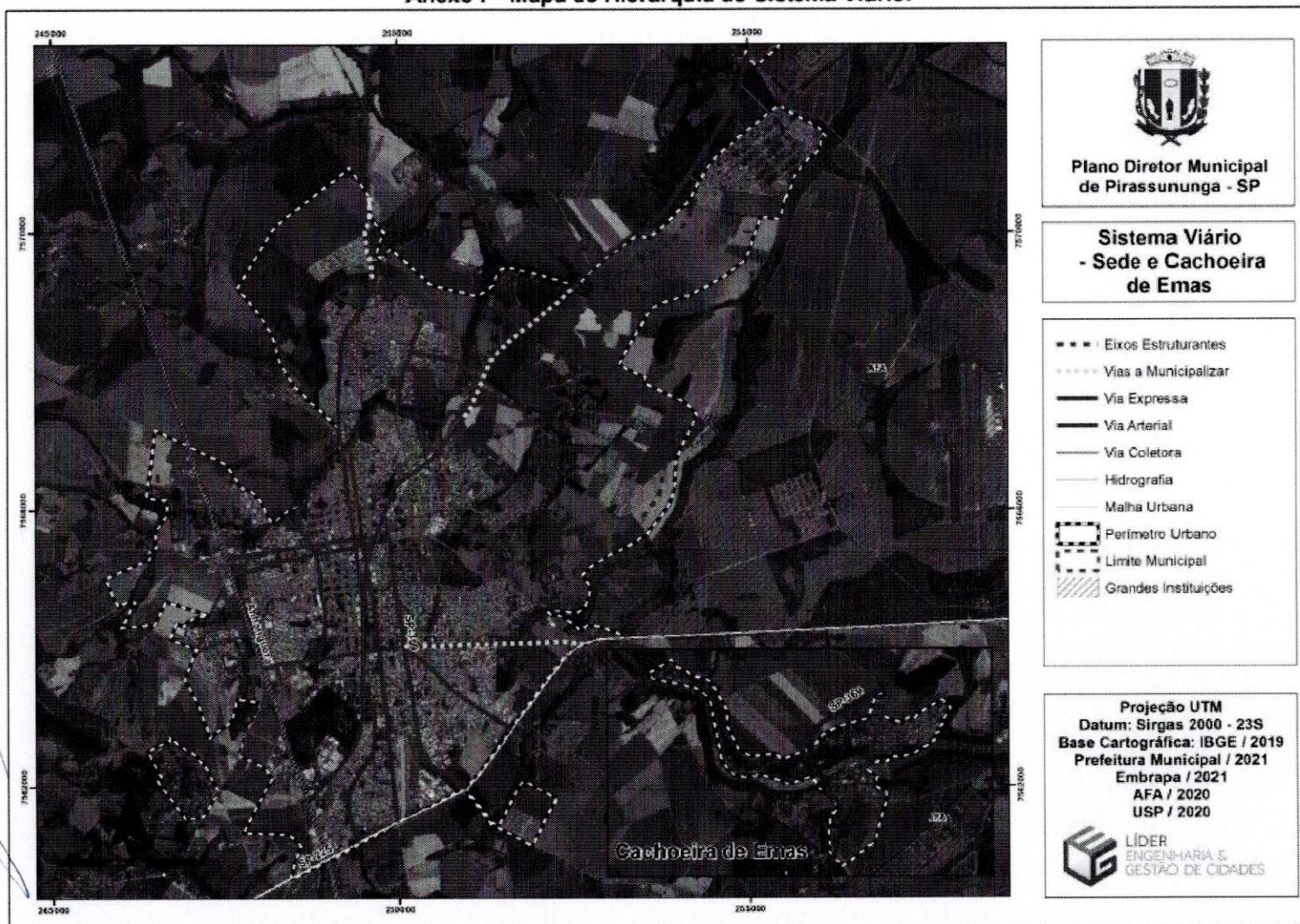




**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022**

**Anexo I – Mapa de Hierarquia do Sistema Viário.**







**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022**

**Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano e Rural.**

<b>Categorias das vias</b>	<b>Seção normal da via (m)</b>	<b>Pista de rolamento (m)</b>	<b>Faixas de estacionamento (m)</b>	<b>Faixa de manutenção</b>	<b>Passeio (m)</b>	<b>Canteiro central (m)</b>	<b>Inclinação mínima <sup>(1)</sup> (%)</b>	<b>Rampa máxima <sup>(2)</sup> (%)</b>
<b>Vias Regionais</b>	Parâmetros definidos pelo DER							
<b>Vias Rurais</b>	15,00	Mínimo 9,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	-	0,5	20
<b>Expressa</b>	27,00	12,00	-	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
<b>Arteriais</b>	25,00	10,00	(E) 2,50 (D) 2,50	-	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
<b>Coletoras</b>	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25
<b>Local</b>	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25

(1) Da seção transversal tipo.

(2) Rampas aceitáveis em trecho de via cujo comprimento não exceda 150 m (cento e cinquenta metros).

(D) Direita.

(E) Esquerda.





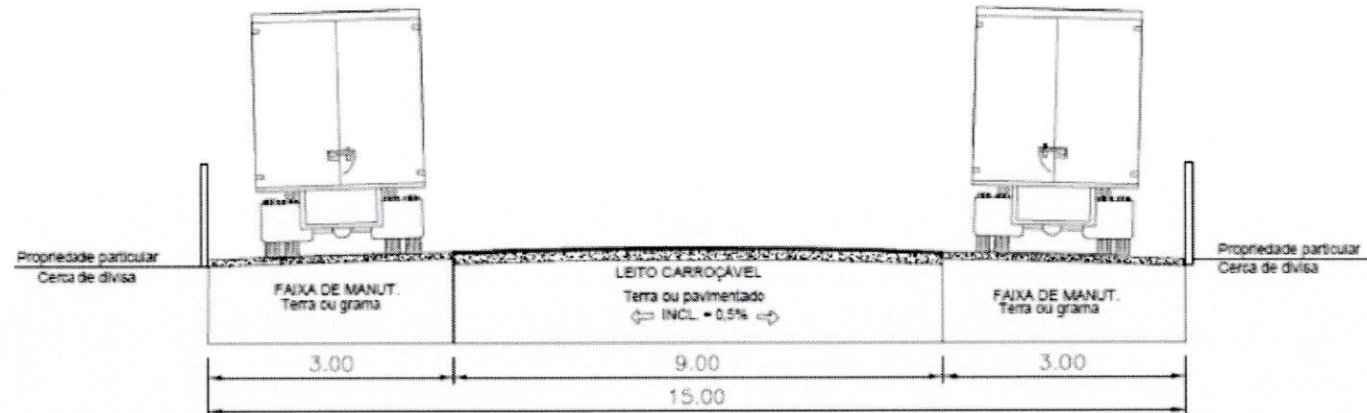


**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

**Anexo III – Croquis das Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano.**

**Croqui I – VIAS RURAIS**



**VIAS RURAIS**  
SEM ESCALA

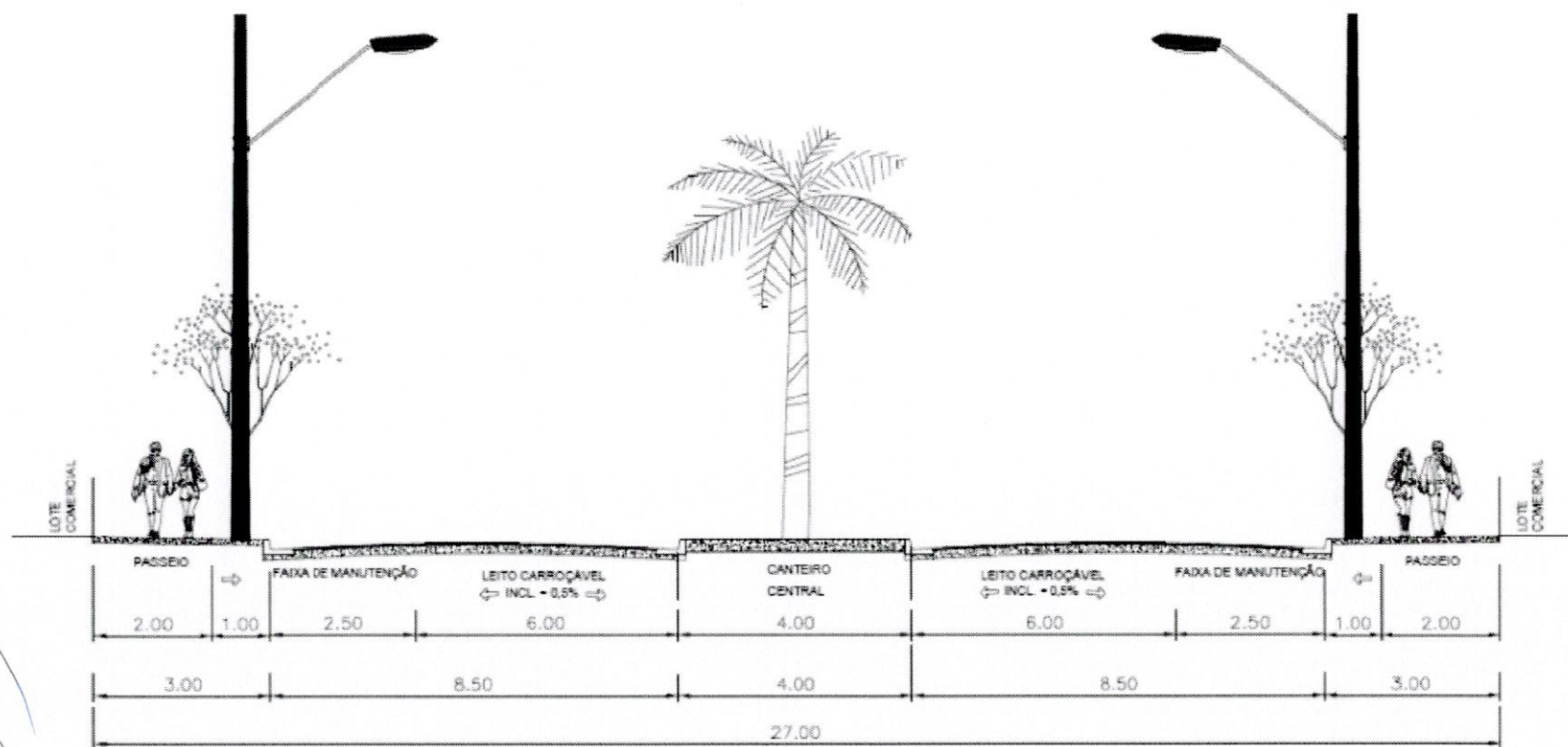




**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022**

**Anexo III – Croqui II – VIA EXPRESSA**



**VIA EXPRESSA**  
SEM ESCALA

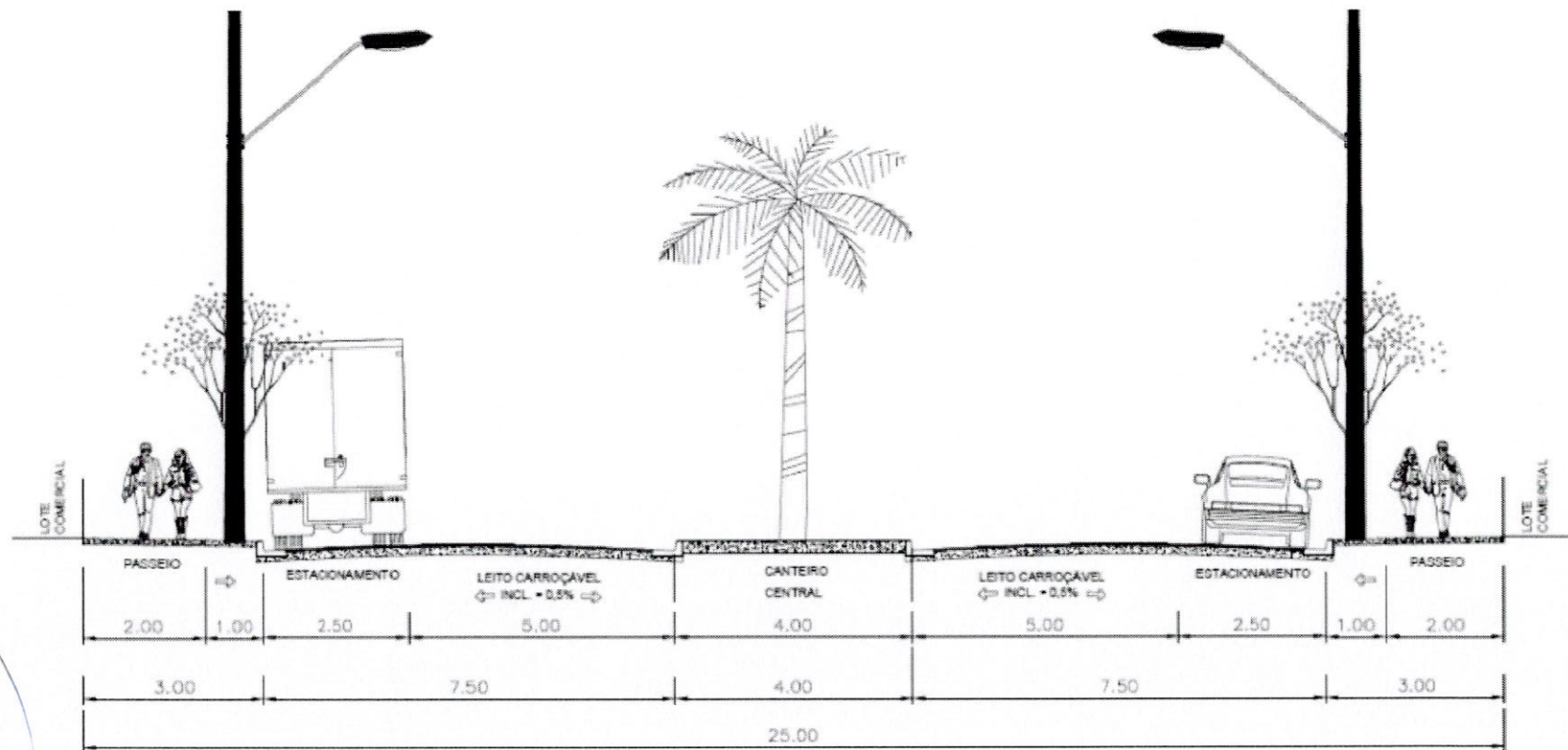




**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022**

**Anexo III – Croqui III – VIA ARTERIAL**



**VIA ARTERIAL**  
SEM ESCALA



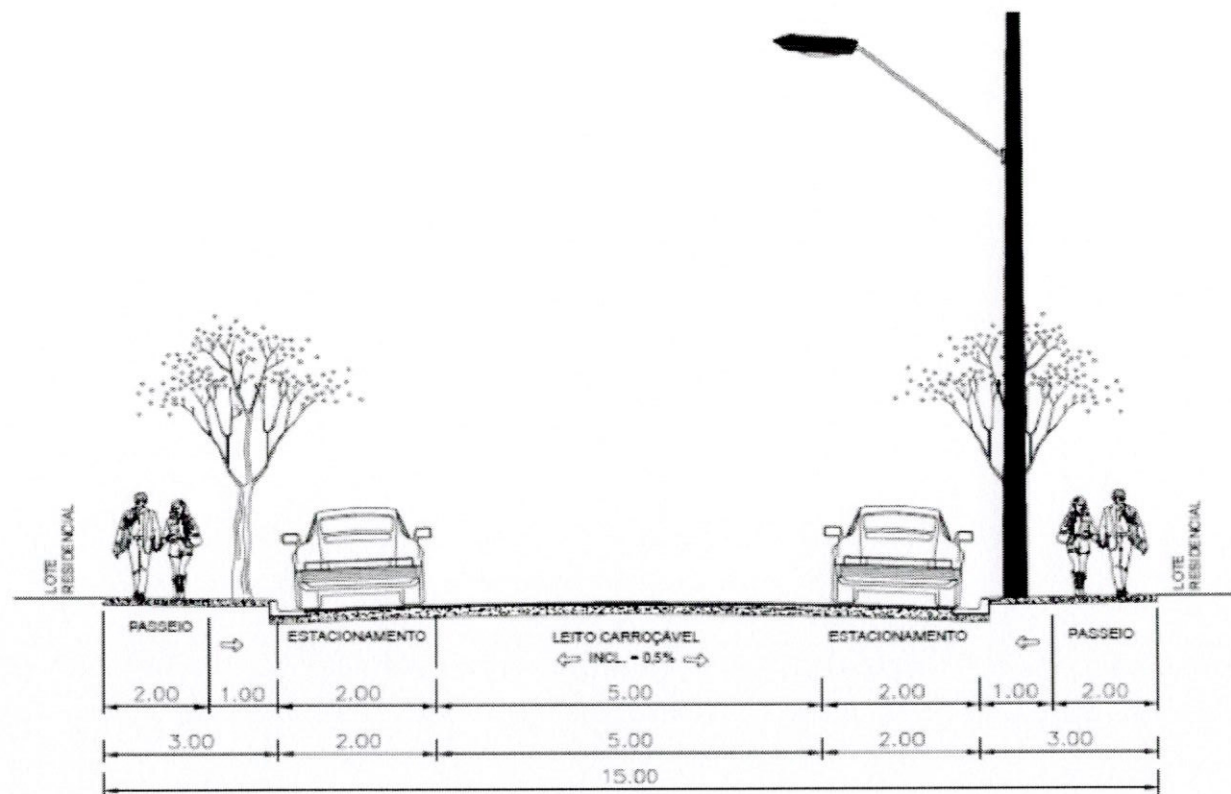




**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022**

**Anexo III – Croqui IV – VIA COLETORA**



**VIA COLETORA**  
SEM ESCALA

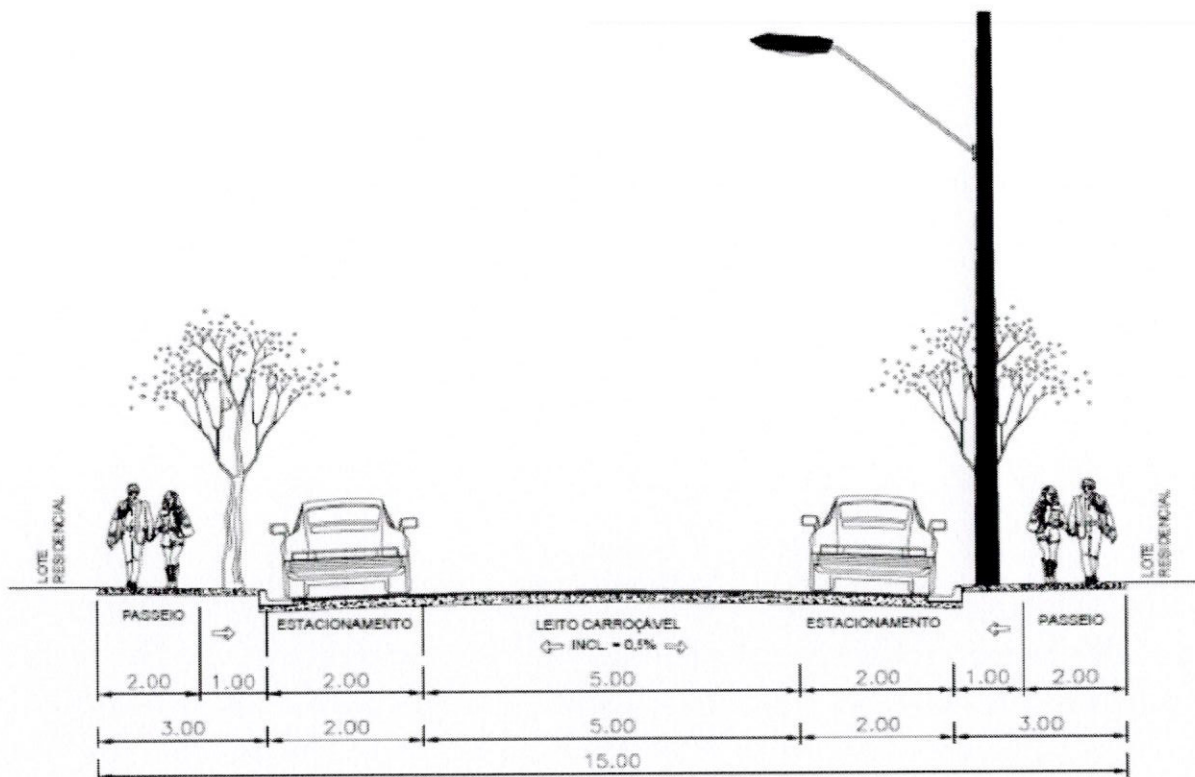




**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022**

**Anexo IV - Classificação das Vias Arteriais e Coletoras.**  
**A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022**

**Anexo III – Croqui V – VIA LOCAL**



**VIA LOCAL**  
SEM ESCALA





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**A QUE SE REFERE AO AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183**

**Anexo IV - Classificação das Vias Arteriais e Coletoras.**

<b>Categoria</b>	<b>Nome da Via</b>
<b>Arterial</b>	Avenida América do Sul (a partida da Avenida Maria José Bruno Trevisan sentido SP-201)
	Avenida Ângelo Brunno
	Avenida Antônio Joaquim Mendes
	Avenida Marginal
	Avenida Maria José Bruno Trevisan
	Avenida Newton Prado
	Avenida Padre Antônio Vann Ess
	Avenida Painguás
	Avenida Prudente de Moraes
	Rodoanel Anel Viário
	Rua Antônio de Souza Mourão
	Rua Duque de Caxias
	Rua Felipe Boler Júnior
	Rua Gemano Dix
	Rua General Osório
	Rua José Bonifácio
	Rua Martimiano dos Santos
	Rua Seis de Agosto
	Rua Siqueira Campos
	Rua Luís Tesch
<b>Coletora</b>	Avenida Flores
	Rua Santos Dumont
	Avenida Engenheiro Josias de Oliveira
	Rua Alan Kardec
	Avenida Presidente Médice
	Rua Lourenço Batel
	Rua Luiz Fernando Andrielli
	Rua Américo Agio
	Rua Antenor Pereira
	Rua Arcindo Lebeis
	Rua Anthero Boller de Souza
	Rua Coronel Franco
	Rua Quinze de Novembro
	Estrada Bom Retiro





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



	Rua Constituição
	Avenida Doutor Ivo Xavier Ferreira
	Rua Santo Antônio
	Rua Francisco Caruso
	Rua Elizabete Aparecida Galeni
	Rua Vinte e Um
	Rua Capitão Vasconi
	Rua Joaquim Cristóvão

<b>Categoria</b>	<b>Nome da Via</b>
Coletora	Rua José Parise
	Rua Manoel Leme Franco
	Rua Alzira Silveira Pinheiro
	Rua Joaquim Procópio de Araújo
	Rua Bom Jesus
	Rua Sete de Setembro
	Rua Visconde do Rio Branco
	Rua Amador Bueno
	Avenida Ten. Olimpio Guiguer
	Avenida José Pozzi
	Avenida Ataliba Penteado



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



Ofício nº 016/2022

Tendo em vista a inexistência de qualquer justificativa para a substituição de documento, ofice-se solicitando informações dos motivos, inclusive informando se houve alterações, especificando-as.

Pirassununga, 04 de março de 2022.

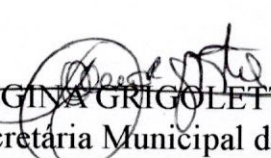
  
Luciana Batista - Presidente

Pirassununga, 23 de fevereiro de 2022.

Senhora Presidente,

Através do presente, solicitamos a substituição do **Anexo III - Croqui V - Via Local e Anexo IV - Classificação das Vias Arteriais e Coletoras** da Lei Complementar nº 182, de 16 de fevereiro de 2022, encaminhada nessa insigne Casa, em 16 de fevereiro de 2022.

Na oportunidade renovamos nossos votos de estima e consideração.

  
SONIA REGINA GRIGOLETTO ARRUDA SANTOS  
Secretária Municipal de Administração

Excelentíssima Vereadora

LUCIANA BATISTA

Câmara Municipal de Pirassununga

Nesta

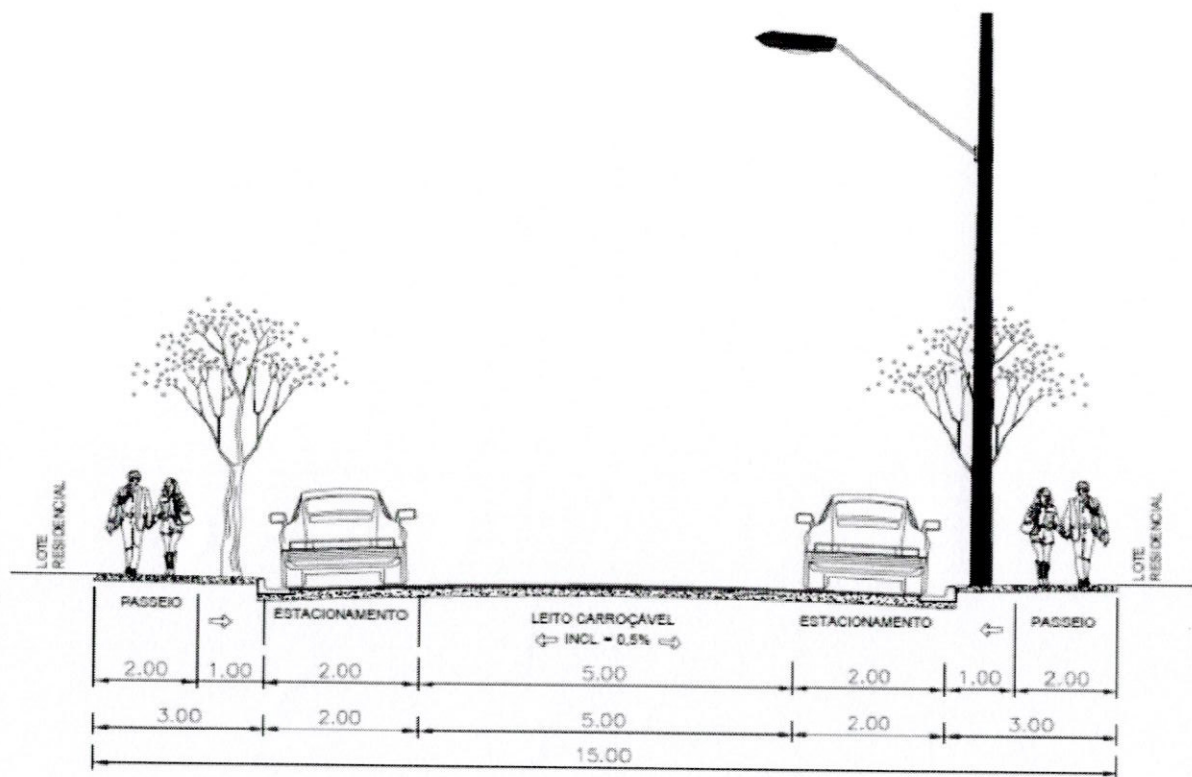
00469-Câmara Pirassununga-23/02/2022-15:48:38REK6020471809 1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022**

**Anexo III – Croqui V – VIA LOCAL**



**VIA LOCAL**  
SEM ESCALA







# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

## Anexo IV - Classificação das Vias Arteriais e Coletoras.

Categoria	Nome da Via
Arterial	Avenida América do Sul (a partida da Avenida Maria José Bruno Trevisan sentido SP-201)
	Avenida Ângelo Brunno
	Avenida Antônio Joaquim Mendes
	Avenida Marginal
	Avenida Maria José Bruno Trevisan
	Avenida Newton Prado
	Avenida Padre Antônio Vann Ess
	Avenida Painguás
	Avenida Prudente de Moraes
	Rodoanel Anel Viário
	Rua Antônio de Souza Mourão
	Rua Duque de Caxias
	Rua Felipe Boler Júnior
	Rua Gemano Dix
	Rua General Osório
	Rua José Bonifácio
	Rua Martimiano dos Santos
	Rua Seis de Agosto
	Rua Siqueira Campos
	Rua Luís Tesch
Coletora	Avenida Flores
	Rua Santos Dumont
	Avenida Engenheiro Josias de Oliveira
	Rua Alan Kardec
	Avenida Presidente Médice
	Rua Lourenço Batel
	Rua Luiz Fernando Andrielli
	Rua Américo Agio
	Rua Antenor Pereira
	Rua Arcindo Lebeis
	Rua Anthero Boller de Souza
	Rua Coronel Franco
	Rua Quinze de Novembro
	Estrada Bom Retiro



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



	Rua Constituição
	Avenida Doutor Ivo Xavier Ferreira
	Rua Santo Antônio
	Rua Francisco Caruso
	Rua Elizabete Aparecida Galeni
	Rua Vinte e Um
	Rua Capitão Vasconi
	Rua Joaquim Cristóvão

<b>Categoria</b>	<b>Nome da Via</b>
Coletora	Rua José Parise
	Rua Manoel Leme Franco
	Rua Alzira Silveira Pinheiro
	Rua Joaquim Procópio de Araújo
	Rua Bom Jesus
	Rua Sete de Setembro
	Rua Visconde do Rio Branco
	Rua Amador Bueno
	Avenida Ten. Olímpio Guiguer
	Avenida José Pozzi
	Avenida Ataliba Penteado



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone: (19) 3561.2811

Sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

E-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)




Of. nº 179 /2022 – SG

Pirassununga, 04 de março de 2022.

Senhor Prefeito,

Em atenção ao Ofício nº 016/2022, objeto do protocolado na Secretaria da Câmara sob o nº 469, de 23/02/2022 e considerando a inexistência de qualquer justificativa para a substituição de documento, solicitamos informar a esta Casa, quais foram os motivos para substituição de documento na Lei Complementar nº 182, de 16/02/2022, e quais foram as alterações realizadas, especificando-as.

Certa da atenção ao que o assunto requer, renovo a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração.

  
**Luciana Batista**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**DR. JOSÉ CARLOS MANTOVANI**  
Prefeito Municipal de Pirassununga  
Pirassununga - SP

*Recebi*  
Pirassununga 04/03/2022  
*Lucil*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



Tendo em vista as explicações e não havendo alteração substancial, defiro a juntada no Projeto de Lei.

Ofício nº 034/2022

Camara 18/03.2022

LUCIANA BATISTA

Presidente

Pirassununga, 7 de março de 2022.

Senhora Presidente,

Através do presente, e em atenção ao Ofício nº 179/2022 - SG, de 4 de março de 2022, reiteramos o Ofício nº 016/2022 justificando a substituição do **Anexo III - Croqui V - Via Local e Anexo IV - Classificação das Vias Arteriais e Coletoras** da Lei Complementar nº 182, de 16 de fevereiro de 2022, encaminhada nessa insigne Casa, em 16 de fevereiro de 2022, após constatação dos seguintes erros de formatação, a saber:

**1) No Anexo III - Croqui V - Via Local:**

Consta duas vezes "A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022 e o Anexo IV - Classificação das Vias Arteriais e Coletoras.

**2) No Anexo IV - Classificação das Vias Arteriais e Coletoras,** constou "A QUE SE REFERE AO AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183", quando o correto é "A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022".

Na oportunidade renovamos nossos votos de estima e consideração.

SONIA REGINA GRIGOLETTO ARRUDA SANTOS  
Secretária Municipal de Administração

Excelentíssima Vereadora

LUCIANA BATISTA

Câmara Municipal de Pirassununga

Nesta



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **JUNTADA**

Neste ato procedo a juntada da publicação do Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga, edição nº 103, de 24 de fevereiro de 2022, da **Lei Complementar nº 182, de 16 de fevereiro de 2022, que “institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga e dá outras providências”**, objeto de processo legislativo do Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, a qual por mim foi lida e conferida, observado que não consta o cabeçalho do Diário Oficial Eletrônico do Município em todo o arquivo publicado.

Pirassununga, 21 de março de 2022.

**Jéssica Pereira de Godoy**  
**Analista Legislativo Secretaria**



**Pirassununga, 24 de fevereiro de 2022 | Ano 09 | Nº 103**

classificado em 7º lugar para o emprego permanente mensalista de Servente, com vencimentos equivalentes à referência inicial 16 e jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, subordinado à Secretaria Municipal de Educação, passando por um período de experiência de 90 dias (45 por 45), de acordo com o diploma legal acima mencionado.

REGISTRE-SE e PUBLIQUE-SE.

Pirassununga, 21 de fevereiro de 2022.

DR. JOSÉ CARLOS MANTOVANI

Prefeito Municipal

Publicada na Portaria.

Data supra.

SONIA REGINA GRIGOLETTO ARRUDA SANTOS.

Secretária Municipal de Administração.

dmc/.

**PORTARIA Nº 174/2022**

DR. JOSÉ CARLOS MANTOVANI, Prefeito Municipal de Pirassununga, Estado de São Paulo.

No uso de suas atribuições legais e face ao constante nos autos do procedimento administrativo nº 715/2006 apenso ao 472/2000; e,

Considerando o disposto na Lei nº 4.545, de 20 de fevereiro de 2014, alterada pela Lei nº 4.584, de 11 de abril de 2014;

**RESOLVE:**

Constituir o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Pirassununga, designando para integrá-lo os cidadãos abaixo, nas respectivas representações, exercendo suas funções a título de relevância pública, com mandato de 07 de fevereiro de 2022 a 07 de fevereiro de 2023:

I - Representantes do Poder Público Municipal

a) Secretaria Municipal dos Direitos Humanos, Cidadania e Justiça

Deise Armelinda Lozano - titular

Marli Garcia - suplente

b) Secretaria Municipal de Promoção Social

Letícia da Rosa Bavaresco - titular

Mara Bertolazo Barros Mocelli - suplente

c) Secretaria Municipal de Educação

Alexandra Felício Moreira - titular

Eliana de Souza Lima Sundfeld - suplente

d) Secretaria Municipal de Saúde

Deborah Eloy S. de Marco - titular

Marisa Macedo de Oliveira Amorim - suplente

e) Secretaria Municipal de Esportes

Ana Carla Aparecida Ferreira - titular

Mário Antonio Magalhães dos Santos - suplente

f) Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Rosana de Sousa Barros - titular

Edson Aquiles Sanches - suplente

g) Secretaria Municipal de Governo

Sandra Regina Fadini Carbonaro - titular

Ellenai Milene Denofre dos Santos - suplente

II - Representantes da Sociedade Civil

a) Deficiência Visual/Auditiva

Denise Glassi Andreotti - titular

Patrícia Bimonti - suplente

b) Deficiência Física

Marinetti Aparecida Simão - titular

Andreza Silveira dos Santos Sanchez - suplente

c) Deficiência Intelectual

Fernanda Kátia de Carvalho Iseppe - titular

Angelita Regina da Silva Iaderoza - suplente

d) Organizações de Trabalhadores

Eder Ricardo Pereira da Cruz - titular

Odirley Aparecido de Mello Montesino - suplente

e) Pai/mãe/responsável de pessoa com deficiência

Karla Luiz de Deus - titular

Silvana Barbosa - suplente

f) Instituições de Pesquisa e Ensino Superior

Ellen Chistine da Silva Lopes - titular

Yanca Roberta Lozano Drabzinsk - suplente

III - Mesa Diretora

Presidente: Karla Luiz de Deus

Vice-presidente: Denise Glassi Andreotti

1ª Secretária: Marinetti Aparecida Simão

2ª Secretária: Deise Armelinda Lozano

REGISTRE-SE e PUBLIQUE-SE.

Pirassununga, 22 de fevereiro de 2022.

DR. JOSÉ CARLOS MANTOVANI

Prefeito Municipal

Publicada na Portaria.

Data supra.

SONIA REGINA GRIGOLETTO ARRUDA SANTOS.

Secretária Municipal de Administração.

dag/.

**LEI (S)**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**– LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022 –**

*“Institui a Lei de Sistema Viário do Município de Pirassununga/SP e dá outras providências.” .....*

**O PODER LEGISLATIVO DE PIRASSUNUNGA, ESTADO DE SÃO PAULO, APROVA E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A presente Lei destina-se a hierarquizar, ordenar, dimensionar e disciplinar a implantação do Sistema Viário do Município de Pirassununga, assegurando a observância das normas relativas à matéria e zelando pelos interesses comuns do Município no que diz respeito ao seu pleno desenvolvimento.

**Seção I**  
**Dos objetivos**

Art. 2º Objetivos gerais para disciplinar o Sistema Viário:

- I - Assegurar a circulação e o transporte urbano de modo a atender a população;
- II - Estabelecer condições para que as vias de circulação possam desempenhar suas funções e dar vazão adequada ao respectivo tráfego;
- III - Estabelecer um sistema de vias de circulação adequado ao tráfego e a locomoção dos usuários;
- IV - Assegurar a continuidade do arruamento existente nos novos parcelamentos do solo no Município;
- V - Implantar um sistema de ciclovias, como alternativa de locomoção e lazer;
- VI - Proporcionar segurança e conforto ao tráfego de pedestres e ciclistas;
- VII - Complementar as diretrizes de uso e ocupação do solo no ordenamento funcional e territorial do Município.

Art. 3º Todo e qualquer arruamento no Município deverá ser previamente aprovado pela Administração Municipal, nos termos aqui previstos e na Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos.

Parágrafo único. Os projetos de médio e grande porte que envolvam construção de novos eixos viários, pontes, duplicação de vias ou de reestruturação viária, deverão elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental e impacto de vizinhança.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Art. 4º Os novos loteamentos deverão respeitar o conteúdo desta Lei, bem como os traçados pré existentes.

## Seção II Das definições

Art. 5º Para efeito de aplicação desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - Acostamento - é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando permitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta; proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para serem estacionados fora da trajetória dos demais veículos; permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego;

II - Alinhamento - é a linha divisória entre o terreno e o logradouro público;

III - Arruamento - conjunto de ruas públicas destinadas à circulação viária e acesso aos lotes;

IV - Caixa carroçável ou de rolamento - é a faixa de via destinada a circulação de veículos, excluídos os passeios, os canteiros centrais e o acostamento;

V - Caixa de via - distância, definida em projeto, entre os dois alinhamentos prediais em oposição;

VI - Calçada ou passeio - é a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres, segregada e em nível diferente à via, dotada quando possível, de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;

VII - Calçadão - é a parte do logradouro público, destinada ao pedestre e equipada de forma a impedir o estacionamento e o trânsito de veículos;

VIII - Canteiro central - é o espaço compreendido entre os bordos internos das pistas de rolamento, objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;

IX - Canteiro lateral - é o espaço compreendido entre os bordos externos das pistas expressas e o bordo interno da pista coletora objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;

X - Ciclovia - pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;

XI - Estacionamento - espaço público ou privado destinado a guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;

XII - Faixa de domínio de vias - é a área que compreende a largura ou caixa da via acrescida da área "non aedificandi";

XIII - Faixa de estacionamento - parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o estacionamento de veículos;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



XIV - Logradouro público - É o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo, etc.);

XV - Meio-fio - linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento ou do acostamento;

XVI - Pista de rolamento - parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o tráfego de veículos;

XVII - Seção normal da via - largura total ideal da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;

XVIII - Seção reduzida da via - largura total mínima exigida da via incluindo caixa de rolamento, passeios, ciclovias e canteiros centrais;

XIX - Sistema Viário - conjunto de vias principais de circulação do Município, com hierarquia superior às de tráfego local;

XX - Sinalização Horizontal - constituída por elementos aplicados no pavimento das vias públicas;

XXI - Sinalização Vertical - representada por painéis e placas implantadas ao longo das vias públicas;

XXII - Sinalização de trânsito - conjunto dos elementos de comunicação visual adotados nas vias públicas para informação, orientação e advertência aos seus usuários;

XXIII - Tráfego leve - fluxo inferior a 50 (cinquenta) veículos por dia em uma direção;

XXIV - Tráfego médio - fluxo compreendido entre 50 e 400 (cinquenta a quatrocentos) veículos por dia em uma direção;

XXV - Tráfego pesado - fluxo superior a 400 (quatrocentos) veículos por dia em uma direção;

XXVI - Via de circulação - é o espaço organizado para a circulação de veículos, motorizados ou não, pedestres e animais, compreendendo a pista de rolamento, o passeio, o acostamento e canteiro central;

XXVII - Via pública - área de terra, de propriedade pública e uso comum, destinada a vias de circulação e espaços livres.

## CAPÍTULO II DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS

Art. 6º Considera-se sistema viário básico do município de Pirassununga o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas.

Art. 7º As vias de circulação urbana no Município, conforme suas funções e características físicas, classificam-se em:

I - Via estruturante;

II - Via arterial;

III - Via coletora;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



IV - Via local.

Art. 8º Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias:

I - Via estruturante: Via destinada ao tráfego de passagem e ligação entre extremos da área urbana. Possui a característica de orientar o desenvolvimento urbano e conectar regiões distintas da cidade. Destinada sem restrições ao tráfego geral e de transporte de carga;

II - Via arterial: Via que deve receber destaque, em termos de tratamento da paisagem urbana - mobiliário urbano, iluminação pública, arborização, sinalização, em função de que concentra as edificações de maior importância da cidade, também tem como função possibilitar o acesso à cidade e fazer a ligação de seus extremos. Essas vias desempenham a função do eixo principal de ligação no sítio urbano, e desenvolvem tráfego contínuo devido ao tipo de uso predominantemente comercial e de serviços ao longo dos trechos principais das avenidas;

III - Via coletora: Via cuja função é coletar e distribuir o tráfego local e de passagem, fazendo a ligação entre bairros, formando um sistema interligado na malha urbana;

IV - Via local: Vias responsáveis por fazer a ligação das coletoras até o seu destino final, apresentando tráfego de baixa velocidade e promovendo a distribuição do tráfego local.

## CAPÍTULO III DAS DIMENSÕES DAS VIAS

Art. 9º O sistema viário obedecerá aos padrões de urbanização e aos requisitos estabelecidos pelo Município quanto à:

I - Definição das dimensões mínimas das caixas de vias;

II - Definição das dimensões mínimas das pistas de rolamento;

III - Definição das dimensões mínimas dos passeios;

IV - Definição das dimensões mínimas das ciclovias.

Art. 10 Todas as vias abertas à circulação de veículos, com o pavimento e passeios definitivos já implantados, permanecem com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto de urbanização específico uma nova configuração geométrica.

Art. 11 As vias a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

I - Via estruturante:

a) Caixa de via: 27,00m (vinte e sete metros);

b) Pista de rolamento: 12,00m (doze metros);





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 4,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou Ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central;
- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

## II - Via arterial:

- a) Caixa de via: 25,00m (vinte e cinco metros);
- b) Pista de rolamento: 10,00m (dez metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Canteiro central: 4,00m (quatro metros);
- f) Ciclovia ou ciclofaixa: mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser implantada no canteiro central ou em uma das faixas de estacionamento;
- g) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- h) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

## III - Via coletora:

- a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

## IV - Via local:

- a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
- b) Pista de rolamento: 5,00m (cinco metros);
- c) Faixa de estacionamento: 2,00m (dois metros) de cada lado da via;
- d) Passeio: 3,00m (três metros) de cada lado;
- e) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);
- f) Rampa máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1º Deverão ser previstas rampas de acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais nos passeis dos logradouros urbanos, conforme NBR 9050 e suas alterações, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



§ 2º As rampas máximas serão aceitas em trechos de via cujo comprimento não exceda 150,00m (cento e cinquenta metros).

§ 3º As vias classificadas como arteriais e coletoras estão representadas no mapa do Anexo I e especificadas na tabela do Anexo II, croqui III e IV desta Lei.

## CAPÍTULO IV DAS VIAS RURAIS

Art. 12 As vias de circulação rural no Município, conforme suas funções e características físicas classificam-se em:

I - Via regional;

II - Via rural.

Art. 13 Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias rurais:

I - Via regional: via que possui a função de conduzir, de forma expressa, o tráfego com origem e/ou destino fora do território do Município, ou seja, rodovias.

II - Via rural: são as demais vias que compõem o sistema viário rural e tem a função de levar o tráfego de veículos das propriedades rurais até as vias regionais ou urbanas;

Art. 14 As vias rurais a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:

I - Via regional:

a) Seguir definições para rodovias conforme o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER.

II - Via rural:

a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);

b) Pista de Rolamento: mínimo de 9,00m (nove metros);

c) Faixa de Manutenção: 3,00m (três metros) de cada lado da via;

d) Inclinação mínima: 0,5% (meio por cento);

e) Rampa máxima: 20% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. Fica sob responsabilidade do município a manutenção e abertura de vias na área rural.

Art. 15 Todas as vias rurais deverão possuir faixa de domínio conforme determinações do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, definido pela Lei Federal nº 9503/97.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



## CAPÍTULO V DO VOLUME DE TRÁFEGO

Art. 16 Os projetos de pavimentação das vias de circulação do Município, conforme estabelecido no Art. 11 desta Lei classificam-se quanto ao volume de tráfego em:

I - Classe 1 - Tráfego pesado, compreendendo:

- a) Vias estruturantes;
- b) Vias arteriais.

II - Classe 2 - Tráfego médio, compreendendo:

- a) Vias coletoras.

III - Classe 3 - Tráfego leve, compreendendo:

- a) Vias locais.

## CAPÍTULO VI DA SINALIZAÇÃO

Art. 17 A sinalização das vias públicas é de responsabilidade do Município, como estabelece o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, aprovado pela Lei Federal nº 9503/97.

§ 1º Toda e qualquer via pavimentada no Município deverá receber sinalização de trânsito, segundo as exigências da legislação pertinente em vigor.

§ 2º A sinalização horizontal das vias pavimentadas nos novos parcelamentos do solo será executada às expensas dos respectivos parceladores, a partir de projeto previamente aprovado pelo órgão municipal responsável.

§ 3º O sentido de tráfego das vias será definido individualmente, dependendo do volume de tráfego.

## CAPÍTULO VII DO SISTEMA CICLOVIÁRIO

Art. 18 O Sistema Cicloviário é composto do conjunto de ciclovias e ciclofaixas, bem como da sinalização específica, dos estacionamentos e bicicletários necessários à criação de uma infraestrutura segura para circulação de bicicletas.

Art. 19 São as seguintes as definições dos componentes do Sistema Cicloviário:

I - Ciclovia: Via destinada ao tráfego exclusivo de bicicletas, separada fisicamente da circulação geral de veículos, com as seguintes características:

- a) largura mínima: 3,00m (três metros) para pista bidirecional;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- unidirecional;
- b) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista
- c) declividade longitudinal máxima: 5% (cinco por cento);
- d) declividade transversal máxima: 2% (dois por cento) e mínima: 1% (um por cento);
- e) raio mínimo de curvatura: 3,00m (três metros).

II - Ciclofaixa: via destinada ao tráfego preferencial de bicicletas, separada do tráfego geral de veículos, através de sinalização visual com as seguintes características:

- a) largura mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para pista unidirecional;
- b) as características de declividade obedecem às características das vias onde estiver implantada;
- c) raio mínimo de curvatura: 3,00 metros.

III - Estacionamentos: Dispositivos com capacidade para estacionar até 10 bicicletas, por um curto espaço de tempo, instalado em locais de fluxo de pessoas;

IV - Bicicletários: estacionamentos com alta capacidade de vagas, cercados, localizados junto a grandes polos geradores de tráfego, praças, parques, vias públicas, supermercados, universidades, shopping centers, indústrias, escolas, locais de transbordo de viagens do sistema de transporte coletivo urbano, etc.

Parágrafo único. Quando da impossibilidade da aplicação do disposto nos incisos I ao IV, ficará a cargo da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo analisar e definir a solução.

Art. 20 Todas as áreas de abrangência das ciclovias, que consequentemente criam limites, declividades e barreiras físicas e naturais, deverão receber tratamento específico à sinalização, interseções, arborização, iluminação pública e estacionamentos.

Art. 21 As obras e atividades constantes do Sistema Cicloviário serão viabilizadas a partir das diretrizes e dotações apontadas no Plano de Mobilidade Urbana do Município de Pirassununga.

## CAPÍTULO VIII DA ARBORIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 22 Compete ao Município a elaboração dos projetos e, em colaboração com seus munícipes, a execução e conservação da arborização e ajardinamento dos logradouros públicos.

§ 1º Os passeios das vias, e, lotes residenciais, mediante licença do Município, poderão ser arborizados pelos proprietários das edificações fronteiras, às suas expensas, obedecidas as exigências legais.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



§ 2º Caberá ao órgão competente do Município decidir sobre a espécie vegetal que mais convenha a cada caso, bem como sobre o espaçamento entre as árvores.

Art. 23 É atribuição exclusiva do Município, podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores de arborização pública.

§ 1º Quando se tornar absolutamente imprescindível, poderá ser solicitada pelo interessado a remoção ou o sacrifício de árvores, mediante o pagamento das despesas relativas ao corte e ao replantio.

§ 2º A solicitação a que se refere o parágrafo anterior deverá ser acompanhada de justificativa, que será criteriosamente analisada pelo órgão competente do Município.

§ 3º A fim de não ser desfigurada a arborização do logradouro, tais remoções importarão no imediato plantio da mesma ou de novas árvores, em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

§ 4º Por cortar ou sacrificar a arborização pública será aplicada ao responsável uma multa de 05 (cinco) a 20 (vinte) valores de referência ou unidades fiscais, por árvore, conforme o caso e a juízo da autoridade municipal competente.

Art. 24 São proibidas quaisquer obras, serviços ou atividades em logradouros públicos que venham a prejudicar a vegetação existente.

Art. 25 Os tapumes e andaimes das construções deverão ser providos de proteção de arborização sempre que isso for exigido pelo órgão municipal competente.

Art. 26 Nas árvores das vias públicas não poderão ser amarrados ou fixados fios, nem colocados anúncios, cartazes ou publicações de qualquer espécie.

## CAPÍTULO IX

### DAS DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO

Art. 27 Ficam definidas como diretrizes para intervenções no Sistema Viário:

I - Promover obras de paisagismo e revitalização urbana do Sistema Viário;

II - Estabelecer incentivos para tratamento paisagístico nos passeios por proprietários;

III - Proceder a iluminação adequada, observando a hierarquia viária;

IV - Elaborar programa de obras com definição de propriedades;

V - Criar programas de sinalização urbana, bem como realizar a sua manutenção.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



Art. 28 Ao DEMUTRAN - Departamento Municipal de Trânsito, além das demais atribuições relativas ao planejamento e controle do sistema viário, trânsito e transportes, caberá:

- I - Propor melhorias no sistema viário urbano, através de estudo técnico;
  - II - Propor abertura ou prolongamento de vias, para melhor escoamento do tráfego, especialmente nas Zona de Consolidação e Zonas de Expansão Urbana 1, 2 e 3, através de estudo técnico;
  - III - Propor soluções para os cruzamentos com grande fluxo de tráfego e em locais onde hajam conflitos, através de estudo técnico;
  - IV - Estabelecer limites de velocidade, peso e dimensões, para cada via, respeitados os limites máximos previstos no regulamento do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei Federal nº 9.503/1997, através de estudo técnico;
  - V - Fixar áreas de estacionamento de veículos;
  - VI - Determinar restrições de uso das vias ou parte delas, mediante fixação de locais, horário e períodos destinados ao estacionamento, embarque ou desembarque de passageiros e de carga e descarga, através de estudo técnico;
  - VII - Permitir estacionamentos especiais, devidamente justificáveis;
  - VIII - Disciplinar a colocação de ondulações transversais no sentido de circulação dos veículos, em vias de trânsito local, bem como nas proximidades de escolas ou outros estabelecimentos, através de estudo técnico;
  - IX - O estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga, de produtos perigosos ou não, e para veículos turísticos e de fretamento, devidamente justificáveis;
  - X - A criação de terminal para veículos que fazem o transporte de pessoas intraurbano e intramunicipal, ônibus, vans, caminhonetes, táxis e moto táxis.
- Parágrafo único. A implantação de atividades afins e correlatas às referidas no caput do artigo serão realizadas em conjunto com a Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 29 Nos terrenos lindeiros às vias que constituem o sistema rodoviário Federal, Estadual e Municipal, será obrigatório a reserva de uma faixa de 20,00 m (vinte metros), para a implantação de uma via local margeando a Rodovia.

**CAPÍTULO X**  
**DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS**

Art. 30 A implantação das vias deve ser adequada às condições locais do meio físico, em especial quanto à otimização das obras de terraplanagem necessárias à abertura das vias e implantação das edificações.

Art. 31 As vias deverão acompanhar as curvas de nível do terreno e evitar a transposição de linhas de drenagem natural ou córrego.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



Art. 32 Deve ser evitada a remoção de vegetação e a implantação de obras de terraplenagem junto aos córregos e linhas de drenagem natural.

Parágrafo único. Entende-se por linhas de drenagem natural as feições topográficas em que ocorre uma concentração de fluxo das águas pluviais, independentemente de o fluxo possuir caráter permanente ou não.

Art. 33 Os novos loteamentos deverão observar o traçado das vias projetadas, conforme mapa do sistema viário anexo à parte integrante desta Lei.

## **CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 34 O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática o conteúdo desta Lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço habitado.

Art. 35 A abertura de qualquer via ou logradouro público dependerá de aprovação prévia da Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 36 Qualquer arruamento a ser implantado deve articular-se com as vias adjacentes oficiais assegurando a continuidade do Sistema Viário do Município.

Art. 37 A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, inclusive as do sistema viário principal, deverão obedecer às diretrizes básicas de arruamento e são de inteira responsabilidade do loteador, sem custos para o Município.

Art. 38 As vias sem saída não poderão ultrapassar 100,00 m (cem metros) de comprimento.

Art. 39 As modificações que por ventura vierem a ser feitas no sistema viário básico deverão considerar o zoneamento de uso e ocupação do solo vigente na área ou zona.

Art. 40 Após a aprovação desta Lei, não será permitida a abertura de vias de dimensões inferiores a 15,00 m (quinze metros) da caixa de via.

Art. 41 Os casos omissos na presente Lei, serão estudados e julgados pela Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo, aplicando-se Leis, Decretos e Regulamentos Especiais.

Art. 42 São partes integrantes e complementares desta Lei os seguintes anexos:

I - Anexo I - Mapa de Hierarquia do Sistema Viário Urbano;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

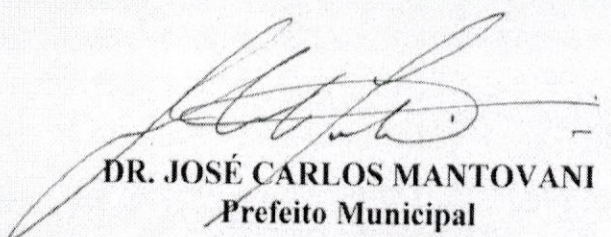


Urbano;

- II - Anexo II - Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano;
- III - Anexo III - Croquis das Diretrizes Viárias do Sistema Viário
- IV - Anexo IV - Classificação das Vias Arteriais e Coletoras.

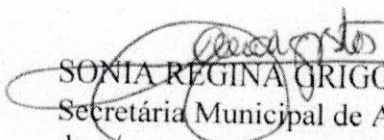
Art. 43 Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação oficial, revogando as demais disposições em contrário.

Pirassununga, 16 de fevereiro de 2022.

  
**DR. JOSÉ CARLOS MANTOVANI**  
Prefeito Municipal

Publicada na Portaria.

Data supra.

  
**SONIA REGINA GRIGOLETTO ARRUDA SANTOS.**  
Secretária Municipal de Administração.  
dmc/.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



A QUE SE REFERE À  
LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

# ANEXOS





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Anexo I – Mapa de Hierarquia do Sistema Viário.







**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

**Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano e Rural.**

<b>Categorias das vias</b>	<b>Seção normal da via (m)</b>	<b>Pista de rolamento (m)</b>	<b>Faixas de estacionamento (m)</b>	<b>Faixa de manutenção</b>	<b>Passeio (m)</b>	<b>Canteiro central (m)</b>	<b>Inclinação mínima <sup>(1)</sup> (%)</b>	<b>Rampa máxima <sup>(2)</sup> (%)</b>
<b>Vias Regionais</b>	Parâmetros definidos pelo DER							
<b>Vias Rurais</b>	15,00	Mínimo 9,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	-	0,5	20
<b>Expressa</b>	27,00	12,00	-	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
<b>Arteriais</b>	25,00	10,00	(E) 2,50 (D) 2,50	-	(E) 3,00 (D) 3,00	4,00	0,5	25
<b>Coletoras</b>	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25
<b>Local</b>	15,00	5,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	-	0,5	25

(1) Da seção transversal tipo.

(2) Rampas aceitáveis em trecho de via cujo comprimento não exceda 150 m (cento e cinquenta metros).

(D) Direita.

(E) Esquerda.





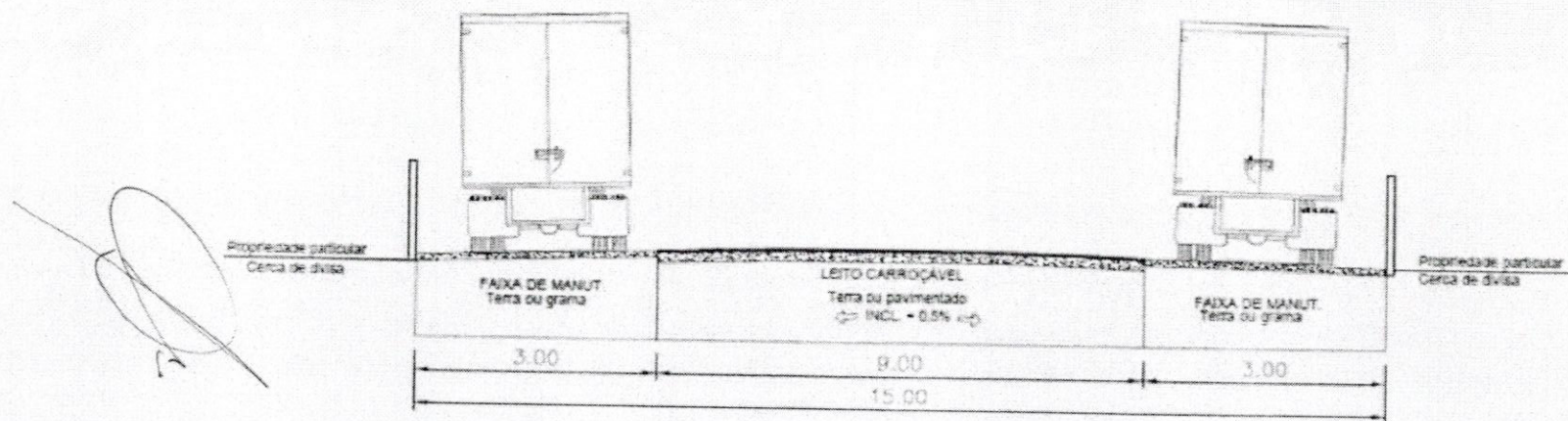


PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Anexo III – Croquis das Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano.

Croqui I – VIAS RURAIS



VIAS RURAIS  
SEM ESCALA



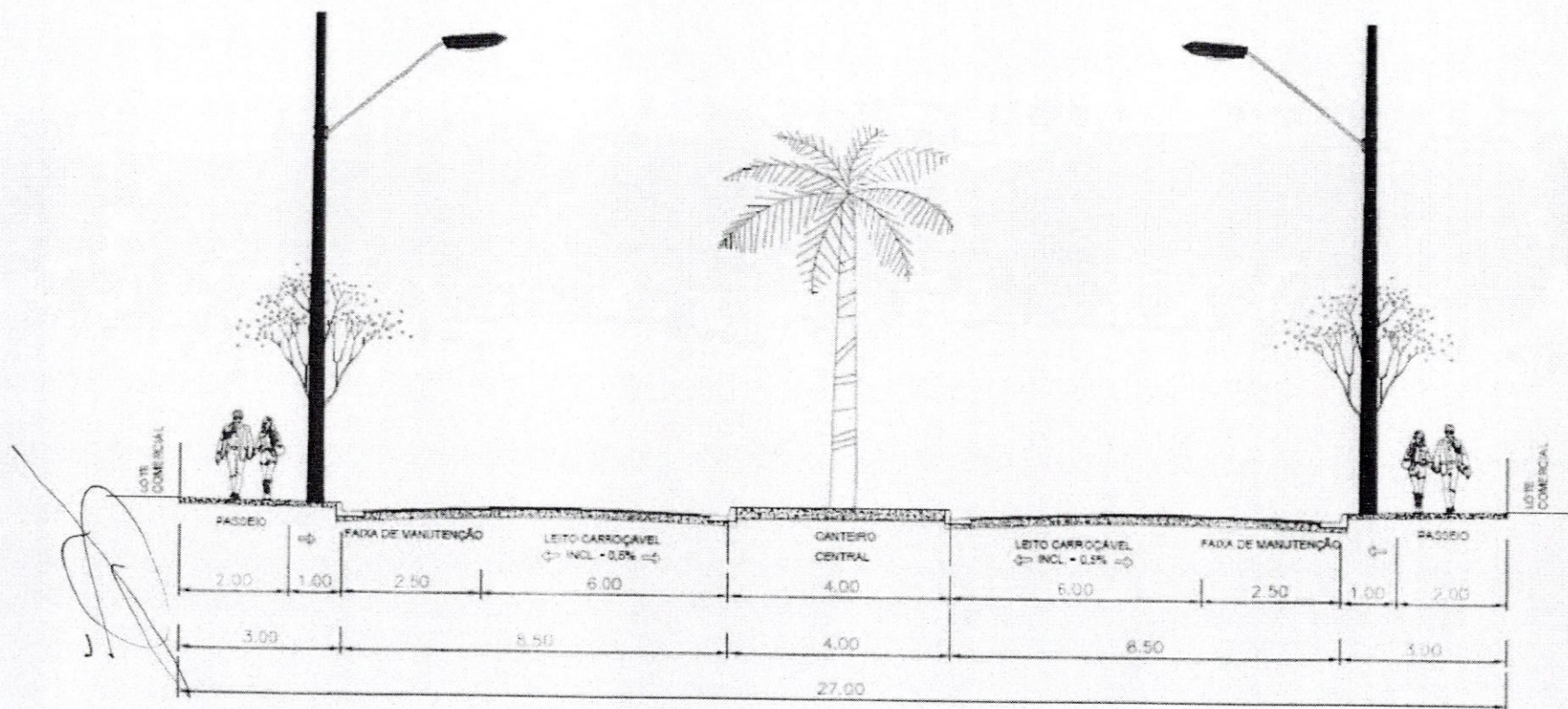




PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Anexo III – Croqui II – VIA EXPRESSA



VIA EXPRESSA  
SEM ESCALA



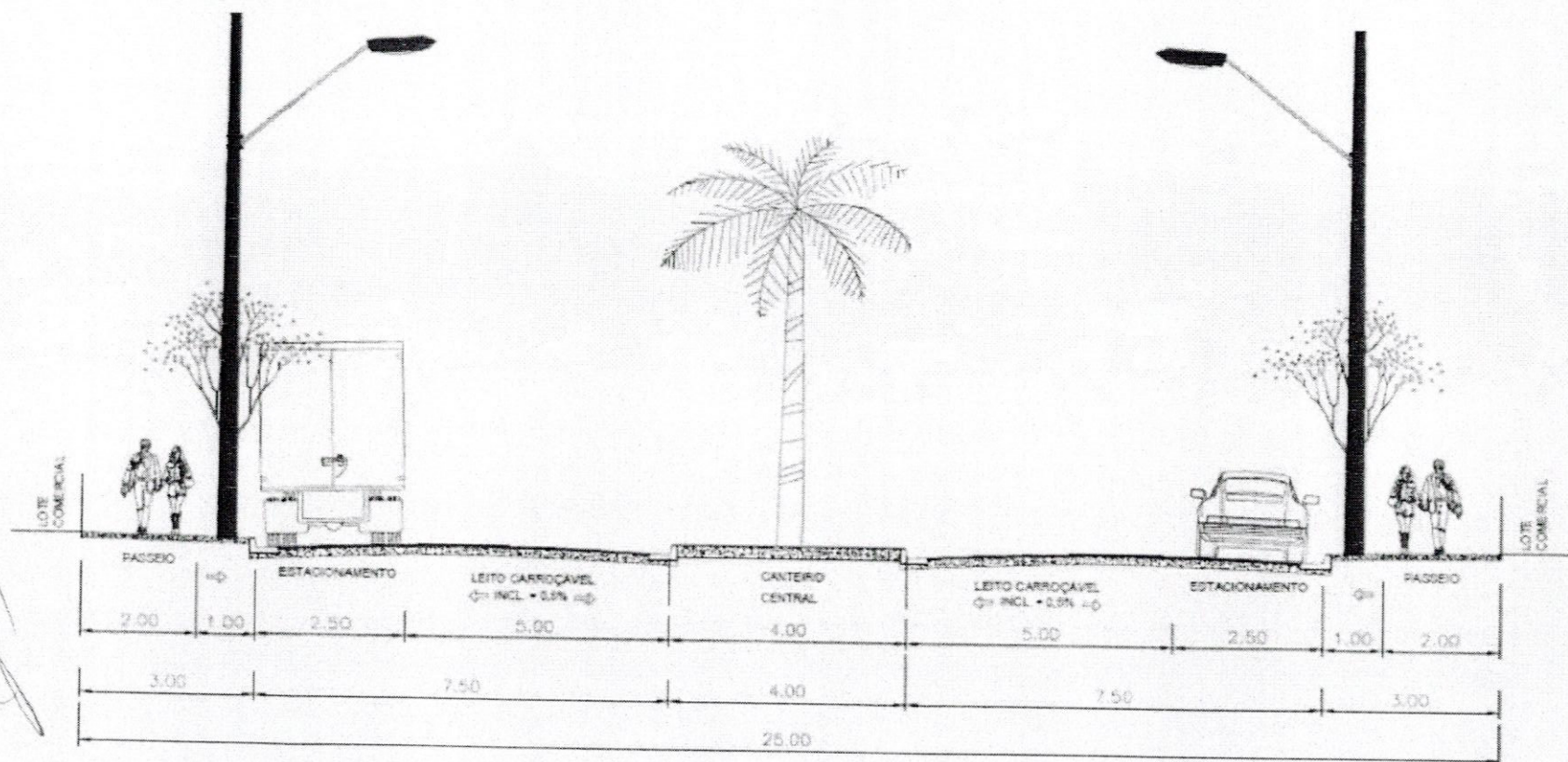




PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Anexo III – Croqui III – VIA ARTERIAL



VIA ARTERIAL  
SEM ESCALA



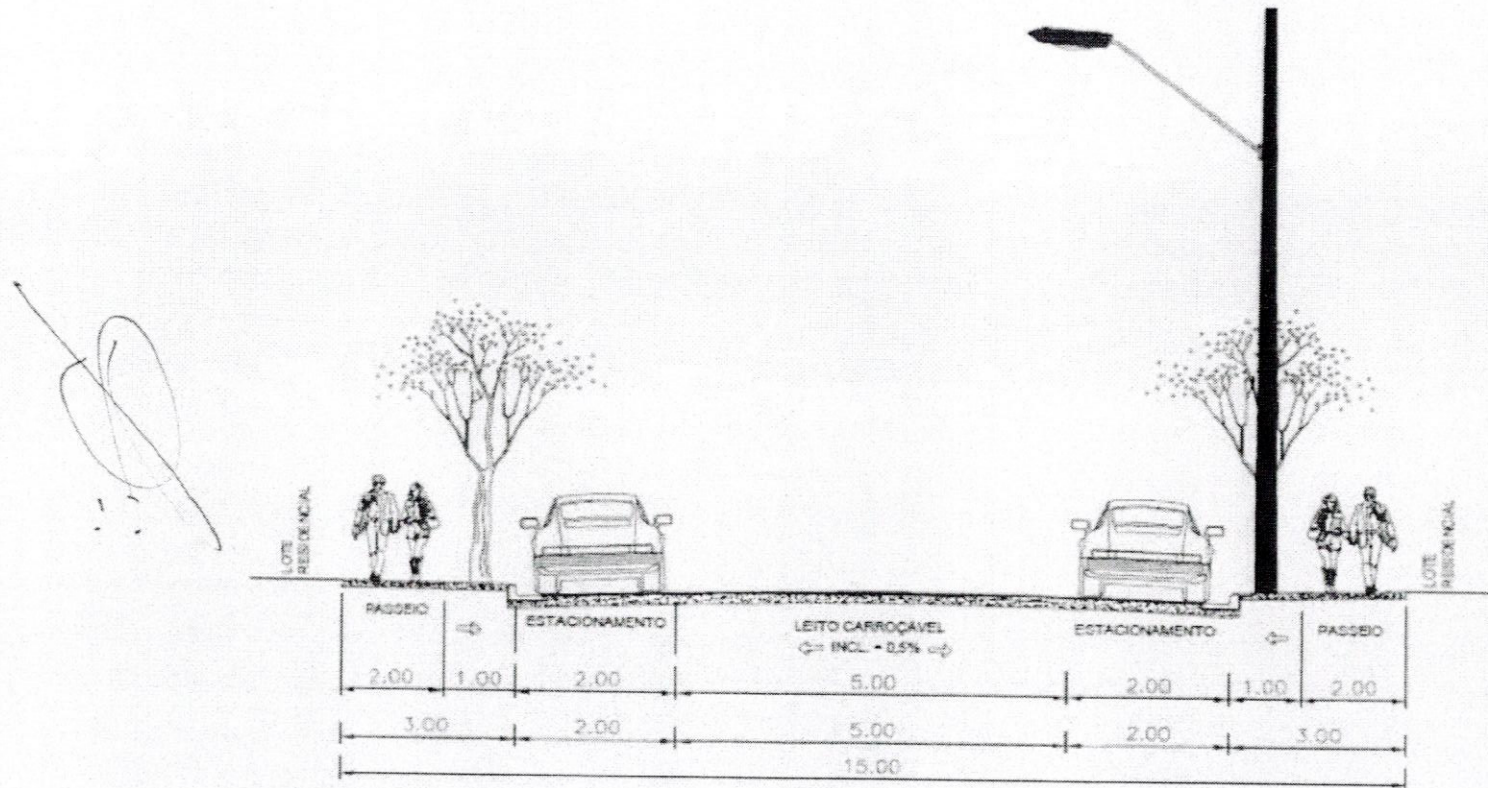




PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Anexo III – Croqui IV – VIA COLETORA



VIA COLETORA  
SEM ESCALA



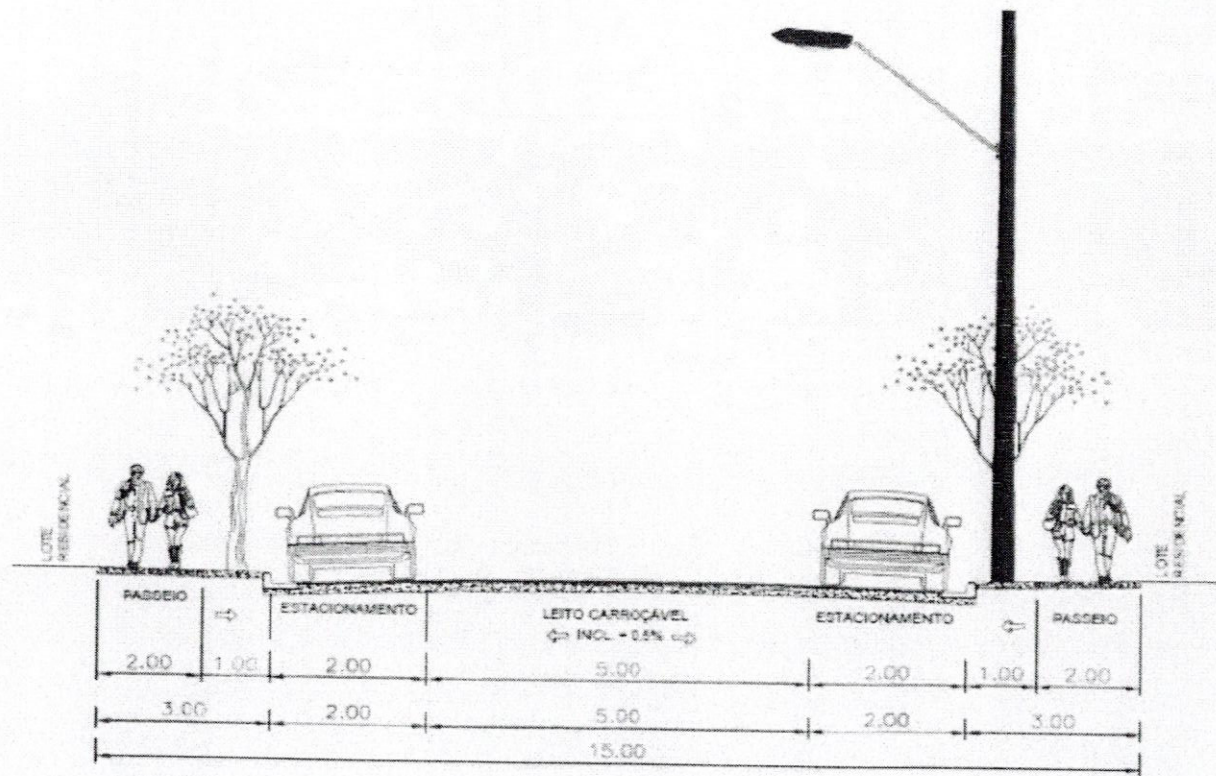




PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Anexo III – Croqui V – VIA LOCAL



VIA LOCAL  
SEM ESCALA







# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



A QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

## Anexo IV - Classificação das Vias Arteriais e Coletoras.

Categoria	Nome da Via
Arterial	Avenida América do Sul (a partida da Avenida Maria José Bruno Trevisan sentido SP-201)
	Avenida Ângelo Brunno
	Avenida Antônio Joaquim Mendes
	Avenida Marginal
	Avenida Maria José Bruno Trevisan
	Avenida Newton Prado
	Avenida Padre Antônio Vann Ess
	Avenida Painguás
	Avenida Prudente de Moraes
	Rodoanel Anel Viário
	Rua Antônio de Souza Mourão
	Rua Duque de Caxias
	Rua Felipe Boler Júnior
	Rua Gemano Dix
	Rua General Osório
	Rua José Bonifácio
	Rua Martimiano dos Santos
	Rua Seis de Agosto
	Rua Siqueira Campos
	Rua Luís Tesch
Coletora	Avenida Flores
	Rua Santos Dumont
	Avenida Engenheiro Josias de Oliveira
	Rua Alan Kardec
	Avenida Presidente Médice
	Rua Lourenço Batel
	Rua Luiz Fernando Andrielli
	Rua Américo Agio
	Rua Antenor Pereira
	Rua Arcindo Lebeis
	Rua Anthero Boller de Souza
	Rua Coronel Franco
	Rua Quinze de Novembro
	Estrada Bom Retiro





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



	Rua Constituição
	Avenida Doutor Ivo Xavier Ferreira
	Rua Santo Antônio
	Rua Francisco Caruso
	Rua Elizabete Aparecida Galeni
	Rua Vinte e Um
	Rua Capitão Vasconi
	Rua Joaquim Cristóvão

<b>Categoria</b>	<b>Nome da Via</b>
Coletora	Rua José Parise
	Rua Manoel Leme Franco
	Rua Alzira Silveira Pinheiro
	Rua Joaquim Procópio de Araújo
	Rua Bom Jesus
	Rua Sete de Setembro
	Rua Visconde do Rio Branco
	Rua Amador Bueno
	Avenida Ten. Olimpio Guiguer
	Avenida José Pozzi
	Avenida Ataliba Penteado